

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



**A INFÂNCIA SEM SEGREDOS:
A NOTICIABILIDADE JORNALÍSTICA
DO CRIME DE EXPLORAÇÃO SEXUAL
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

MARIA AMÉLIA TOSTES FILGUEIRAS CAMPOS

Belo Horizonte

2008

MARIA AMÉLIA TOSTES FILGUEIRAS CAMPOS

**A INFÂNCIA SEM SEGREDOS:
A NOTICIABILIDADE JORNALÍSTICA
DO CRIME DE EXPLORAÇÃO SEXUAL
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

Área de concentração: Saúde da Criança e do Adolescente.

Orientador: Prof. Joaquim Antônio César Mota

Co-orientadora: Profa. Carmen Dulce Diniz Vieira

Belo Horizonte

Faculdade de Medicina da UFMG

2008

C198i Campos, Maria Amélia Tostes Filgueiras.
A infância sem segredos [manuscrito]; a noticiabilidade
jornalística do crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. /
Maria Amélia Tostes Filgueiras Campos. - - Belo Horizonte: 2008.
215f.: il.
Orientador: Joaquim Antônio César Mota
Co-orientador: Carmen Dulce Diniz Vieira.
Área de concentração: Saúde da Criança e do Adolescente.
Linha de pesquisa: Humanização da Assistência e Bioética.
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Medicina.

1. Violência Sexual. 2. Maus-Tratos Sexuais Infantis. 3. Meios de
comunicação. 4. Criança. 5. Adolescente. 6. Dissertações acadêmicas. I.
Mota, Joaquim Antônio César. II. Vieira, Carmen Dulce Diniz. III.
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. IV. Título.
NLM : WS 350.8

*Aos meus filhos, Pedro e Laura, e meu marido, Sérgio, que,
nesses últimos dois anos,
receberam menos de mim do que mereciam;
aos meus pais, que desde cedo,
despertaram em mim o valor do conhecimento;
às crianças e adolescentes vítimas
dos crimes de abuso e exploração sexual
e que, portanto, nunca vão usufruir
da beleza e da oportunidade
da infância e da adolescência;
aos jornalistas, que
teimam em revelar os segredos.*

Agradeço

*O acolhimento recebido do professor e orientador Joaquim Antônio,
assim como da equipe de professores e funcionários
da pós-graduação em Ciências da Saúde
da Faculdade de Medicina da UFMG;
o incentivo da professora e co-orientadora Carmen Vieira;
a cooperação e a dedicação do professor e examinador Valdir Oliveira;
o trabalho da Oficina de Imagens (Rede ANDI Brasil), em Belo Horizonte,
especialmente a atuação vigorosa e entusiasmada
dos jornalistas Adriano Guerra e Cristina Guimarães ;
a fundamental colaboração prestada pelos jornalistas
responsáveis pela reportagem Infância Roubada,
publicada, em 2004, pelo Jornal Estado de Minas;
a consideração do amigo Ricardo Menezes Macedo;
os bons momentos passados entre os colegas de mestrado;
a ajuda e o amparo recebidos dos amigos de sempre.*

RESUMO

Ao selecionar os acontecimentos ordinários que a sociedade deve conhecer e os que ela deve ignorar, bem como ao codificar esses acontecimentos sob a forma jornalística, o jornalismo desempenha um papel fundamental na conservação e no aprimoramento do funcionamento social. Na seleção dos acontecimentos e na sua transformação em produtos - notícia, o jornalismo articula uma série de variáveis próprias do campo jornalístico e que se remetem ao universo social como um todo. A condição de notícia de um fato, para o jornalismo, ou seja, a noticiabilidade jornalística está, então, na direção dos valores concedidos aos acontecimentos ordinários pela própria sociedade. A noticiabilidade do jornalismo é, portanto, um processo consensual. A afinidade entre valores - notícia e valores sociais possibilitada pela conversa travada, cotidianamente, entre os aparatos comunicativos e a sociedade é o viés condutor dessa pesquisa ao investigar a noticiabilidade jornalística do tema da exploração sexual de crianças e adolescentes: por que esse tipo de acontecimento é noticiado pela mídia e como ocorre esse processo noticioso. Para tanto, esse estudo trabalha com um recorte de 15 reportagens sobre o tema da exploração sexual infanto-juvenil, publicadas, ao longo do ano de 2004, pelo jornal Estado de Minas, de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. A noticiabilidade, nessa pesquisa, contempla os momentos de seleção e produção das notícias, abordando tanto a forma estética da notícia – ou como a notícia se apresenta para o consumo do público – quanto os aspectos textuais determinantes na especificidade do relato noticioso. A grande reportagem *Infância Roubada* é destacada do recorte empírico dessa pesquisa a fim de servir de referência para a análise de natureza mais subjetiva da noticiabilidade. Os estudos aqui empreendidos apontam para a valorização das investigações sobre a noticiabilidade jornalística como uma importante metodologia de conhecimento do jornalismo e de seu funcionamento em sociedade, apropriada para a discussão da produção da notícia e da forma como esse processo noticioso está irremediavelmente atracado ao segmento social, o qual o respalda e justifica na medida em que se reconhece nele.

Palavras-chave: Jornalismo. Noticiabilidade. Exploração sexual. Criança. Adolescente.

ABSTRACT

By selecting ordinary events that society must know or must ignore, likewise codifying these events under the journalistic structure, the journalism acquires a fundamental position for the conservation and improvement of the social functioning. Under the events' selection and its metamorphoses into products – news, the journalism articulates a great range of its own field's variables that then are sent to the social universe as a whole. The status of news of a certain fact, for the journalism, that be, the journalistic newsworthiness is, subsequently, under the direction of conceived values of the ordinary events by the society. The journalism's newsworthiness is, consequently, a consensual process. The affinity among values – news and social values – made possible by the regular dialogue between the communicative displays and the society is the main branch of this research by investigating the journalistic newsworthiness of the children's and adolescents' sexual exploration theme: why this type of event is shown by the media and how this newsworthy process occur. All the more, this study deals with 15 youth sexual exploration theme newspaper clippings published, throughout 2004, by the newspaper "Estado de Minas", from Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil. The newsworthiness, on this research, gaze upon the moments of the news production and selection, approaching, in one side, the esthetic shape of the news – or how the news are presented to public consume - and in the other its determining textual aspects on the specificity of the newsworthy report. The extensive newspaper report *Infância Roubada* (translated as *Stolen Childhood*) is highlighted from the empirical newspaper clipping of this research to be used as reference for more subjective analyses of newsworthiness. The studies here undertaken aim to the valorization of the investigation about journalistic newsworthiness as an important journalism's methodology of knowledge and its functioning in society, that suits the discussion about the news' production and how this newsworthy process is incurably joint with social branches, which explains and justify by the measure that is recognized in it.

Keywords: Journalism. Newsworthiness. Sexual Exploration. Children. Adolescent.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Espaço ocupado na página	82
GRÁFICO 2: Fotos diversas X Fotos de crianças e/ou adolescentes	84
GRÁFICO 3: Matérias em P&B X Matérias coloridas	86
GRÁFICO 4: Reportagens com box X Reportagens sem box	88
GRÁFICO 5: Reportagens de capa X Reportagens sem capa	89
GRÁFICO 6: Distribuição espacial das reportagens com menos de uma página	90
GRÁFICO 7: Matérias assinadas X Matérias não assinadas	92
GRÁFICO 8: Utilização de fontes	95
GRÁFICO 9: Gênero das fontes alternativas (crianças e/ou adolescentes).....	96
GRÁFICO 10: Menções ao ECA	97

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Fotos exibidas	84
QUADRO 2: Destaques noticiosos	87
QUADRO 3: Uso das versais	94
QUADRO 4: Quantificação das fontes	96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DO JORNALISMO E SUAS PECULIARIDADES	34
2.1 O JORNALISMO, O TEMPO E O ESPAÇO NA MODERNIDADE	34
2.2 MEDIAÇÃO E MEDIATIZAÇÃO	37
2.2.1 O jornalismo como uma comunicação midiática específica	39
2.3 NOTICIABILIDADE: DO QUE SE TRATA	42
2.4 NOTÍCIA: UMA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA CONSENSUAL E CONSONANTE SOCIALMENTE	46
2.5 A TRANSGRESSÃO DA NOTÍCIA	48
2.6 NOTÍCIA: UM PRODUTO SOB MEDIDA	54
2.6.1 A singularidade como a forma da narrativa jornalística	54
2.6.2 A objetividade como o artifício do jornalismo	56
2.6.2.1 As fontes como parte da estratégia de objetividade no jornalismo	58
2.6.3 A atualidade como vocação inerente ao jornalismo	61
2.6.4 A reportagem como uma variação da notícia	63
2.7 ANTES DA NOTÍCIA: O ACONTECIMENTO	64
2.8 DEPOIS DA NOTÍCIA: A EXPERIÊNCIA	66
2.9 PARA NOTICIAR: JORNALISTAS	70
2.9.1 O jornalista como um operador do tempo	72
2.10 OS CRITÉRIOS SUBSTANTIVOS DA NOTÍCIA	75
2.10.1 Valores – notícia e valores sociais	78
3 A NOTICIABILIDADE AO ALCANCE DOS OLHOS: AS FICHAS NOTICIOSAS	80
3.1 ASPECTOS DA DIAGRAMAÇÃO	80
3.1.1 Espaço ocupado na página	80

3.1.2 Fotografia	82
3.1.3 Cor	85
3.1.4 Destaque	86
3.1.5 Box	87
3.1.6 Capa do Caderno Gerais	89
3.1.7 Localização espacial das matérias que ocuparam menos de uma página inteira	90
3.2 ASPECTOS DA EDIÇÃO	91
3.2.1 Assinatura de Matéria	91
3.2.2 Versal	92
3.2.3 Fonte	94
3.2.4 Menções ao Estatuto da Criança e do Adolescente	97
4 A NOTICIABILIDADE DE INFÂNCIA ROUBADA	99
4.1 COMO <i>INFÂNCIA ROUBADA</i> É APRESENTADA NA PÁGINA DE JORNAL (MOMENTO NOTÍCIA 2)	99
4.2 A GRANDE REPORTAGEM <i>INFÂNCIA ROUBADA</i> (MOMENTO NOTÍCIA 1)	103
4.2.1 A construção textual da reportagem <i>Infância Roubada</i>	105
4.2.1.1 A singularidade	105
4.2.1.2 A objetividade e as fontes	106
4.2.1.3 A atualidade	109
4.3 <i>INFÂNCIA ROUBADA</i> E O VALOR - NOTÍCIA DE CONSONÂNCIA SOCIAL (MOMENTO PRÉ-NOTÍCIA)	111
4.4 <i>INFÂNCIA ROUBADA</i> E O VALOR - NOTÍCIA DE TRANSGRESSÃO (MOMENTO PRÉ-NOTÍCIA)	115
4.4.1 Como <i>Infância Roubada</i> lida com a transgressão	117
4.5 <i>INFÂNCIA ROUBADA</i> E A SUBJETIVIDADE DOS JORNALISTAS	120
4.5.1 O <i>ethos</i> profissional dos jornalistas e a decisão de produzir <i>Infância Roubada</i>	120
4.5.2 A concepção dos jornalistas sobre interesse social	123

4.5.3 A pauta de <i>Infância Roubada</i> sob a ótica dos jornalistas que a realizaram	126
4.5.4 A vitimização das crianças e adolescentes explorados em <i>Infância Roubada</i>	128
4.5.5 O ECA na visão dos jornalistas	130
5 CONCLUSÕES	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
ANEXOS	144

1 INTRODUÇÃO

1.1 CAMPO DA SAÚDE E CAMPO DA COMUNICAÇÃO

A mesclagem de saberes é sempre uma perspectiva animadora e desejável, mas de difícil concretização. O departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da UFMG ousa possibilitar, através do seu programa de pós-graduação, a tal interdisciplinaridade acadêmica tão defendida nos papéis e tão pouco executada na rotina das universidades. E não é por outra razão que, hoje, existe uma dissertação de mestrado em ponto de ser defendida na Faculdade de Medicina da UFMG que discute como o jornalismo seleciona e codifica os acontecimentos da vida ordinária, especialmente os relacionados à exploração sexual de crianças e adolescentes.

A noção impulsionadora dessa pesquisa se assentou, sobretudo, na perspectiva de aproximar dois campos sociais igualmente vastos e ricos, que muito têm em comum, mas que nem sempre reconhecem essa afinidade e essa necessidade de se entrelaçarem para poderem, cada qual, desempenhar melhor seu papel em sociedade.

O campo da saúde, se quiser dialogar com a sociedade e ser eficiente sob o ponto de vista social, necessita que seu vocabulário, suas estratégias, suas regras, suas concepções, seu funcionamento, sejam entendidos pela coletividade. A instância capacitada e autorizada socialmente a promover esse entendimento é, fundamentalmente, a da comunicação social. Esta, por sua vez, só existe para, pelo e por causa do público. A saúde é gênero de primeira necessidade para a sociedade e, portanto, é essencial às finalidades comunicativas, cujos dispositivos necessitam de ter sempre um canal estreito e aberto com o campo da saúde.

O campo da comunicação se notabiliza por ser um campo especialista e credenciado socialmente a traduzir significados e sentidos de outros campos, como o campo da saúde, da política, da educação. Isso porque o campo comunicativo só existe se relacionado a outros campos. A comunicação é um dispositivo que funciona nas relações sociais, promovendo interações. Essa é a sua natureza.

Não bastasse isso, o campo comunicacional e o sistema público nacional de saúde possuem afinidades fundamentais em seus princípios de universalidade, equidade, integralidade, descentralização, hierarquização e participação, como

ênfatizam Inesita de Araújo e Janine Cardoso (2007) uma vez que esses dois campos perseguem os mesmos ideais como democracia e bem-estar público. À comunicação interessa que todos tenham direito à informação; na saúde, a luta é pela universalização do atendimento; para a comunicação e para a saúde, é fundamental fazer circular os dispositivos de produção informativa e de saúde, hierarquizando e descentralizando essa produção; bem como promover a participação e a articulação com outros saberes.

A aproximação entre comunicação e saúde é não só legítima como necessária para o desenvolvimento e o aprimoramento dos dois campos, pois a ambos cabem defender e lutar pelos mesmos interesses. Comunicação e saúde se entendem em seus fundamentos, necessitando, portanto, “de novos aportes, outros atores, outras perspectivas (...) de mais reconhecimento, pois sem essa dimensão simbólica, tudo o mais se fragiliza”. (ARAÚJO, Inesita de e CARDOSO, Janine, 2007)

1.2 DEFININDO O CAMPO DE ESTUDO

Aproximar esses dois campos de saberes, em uma pesquisa acadêmica, foi, portanto, uma idéia animadora e, nesse sentido, a decisão de seguir o viés da noticiabilidade no jornalismo se apresentou como a primeira grande e ampla definição desse trabalho. Ela pareceu oportuna, uma vez que a noticiabilidade - estudada especialmente pela corrente teórica do *newsmaking*, mas abordada por todas as teorias do processo comunicativo de massa – é um dos eixos de estudo do jornalismo que melhor esclarece o processo noticioso e que mais variáveis angaria ao longo do percurso trilhado pela notícia.

Demonstrar os processos internos de produção da notícia a partir de um tema atual e de interesse para a saúde, como a exploração sexual da criança e do adolescente, foi um desafio e uma maneira de estabelecer um diálogo profícuo e promissor entre os dois campos.

A análise da noticiabilidade acaba por desembocar na relação cotidiana e sintonizada que existe entre a sociedade e os dispositivos comunicativos. Ao se debruçar sobre o modo como o jornalismo seleciona os acontecimentos e os

transforma em notícias, estamos, no final das contas, nos intrometendo na conversa ininterrupta que os veículos de comunicação estabelecem com a sociedade. No caso dessa dissertação, o tema da conversa é a exploração sexual infanto-juvenil. Deseja-se ampliar essa conversa para o campo da saúde, a fim de que os especialistas desse campo possam se familiarizar com os conceitos e os valores comunicativos.

O viés da noticiabilidade do jornalismo foi visto, então, desde o início dessa pesquisa, como um caminho investigativo propício para iniciar, academicamente, a aproximação entre os campos da saúde e da comunicação. A idéia era de que esse trabalho pudesse ser útil tanto para se repensar o jornalismo quanto para fazê-lo melhor entendido junto aos profissionais de saúde, contribuindo, para a necessária e produtiva interação de conhecimentos.

Acontece que o terreno da noticiabilidade, no jornalismo, é vasto. Ele tem início na seleção do acontecimento – arregimentando inúmeras variáveis objetivas e subjetivas -, passa pela confecção propriamente dita da notícia – pauta, apuração, redação, edição, diagramação na página do jornal – e pela sua divulgação para o público, envolvendo até o seu consumo pela sociedade e as possíveis conseqüências advindas por esse consumo, ou seja, a sua repercussão social.

De imediato, foram descartadas as investigações da noticiabilidade que envolvessem o processo noticioso pós-publicação da notícia. Isso porque os estudos que permitem uma avaliação dos efeitos sociais provocados pela atuação midiática são hoje denominados de estudos de recepção e requisitam bibliografia e metodologia bem específicas.

Definiu-se que essa pesquisa se aterá às análises pertinentes ao processo seletivo e produtivo da notícia. Ou, explicando de outra forma, esse trabalho se centraria na noticiabilidade das notícias em suas instâncias de seleção e de produção.

E o que envolve essa produção noticiosa? Está-se referindo aqui à rotina cotidiana que a notícia percorre a partir do momento em que ela é selecionada: a definição de pauta, o período de apuração, o momento da redação, o trabalho de edição e a atividade de diagramação (disposição visual) na página do jornal, aprontando o jornal para a impressão e o consumo.

1.3 PROCEDENDO À ANÁLISE DA NOTICIABILIDADE

A compreensão dos estudos da noticiabilidade no jornalismo defendida nessa pesquisa é de que, por mais que se busque identificar um início, um meio e um fim no processo noticioso, e, com isso, demarcar os critérios que contribuem para garantir noticiabilidade à notícia, tal esforço, embora necessário para se apreender um pouco da engrenagem noticiosa do jornalismo, é sempre débil.

Impossível ter garantias sobre os agentes de noticiabilidade que interferem nos momentos de seleção, de produção e de consumo da notícia, uma vez que: primeiramente, trata-se de fatores objetivos, mas também subjetivos; depois, o encadeamento noticioso, embora possua, sim, linearidade produtiva, não acontece, na prática, linearmente, ou seja, cada fase da notícia é perpassada e influenciada sempre por todas as suas outras fases, fazendo da produção noticiosa um processo global e não fragmentado em sua execução.

Contribuindo para complexificar ainda mais os estudos da noticiabilidade no jornalismo, há que se levar em conta que o alvo dessa pesquisa é um processo operado por pessoas – um tipo muito peculiar de pessoas – conhecidas por jornalistas. Esses profissionais incorporam um tipo de visão de mundo característica que, embora seja completamente partilhada por seus pares, dentro do campo jornalístico, causa estranheza a outros campos de conhecimento, tornando a sua lógica de trabalho e de raciocínio algo meio que imprevisível ou de difícil compreensão.

Com todas essas limitações e dificuldades, o universo da noticiabilidade é o objeto de estudo dessa pesquisa, a qual entende que os critérios utilizados pelo jornalismo para produzir notícia são expedientes que acompanham todo o percurso noticioso e se modificam ao longo das fases pelas quais passa a notícia.

Nos estudos desenvolvidos com o recorte noticioso selecionado para essa pesquisa, prevaleceu a análise da noticiabilidade relacionada com a produção gráfica e editorial das notícias nas redações, isto é, a noticiabilidade que o leitor reconhece tão logo ele abre o jornal, pois se trata de códigos próprios do jornalismo que comunicam ao leitor que ele está lendo uma notícia e não um outro tipo de relato informativo. Além disso, são códigos que informam também ao leitor a hierarquia de investimento jornalístico nas notícias distribuídas na página e,

conseqüentemente, aquela que deve ser a hierarquia de interesse de leitura, por parte do público.

Essa é a face mais visível e menos controversa da noticiabilidade. O modo como a notícia aparece organizada na página diz muito sobre os seus valores – notícia e seus critérios de noticiabilidade. A análise do conjunto das 15 reportagens sob o referencial estético da notícia foi uma oportunidade de desvendar alguns dos fundamentos que o jornalismo utiliza para fazer da notícia um produto específico e único.

Já as investigações sobre os critérios de noticiabilidade e os valores-notícias utilizados pelo jornalismo na seleção e na produção textual das notícias tomaram por base não mais a totalidade das matérias selecionadas, mas apenas uma reportagem, eleita como a reportagem que culminou o processo noticioso sobre o tema da exploração sexual infanto-juvenil, na imprensa mineira, no ano de 2004: *Infância Roubada*.

Os motivos pelos quais *Infância Roubada* foi eleita como referência de análise serão melhor esclarecidos em seguida, mas, de antemão, pode-se dizer que a intenção foi particularizar e aprofundar um tipo de análise a qual, uma vez realizada, pudesse servir às demais reportagens selecionadas e, de certa forma, a todos os relatos noticiosos que tenham como tema a exploração sexual infanto-juvenil.

1.4. ELEGENDO *INFÂNCIA ROUBADA*

É oportuno que se esclareça que, inicialmente, o intuito dessa pesquisa foi o de investigar os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia pertinentes às notícias publicadas, em 2004, pelo Jornal Estado de Minas, em seu Caderno Gerais, sobre Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Tal propósito acabou se frustrando, em parte, quando ficou evidenciado, logo de imediato, que o material encontrado não contemplava nenhuma notícia sobre abuso sexual infanto-juvenil. As 15 reportagens selecionadas abordavam, especificamente, o crime de exploração sexual cometido contra crianças ou adolescentes.

O abuso sexual e a exploração sexual, embora sejam ambas práticas criminosas, se diferenciam uma da outra em relação ao fator mercantil do uso do corpo. A exploração sexual envolve necessariamente a comercialização do corpo da vítima, enquanto que, no abuso sexual, a troca do corpo se realiza por vários expedientes, dos mais subjetivos aos mais objetivos, e normalmente ocorre numa ambientação familiar à vítima.

Ou seja, ficou evidenciado que essa pesquisa não teria reportagens sobre o tema do abuso sexual, mas apenas sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. Tal evidência não deixa de ser significativa, podendo-se vislumbrar aí um déficit de noticiabilidade em relação à abordagem do abuso sexual. Mas, essa é uma investigação que não será realizada por essa pesquisa.

O material encontrado e selecionado para a pesquisa divide a sua atenção em cinco eixos de acontecimentos: a denúncia de uma rede de exploração sexual infanto-juvenil no município de Pompéu (MG), enfocada por cinco das 15 reportagens selecionadas; a rota de exploração sexual de crianças e adolescentes existente nas estradas federais que cortam o estado de Minas Gerais, que serve de tema para quatro reportagens; os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que ocorriam, na época, na Câmara de Deputados, em Brasília, tratados por três matérias jornalísticas; a relação do crime de exploração sexual infanto-juvenil com o tráfico de pedras preciosas, em Minas, que está presente em outras duas reportagens e o desencadeamento das apurações da denúncia de uma rede de exploração sexual no município de São Francisco, norte de Minas, com uma reportagem a respeito.

Embora o assunto dominante no material noticioso selecionado se refira às denúncias da existência de uma rede de exploração sexual infanto-juvenil composta por políticos, policiais e comerciantes, na cidade de Pompéu, a ênfase da análise jornalística dessa pesquisa foi dada ao segundo eixo dos acontecimentos mais noticiados pela amostra: a divulgação das rotas de exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas mineiras, situando o estado de Minas Gerais como o campeão nacional nesse tipo de crime.

O critério dessa escolha foi fundamentalmente jornalístico, não tendo nenhuma relação com a prevalência dos temas abordados pelas notícias/reportagens, tampouco com a preferência de tratamento de um assunto sobre outro. O que balizou a decisão de direcionar a análise jornalística para o eixo

noticioso das rotas de exploração sexual infanto-juvenil nas rodovias mineiras foi a constatação da existência, no meio do material selecionado para essa pesquisa, de uma grande reportagem sobre o assunto.

Uma reportagem de cinco páginas de jornal tamanho *standart*, como é o caso de *Infância Roubada*, oferece uma riqueza de material para análise suficiente para contemplar os interesses de desvendamento do processo de seleção e confecção das notícias, que é o objetivo norteador dessa pesquisa. A reportagem é o ponto alto da atividade jornalística. Ela é sempre trabalhada e produzida para complexificar o acontecimento, ou seja, oferecer ao leitor possibilidades informativas que lhe possibilitem não só conhecer uma realidade, mas entendê-la, formar uma opinião sobre ela.

A elaboração de uma reportagem, viabilizada mediante um alargamento de espaço e de tempo na rotina de produção noticiosa, proporciona melhores condições do jornalismo interferir mais profundamente na realidade. Essa perspectiva é o que faz com que todo jornalista alimente o desejo de ter a oportunidade profissional de produzir reportagens.

Na condição de grande reportagem, *Infância Roubada* concentra todos os apetrechos noticiosos que podem ter interesse de análise para este trabalho. Objetivava-se desconstruir as notícias para desvendar as possíveis razões pelas quais elas foram construídas. E desejava-se também revelar os mistérios que envolvem essa construção. Pois bem, para cumprir com essas finalidades, não foi necessário desnudar todas as matérias selecionadas. Tal procedimento seria enfadonho, uma vez que se tornaria repetitivo e sem nenhum ganho consistente de conteúdo.

A opção, então, foi eleger a reportagem *Infância Roubada* como referencial para as análises desencadeadas pela pesquisa. As demais reportagens selecionadas, além de poderem se servir das análises aqui dispostas, proporcionaram o suporte fundamental para a compreensão do processo de *Infância Roubada* ao longo do ano de 2004, demonstrando em que circunstâncias a reportagem *Infância Roubada* foi desencadeada.

Embora a reportagem *Infância Roubada* ofereça condições suficientes de análise da seleção e da construção da notícia, pela imprensa escrita, são as demais reportagens constituintes do recorte efetuado que fornecem subsídios para situar *Infância Roubada* no processo noticioso daquele ano de 2004, no Caderno Gerais

do Jornal Estado de Minas. Em outras palavras, é a partir desse recorte ampliado que foi possível tomar conhecimento do processo noticioso que gestou *Infância Roubada* e que foi por ela desencadeado.

1.5 SOBRE A SELEÇÃO DO MATERIAL DE PESQUISA

O ponto de partida para a seleção do material dessa pesquisa foi o banco de dados da Organização Não-Governamental Oficina de Imagens, situada em Belo Horizonte, e pertencente à Rede ANDI Brasil (Rede de Comunicadores pelos Direitos da Criança e do Adolescente). Dentre os trabalhos desenvolvidos por esta Oficina, está o acompanhamento diário, por intermédio do clipping eletrônico, de todas as publicações noticiosas sobre crianças e adolescentes veiculadas pelos principais jornais impressos do Estado de Minas Gerais.

Esse clipping eletrônico efetuado pela Oficina de Imagens, em Belo Horizonte, é padronizado pela Rede ANDI para todo o Brasil. Todas as ONGs ligadas à Rede ANDI, no país, cumprem o mesmo ritual de clipagem eletrônica, que é baseado em uma monumental listagem de palavras-chaves as quais, diariamente, varrem os jornais impressos eleitos como os mais representativos de cada Estado.

Uma vez realizada a varredura diária dos meios de comunicação impressos designados como representativos do Estado, essas matérias coletadas são armazenadas em formato eletrônico pdf, permitindo a leitura de todo o conteúdo noticioso. A fim de ser utilizado por qualquer usuário interessado no assunto Criança e Adolescente, esse material fica disponível para pesquisas baseadas em palavras-chaves, bem como para pesquisas baseadas em buscas por ano de publicação, por temas determinados, por veículos de comunicação, por região do Brasil, etc.

No caso dessa pesquisa, determinou-se que seria selecionado todo o material noticioso referente ao ano de 2004 – o ano mais atual totalmente clipado e indexado pela Oficina de Imagens até outubro/2005, quando do início da preparação desse material - publicado pelo Jornal Estado de Minas – o de maior circulação no Estado – que dissesse respeito ao tema Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. Mediante esse recorte, o clipping eletrônico da Oficina de Imagens selecionou um total de 99 notícias publicadas.

Todas essas notícias foram buscadas no banco de dados eletrônicos do Jornal Estado de Minas e, tão logo encontradas em formato pdf, foram impressas. Nesse momento, as matérias publicadas pelo Caderno Gerais foram eleitas como o alvo dessa pesquisa. Isso porque, em primeiro lugar, foi verificado que elas correspondiam a 69,3% do material varrido eletronicamente. Em segundo lugar, pela conveniência - numa futura análise jornalística - de se trabalhar com um material pertencente a um setor específico do Jornal, no caso, o Caderno Gerais, que é produzido visando satisfazer os interesses do leitor sobre assuntos corriqueiros e genéricos de sua cidade ou de sua região. Essa configuração segmentada do jornalismo diário faz de cada Caderno um jornal dentro do Jornal, traçando diferenças e ao mesmo tempo compartilhando semelhanças.

A partir de então, o universo dessa pesquisa já incluía um novo recorte: matérias publicadas, em 2004, sobre Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, pelo Jornal Estado de Minas, no Caderno Gerais. Foram encontradas 70 notícias nessa condição, de acordo com o clipping eletrônico da Oficina de Imagens. Constatou-se, entretanto, que havia uma inflação noticiosa nos números apresentados. Não existiam, de fato, 70 notícias nesse recorte! E por que esse erro? Porque a varredura eletrônica da Oficina de Imagens e da Rede ANDI não leva em consideração as reportagens - que normalmente ocupam uma ou mais páginas do jornal, com vários subtítulos -, designando como notícias diferentes um único material pertencente a uma mesma matéria jornalística.

Assim é que se chegou aos seguintes números: foram publicadas, no ano de 2004, no Caderno Gerais do Jornal Estado de Minas, um total de 40 notícias sobre o tema Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, das quais 5 eram notas, 20 eram pequenas notícias, 9 eram reportagens de pequeno porte, 5 eram reportagens de médio porte e 1 era uma reportagem de grande porte¹. Desse universo, foram desprezadas as notas (5) e as pequenas notícias (20), elegendo-se as reportagens de pequeno porte (9), as reportagens de médio porte (5) e a grande reportagem (1) como os alvos de análise dessa pesquisa. Com isso, o material selecionado se compôs de 15 matérias jornalísticas, dentre as quais se distinguem:

¹ Essa classificação em reportagens de pequeno, médio e grande porte é uma opção didática deste trabalho que leva em consideração o conjunto de aspectos editoriais e gráficos da matéria, como: ocupação na mancha gráfica da(s) página(s); número de fotos e a disposição do material jornalístico na(s) página(s). Não colabora para essa classificação o conteúdo informativo da matéria.

uma grande reportagem (Anexo 1), cinco reportagens de médio porte (Anexo 2) e nove reportagens de pequeno porte (Anexo 3).

As 70 notícias classificadas inicialmente pela Oficina de Imagens como pertencentes ao Caderno Gerais do Jornal Estado de Minas, se tornaram de fato 40 sob a análise jornalística e, desse montante, foram eleitas 15 para este trabalho, ou seja, 37,5% do total. E por que não absorver as 40 notícias, já que nem eram tantas assim? Porque, como foi verificado, 5 eram notas - e, portanto, nem notícias propriamente ditas eram - e 20 eram pequenas notícias que não acrescentavam nem faziam falta à análise dessa pesquisa, uma vez que o material eleito certamente contemplaria as possíveis investigações que poderiam ser feitas a partir dessas 20 pequenas notícias. As 15 reportagens selecionadas, portanto, pareceram acertadas e suficientes para essa pesquisa.

As 15 reportagens foram buscadas no banco eletrônico (Portal UAI) do Jornal Estado de Minas, em formato pdf, e estão apresentadas (Anexos 1, 2 e 3) tais quais como foram publicadas, em 2004, pelo Jornal.² Essa visibilização da notícia diagramada na página de jornal é fundamental para a análise do produto jornalístico, uma vez que o lugar, o tamanho e os recursos gráficos utilizados na publicação são elementos de análise capazes de informar muito da noticiabilidade da notícia.

1.6 O CENÁRIO SOCIAL DA PESQUISA: A IMPRENSA E O ECA

Começa a ser consensual, atualmente, pelo menos para a parcela da sociedade brasileira que tem acesso à informação, que a exploração sexual infanto-juvenil é um crime que merece ser denunciado e punido. O campo comunicativo tem tido um papel fundamental no processo de denunciar o problema, responsabilizar o poder público a buscar soluções e conscientizar a sociedade a respeito.

² Apenas uma, dentre o universo das 15 reportagens selecionadas, não foi encontrada em formato eletrônico, no portal UAI do Jornal Estado de Minas. Essa reportagem - a parte dela que estava faltando - foi buscada então no depósito do referido Jornal, formatada em pdf e anexada ao material de análise dessa pesquisa. Trata-se da p.22 da reportagem Gravação comprometedora, de 28 de abril de 2004, que se situa no Anexo 2 desse trabalho.

O consenso social em construção é de que crianças e adolescentes não devem e não podem comercializar seus corpos. Nesse intuito, há que se resolver questões de fundo relacionadas à melhoria da qualidade de vida da população para que ninguém necessite lançar mão do seu próprio corpo ou do corpo do outro para garantir a sua sobrevivência e a da sua família. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reflete e ampara, na lei, essa noção.

Promulgado em 1990, no governo do então presidente Fernando Collor de Melo, o ECA surge em uma ambiência política propiciada pela forte mobilização e pelo amplo debate social em torno da elaboração da Constituição Federal de 1988 e da primeira eleição direta para presidente do Brasil, após o período da ditadura militar. Nesse contexto social e político, abre-se espaço para se discutir as responsabilidades do Estado, da família e da sociedade na promoção e na garantia dos direitos da população infanto-juvenil.

A imprensa torna-se o palco desse debate que arregimentava, basicamente, dois tipos de vozes: as que representavam o lado conservador e que, portanto, consideravam o ECA como uma lei de defesa dos menores infratores, e as que enxergavam no Estatuto a oportunidade da sociedade brasileira avançar significativamente em direção a uma legislação moderna, integral e inovadora.

Nesse contexto nacional de efervescência social e política, um grupo de comunicadores e atores sociais criou, em 1993, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) que, sete anos mais tarde, em 2000, se transformaria em Rede ANDI Brasil. O objetivo era monitorar a cobertura jornalística dos temas relacionados às crianças e aos adolescentes, de forma a envolver a mídia brasileira na disseminação dos novos valores e práticas trazidos pelo Estatuto, o que, sem dúvida alguma, tem funcionado, desde então, como um dos fatores de noticiabilidade do tema para o jornalismo, influenciando o processo de codificação do noticiário jornalístico.

A idéia era de que o ECA instalava no país uma nova realidade jurídica e cultural sobre a infância e a adolescência que, para beneficiar de fato a população brasileira infanto-juvenil, carecia de ser referendado, divulgado e endossado pela mídia. E, assim, há mais de 17 anos que a ANDI, atual Rede ANDI Brasil, acompanha e monitora os veículos comunicativos impressos nacionais na sua cobertura dos diversos temas pertinentes ao universo infanto-juvenil, sendo que, a

partir de 1996, a Agência começou a elaborar pesquisas e análises de mídia, as quais até hoje são realizadas.

O relatório da Rede ANDI Brasil que trata da evolução da cobertura da imprensa escrita brasileira sobre os diversos temas relacionados à infância e adolescência, entre os anos de 1996 e 2004, constata um aumento percentual do número de inserções informativas que totaliza 1.148,74%. Esse índice leva em consideração a média das notícias pesquisadas em 45 veículos de comunicação impressa (jornais e revistas nacionais).

Foi auferido pela Rede ANDI Brasil que, em 1996, enquanto 55 jornais produziram 10.700 inserções noticiosas referentes ao universo infanto-juvenil, em 2000, esse número saltou para 64.396 inserções produzidas por 50 veículos impressos, chegando, em 2004, a um total de 161.706 inserções informativas realizadas por 70 meios de comunicação impressa: 60 jornais e 10 revistas.

Em Minas, a Oficina de Imagens – o braço mineiro da Rede ANDI Brasil – constatou por pesquisa que, entre 2001 e 2004, houve um crescimento de mais de 80% na quantidade de matérias publicadas sobre crianças e adolescentes em oito jornais pesquisados³, de modo que a mídia impressa mineira, em 2004, publicava, de acordo com os dados auferidos pela Oficina, pelo menos 14.887 textos referentes ao universo infanto-juvenil.

Esse avanço da cobertura noticiosa pelos meios de comunicação impressa do país e de Minas da realidade que cerca a infância e a adolescência não é suficiente, entretanto, para que se verifique um aumento igualmente significativo da difusão dos princípios legais do ECA. A Rede ANDI Brasil pesquisou e identificou, em todo o país, nada mais do que 1.442 textos – entre reportagens, artigos, colunas de opinião e editoriais – publicados, em 2004, por 52 jornais brasileiros, que fizeram algum tipo de menção ao ECA.

Desse total, a Oficina de Imagens constatou que a mídia impressa mineira participou com 231 textos, o que representa 1,5% de toda a cobertura noticiosa do Estado relacionada à infância e adolescência, naquele ano. O Jornal Estado de Minas, liderou, com 57 textos informativos, o ranking mineiro de referências ao ECA, embora, no ranking quantitativo de cobertura jornalística do universo infanto-juvenil,

³ São eles: Estado de Minas, Diário da Tarde e Hoje em Dia (Belo Horizonte); O Tempo (Contagem); Tribuna de Minas (Juiz de Fora); Correio (Uberlândia); Diário do Aço (Ipatinga) e Diário do Rio Doce (Governador Valadares).

em Minas Gerais, o JEM, em 2004, tenha perdido a liderança para o Jornal O Tempo, de Contagem.⁴

A pesquisa evidenciou a dificuldade que ainda persiste na mídia mineira e, de uma forma geral, em toda a mídia nacional, de inserir os dispositivos do ECA no conteúdo informativo sobre a realidade da infância e da adolescência. Essa dificuldade é amenizada, segundo os dados apresentados, em momentos de cobertura jornalística motivada pelas datas comemorativas ou por eventos de lançamento de políticas e programas governamentais e não-governamentais, bem como por casos pontuais de violação ou promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Mas, ainda que a força das leis seja pequena diante da crueza dos fatos que retratam a realidade de uma parcela das nossas crianças e adolescentes; ainda que os jornalistas tenham razão na sua indignação para com o poder público que não consegue eliminar a contento os fatores que promovem, de fato, essa triste situação, e, por mais que haja ainda muito para ser feito em termos de conscientização sobre os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, é importante que não se perca de vista o notório amadurecimento da sociedade e da imprensa para com a posição social ocupada, hoje, pela criança e pelo adolescente.

E não há como negar que esse amadurecimento está relacionado com a vigência, no país, desde 13 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como ao acolhimento da imprensa nacional das variadas questões que envolvem a infância e a adolescência. Mesmo sem conceder ao Estatuto o espaço noticioso reivindicado pela Rede ANDI Brasil, a imprensa brasileira, ao seu modo e dentro das características inerentes ao produto jornalístico de massa – que limita e padroniza a informação –, tem trabalhado de forma a mudar o olhar da sociedade sobre a criança e o adolescente.

O lugar da criança e do adolescente na sociedade brasileira é, em conformidade com o ECA, de sujeitos de direitos exigíveis em lei. A imprensa, ao reforçar esse novo conceito preconizado pelo Estatuto e cada vez mais assimilado pela sociedade, está refletindo, de maneira oportuna, uma noção que começa a ser incorporada ao senso comum social.

⁴ Enquanto O Tempo publicou 3.464 matérias relacionadas à realidade das crianças e adolescentes, em 2004, ampliando em mais de 80% o seu volume normal de textos veiculados sobre o assunto, o Jornal Estado de Minas veiculou 3.087 textos, naquele ano, registrando uma queda de cerca de 10% no seu número de matérias jornalísticas produzidas sobre o universo infanto-juvenil.

Submetida que é à sina da atualidade e, portanto, à condição de necessária sintonia com a sociedade em que se acha inserida, a instância comunicativa nacional tem conferido noticiabilidade à realidade experimentada pelas crianças e adolescentes brasileiros porque o universo infanto-juvenil tem conquistado importância e relevância sociais, ou seja, tem se arregimentado de critérios substantivos capazes de cada vez se impor mais à cobertura cotidiana da imprensa nacional.

Dessa forma é que, para efeito dessa pesquisa, a consensualidade sobre o tema da exploração sexual infanto-juvenil está diretamente relacionada com a sua noticiabilidade jornalística e ambos se encontram em processo de construção e fortalecimento impulsionado pela vigência e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O ECA é, portanto, o fator de noticiabilidade que, embora muito pouco citado nas matérias selecionadas para essa pesquisa, como será esclarecido no Capítulo 3, foi determinante para a criação da Rede ANDI Brasil e de suas agências regionais, como é o caso da Oficina de Imagens, em Belo Horizonte, Minas Gerais, de cujo banco de dados originou o recorte noticioso desse trabalho e vários dados sobre o tema infanto-juvenil.

Ou seja, embora o ECA não tenha aparecido nessa pesquisa como uma finalidade direta de estudo, ele está presente aqui como uma ressonância social fundamental, pois são os seus princípios de uma nova ética direcionada ao público infantil e de luta por um novo lugar da criança e do adolescente em sociedade que perpassam o conceito desse trabalho e os discursos dos jornalistas sobre o tema da exploração sexual infanto-juvenil, como se verá no Capítulo 4.

1.7 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE

1.7.1 Das “Fichas Noticiosas”

Como vai ser abordado no Capítulo 2, a noticiabilidade no jornalismo impresso é um processo longo e complexo porque ele não só atravessa toda a trajetória da notícia – da seleção do acontecimento, passando pela produção

noticiosa nas redações dos jornais, até a sua publicação e o seu consumo pelo leitor – como angaria grande quantidade de variáveis ao longo desse trajeto.

Nas redações de jornal, a matéria jornalística é redigida, editada e diagramada. Nessa fase produtiva da notícia, a noticiabilidade se traduz especialmente em escolhas e definições de como o produto jornalístico se apresentará na página do jornal para ser lido pelo público.

Assim, o texto, uma vez redigido pelo jornalista, é editado pelo editor do Caderno, que define o grau de noticiabilidade desse texto na página do jornal: se esse texto vai ser a matéria principal da página – então ela deve ter o título de mais destaque, deve ocupar o maior espaço da mancha gráfica da página e deve ser a matéria mais trabalhada da página sob o ponto de vista gráfico – ou esse texto vai ser a segunda ou a terceira matéria em grau de noticiabilidade. Quanto menor o valor conferido à noticiabilidade de um texto jornalístico, menos credenciais ele tem para se destacar na página do jornal.

O trabalho de edição da matéria jornalística é feito em comum acordo com a execução da produção gráfica da notícia. Um acompanha o outro. A matéria principal da página requisita um detalhamento gráfico muito mais sofisticado que aquela matéria de menor investimento editorial. Essa, na maioria das vezes, vem lá embaixo na página, espremida, acanhada e só vai ser lida por um leitor bem atento e curioso.

Mas, o editor não define a posição, o formato e a prioridade das matérias jornalísticas aleatoriamente. Nessa sua decisão, interferem outros critérios de noticiabilidade: se aquela notícia possui alto grau de interesse e relevância sociais; se é uma notícia que vai “furar” o jornal concorrente; se o assunto do qual trata a notícia é do interesse editorial do jornal que o está publicando; se é uma matéria oportuna e consoante com o atual momento social, etc. São todos fatores de noticiabilidade que estão por detrás da produção da notícia e que, portanto, podem ser presumidos, cogitados, discutidos, avaliados, mas jamais comprovados de modo contundente e inquestionável.

A matéria jornalística organizada e estampada na página do jornal para ser consumida pelo público, por sua vez, não proporciona tantas possibilidades de interpretação. Seu código é simples de ser decodificado por um leitor que está acostumado a ler jornais diariamente e, portanto, familiarizado com a estética da notícia jornalística.

Pois bem, foi a partir dessas questões que se analisou as 15 principais reportagens publicadas pelo Jornal Estado de Minas, em 2004, sobre o tema da exploração sexual infanto-juvenil. Ou seja, o recorte noticioso dessa pesquisa foi investigado sob os parâmetros gráficos e de edição próprios do jornalismo, levando em consideração o grau de evidência da noticiabilidade para o leitor. Afinal, o que se busca aqui, antes de mais nada, é fazer de todo cidadão um bom decodificador de informações jornalísticas. A página de jornal é o lugar mais simples e evidente da noticiabilidade. Era fundamental levar a estética das notícias para a análise da noticiabilidade jornalística.

Cada uma das 15 reportagens foi inicialmente identificada em fichas, denominadas de “Fichas Noticiosas”, e das quais constam: título da matéria; data de publicação; gênero da matéria; página ocupada no Caderno Gerais do JEM; características editoriais e gráficas da matéria; total de fotos da matéria; total de fotos de criança e/ou adolescente; total de fontes exibidas pela matéria; fontes oficiais; fontes alternativas; resumo do assunto tratado; menção ao ECA.

Os aspectos editoriais e de diagramação destacados e analisados nessas “Fichas” são os identificadores jornalísticos mais diretos, rápidos e corriqueiros do processo de produção da notícia. Pode-se dizer que eles funcionam como os sinalizadores mais imediatos da noticiabilidade da notícia. Eles dizem da noticiabilidade por si, isto é, são sinais e códigos jornalísticos que refletem a condição de noticiabilidade da notícia para além do seu conteúdo, o qual, por sua vez, complementa e endossa o que já está presente no formato da notícia.

Aprontadas essas “Fichas”, estabeleceu-se um critério de análise dos dados ali condensados. Optou-se por distribuir os aspectos construtivos das reportagens apresentados nas “Fichas” em duas categorias: a categoria visual – que corresponde ao que no jornalismo se denomina de diagramação – e a categoria editorial.

A categoria visual foi denominada de “Aspectos da diagramação” e a categoria editorial, de “Aspectos da edição”. A primeira categoria compreende sete sub-categorias: espaço ocupado na página; fotografia; cor; destaque; box; capa do Caderno Gerais e localização espacial das matérias que ocuparam menos de uma página inteira. A segunda categoria se subdivide em quatro sub-categorias: assinatura de matéria; versal; fontes e menções aos Estatuto da Criança e do Adolescente.

No Anexo 4, são apresentadas as “Fichas Noticiosas”. Elas estão ordenadas pela data crescente de publicação das reportagens no Caderno Gerais do Jornal Estado de Minas, somando um total de 15 fichas noticiosas de matérias que se estendem entre os meses de fevereiro e novembro do ano de 2004.

1.7.2 Da reportagem *Infância Roubada*

Entendida como acontecimento capaz de propiciar experiência e formular conhecimento, a reportagem *Infância Roubada* teve a sua noticiabilidade desconstruída a partir da demarcação de três momentos do processo noticioso: o “momento pré-notícia”, o “momento notícia 1” e o “momento notícia 2”.

O “momento pré-notícia” se remete à seleção do acontecimento como noticiável, para o que os jornalistas lançam mão especialmente dos critérios substantivos de noticiabilidade a fim de poderem reconhecer os valores-notícia portados pelos fatos, ou seja, a condição de notícia dos acontecimentos.

Os “momentos notícia 1 e 2” se concentram na produção da notícia, nas redações dos jornais. Enquanto o “momento notícia 1” diz respeito aos aspectos da confecção do relato noticioso relacionados à redação da notícia pelos jornalistas, o “momento notícia 2” trata da preparação da apresentação da notícia para o consumo social. É um segundo momento da confecção noticiosa, no qual ocorre a edição do material, pelo jornalista editor, e a diagramação do produto noticioso, pelo profissional de artes gráficas. É o momento final da linha de produção noticiosa, nas redações.

Para efeitos dessa pesquisa, o “momento pré-notícia” tratou dos valores-notícia e dos critérios de noticiabilidade reconhecidos pela teoria do jornalismo como pertinentes à seleção do acontecimento de que trata *Infância Roubada*. O “momento notícia1” analisou a característica de reportagem de *Infância Roubada* e como a matéria articula o tripé de sustentação do texto jornalístico: a singularidade, a objetividade e a atualidade. Já o “momento notícia 2” centrou esforços na análise da forma como a grande reportagem está disposta na página de jornal, resultado de um trabalho de edição jornalística e de diagramação.

Com a finalidade de dotar as análises de *Infância Roubada* de um grau crescente de complexidade, elas foram apresentadas, no Capítulo 4, na ordem inversa dos momentos acima estratificados, isto é, do menos complexo e mais evidente para o mais complexo e menos à mostra. Assim, o “momento notícia 2” inaugurou as análises, seguido do “momento notícia 1” e, finalmente, do “momento pré-notícia”. Com isso, parte-se da análise da notícia pronta para ser publicada e consumida e chega-se no momento em que ela ainda não era notícia, mas acontecimento.

Certamente que essa divisão do processo noticioso em momentos serve a propósitos mais didáticos e de método do que a qualquer outro objetivo, pois, na verdade, essas fases por que passa a notícia se misturam, se entrelaçam e funcionam em bloco, sendo muito complicado estabelecer fronteiras ao longo desse percurso. O que se busca fazer aqui é suspender e interromper o andamento desse processo, em alguns de seus momentos, a fim de se desvendar um pouco do modo como as notícias são produzidas e alguns dos vários fatores, objetivos e subjetivos, que agem sobre essa engrenagem noticiosa.

1.7.2.1 A subjetividade dos jornalistas

Separar objetividade de subjetividade no estudo da noticiabilidade de uma reportagem é um procedimento ousado e arriscado para uma pesquisa que deixa evidenciado, no Capítulo 2, como essa divisão é ilusória. Sigmund Freud demonstrou isso, na virada do século XX; Gilles Deleuze atualizou essa perspectiva no final do mesmo século, e os teóricos do jornalismo, de uma forma geral, endossam essa visão.

No entanto, ficará evidenciado, também no Capítulo 2, que a notícia é um produto jornalístico que arregimenta objetividade e subjetividade na sua elaboração. Enquanto Adelmo Genro Filho argumenta que, a despeito de qualquer subjetivação, a notícia se ampara sempre na realidade concreta do fato, Nilson Lage concebe a notícia a partir de um componente objetivo e, outro, subjetivo.

Da mesma forma, a noticiabilidade lida com esses dois universos: o fato em si e a percepção do fato, pelo jornalista. Nelson Traquina e Mauro Wolf

esclarecem bem essa questão, teoricamente. Impossível, portanto, para a notícia e para o seu processo de noticiabilidade escapar a essa condição de imbricação entre objetividade e subjetividade.

Essa constatação um tanto óbvia na teoria, é complicada de ser auferida na prática. Onde termina a objetividade do fato e começa a subjetividade do jornalista que se defronta com o fato? O encontro do profissional com o acontecimento já não é um encontro também dos dois universos: objetivo e subjetivo? Os jornalistas não possuem um modo de ver os fatos que é completamente diferente de qualquer outro? O que é acontecimento noticiável para os jornalistas pode passar despercebido para outro profissional...

Traçar fronteiras entre o que é objetivo e o que é subjetivo na noticiabilidade de uma reportagem é uma meta inexecutável. Mas, é pertinente conceber essa dualidade como duas realidades distintas que se entrelaçam e se combinam no processo noticioso. A notícia é um produto especificamente jornalístico que resulta dessa convivência cotidiana entre a concretude objetiva do fato e o que é percebido pelo jornalista no fato. Distinguir uma instância da outra é um expediente que contribui, portanto, para reafirmá-las como essenciais ao exercício e ao funcionamento do jornalismo.

A partir desse entendimento de notícia e de noticiabilidade é que essa pesquisa analisou o processo noticioso da reportagem *Infância Roubada*. Assim, interessava a esse trabalho demonstrar algo do que *Infância Roubada* porta de objetivo e de subjetivo no seu processo de noticiabilidade, tanto na sua seleção como acontecimento noticiável quanto na sua construção como grande reportagem.

A condição objetiva da noticiabilidade de *Infância Roubada* foi analisada sob a forma da apresentação gráfica e editorial da matéria jornalística na página de jornal (“momento notícia 2”); na sua construção textual como grande reportagem (“momento notícia 1”) e na discussão dos valores – notícia portados pelo tema da exploração sexual infanto-juvenil que, sob o ponto de vista dessa pesquisa, explicam e fundamentam a seleção e a decisão de se construir *Infância Roubada* (“momento pré-notícia”).

Os valores-notícia evidenciados nesse trabalho como pertinentes para a noticiabilidade de *Infância Roubada* foram os valores substantivos de “consonância social” e de “transgressão”, ambos funcionando sob o critério de noticiabilidade da negatividade dos fatos. Trata-se de valores e critérios portados pelo acontecimento

que detêm certo grau de autoridade noticiosa junto à comunidade jornalística, ou seja, não dependem demasiadamente da seleção do profissional ou da influência decisiva de fatores subjetivos para conferir ao fato caráter de notícia. Esses valores possuem um lugar de destaque na prática e na teoria do jornalismo, conforme está apontado no Capítulo 2.

Para a análise da condição subjetiva de seleção e de construção da notícia, pelo jornalista, essa pesquisa contou com as respostas dos questionários aplicados pela pesquisadora à equipe de profissionais que realizou a grande reportagem *Infância Roubada*. Composto de 11 perguntas dirigidas aos repórteres e ao editor de *Infância Roubada*, os questionários foram encaminhados eletronicamente a cada um dos entrevistados mediante contato prévio e individual da pesquisadora com a equipe.

O momento de realização das seis entrevistas com os repórteres coincidiu com a fase de análise, por parte da pesquisadora, da noticiabilidade de *Infância Roubada*. Esse procedimento pareceu conveniente, à época, a fim de possibilitar um encontro e um enriquecimento de olhares sobre o material de pesquisa. Já a entrevista com o editor de *Infância Roubada* foi propositadamente deixada para o final do processo de análise, visando esclarecer possíveis novidades surgidas durante a organização dos dados auferidos. Para tanto, foi confeccionado um novo questionário, cuja aplicação ocorreu da mesma forma como os anteriores, dirigidos aos repórteres.

Juntamente com os questionários, seguiu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido exigido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG para se proceder com entrevistas em trabalhos acadêmicos, o qual foi lido, aceito e assinado por todos. Os modelos de questionários, bem como as respostas de cada entrevistado, encontram-se dispostos no Anexo 5 desse trabalho.

O eixo norteador das entrevistas, as quais visavam captar algo da subjetividade dos jornalistas que pudesse explicar um pouco do processo noticioso de *Infância Roubada*, é o conceito de “campo jornalístico” de Pierre Bourdieu, aliado à noção de “tribo jornalística” de Nelson Traquina.

Em outras palavras, buscou-se perceber como os jornalistas que realizaram *Infância Roubada* concebem a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes em seus aspectos amplos e genéricos. Como esses profissionais da informação lidam com esse assunto no cotidiano profissional e que tipo de

referenciais objetivos e subjetivos sobre o problema os jornalistas mobilizam quando elegem o tema como alvo de uma grande reportagem. De tal forma que a variável mestre e central dos questionários formulados e aplicados à equipe de jornalistas de *Infância Roubada* é a do conceito profissional sobre a exploração sexual infanto-juvenil.

Levando-se em conta os referenciais teóricos sobre o campo jornalístico e a própria experiência profissional da pesquisadora na *newsland* – para utilizar um termo do professor Nelson Traquina –, essa pesquisa trabalha com o entendimento de que a idéia que os jornalistas possuem do assunto – a subjetividade profissional – interage com os dados objetivos oferecidos pelos acontecimentos, conferindo-lhes noticiabilidade ou não.

A partir dessa noção é que se buscou detectar, primeiramente, os fatores desencadeadores da reportagem *Infância Roubada*, ou seja, os possíveis motivos que os jornalistas tiveram para dotar o tema da exploração sexual infanto-juvenil de valor-notícia. Para tratar dessa questão, foram consideradas as seguintes categorias de análise: o *ethos* profissional dos jornalistas; a concepção que os jornalistas possuem de interesse social e as condições que, na opinião dos jornalistas, propiciaram que *Infância Roubada* fosse pautada.

Em seguida, os esforços se concentraram em detectar como a subjetividade dos jornalistas sobre o assunto interferiu na construção jornalística de *Infância Roubada* e concorreu para que a reportagem optasse por enquadrar as crianças e adolescentes explorados na posição de vítimas sociais. Além disso, foi verificada a visão que os jornalistas possuem do ECA, o qual não é citado pela reportagem *Infância Roubada* e aparece apenas uma vez nas outras 14 matérias selecionadas para essa pesquisa.

1.8 A PESQUISA EM CAPÍTULOS

Diante do que foi exposto acima sobre as estratégias utilizadas por essa pesquisa para se lançar na análise da noticiabilidade jornalística do recorte noticioso das 15 reportagens sobre exploração sexual infanto-juvenil publicadas, em 2004, pelo jornal Estado de Minas, e, depois, especialmente, da grande reportagem

Infância Roubada, há que se reiterar que o objetivo desse trabalho não era o de proceder à análise de discursos, tampouco de desvendar as possíveis intenções narrativas das matérias.

O objetivo central dessa pesquisa era desconstruir as notícias e revelar algo de sua noticiabilidade enquanto um produto jornalístico único e possibilitador de conhecimento. A desconstrução das notícias deveria servir, principalmente, para desmistificar o jornalismo perante os especialistas do campo da saúde e a sociedade em geral. E, nesse intuito, desejava-se efetuar uma desconstrução noticiosa que fosse da mais evidente e simples (por isso, a análise estética das matérias na página de jornal) à menos evidente e complexa (com a análise dos valores-notícia de *Infância Roubada*).

Como se tratavam de análises com graus diferentes de complexidade e com variáveis igualmente diversas, decidiu-se que essa pesquisa contaria com dois capítulos dedicados ao trabalho empírico: o Capítulo 3 faria a desconstrução noticiosa do conjunto das 15 reportagens selecionadas sob o viés estético e editorial de noticiabilidade, enquanto o Capítulo 4 se dedicaria à desconstrução noticiosa de *Infância Roubada*, com especial atenção à subjetividade dos jornalistas que construíram a matéria; aos ingredientes da construção textual característicos de uma grande reportagem e à investigação dos valores-notícia de seleção do acontecimento de que trata *Infância Roubada*.

O Capítulo 2 atualiza a teoria do jornalismo para os propósitos empíricos dessa pesquisa, de modo a permitir que, nos Capítulos 3 e 4, as análises e discussões fluam mais livremente. As principais conclusões desse trabalho são tratadas no Capítulo 5, o qual é seguido pelas referências bibliográficas e pelos anexos, onde o leitor poderá encontrar as 15 reportagens selecionadas para esse estudo, as 15 “Fichas Noticiosas”, os dois tipos de questionários aplicados, as respostas dos seis jornalistas entrevistados e as do editor de *Infância Roubada*, bem como o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado a todos os entrevistados dessa pesquisa.

2 DO JORNALISMO E SUAS PECULIARIDADES

2.1 O JORNALISMO, O TEMPO E O ESPAÇO NA MODERNIDADE

As sensações de que o mundo não é mais o mesmo, de que as coisas estão meio fora do lugar, desencaixadas, de que não se tem mais tempo para nada e de que seria necessário mais do que 24 horas para se fazer tudo que é possível fazer ou que se tem vontade de fazer são todas sensações do homem moderno. Nas sociedades pré-modernas, tudo se passava mais lentamente porque o espaço e o tempo coincidiam totalmente e as dimensões espaciais da vida social eram dominadas pela presença, ou seja, por atividades localizadas.

Para Anthony Giddens,

o advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo, fomentando relações entre outros 'ausentes', localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a 'forma visível' do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza.(GIDDENS,1991,p.27)

De sorte que a modernidade inaugurou modos de vida que “nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes” atesta Giddens, para quem as mudanças ocorridas nos últimos três ou quatro séculos foram “tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto” que, embora não se possa negar que haja algumas continuidades entre o tradicional e o moderno, “as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes”. (GIDDENS, 1991, p.14)

A separação entre tempo e espaço foi, talvez, uma das mais significativas e interessantes características introduzidas pela modernidade, propiciando à era moderna um dinamismo impressionante. O tempo, agora mensurado pelo relógio mecânico¹, adquiriu uniformidade e passou a ser organizado socialmente, esclarece

¹ Um fenômeno que data em seus primórdios do final do século XVIII, conforme GIDDENS. *As consequências da Modernidade*, 1991, p. 26.

Giddens, que considera que o tempo esvaziado cria as condições para o esvaziamento do espaço, o qual, por sua vez, se separa do lugar. O que acontece, na verdade, é que tempo e espaço se rompem para se recombinarem em relação à atividade social.

Ainda conforme Giddens, a separação entre tempo e espaço possibilita o que ele denomina de “desencaixe”, ou seja, o “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço”. O “desencaixe” ocorre, segundo ele, a partir de dois tipos de mecanismos “intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas”, que são as “fichas simbólicas” e os “sistemas peritos”. (GIDDENS, 1991, p.28-30)

Por “fichas simbólicas”, Giddens compreende os “meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular”. (GIDDENS, 1991, p. 30) O dinheiro é o exemplo de ficha simbólica que ele mais analisa. Os sistemas peritos, por sua vez, constituem, para Giddens, os “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. (GIDDENS, 1991, p.35)

É o caso de todas as diferentes áreas de conhecimento com as quais nos envolvemos, diversas vezes no dia, nas mais simples atividades que desempenhamos. Por exemplo, quando dirigimos um veículo, acionamos uma torneira, um chuveiro, um ferro elétrico, uma máquina de lavar roupas, etc., fazemos uso dos benefícios oferecidos pelos mais diversos dispositivos sem necessariamente termos a menor idéia de como ele funciona. Habitamos um apartamento, viajamos por estradas, voamos de avião, acatamos as recomendações médicas, nos submetemos a cirurgias, tudo isso porque confiamos nesses sistemas peritos, pois nada entendemos deles.

Os sistemas peritos são mecanismos de desencaxe porque, em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais das imediações do contexto. Ambos desencaxam fornecendo ‘garantias’ de expectativas através de tempo-espaço distanciados. Este ‘alongamento’ de sistemas sociais é conseguido por meio da natureza impessoal de testes aplicados para avaliar o conhecimento técnico e pela crítica pública (sobre a qual se baseia a produção do conhecimento técnico), usada para controlar sua forma. (GIDDENS, 1991, p.36)

Os mecanismos de desencaixe, portanto, dependem da confiança neles depositadas por nós. Giddens considera a confiança como “uma forma de ‘fé’ na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva”, ou melhor, confiamos que tudo sairá conforme o esperado, embora pouco ou nada conheçamos a respeito. Como explica Giddens, nossa fé não é tanto no profissional - ainda que tenhamos de confiar em sua competência -, mas “na autenticidade do conhecimento perito que eles aplicam – algo que não posso, em geral, conferir exaustivamente por mim mesmo”. (GIDDENS, 1991, p.35)

É precisamente nesse esquema giddeniano de funcionamento da modernidade que o jornalismo se situa; pelo menos o jornalismo tal como o conhecemos hoje, ou seja, o jornalismo moderno, surgido em meados do século XIX e dirigido a milhões de pessoas, em que a circulação da informação possui um caráter comercial de mercado. Porque, embora as primeiras publicações periódicas tenham aparecido na Europa no final do século XVI e ao longo do século XVII, no bojo de grandes mudanças como o Renascimento, a Reforma, o incremento da urbanização, da alfabetização e do cientificismo, bem como com o surgimento dos primeiros Estados, é na modernidade que o jornalismo se molda e finca as bases sobre as quais ele vai funcionar até os dias de hoje. Que bases? As bases mercadológicas de produção, consumo e venda de informações.

A despeito, portanto, da noção fundante do jornalismo, que o entende como uma necessidade permanente da sociedade de trocar palavras e idéias entre si, isto é, de estabelecer sempre alguma forma de comunicação – em que o jornalismo seria nada mais do que a concretização de uma tendência natural da natureza social do ser humano -, o que se interessa realçar aqui é o jornalismo enquanto um tipo de palavra diferenciada, especializada, marcada e conformada por particularidades e singularidades que o capacitam a cumprir uma função determinada e talhada no social.

Daí a noção de “desencaixe” de Giddens a partir das fichas simbólicas e dos sistemas peritos servir para o entendimento da inserção do jornalismo na estrutura de funcionamento da vida moderna. Compreendendo o modo como a modernidade passa a lidar de forma socializada e desatrelada com o tempo e com o espaço mediante a aquisição de mediadores simbólicos específicos e da institucionalização do conhecimento, fica relativamente descomplicado depreender

como o jornalismo e a imprensa – ambos na condição de “sistemas peritos” especializados na produção e circulação de informações – e o jornal – entendido, em sua materialidade simbólica como uma “ficha simbólica” – puderam ser absorvidos pela sociedade moderna, conquistando um lugar e uma função próprios.

O jornalismo toma assento na modernidade, então, mediante condições propiciadas pelo próprio funcionamento da sociedade moderna. Uma sociedade que funciona, essencialmente, através da mediação simbólica especializada baseada na confiança e na fé, para se deter no ponto de vista de Giddens. Isso permite afirmar que a imprensa moderna não impõe à sociedade nenhuma condição que ela, sociedade, não esteja capacitada e ávida por acolher. A informação passa a ser um segmento específico e importante para a sociedade moderna que, ciente da sua incapacidade de gestá-la por si própria, credencia e transfere confiança para a imprensa, o jornalismo e os meios de comunicação de massa, bem como os profissionais que nela atuam, exercerem a função de informadores sociais.

2.2 MEDIAÇÃO E MIDIATIZAÇÃO

Através da linguagem, conhecemos a realidade sem necessitar alcançá-la em sua crueza. O homem possui esse refinamento: o da representação. Nada nos chega sem alguma mediação. Mediação é diferente de midiatização. Pode-se dizer que midiatização é um tipo específico de mediação. A mediação simbólica está presente em todas as culturas e embute a noção de ponte e de troca comunicativa entre duas partes. “A linguagem é por isto considerada mediação universal”. (SODRÉ, 2006, p.20)

Mediatização, por sua vez, é “uma ordem de mediações socialmente realizadas – um tipo particular de interação, portanto, a que poderíamos chamar de tecnomediações –”, argumenta Muniz Sodré, para quem as tecnomediações são “caracterizadas por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*”. (SODRÉ, 2006, p.20)

O *medium*, a que Muniz Sodré se referencia como prótese (do grego *prosthénos* que significa extensão), funciona, segundo ele, como “um novo mundo, com nova ambiência, código próprio e sugestões de condutas”. Ou seja, o *medium* –

o meio, o canal, o veículo – ao invés de simplesmente espelhar a realidade vivida, a transforma, condicionando-a a “características particulares de temporalidade e espacialização”. (SODRÉ, 2006, p.21) Assim, o *medium* afetaria a realidade na medida em que a enquadra, a formata ou a codifica sob o ponto de vista informacional, mercadológico e tecnológico.

Midiatizar é, portanto, codificar a realidade com vistas ao consumo amplo e diversificado. A respeito, John Thompson define a mídia através de um conjunto de características: a utilização de meios técnicos e institucionais de produção e difusão; a mercantilização das formas simbólicas; a dissociação estruturada entre a produção e a recepção; o prolongamento da disponibilidade dos seus produtos no tempo e no espaço; e a circulação pública das formas simbólicas mediadas.(THOMPSON, 2005, p. 32)

“Todos os processos de intercâmbio simbólico envolvem um meio técnico de algum tipo”. Assim como “a interação face a face pressupõe alguns elementos materiais – laringe, cordas vocais, ondas de ar, ouvidos e tímpanos auditivos, etc – em virtude dos quais os sons significativos são produzidos e recebidos”, a comunicação massiva carece de certos “meios técnicos e institucionais de produção e de difusão”. (THOMPSON, 2005, p. 26) Então, é a natureza dos meios técnicos que varia de uma produção simbólica para outra. E, conseqüentemente, as propriedades desses aparatos tecnológicos determinam os tipos de intercâmbio simbólicos possíveis.

O rádio exige um tipo de técnica comunicacional diferente da que é praticada num jornal impresso que, por sua vez, se diferencia do padrão televisivo ou da comunicação virtual. Cada qual possui determinado grau de “fixação” e de “reprodução” da forma simbólica, e “essas características estão na base da exploração comercial dos meios de comunicação”, ou seja, da capacidade que “as formas simbólicas possuem de serem mercantilizadas, transformadas em mercadorias para serem vendidas e compradas no mercado” (THOMPSON, 2005, p.27)

Essas e outras peculiaridades da comunicação midiática implicam pelo menos duas constatações: primeiro, nem toda comunicação humana é um processo midiático; segundo, a comunicação midiática ocorre dentro de um formato próprio, acarretando uma série de desdobramentos ao processo comunicativo.

2.2.1 O jornalismo como uma comunicação midiática específica

Embora o jornalismo seja uma manifestação midiática sujeita, portanto, ao formato industrial e às regras de mercado impostas aos produtos da mídia, ele não deixa de ser também uma atividade diferenciada dentro do campo da comunicação e mesmo no interior dos veículos comunicativos, dada a especificidade do processo de funcionamento ao qual ele se encontra submetido.

Essa posição estratégica do jornalismo no campo comunicacional é mais ou menos valorizada pelos teóricos da comunicação, dependendo das linhas teóricas às quais os estudiosos se encontram vinculados. De uma forma ampla, pode-se dizer que existem duas concepções norteadoras dos estudos e das pesquisas em comunicação: uma - predominantemente europeia - tende para a não segmentação da compreensão do processo comunicativo, partindo do pressuposto de que as particularidades existentes nas formas de se comunicar não são fundamentais para o conhecimento e a análise do processo comunicacional como um todo. Pelo contrário, as especificidades, sejam elas referentes à forma ou ao discurso, gerariam abordagens incompletas ou desvinculadas do universo maior que deve ser o campo da comunicação.

Dominique Wolton explicita e defende esse ponto de vista de amplitude na abordagem da comunicação quando argumenta com veemência que “não existe, de um lado, a informação, mensagem boa, e, de outro, a comunicação, mensagem má e desnaturada”. Ele considera essa uma distinção impossível, especialmente quando se pensa a questão historicamente. Pergunta ele: “de que serve o desenvolvimento da informação sem a técnica da mídia impressa, do telefone, do rádio e da televisão?” (WOLTON, 1999, p. 67)

No seu entendimento, os jornalistas tendem a querer ser os autores “do bom trabalho de produzir a informação”, deixando para “o comércio da comunicação” o ônus da perversão do seu trabalho, digamos, limpo. O engano dessa separação, conclui Wolton, é que “ambos dependem das mesmas regras econômicas”. (WOLTON, 1999, p.67) A conclusão de Dominique Wolton, então, vai no sentido da supremacia da economia sobre as funções tanto do jornalismo quanto da comunicação, por ele entendida, nesse contexto, como os meios comunicativos de massa.

A outra linha teórica – predominantemente norte-americana - confere ao jornalismo um lugar específico no interior do campo comunicacional, considerando que, para o avanço dos questionamentos, das discussões teóricas e da pesquisa a ele relacionados, é mais produtivo não contundi-lo com a grande máquina de comunicação de massa. Ou seja, a despeito do jornalismo não poder se apartar dos veículos nos quais ele se insere e, assim, tanto contaminar como ser contaminado pelos dispositivos por ele utilizados, a segmentação do jornalismo como uma área particular de estudo objetiva realçar o que a atividade jornalística possui de especial e única. Essa é a corrente teórica conhecida como *newsmaking* que incorpora também em suas premissas e pesquisas o conceito de agendamento ou de *agenda-setting*. Trata-se de estudos recentes, uma vez que ganharam impulso a partir dos anos 70 do século XX, e que, segundo Mauro Wolf, “ilustram as tendências atuais da *communication research*”. (WOLF, 2005, p. 137)

O conceito de agendamento ou de *agenda-setting* se insere nos estudos e pesquisas sobre os efeitos a longo prazo provocados na sociedade pela atuação dos meios de comunicação de massa. A hipótese central e geral do agendamento é de que existe uma relação de interferência entre a agenda midiática e a agenda pública e que a mídia, portanto, é capaz de atuar sobre a sociedade de forma a despertar interesses, gerar discussões, interferir nos debates políticos, alterar hábitos e, com isso, produzir efeitos sociais visíveis capazes de serem dimensionados por intermédio de pesquisas direcionadas.

Na teoria do agendamento, o fundamento é de que “a compreensão das pessoas em relação a grande parte da realidade social é modificada pelos meios de comunicação de massa”. (WOLF, 2005, p.143) Ou, como reforça Wolf, “a *agenda-setting* sustenta que a mídia é eficaz na construção da imagem da realidade que o indivíduo começa a estruturar”. (WOLF, 2005, p.152) Como verificar e comprovar essa construção da realidade sob a influência da mídia é o desafio das pesquisas que se baseiam na hipótese do agendamento.

Quanto ao *newsmaking*, pode-se dizer que ele se destaca entre os estudos sobre os emissores e sobre os processos de produção nas comunicações de massa, especializando-se sobretudo nos estudos sobre os produtores de notícias. Segundo Mauro Wolf, o *newsmaking* avança em relação aos outros estudos sobre os processos produtivos de comunicação de massa – especialmente sobre o denominado “gatekeepers” e sobre o conceito da “distorção involuntária” –

quando abrange o “andamento normal da cobertura informativa para períodos extensos”. De tal forma que “amplia-se a problemática do caso excepcional para o andamento rotineiro”. (WOLF, 2005, p.190-191)

O primeiro fundamento teórico centrado nos produtores de notícias foi elaborado em 1947, por Kurt Lewin, num estudo sobre os problemas relacionados à mudança de hábitos alimentares e se notabilizou por ter conceituado o fenômeno dos *gatekeepers* na cadeia informativa. Lewin percebeu que, assim como as zonas de filtro são fundamentais no processo da cadeia alimentar, elas também existem e são decisórias no seqüenciamento da informação no interior dos veículos de comunicação. O estudo de Lewin denominou as zonas-filtro da cadeia informativa de *gatekeepers*, ou seja, sistemas objetivos de regras controlados por um indivíduo ou grupo que tem “o poder de decidir se deixa passar ou interrompe a informação”. (WOLF, 2005, p.184)

Ficou evidenciado que a seleção noticiosa exercida pelos *gatekeepers*, dentro dos veículos de informação, é de caráter menos individual – no caso, do jornalista – e mais vinculada a um conjunto de valores profissionais e organizacionais que englobam critérios como eficiência, produção de notícias e velocidade. (WOLF, 2005, p.186)

O conceito da “distorção involuntária” já surge no final da década e 70 e diz respeito ao distanciamento que ocorre entre o acontecimento e a narrativa noticiosa desse acontecimento, uma vez que a produção da notícia está inevitavelmente condicionada a determinados procedimentos técnicos, valores e rotinas específicas as quais, por si mesmas, alteram ou, em outras palavras, deixam suas marcas sobre o produto noticioso. De acordo com Mauro Wolf, essa perspectiva é muito mais “radical” do que aquela que relaciona a cobertura jornalística a manipulações exercidas por pressões e influências externas, pois, aqui, são “as rotinas de produção” e os “valores compartilhados e interiorizados sobre as modalidades de desempenhar o ofício de informar” que afetam a informação de modo “involuntário”. (WOLF, 2005, p.189)

É possível deduzir que é o aprofundamento desse conceito da “distorção involuntária” que funda o *newsmaking*, uma vez que os estudos relacionados a este conceito vão se deter sobre as rotinas da produção de notícias pelos diversos veículos de comunicação, tentando responder como os procedimentos informativos atuam sobre a imagem de mundo noticiada pela imprensa. É a partir da teoria do

newsmaking que se formula mais claramente o conceito de noticiabilidade que é o assunto do qual esse trabalho trata mais especificamente.

2.3 NOTICIABILIDADE: DO QUE SE TRATA

Antes dos fatos se organizarem sob o formato jornalístico de notícias ou reportagens e antes de se efetuar a disposição gráfica desse material na página do jornal, existe a fase da seleção dos acontecimentos que serão noticiados. Afinal, ao longo de um dia, muita coisa acontece no mundo inteiro, no nosso país, na nossa região, na nossa cidade, na nossa rua, na nossa comunidade, e apenas alguns desses acontecimentos chegam até o nosso conhecimento. Como se dá esse processo seletivo, no jornalismo impresso, é do que se vai tratar agora.

Ao se procurar explicar os possíveis fatores que motivam a transformação dos fatos em notícias, é conveniente conceber que as notícias são construções da realidade realizadas por profissionais especializados – os jornalistas – e veiculadas por meios técnicos específicos, dentro de uma engrenagem mercadológica de massa. As notícias são, portanto, uma especificidade do jornalismo. Elas possuem características próprias, suprem necessidades individuais e sociais e não se constroem aleatoriamente, mas a partir de uma determinada lógica.

De acordo com o professor Valdir de Castro Oliveira, “a notícia não é uma cópia ou um espelho da realidade e sim o resultado de uma atividade altamente complexa que envolve e aciona diversos grupos humanos, recursos materiais, tecnológicos e técnicos.” (OLIVEIRA, 1996, p.19)

Nilson Lage considera que a notícia se constitui de dois componentes: uma “organização relativamente estável”, que ele denomina de “componente lógico”, e de “elementos escolhidos segundo critérios de valor essencialmente cambiáveis”, os quais ele nomeia de “componente ideológico”. (LAGE, 1979, p.37) Assim é que Lage atenta para a objetividade e a subjetividade do relato noticioso. A objetividade está relacionada ao fato em si – que jamais é apreendido em sua totalidade - e a subjetividade se vincula à abordagem do fato pelo jornalista, ou à condição do fato se realizar como notícia.

Adelmo Genro Filho lembra ainda que “os fatos jornalísticos são um recorte no fluxo contínuo” da realidade, o que os torna inevitavelmente uma escolha subjetiva e relativa do jornalista, mas, ao mesmo tempo, uma escolha delimitada por uma “substância histórica e socialmente constituída”. (GENRO FILHO, 1987, p.188) Ou seja: embora a notícia comporte enfoques subjetivos e ideológicos, ela sempre está baseada na concretude do fato.

Na tentativa de entender e explicar a transformação do fato em notícia, Gaye Tuchman invoca o que ela denomina de “*news judgement*” - que é uma espécie de experiência combinada com senso comum – dos jornalistas. Estar em sintonia com o senso comum é, como explica Tuchman, fundamental para que o jornalista possa avaliar e determinar “se uma informação pode ser aceita como fato” pois, como ela mesma conclui, “os jornalistas não publicarão como fato afirmações que contradigam o senso comum”. (TUCHMAN, 1993, p.87)

A relação imprensa – notícia - sociedade deve ser vista então como uma relação de troca, familiaridade e sintonia. Os desajustes por vezes observados nesse relacionamento são rapidamente corrigidos, sob pena de prejuízos especialmente para o mercado midiático. Em outras palavras, ou a imprensa está sempre sintonizada com a sociedade na qual ela se encontra inserida ou ela simplesmente não funciona.

Tal percepção é importante para não se cair na simplicidade e na ingenuidade de que as notícias são notícias porque alguns personagens sociais de influência política ou econômica assim o desejam. Embora as interferências pessoais existam e não possam ser completamente descartadas no cotidiano do processo midiático, elas são insuficientes para explicar e respaldar as estratégias noticiosas em seus aspectos amplos e maciços. Apesar, portanto, de quaisquer interesses localizados e personificados, as notícias existem como resultado de um processo industrial e mercadológico talhado em harmonia com a sociedade à qual elas se remetem.

Mas, além da capacidade subjetiva que os jornalistas desenvolvem de estar permanentemente familiarizados com o senso comum social e, com isso, terem condição de classificar determinados fatos como noticiáveis ou não, há explicações menos abstratas para esse procedimento efetuado rotineira e quase automaticamente pelos profissionais das notícias.

A noticiabilidade se constitui da propriedade-habilidade-capacidade que o jornalismo detém de transformar algumas ocorrências em notícias a partir de requisitos específicos exigidos dos acontecimentos ordinários. A noticiabilidade é então a condição de notícia de um evento sob a ótica do jornalismo.

Na produção informativa de massa, combinam-se, de um lado, a “cultura profissional” do jornalista e, de outro, as “restrições ligadas à organização do trabalho, sobre as quais se constroem convenções profissionais”. É essa combinação de táticas, rituais, convenções, retóricas e estereótipos dos jornalistas com as rotinas de produção da informação massiva – a coleta dos materiais informativos, a relação com as fontes e as agências de notícia - que determinam um conjunto de critérios de relevância os quais “definem a noticiabilidade de cada evento”, ou seja, “a sua ‘aptidão’ para ser transformado em notícia”. (WOLF, 2005, p.195)

Na noticiabilidade, interferem variados fatores relacionados à produção noticiosa que vão desde a qualidade do acontecimento (os valores-notícia), passando pela percepção individual e de classe do jornalista, bem como pelo conjunto de características do veículo informativo ao qual pertence o profissional, até às condições técnicas de apuração e de confecção da notícia, nas redações. Um processo extremamente complexo e situado em um horizonte histórico, político, econômico e social.

Assim é que a noticiabilidade é constituída pelo “complexo de requisitos” que se exigem dos eventos – “do ponto de vista da estrutura de trabalho nos aparatos informativos e do profissionalismo dos jornalistas” – para que eles possam adquirir a “existência pública da notícia”, afirma Mauro Wolf. A noticiabilidade corresponde ainda

ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informações enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias. (WOLF, 2005, p.195-196)

Os critérios utilizados pelo jornalismo para conferir noticiabilidade a determinados acontecimentos são denominados de critérios de noticiabilidade. Esses critérios atravessam todo o processo de produção da notícia - da seleção ao consumo – e são mais ou menos prevalentes de acordo com a fase por que passa a

notícia no seu encadeamento produtivo. Selecionar o fato como noticiável requer determinados critérios. Apurar e produzir a notícia envolve critérios específicos. Tornar pública a informação jornalística já arrigimenta outros critérios.

Mas, embora essas especificações dos critérios de noticiabilidade aconteçam ao longo do processo noticioso, elas, na prática e na rotina produtiva da imprensa, são completamente encadeadas e sintonizadas entre si, de forma a parecerem um conjunto homogêneo. E, de fato, não poderia ser de outra forma. Ao selecionar um acontecimento, o jornalista já o faz levando em conta todo o complexo de fatores que influenciam a sua noticiabilidade.

Ou seja, de uma certa forma, para o jornalismo, as notícias e as reportagens, surgem é lá no confronto do repórter com o acontecimento. É nesse momento que todos os critérios de noticiabilidade pertinentes ao processo inteiro da notícia afloram e se fazem significativos. Certamente que desse momento até a publicação noticiosa, há um percurso operacional próprio a ser percorrido pelo acontecimento do qual não se pode eximir os imprevistos. Mas, é precisamente nesse intervalo estabelecido, cotidianamente, entre fatos e notícias que os critérios de noticiabilidade operam de forma mais decisiva.

E, uma vez que isso acontece, é possível deduzir que uma reportagem não é, normalmente, uma evolução da notícia, mas que ela é gestada e concebida como tal, pois, na sua seleção baseada em critérios de noticiabilidade, ela já porta consigo, atributos próprios capazes de sustentá-la nessa condição.

A noticiabilidade de um evento se apóia, por um lado, nas expectativas sociais a ele relacionadas e, por outro, nas especificidades da produção informativa. Se o interesse social se sobressai na fase da seleção do acontecimento, o processo de transformação do fato em notícia que sucede ao momento de seleção do evento como noticiável é um processo administrado pelos jornalistas. A construção noticiosa é uma tarefa específica dos jornalistas. A sociedade, nesse momento, fica à margem.

2.4 NOTÍCIA: UMA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA CONSENSUAL E CONSONANTE SOCIALMENTE

As notícias são moldadas dentro de uma relação consensual estabelecida com a sociedade. Ou seja, os jornalistas ou os *media* não são especialistas em criar notícias, eles normalmente as produzem a partir da relação por eles mantida com o consenso social. Mas, que consenso é esse? Onde ele se situa? Como ele é percebido? Stuart Hall explica a natureza consensual de uma sociedade como uma espécie de “assunção de fundo” ou de “quadros de referência de fundo”, a partir dos quais se torna possível obter-se o que ele denomina de “mapa cultural” dessa sociedade, isto é, seu “mapa de significados”. (HALL, 1993, p. 226)

O “mapa de significados” de uma sociedade é a sua base referencial de valores e de comportamentos: como essa sociedade se constrói como tal; como ela se pensa; seus parâmetros de normalidade e, conseqüentemente, de anormalidade; enfim, o que essa sociedade é e como ela funciona.

Essa noção de consenso apresentada por Hall expande significativamente o significado de senso comum, uma vez que retira deste as atribuições superficiais de banalidade ou de falta de complexidade. O consenso social, em Hall, é um processo de luta travado pela coletividade em torno da posição de “definidores privilegiados”, ou seja, daqueles que vão garantir suas finalidades e defender seus interesses junto à opinião pública, através dos *media*. (HALL, 1993, p. 235)

Sob esse ponto de vista, a mídia trabalha sempre com o consenso social, mas é necessário reconhecer que esse consenso se encontra em permanente movimento e é resultado de uma intensa luta pelo poder – travada entre os que já estão no poder e os que se definem como contrapoder –, da qual a própria engrenagem midiática participa ativamente.

Segundo Stuart Hall, uma das mais importantes funções dos *media* consiste em identificar e ordenar, em meio à “confusão de acontecimentos desordenados e caóticos” existentes no mundo, aqueles acontecimentos que são, de alguma forma, significativos. (HALL, 1993, p.225) Para identificar e contextualizar os acontecimentos, os jornalistas devem dispor dos “mapas culturais” do mundo

social, pois, do contrário, não poderiam trazer esses acontecimentos para o campo dos significados.

Funcionando como decodificadores sociais dos fatos fora do comum, invulgares, imprevisíveis, conflituosos e problemáticos, os *media* absorvem e constroem, ao mesmo tempo, o consenso social. A sociedade necessita entender o seu entorno, cada vez mais segmentado, especializado e complexificado. Esse entendimento é que lhe garante uma condição, pelo menos imaginária, de harmonia e homogeneidade.

Não haveria sociedade se as discrepâncias sobressaíssem mais do que as semelhanças. É, portanto, fundamental ao funcionamento social essa idéia de que existe um consenso, isto é, um entendimento geral e amplo sobre o mundo que nos cerca, partilhado por todos os membros de uma sociedade e capaz de promover uma sensação de que tudo está sob controle.

Como explicita o professor Valdir de Castro Oliveira, o funcionamento social ocorre sob a lógica das variáveis de “racionalidade” e de “previsibilidade”, fazendo com que o acontecimento, na condição de “uma variável entrópica e potencialmente capaz de desestruturar este sistema”, se torne não só “indesejável, como mobilize os mecanismos de controle social, político ou ideológico, para dar a ele uma feição domesticada e inteligível para o conjunto da sociedade.” (OLIVEIRA, 1996, p.10)

Tornar o acontecimento inteligível socialmente é situá-lo dentro de uma atmosfera familiar à coletividade. Essa familiaridade proporcionada pelo jornalismo às pessoas sobre os acontecimentos ordinários é obtida pela condição de consonância estabelecida entre o fato novo e os fatos antigos. A consonância do evento, de acordo com Nelson Traquina, foi elencada como fator de noticiabilidade do jornalismo, pela primeira vez, nos estudos de Johan Galtung e Marie Holmboe Ruge, realizados em 1965, quando estes detectaram que era comum existir, nas notícias, uma relação da nova narrativa do acontecimento com a narrativa antiga constituída sob a forma de uma “pré-imagem mental”. (TRAQUINA, 2005, v. II, p. 71)

Em 1987, os estudiosos Richard Ericson, Patricia Baranek e Janet Chan identificaram a continuidade como um importante valor do acontecimento. Segundo eles, os jornalistas, para noticiar um evento, se preocupam, basicamente, em “estabelecer e usar enquadramentos reconhecíveis”, de tal forma que, mais

importante que a novidade despertada pela notícia, é o componente de familiaridade e de consonância possibilitados por esta. (*apud* TRAQUINA, 2005, v.II, p. 75)

Indo na mesma direção, Nelson Traquina analisa a consonância como uma estratégia de construção da notícia destinada a inserir o acontecimento em uma narrativa já estabelecida. Com isso, ele quer dizer que a consonância aproveita o conhecimento que o público possui sobre o assunto e, conseqüentemente, o interesse já despertado em sociedade, para tratar do tema a partir de uma ótica inovadora. A consonância no jornalismo ocorre então quando “o ‘novo’ acontecimento é inserido numa ‘velha’ estória” (TRAQUINA, 2005, v.II, p. 93)

2.5 A TRANSGRESSÃO DA NOTÍCIA

Na medida em que a sociedade requisita, por uma questão mesma de sobrevivência, entender-se a si própria e manter o seu funcionamento sob controle, afastando tudo o que possa ameaçar a sua noção de corpo homogêneo e consistente, o crime surge como um desvio social a ser combatido e repellido. A lei incorpora a vontade de uma sociedade e lhe fornece “a definição básica de quais são as ações que são aceitáveis ou não” (HALL, 1993, p. 237); estabelece as fronteiras entre a normalidade e a anormalidade, entre o comum e o incomum, entre a ordinary e a extraordinary dos acontecimentos sociais.

Partindo da noção de que a notícia se instala justamente naquilo que rompe com a normalidade das coisas, “o crime é, quase por definição ‘notícia’”, alega Stuart Hall. O crime, ao ser noticiado, evoca as ameaças que a sociedade tanto teme e, ao mesmo tempo, “reafirma a moralidade consensual da sociedade”. (HALL, 1993, p. 237)

Às vezes, as noções consensuais de uma sociedade são bastante sutis e de difícil distinção. Não é o caso do crime. O crime, como afirma Nelson Traquina, “traça uma das fronteiras principais desse consenso” (TRAQUINA, 2005, v.II, p.86) O crime é o que a sociedade, consensualmente, estabelece como inaceitável e condenável.

A violência não é uma prerrogativa de qualquer um, mas apenas do Estado, que a ela recorre sempre que o indivíduo, a propriedade e o próprio Estado

sofram quaisquer abalos, lembra Stuart Hall. Sob esse ponto de vista, Hall considera impossível que a violência não seja, portanto, um tema social extremamente valorizado pelos *media*. Os que se queixam que as notícias contêm demasiada violência “não compreendem o que são as notícias”, postula ele. (HALL, 1993, p. 239)

Os relatos noticiosos sobre crimes se relacionam também com o gosto do público pelo que é negativo. Nelson Traquina informa que no ano de 1600, quando as “folhas volantes” – forma pré-moderna do jornal – predominavam na Europa e até na América Central, os assuntos noticiáveis eram os assassinatos, os quais representavam 1/3 das notícias. Segundo ele, havia um fascínio na época pelos homicídios e pelos enforcamentos. O insólito – àquela altura representado pelos milagres, o aparecimento de monstros, as práticas feiticeiras e as guerras – e as celebridades dominavam o restante do espaço noticioso das “folhas volantes”. (TRAQUINA, 2005, v.II p. 64-66)

Nos anos 30 e 40 do século XIX, sob a influência da chamada *penny press* – a imprensa de baixo custo criada pelos norte-americanos –, o *New York Sun*, “contratou um repórter para escrever artigos em estilo humorístico sobre os casos que surgiam diariamente na delegacia local de polícia”, conta Nelson Traquina. Ao invés de política e economia, discursos parlamentares, cotações da Bolsa de Valores, conflitos militares e informações comerciais, o *New York Sun* enchia suas páginas com histórias de crime, escândalos, tragédias, “notícias que o homem comum achava interessantes ou divertidas”, o que propiciou, em quatro anos, um aumento de 15 vezes mais a tiragem inicial do jornal. (TRAQUINA, 2005, v. II, p.67)

Do estudo de Herbert Gans publicado, em 1979, sobre as “qualidades duradouras” dos telejornais de três principais cadeias norte-americanas (CBS, ABC e NBC) e das revistas informativas *Newsweek* e *Time*, depreende-se que, naquela época, os acontecimentos que eram noticiados, depois das atividades de governo, pertenciam à “categoria de crimes, escândalos e investigações”, seguidos de perto por três outras categorias: as relacionadas aos protestos (violentos e não-violentos), aos desastres e ao insólito. (*apud* TRAQUINA, v.II, 2005, p.68)

Em 1965, um estudo da dupla Johan Galtung e Marie Holmbose Ruge (*apud* TRAQUINA, v.II. 2005, p. 69-73) destacou a negatividade dos acontecimentos como um dos principais fundamentos das notícias. De acordo com Nelson Traquina,

esses estudiosos explicam a preferência da imprensa por acontecimentos negativos pelo que eles portam de inesperado, de imprevisível e de raro e pelo que esses acontecimentos possuem de consensual e inequívoco em sociedade.

Em outras palavras, o que Galtung e Ruge explicaram é que a negatividade concilia mais a sociedade do que a positividade. Há uma melhor possibilidade da sociedade acordar entre si sobre o que é ruim, triste, indesejável, impraticável, imoral e revoltante para os seus membros do que essa mesma sociedade se entender sobre o que lhe é bom, justo, normal e moral.

O crime encarna o lado negativo do funcionamento social. Ele revela que nem tudo está sob controle em uma sociedade e que a lei pode ser transgredida, ameaçando a harmonia desejada pela coletividade. A transgressão social figura entre os principais fatores desencadeadores de notícias, no jornalismo. Tal fenômeno se justifica, por um lado, pelo valor de novidade portado pelos atos transgressivos sempre alvos de curiosidade e interesse social, e, por outro, pela disposição do jornalismo de reiterar as condutas preconizadas como apropriadas e edificantes pela sociedade.

Na tentativa de se entender como os acontecimentos transgressivos garantem normalmente noticiabilidade junto à imprensa, é necessário fundamentar, no indivíduo e na sociedade, as bases sobre as quais a transgressão se instala. Em seu texto clássico, “O Mal-Estar na Civilização”, Sigmund Freud afirma que a “agressão constitui, no homem, uma disposição instintiva original e auto-subsistente” e “ela é o maior impedimento à civilização”, a qual, essa sim, “constitui um processo a serviço de Eros”. (FREUD, v.XXI, 1990, p. 144 -145)

O homem freudiano é um ser violento que só é domesticado à custa de regulações sociais impostas pela civilização que, dessa forma, se torna a maior fonte do sofrimento humano, uma vez que ela lhe impõe sacrifícios enormes no exercício de sua sexualidade e de sua agressividade. E, como o homem é impedido de exercer a sua natureza agressiva em sociedade, essa agressão se volta para o seu próprio ego e é assumida pelo superego. O superego faz com o ego o que este gostaria de fazer com os outros indivíduos. (FREUD, v.XXI, 1990, p.146)

Uma vez que o homem, para viver em sociedade, não pode dar vazão a sua carga de energia sexual, pois isso o levaria a sua própria destruição e inviabilizaria a construção e a solidificação cultural, esse potencial energético pulsional do ser humano tem que se dirigir a outros propósitos que não os

explicitamente relacionados à sua sexualidade. A essa substituição do viés sexual pelo viés cultural, Freud denomina de sublimação. Nem todos os indivíduos são capazes de sublimar suas pulsões, mas, ainda que o façam, eles não eliminam totalmente as suas inclinações primitivas e subsistentes de natureza sexual.

O fato do homem não poder exercer a sua sexualidade da forma como ele gostaria não quer dizer que não subsista nele a vontade de fazê-lo. Ou, em outras palavras, por mais que a sociedade se incumba de atrofiar a natureza sexual e agressiva do homem, mediante normas de condutas morais que impeçam quaisquer possibilidades de satisfação plena nesse sentido, ela não consegue obter o sucesso que ela gostaria de ter nesse seu intento.

Assim, se o homem, por um lado, é obrigado a portar um sentimento de culpa constante manifestado na forma de “uma espécie de mal-estar” (FREUD, v. XXI, 1990, p. 160) cultural - porque ele deseja o que lhe é proibido -, por outro, a sociedade valida uma “moral sexual ‘dupla’” isto é, permite a transgressão de suas normas, o que, segundo Freud, é “a melhor confissão de que a própria sociedade não acredita que seus preceitos possam ser obedecidos.” (FREUD, v. IX, 1990, p. 200)

Os padrões de civilização, segundo Freud, exigem de todos uma idêntica conduta sexual, a qual, se por alguns indivíduos, ela pode ser seguida sem dificuldades, para outros, ela impõe “os mais pesados sacrifícios psíquicos”. Para sanar essa injustiça é que o homem desobedece às junções morais, tornando-se um criminoso, um *outlaw* diante da sociedade ou, excepcionalmente, um grande homem, um herói. (FREUD, v. IX, 1990, p. 192-197)

O destino do homem que não se torna um *outlaw* (fora da lei) nem um herói é se contentar, então, em satisfazer as suas inclinações transgressoras nas suas fantasias. A fantasia ajuda o homem a suportar as suas frustrações com essa sociedade opressora. A fantasia é livre. O homem não necessita pagar nenhum preço à cultura por fantasiar. É na fantasia humana, então, que a transgressão se instala de forma mais confortável e menos arriscada.

Jacques Lacan, em seu Seminário 10, sobre a Angústia, afirma que “a fantasia do neurótico está inteiramente situada no lugar do Outro.” Segundo Lacan, quando nos deparamos com essa fantasia, ela se nos apresenta como perversão. Mas, embora os neuróticos tenham fantasias perversas, isso não é a mesma coisa

que a perversão, explica Lacan, para quem as fantasias perversas dos neuróticos lhes servem “para se defender da angústia, para encobri-la.” (LACAN, 2005, p.60)

A transgressão do outro já me serve: eu não preciso transgredir também. É esse o raciocínio que embasa a fantasia de transgressão do homem em sociedade. Ou seja, me é interessante que o outro rompa com a lei para que eu não necessite romper; já me satisfaz ver a transgressão do outro ou mesmo apenas saber da sua existência. Eu projeto no outro os meus anseios perversos.

Daí a curiosidade do ser humano pelas estórias transgressoras e daí o jornalismo dotar de noticiabilidade os acontecimentos que transgridem as normas, as convenções, as leis, as condutas, a “moral sexual ‘civilizada’”, no dizer de Freud. (v.IX, 1990, p. 187)

Esses pressupostos freudianos acerca das conseqüências do descompasso existente entre o homem e a civilização, em que esta cobra daquele um preço alto por lhe possibilitar conviver com seus pares, são valiosos para se compreender a função que a imprensa desempenha ao noticiar as atitudes transgressoras do homem em sociedade.

Procedendo assim, a imprensa acaba por municiar de material as fantasias de transgressão dos indivíduos. Fantasias essas que seduzem o homem civilizado na medida em que lhe possibilitam atualizar a essência bárbara de sua natureza humana. Fantasias essas também que, de acordo com Jacques Lacan, permitem que o sujeito neurótico se defenda da angústia e do sofrimento por ela desencadeado.

Ao satisfazer, de certa forma, a necessidade de transgressão do ser humano, a imprensa opera a delicada função de retirar da prática desviante os ingredientes que melhor possam servir ao propósito de normatizar a sociedade, equilibrando-a, estabilizando-a e conservando-a.

A transgressão social é então um fator de noticiabilidade para o jornalismo do qual a imprensa se serve não para perverter as regras da sociedade ou subverter os seus valores morais, mas para tentar transformar justamente o que é transgressivo socialmente em um valor consensualmente conservador.

Por outro lado, a ação humana de transgredir está associada à atitude de exceder, ultrapassar, violar, atravessar, ir além, isto é, agir de forma a extrapolar os limites. “Seu significado transitou da esfera geográfica, na qual fixava o limite para

as águas do mar, à concepção ético-filosófica, que abriga desde preceitos morais e religiosos até as leis do Estado”. (WIKIPEDIA, Transgressão, resultado 1 de 74)

O transgressor rompe com as amarras, com o estabelecido, com o convencional. Ele ousa e inventa. De certa forma, ele é um criador: um criador de suas próprias leis, de seus próprios referenciais, de sua própria visão de mundo. Ele nega o que está estabelecido, consensualmente, por uma maioria, e cria um outro parâmetro, subvertendo a organização do que até então estava organizado. Exemplos ilustres não faltam, ao longo da história, de transgressores das normas vigentes em sua época, os quais, em suas áreas de saber e de atuação, revolucionaram o conhecimento humano.

Essa capacidade que o transgressor possui de romper com o que está organizado e estabelecido é vista com admiração pelos integrantes da civilização a qual, como diagnosticou Sigmund Freud, em 1908, “repousa, falando de modo geral, sobre a supressão das pulsões”.(v. IX, 1990, p.192)

Na condição de criador de sua própria lei, o transgressor angaria um certo respeito e uma boa dose de simpatia dos membros sociais, principalmente se a sua transgressão é bem sucedida. Quem nunca se flagrou torcendo para que o bandido de golpes perfeitos não seja apanhado pela polícia, nos filmes ou mesmo na vida real? Há um mérito no “bom bandido” que geralmente é reconhecido socialmente. É como se a existência da lei portasse consigo a condição para a sua subversão. Então, a transgressão seria a consequência natural da lei, como o outro lado da mesma moeda.

A imprensa, então, quando noticia fatos transgressores, atíça o conflito humano do que é certo e do que é errado; do que é do bem e do que é do mal; do que é justo e do que é injusto; do que é belo e do que é feio; do que está para o céu e do que pende para o inferno. Essa dúvida e essa divisão do ser humano afloram o seu interesse de conhecimento sempre que algo da experiência transgressora do outro lhe é informado.

De alguma forma, a notícia sempre transgride, pois, afinal, ela anseia sempre pelo desconhecido, pelo inusitado, pelo novo, pelo diferente, pelo incomum. Ou seja, há um componente transgressor na notícia que lhe é inerente. E, sob essa condição transgressora característica, o que a notícia deseja, no fim das contas, é provocar alguma reação junto à coletividade.

Quando a notícia se reporta a acontecimentos transgressores, ela adquire uma dupla condição de transgressão e incorpora ainda mais possibilidades de repercutir socialmente, pois, como se buscou esclarecer, há pouco, a transgressão está no cerne da condição humana, essencialmente ambivalente, insatisfeita e angustiada.

2.6 NOTÍCIA: UM PRODUTO SOB MEDIDA

2.6.1 A singularidade como a forma da narrativa jornalística

O produto jornalístico se impõe como um produto discursivo e específico, entre outras razões, porque se constrói mediante expedientes próprios de texto, bem como de critérios gráficos e de edição. Ou seja, a notícia é reconhecida como tal porque ela se apresenta socialmente dentro de um formato padronizado o qual, por sua vez, define o modo como ela exhibe o seu conteúdo informativo.

Uma vez selecionado como acontecimento noticiável, o fato se materializa em relato noticioso lançando mão de procedimentos que aqui serão resumidos na singularidade, na objetividade e na atualidade.

De acordo com Adelmo Genro Filho, o jornalismo “implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular”. Uma singularidade que “se manifesta na atmosfera cultural de uma imediaticidade compartilhada, uma experiência vivida de modo mais ou menos direto”. (GENRO FILHO, 1987, p.160)

É sob a égide da forma singular que a notícia se estrutura, pois a singularidade, conforme esclarece Genro Filho, “é a forma do jornalismo e não o seu conteúdo”. (GENRO FILHO, 1987, p.81) Segundo ele, enquanto a ciência “dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais”, o jornalismo “reconstitui a singularidade, simbolicamente, tendo consciência de que ela mesma se dissolve no tempo. O singular é, por natureza, efêmero”. (GENRO FILHO, 1987, p. 65) Daí a condição fugaz da notícia.

Mas é justamente pela estrutura efêmera da singularidade que o jornalismo cristaliza a sua significação “trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo”. (GENRO FILHO, 1987, p.163)

Para se constatar como a singularidade se manifesta no jornalismo impresso, basta atentarmos para as notícias policiais, por exemplo, a de um crime de assassinato. Um assassinato nos remete à universalidade da tragédia humana da violência, que por sua vez nos leva para o campo filosófico da questão, motivando variados questionamentos.

No entanto, quando o jornalismo codifica esse acontecimento sob a forma da notícia, ele o faz a partir dos critérios valorizados pelo senso comum. Assim, a notícia vai informar quem morreu (idade, profissão, atividade, seu estado civil, se mãe ou pai de quantos filhos, etc.); quem matou (com a maior quantidade possível de dados identificatórios); quantos tiros ou quantas facadas; se era noite ou dia e se chovia ou fazia sol, na hora do crime; se alguém viu ou ouviu o que aconteceu, ou seja, a notícia vai singularizar o acontecimento, aproximando-o da vida cotidiana e tornando o mundo mais inteligível e palpável para o cidadão comum e não especialista.

É através da singularidade, também, que o jornalismo executa a sua função de tradutor social, isto é, explica para a sociedade o discurso do especialista do qual nos fala Anthony Giddens. Por exemplo: a sociedade sabe, hoje, que, sob algumas circunstâncias, ela deve se vacinar contra a febre amarela; que nas relações sexuais, é conveniente o uso de preservativo a fim de se evitar várias doenças, mas especialmente, a Aids; que o fumo traz enormes malefícios à saúde ...

Pois bem, se, hoje, a sociedade minimamente informada sabe o que é febre amarela, o que é Aids e que o cigarro mata, é porque o jornalismo traduz, numa linguagem acessível a todos, o discurso do especialista, no caso, do cientista, do médico, do político, do agente de saúde. Se o jornalismo apenas reproduzisse esse discurso, a sociedade continuaria, em sua quase totalidade, desinformada sobre todos esses assuntos.

Ao informar a sociedade a partir da ótica do senso comum e, portanto, do singular, o jornalismo reduz a complexidade da existência humana, tornando o mundo mais habitável, mais inteligível, mais ao alcance da experiência de vida das

peessoas. Se não houvesse uma tradução credenciada e autorizada socialmente, como o jornalismo, para aproximar os sistemas peritos do cotidiano da coletividade, não haveria diálogo ou ação social possível.

O jornalismo, assim, é a instância organizadora da vida em sociedade e, nessa sua função, ele não pode se ater pura e simplesmente ao discurso do especialista, fundado nos sistemas peritos, mas, ao invés disso, executar a melhor tradução possível desse discurso, visando qualificar a sociedade, dotando-a de informações que lhe ampliem o entendimento sobre o desconhecido.

O relato jornalístico lança mão de uma linguagem que não é científica, nem formal, nem coloquial ou cotidiana. É uma linguagem “subordinada a normas e procedimentos que a distinguem da espontaneidade lógica, lingüística e epistemológica da linguagem comum”. (GENRO FILHO, 1987, p.130) A esse discurso próprio da imprensa, Stuart Hall denomina de “idioma público”, isto é, a codificação que os veículos de comunicação e os jornalistas conferem ao se utilizarem de todos os outros discursos. (HALL, 1993, p. 233)

E é porque o jornalismo não é uma comunicação espontânea, elementar e cotidiana mantida entre os indivíduos, mas um processo de mediação social objetivo, o qual “implica uma divisão do trabalho e – por conseqüência – um fazer e um saber específicos”, que, conforme Genro Filho, “pode-se falar do jornalismo como uma forma de conhecimento” cristalizada no singular. (GENRO FILHO, 1987, p. 130)

2.6.2 A objetividade como o artifício do jornalismo

A objetividade do relato noticioso está relacionada ao fato em si – que jamais é apreendido em sua totalidade - e a subjetividade se vincula à abordagem do fato pelo jornalista, ou melhor, à condição do fato se realizar como notícia. Segundo Adelmo Genro Filho, “o material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independente do sujeito”; no entanto, para o fato ser percebido como tal, ele reivindica a percepção dessa objetividade pelos sujeitos que a fazem de forma subjetiva. (GENRO FILHO, 1987, p.186-187) Assim, embora a notícia

comporte enfoques subjetivos e ideológicos, ela sempre está baseada na concretude do fato.

É impossível falar de jornalismo imparcial e objetivo. Ao ser percebido e relatado, todo fato já porta algo de subjetivo. No entanto, o jornalismo se esforça para disfarçar a subjetividade do relato noticioso e realçar a sua objetividade. Como? Graças ao que a socióloga norte-americana Gaye Tuchman denomina de “ritual estratégico” utilizado pelos jornalistas na redação das notícias.

De acordo com Tuchman, a atividade jornalística envolve interesses diversos e o risco de o jornalista não conseguir contemplá-los na produção de uma notícia é alto. Assim é que “os jornalistas invocam os procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas e seguem rotinas confinadas pelos limites cognitivos da racionalidade”. (TUCHMAN, 1993, p.74-75)

Ritual, nesse caso, é, segundo Gaye Tuchman, “um procedimento de rotina que tem relativamente pouca relevância ou uma relevância tangencial para o fim procurado” e ela esclarece que esses procedimentos rituais podem servir de “estratégias performativas” (TUCHMAN, 1993, p.75) ou seja, de táticas destinadas à prevenção de ataques. Gaye Tuchman, dessa forma, situa a objetividade jornalística não como um ideal a ser perseguido e jamais alcançado, mas como uma práxis objetiva, formal, característica e confirmada, dia-a-dia, na atividade do jornalista.

Essa objetividade jornalística é executada, conforme Gaye Tuchman, pela utilização, nos relatos noticiosos, de quatro estratégias formais: a apresentação de possibilidades conflituais – a exibição, na notícia, da diversidade de fontes com pareceres conflitantes; a apresentação de provas auxiliares – a utilização de dados, no corpo da notícia, que podem atestar uma afirmativa do redator; o uso judicioso das aspas – distanciando o redator do fato e de suas implicações e responsabilidade - e a estruturação da informação numa seqüência apropriada – a ordenação dos dados conforme o seu grau de prioridade e de concretude. (TUCHMAN, 1993, p. 79-84)

Mas, mais do que um simples ritual estratégico, a objetividade, no jornalismo, deve ser vista como uma necessidade própria e específica da narrativa jornalística: uma narrativa convencionada socialmente para ser reconhecida como uma narrativa padronizada, especial, característica do jornalismo. É através de padrões narrativos próprios adotados pela instância jornalística que uma notícia é notícia, ou seja, que ela é reconhecida e compreendida como tal.

Assim, os rituais de objetividade do jornalismo são uma estratégia que servem ao propósito de dotar o relato jornalístico de uma forma, de um padrão e de uma aparência de notícia a qual, como se pode ver, possui características objetivas e subjetivas.

2.6.2.1 As fontes como parte da estratégia de objetividade no jornalismo

As fontes oficiais são as fontes dominantes na produção noticiosa, como esclarece o jornalista e estudioso português de Comunicação Social, Nelson Traquina. A respeito, ele cita o sociólogo americano Herbert Gans², para quem os econômica e politicamente poderosos são facilmente acessados pelos jornalistas, os quais, por sua vez, só procuram os que não têm poder quando estes produzem atividades que desencadeiam algum tipo de desordem social ou moral. De acordo com Traquina, a noção de uma “hierarquia da credibilidade”³, aliada à maior facilidade de contato e ao seu melhor nível de informação, são fatores que conferem um lugar privilegiado às fontes oficiais nos relatos noticiosos. (TRAQUINA, v.II, 2005, p.120-121)

O teórico Stuart Hall compartilha dessa premissa, no entanto, ele enfatiza que é em função dela que os *media* tendem a reproduzir a estrutura de poder social. Como ele pondera, “as rotineiras estruturas de produção de notícias” favorecem o privilégio concedido pela imprensa às definições dos poderosos. Ele está convicto de que não se trata de incluir os *media* “num figurino conspiratório”, mas de se render à constatação de que estes não são os “*primary definers*” dos acontecimentos noticiosos, uma vez que dependem sobremaneira das fontes pertencentes à classe dominante. (HALL, 1993, p. 230)

Sob a perspectiva de Hall, “no momento da produção jornalística, os *media* colocam-se numa posição de subordinação estruturada aos ‘*primary definers*’”, os quais têm acesso privilegiado aos *media*, vistos socialmente como “fontes acreditadas”. Ou seja, para esse teórico dos estudos culturais britânicos, os

² A respeito, ver GANS, Herbert. (1979). *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Evening News, Newsweek, and Time*. New York: Pantheon Books.

³ A respeito, ver BECKER, H.S. (1967). *Whose Side Are We On*. Social Problems, Vol. 14. No. 3. e PALETZ, D.L. e ENTMAN, R.M. (1981). *Media, Power, Politics*. New York: Free Press.

media, na verdade, desempenham um papel secundário na seleção dos acontecimentos que serão noticiados, bem como na própria produção noticiosa. E mais: segundo Hall, esta é uma “relação estruturada”, a qual permite esclarecer “o papel ideológico dos media”.

Os *media*, assim, enquadrados que são numa estrutura determinada de produção de notícia, não teriam como escapar da reprodução do pensamento dominante, construindo uma realidade social representativa de interesses de classe específicos, mas sob a aparência de que ali se acham representados os interesses de todos os membros de uma sociedade.

O professor e teórico italiano Mauro Wolf lança mão da definição de fonte de Herbert Gans, para quem esse termo identifica todas “as pessoas que o jornalista observa ou entrevista (...) e as que fornecem apenas as informações de base ou as ocasiões para uma notícia (...)”. As fontes, segundo Gans, estão sempre representando grupos (organizados ou não) sociais de interesses. E, ainda conforme Gans, embora a informação das fontes ao público sugira um processo linear, trata-se, na verdade, de um processo circular. “Na realidade, fontes, jornalistas e público coexistem num sistema que se assemelha mais a um jogo de puxar a corda (...)”,⁴ ou seja, a notícia é sempre resultado de um conflito entre essas três instâncias de poder. (WOLF, 2005, p. 234)

Segundo Mauro Wolf, os estudos sobre o *newsmaking* esclarecem que a rede de fontes que os aparatos de informação estabilizam como instrumento essencial para o seu funcionamento reflete, de um lado, a estrutura social e de poder existente e, de outro, organiza-se na base das exigências colocadas pelos procedimentos de produção. (WOLF, 2005, p. 235) Wolf acredita que as fontes que se situam às margens dessas duas determinações não possuem chances de influenciar de modo eficaz na cobertura informativa.

Aceitando a idéia de dança proposta por Gans para representar a relação dos jornalistas com as suas fontes, em que tanto um quanto outro se procuram, Mauro Wolf considera que, na maioria das vezes, essa dança é conduzida pelas fontes que, normalmente têm condições de fornecer aos jornalistas informações fidedignas.

⁴ A respeito, ver GANS, Herbert. (1979). *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Evening News, Newsweek, and Time*. New York: Pantheon Books.

Se essas fontes são representadas por instituições, organizações ou aparatos que podem programar suas atividades de forma a satisfazer as necessidades organizacionais da mídia - prazos, horários, locais, imagens, porta-vozes, enfim, estratégias que facilitam a cobertura da imprensa -, as possibilidades dessas fontes tornarem-se recorrentes e regulares para os jornalistas é ainda maior. (WOLF, 2005, p.236)

Para o jornalismo diário, as fontes organizadas são uma preciosidade em função do processo dinâmico da produção de notícias que, na busca por ordenar o tempo, ou “rotinizar o inesperado”, conforme explica Nelson Traquina, citando a socióloga Gaye Tuchman (TRAQUINA, v.II, 2005, p. 120), necessita trabalhar dentro de uma espécie de “rede noticiosa”⁵, ou seja, de um cinturão mais ou menos previsível de notícias.

É extremamente arriscado deixar que a contingência faça, sozinha, todo o trabalho diário de produção informativa. Há sempre espaço para o inesperado na imprensa, mas, para ela garantir ao público um volume grande de informações todos os dias, ela necessita criar estratégias, dentre as quais se incluem a fidelização de algumas fontes, com as vantagens e desvantagens que tal procedimento implica.

Para Mauro Wolf, “as fontes oficiais tendem a obtemperar, melhor do que as outras, as necessidades organizacionais das redações”. (WOLF, 2005, p. 236) Se a rotinização das fontes, especialmente a das fontes oficiais, uniformiza a informação, impedindo muitas vezes que algo discrepante apareça na apuração dos dados, ela fornece ao jornalista a confiança de que ele necessita para, diariamente, cumprir com o seu trabalho com menos riscos. Quanto mais a fonte for confiável, respeitável, crível e dotada de autoridade, mais os jornalistas as adotarão como parceiras de sua atividade informativa.

A relação entre os jornalistas e suas fontes é complexa e conflituosa. Mauro Wolf a analisa a partir de duas classificações básicas de jornalistas: os especializados e os não-especializados. Na sua acepção, o jornalista especializado desenvolve uma relação estreita e contínua com suas fontes que acabam se tornando “fontes pessoais, quase informantes que mantêm os cronistas atualizados, fornecendo-lhes indiscrições, notícias reservadas”. (WOLF, 2005, p. 239)

⁵ Expressão de Gaye Tuchman citada por Nelson Traquina In: TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo, Vol. II, Editora Insular, 2005:120.

Estabelece-se aí uma “relação quase simbiótica de obrigações recíprocas entre fonte e jornalista especializado”. A perda desse tipo de fonte costuma render um custo alto ao jornalista que, por sua vez, tem que saber avaliar, permanentemente, o seu grau de dependência da fonte, a fim de manter com esta sempre uma relação íntegra e ética, não se deixando cooptar nem ser levado pelos interesses da fonte, os quais, muitas vezes, podem não coincidirem com os dos jornalistas nem do seu público. (WOLF, 2005, p. 239)

O jornalista que, por outro lado, se ocupa, diariamente, com os mais diferentes tipos de acontecimentos, sem poder se aprofundar numa área específica de cobertura – o jornalista não-especializado -, não tem tempo de conhecer mais profundamente suas fontes, ficando liberado dos conflitos gerados pela proximidade com elas. Entretanto, como desconhece suas fontes, costuma dar preferência às fontes oficiais, cuja autoridade reconhecida socialmente lhe possibilita maior grau de segurança em seu trabalho.

2.6.3 A atualidade como vocação inerente ao jornalismo

Cotidianamente, classificamos um fato como atual quando ele aconteceu recentemente ou está acontecendo ainda. Mas, também consideramos um fato atual quando ele capta a nossa atenção, ainda que se trate de um fato que não seja propriamente novo. A atualidade, então, não se encontra apenas no que é inusitado, tampouco no que é imediato. A atualidade pode estar naquilo que se traduz em significado para nós. De um modo ou de outro, porém, a noção de atualidade está invariavelmente atrelada à noção de tempo: um tempo cronológico e um tempo subjetivo, que se encarrega de nos aproximar ou nos distanciar dos acontecimentos que nos rodeiam e com os quais mantemos algum tipo de relação direta ou indireta.

Assim é que se pode dizer também que o que denominamos como atual se encontra sintonizado com os contextos cultural e social em que nos achamos inseridos, do que se depreende que o conceito de atualidade é extremamente variável, impreciso e escorregadio, uma vez que a atualidade está no campo da significação que determinado fato é capaz de desencadear em cada um ou em vários de nós, ao mesmo tempo, dentro de um determinado ambiente social.

Pois com toda a imprecisão embutida na noção de atualidade, é ela que organiza, conduz e alinhava o relato noticioso, bem como é ela que fundamenta toda a engrenagem do sistema de produção jornalístico. A atualidade é o oxigênio do jornalismo. E da mesma forma que a respiração é uma atitude natural e involuntária dos seres vivos, a atualidade do jornalismo não é uma técnica de redação, nem um artifício da produção noticiosa. A atualidade é a essência constitutiva do jornalismo que se incorpora naturalmente ao modo do jornalismo se realizar socialmente.

Como ocorre essa incorporação? Ela acontece no movimento de interação do jornalismo com a sociedade. Uma interação que é ao mesmo tempo de escuta do social e de fala para esse social. Em outras palavras, o jornalismo, se por um lado, está atento à realidade com a qual ele opera, na qualidade de um observador distanciado do objeto por ele observado, por outro, ele, na condição de detentor de um lugar específico concedido pela sociedade e, portanto, autorizado e capacitado para informar essa sociedade, age sobre a realidade que ele também observa, alterando-a e atualizando-a.

Esse movimento de ir e vir socialmente, de se aproximar e de se distanciar da realidade cotidiana, de escutar e de falar para a sociedade com a qual ele interage, é o que torna o jornalismo sempre atual, ou melhor, é o que faz com que o jornalismo não consiga escapar à sua sina de ser permanentemente atual.

O jornalismo formula essa sua condição de atualidade de várias e diferentes maneiras: remexendo e inovando o passado; anunciando e antecipando o futuro; reciclando o comum; estabelecendo rotinas; desvendando o mistério; banalizando o incomum; revelando o inusitado ... Tudo isso é feito sem perder de vista o tempo presente, do “aqui” e do “agora”. Afinal, “a realidade da vida cotidiana está organizada em torno do ‘aqui’ de meu corpo e do ‘agora’ do meu presente” e, “aquilo que é ‘aqui e agora’ apresentado a mim na vida cotidiana é o *realissimum* de minha consciência” (BERGER E LUCKMANN, 1999, p. 39)

O “aqui e o agora” do jornalismo é ditado pela sua forma de trabalhar sempre sob a ótica da imediaticidade da vida cotidiana. Porque “é no mundo mundano que a mídia opera de maneira mais significativa” e é “no que passa por senso comum que devemos fundamentar o estudo da mídia”, sustenta Roger Silverstone. (1999, p. 20) O senso comum é um tipo de conhecimento que “eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana” e a vida cotidiana “é admitida como sendo a realidade”(BERGER E LUCKMANN, 1999, p.40)

Baseando-se no senso comum da vida cotidiana, o jornalismo endossa, sistematicamente, a rotina diária como a realidade a ser levada em conta. Uma realidade que se constrói, portanto, rotineiramente, também a partir do que lhe é informado pelos veículos de comunicação. Nesse moto contínuo, o atual se encontra em permanente elaboração, sendo apropriado, no dia a dia, pelo jornalismo e devolvido, diariamente, à sociedade que o reconhece, então, como algo da atualidade.

2.6.4 A reportagem como uma variação da notícia

A notícia cumpre com o papel de “informar e orientar de maneira rápida, clara, precisa, exata, objetiva”. (PEREIRA LIMA, 2004, p.17) A notícia, por isso, possui suas limitações, principalmente no que diz respeito à capacidade interpretativa dos acontecimentos. É para suprir um pouco essa falta instalada pela notícia que existe o gênero jornalístico denominado de reportagem.⁶ A reportagem visa à interpretação dos fatos. No jornalismo interpretativo, como diz Evaldo Pereira Lima, citando a jornalista Cremilda Medina,

as linhas de tempo e espaço se enriquecem: enquanto a notícia fixa o *aqui*, o *já*, o *acontecer*, a reportagem interpretativa determina um *sentido* desse aqui num circuito mais amplo, reconstitui o *já* no *antes* e no *depois*, deixa os limites do acontecer para *um estar acontecendo atemporal*, ou menos presente. (PEREIRA LIMA, 2004, p. 20)

A reportagem, objetivando cumprir com a finalidade de elucidar para o leitor o que carece de entendimento mais amplo e profundo, costuma utilizar-se de alguns expedientes, os quais, de acordo com Pereira Lima, são: a contextualização do fato nuclear ou da situação nuclear, visando desvendar a rede de forças que interferem no fenômeno focado; a informação dos antecedentes ao fato ali tratado; os dados fornecidos pelo suporte especializado, conferindo consistência à análise; a projeção ou os possíveis desdobramentos futuros advindos do fenômeno ali em

⁶ Segundo Edvaldo Pereira Lima, a reportagem aparece no final da década de 1910, às vésperas da eclosão da Primeira Guerra Mundial, nos Estados Unidos. A revista *Time* é o primeiro veículo de comunicação a optar por esse gênero de jornalismo interpretativo. (PEREIRA LIMA, 2004, p. 18 – 19)

análise e o perfil, ou seja, a particularização do fato no indivíduo que é por ele afetado, objetivando emocionar e tocar o leitor. (PEREIRA LIMA, 2004, p. 21)

Ainda segundo Pereira Lima, a abordagem do jornalismo interpretativo é multiangular e não linear, isto é, não estabelece uma “relação simplista de causa e efeito”, mas procura entender os problemas sob a noção de “causalidade múltipla para um mesmo fenômeno, com conseqüente multiplicidade de efeitos”, possibilitando uma leitura “precisa, ampla, da complexa realidade que cerca o mundo contemporâneo”. (PEREIRA LIMA, 2004, p. 22)

2.7 ANTES DA NOTÍCIA: O ACONTECIMENTO

O jornalismo é uma atividade em que os fatos são soberanos. Eles são o referente do discurso jornalístico, “o efeito de realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero da significação”. (RODRIGUES, 1993, p. 27) Entre os acontecimentos e as notícias, existe uma relação de íntima sintonia e dependência. Se para serem noticiáveis, os acontecimentos necessitam ser comunicáveis; a atividade jornalística, para existir como tal, também depende de fatos passíveis de lhe servirem de referências.

O acontecimento, ao ser noticiado, faz da notícia acontecimento: um acontecimento discursivo, ao qual o teórico português Adriano Rodrigues se referencia como o “meta-acontecimento” da notícia, capaz de facultar ao relato noticioso a condição de reconstituição da realidade. A notícia, então, se faz como “um novo acontecimento que vem integrar o mundo”.

A novidade inaugurada pelo acontecimento-notícia porta “valores de credibilidade, sinceridade, clareza, justeza, coerência e correção, satisfação e aceitação”, os quais Rodrigues classifica como “atos inerentes ao discurso” ou, “atos ilocutórios”, que acontecem “ao dizerem-se”. E, para além da ilocução própria ao discurso noticioso, as notícias, segundo Rodrigues, também se fazem enquanto “ato perlocutório”, isto é, “produzem qualquer coisa pelo fato de dizerem”, “produzem um novo estado de coisas”. (RODRIGUES, 1993, p. 31)

Os *media*, ao conferirem notoriedade pública aos acontecimentos, multiplicam indefinidamente o alcance dos atos enunciativos ilocutórios e

perlocutórios, atuando sobre o mundo. Assim, “os registros do meta-acontecimento só aparentemente coincidem com os registros dos acontecimentos referenciais”, ou seja, aqueles que embasaram a notícia.

Os fatos, uma vez noticiados, se inscrevem na ordem do discurso, da visibilidade simbólica, transformando-se em atos discursivos. O jornalismo produz discurso por meio do seu produto-notícia que, com sua discursividade, disponibiliza ao leitor um tipo de experiência e de conhecimento que são sempre particularizados, ou seja, significam de forma diferente para cada indivíduo. Gilles Deleuze contribui para esse entendimento quando ele afirma que “o brilho, o esplendor do acontecimento, é o sentido”, ou seja, que “o acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece (...)”.

E, portanto, o acontecimento, “é o que deve ser compreendido, o que deve ser querido, o que deve ser representado no que acontece”. (DELEUZE, 2006, p.152) Ele quer dizer com isso que, no acidental e na contingência de todo acontecimento, existiria algo de significação para o sujeito, de forma que o caráter único e universal que persiste em todo acontecimento se singulariza sempre que o sujeito entra em contato com o que lhe acontece.

Isso não significa que existam acontecimentos privados e coletivos, individuais e genéricos, mas que, de algum modo, selecionamos - no que acontece - o que, para nós, é acontecimento. Assim é que se pode concluir que há sempre a possibilidade do desencadeamento de vários acontecimentos ou de nenhum, dependendo da forma como cada indivíduo se posiciona e se relaciona com o que acontece.

A compreensão de Deleuze sobre o acontecimento é preciosa na medida em que ela requisita a prerrogativa da seleção individual e pessoal do sujeito. Uma seleção que se realiza, antes de mais nada, a partir da realidade psíquica desse sujeito e a partir do lugar que cada indivíduo ocupa em sociedade.

Sigmund Freud, ao discorrer sobre o que ele denomina de “teste de realidade”, em seu texto “A Negativa” (FREUD, v.XIX,1990, p. 23-76), esclarece como o sujeito identifica e constrói a realidade a partir da sua percepção individual. A realidade seria tudo o que está fora do “eu” – e por isso é percebida como estranha - mas, ao mesmo tempo, é o “eu” que elabora essa realidade, na medida em que reencontra nela as representações de seu mundo subjetivo, que são as suas percepções individuais, internas e primitivas.

A partir dessa noção de realidade construída por meio da “individualidade particular do sujeito”, Freud apaga os limites de fronteira da antítese da subjetividade e da objetividade. A objetivação está permeada pela subjetivação desde o início, pois o sujeito só percebe a realidade que lhe faz sentido: um sentido que de algum modo se relaciona com o seu ego.

Assim, é próprio do ser humano selecionar, recortar, montar e representar a realidade. Só nos relacionamos com a imensidão do mundo por partes que nós mesmos escolhemos de acordo com as condições psíquicas, emocionais, individuais e sociais de que dispomos. Percebemos e experimentamos a vida de uma maneira sempre única, por mais que estejamos entre semelhantes.

2.8 DEPOIS DA NOTÍCIA: A EXPERIÊNCIA

Walter Benjamin, por volta de 1935, já citava o jornal como um dos indícios, dentre outros, da decadência da possibilidade da experiência, pelo homem. Dizia ele:

“Se a imprensa se propusesse a fazer com que o leitor pudesse se apropriar de suas informações como de um aparte da sua experiência, faltaria inteiramente com seu objetivo. Mas seu objetivo é exatamente o oposto, e ela o atinge: excluir rigorosamente os acontecimentos do contexto em que poderiam afetar a experiência do leitor”. (BENJAMIN,1983, p.31)

Para Benjamin, os princípios da informação, bem como a sua diagramação e forma lingüística - substituindo as antigas relações entre os homens e colocando a informação no lugar da narrativa - contribuem para que nenhum leitor tenha “qualquer coisa para contar ao outro”. A informação, no seu entender, visa comunicar “o puro em-si do acontecimento”, enquanto a narração – “uma das mais antigas formas de comunicação”, aproxima o narrador do leitor ou do ouvinte, oferecendo-se como experiência e possibilitando a experiência. (BENJAMIN,1983, p.31)

O que Walter Benjamin diagnosticava então, como a “ruína e desaparecimento da experiência” (BENJAMIN,1983, p.50) na modernidade, tem a ver com as conseqüências da primeira guerra mundial para o ser humano que, a

partir de então, no seu entender, teria se empobrecido em termos de experiências compartilhadas.

Atualizando esse diagnóstico para os dias de hoje, Giorgio Agamben comenta que

para efetuar a destruição da experiência não é necessário mais uma catástrofe, bastando para isso a pacífica existência cotidiana em uma grande cidade. Pois, a jornada do homem contemporâneo já quase não possui nada que possa traduzir-se em experiência: nem a leitura do jornal, tão rica em notícias (...). (AGAMBEN, 2004, p.8-9)

Segundo Agamben,

o homem moderno volta à noite para a sua casa enfraquecido por uma confusão de acontecimentos – divertidos ou tediosos, insólitos ou comuns, atrozes ou prazerosos – sem que nenhum deles se tenha convertido em experiência. Essa incapacidade para se traduzir em experiência é o que torna hoje insuportável – como nunca antes – a existência cotidiana. (AGAMBEN, 2004:8-9)

Sob o seu ponto de vista, não é o caso de se afirmar “que hoje já não existam experiências”, mas que “estas se realizam fora do homem”. E “o homem as contempla com alívio”, como no caso de uma visita ao museu ou a um lugar turístico, em que “ a maioria da humanidade se nega a adquirir uma experiência: prefere que a experiência seja capturada por uma máquina fotográfica”.(AGAMBEN, 2004, p.10)

A despeito dessa compreensão da experiência como algo que não está mais ao alcance do homem, desde o início da era moderna, o teórico americano John Thompson parte da concepção de que o homem ainda experimenta a vida, embora essa experiência seja diferente de décadas atrás. É uma experiência “seqüestrada” em alguns tipos de vivências, mas enriquecida, por outro lado, pela complexidade e reflexividade possibilitadas especialmente pela mídia.

Ele denomina de “seqüestro da experiência” a institucionalização de sistemas especializados de conhecimento, os quais, na modernidade, passaram a concentrar determinadas formas de vivência que até então eram incorporadas à rotina da vida diária. É o caso da doença mental, da velhice, da morte, dos castigos imputados aos criminosos, enfim, acontecimentos que, segundo Thompson, deixaram de estar incorporados ao curso normal da vida para se transformarem em

“fenômenos destinados a especialistas” e vistos como “extraordinários”. (THOMPSON, 2005, p.196)

No seu entendimento, a mídia operaria, a “dessequestração da experiência” ⁷, ao possibilitar que o homem contemporâneo experimente, por seu intermédio, essas vivências extraordinárias que não mais fazem parte de sua vida. Segundo Thompson, na modernidade, co-existem duas qualidades distintas de experiência à disposição do homem: a experiência vivida – que ele entende como aquela “que adquirimos no fluxo temporal de nossas vidas, ela é imediata, contínua e, até certo ponto, pré-reflexiva, no sentido de que geralmente precede qualquer ato de reflexão explícito” – e a experiência mediada – aquela “que adquirimos através da interação ou quase-interação mediadas”. (THOMPSON, 2005, p.197) Esses dois tipos de experiência se entrelaçam no cotidiano do homem moderno, estruturando a sua relação com o mundo.

Como alega Thompson, embora a experiência mediada esteja cada vez mais presente na vida do homem moderno, isso não quer dizer que não exista mais a experiência vivida. Ele acredita, inclusive, que ainda é a experiência de vida do sujeito contemporâneo que tem mais poder e capacidade de influenciá-lo. Apesar da crescente intromissão da experiência mediada no cotidiano do homem atual, Thompson está convicto de que esta é uma experiência que é acatada pelo sujeito de forma “tênue, intermitente e seletiva”. (THOMPSON, 2005, p.199) Ou seja, cada um absorve em graus diferenciados de relevância a experiência que obtém com a mídia.

A experiência mediada, para Thompson, se diferencia da experiência vivida em quatro aspectos: por se tratar de uma experiência que, na maior parte das vezes, encontra-se distante espacialmente e até temporalmente dos contextos práticos da vida diária; por acontecer em um contexto diferente daquele onde o evento de fato ocorre, acarretando à experiência mediada um caráter de experiência sempre recontextualizada; por se tratar de uma experiência em que o sujeito concede maior ou menor peso ao que experimenta, de acordo com a sua própria estrutura pessoal, e, finalmente, pela possibilidade que a experiência mediada oferece de ser experimentada pelos indivíduos de formas similares, mas sem o compartilhamento dos mesmos contextos de vida. (THOMPSON, 2005, p.197–201)

⁷ Termo utilizado por THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*, 2005, p. 197.

Mas, será que ainda podemos separar tão facilmente a experiência com mídia da experiência sem mídia, em nossa vida ordinária? Será que, mesmo longe do contato com qualquer meio de comunicação - quando conversamos e discutimos uns com os outros, por exemplo -, essa conversa não é perpassada pelas informações a que tivemos acesso pelo jornal, pela televisão, pela internet? Não é comum, em nossos bate-papos corriqueiros, nos exprimirmos assim: eu li no jornal, eu assisti na televisão, eu entrei na internet, eu vi no cinema, etc.? Então, que experiência que podemos ter, hoje, que seja só vivida ou só midiaticizada?

O planeta Terra torna-se cada dia menor diante da televisão ou da tela do computador; tudo é conhecido e alcançável ao olhar, mas, ao mesmo tempo, quase nada está ao alcance das mãos ou dos pés. O que pode ser tocado ou sentido verdadeiramente torna-se pouco diante do muito que há para se conhecer. Tomamos conhecimento de muitos fatos, mas pouco fazemos com tanta informação.

A verdade é que, para acessar o mundo, hoje, não é mais necessário dispor de mãos nem de pés. Esses membros foram substituídos pelos dispositivos comunicativos, os quais se encarregam, agora, de prover a experiência humana. O jornalismo, como uma forma específica de comunicação que se utiliza de todos os dispositivos comunicativos para buscar o acontecimento e (re) apresentá-lo socialmente, introduz algo do real para o público que, possivelmente, de outro modo, não conseguiria acessá-lo. A informação sobre o acontecimento se transforma, ela própria, em um tipo de acontecimento capacitado, portanto, a oferecer experiência àqueles que com ela se interage. O jornalismo, assim, realiza uma espécie de terceirização da experiência.

Mas, é com essa experiência terceirizada que o homem cada dia mais se relaciona com a diversidade de acontecimentos no mundo. É porque não é mesmo necessário presenciar e vivenciar pessoalmente tudo o que acontece ao nosso redor que podemos tomar conhecimento de tantas ocorrências em um único dia.

Quantos de nós já visitaram ou participaram do cotidiano de uma favela, por exemplo? Sabemos que as favelas existem e o quanto elas nos são próximas quando as avistamos, rapidamente, do interior dos nossos veículos, ao nos movermos pelas cidades. Podemos perceber, de longe, que as casas ali construídas são mal acabadas, muito próximas umas das outras, que as ruas não são pavimentadas e que, por tudo isso, as pessoas que ali vivem devem ser privadas de conforto, de saúde, de segurança.

Mas, a nossa idéia de favela extrapola em muito as nossas ligeiras observações cotidianas. Ela é construída, dia após dia, pelas informações que amealhamos por intermédio dos meios comunicativos. É através dessa intermediação midiática que formamos o nosso conceito de favela e mais do que isso, decidimos que tipo de relação podemos estabelecer com aquele espaço público e com o seus habitantes.

Se a favela é para nós um local perigoso, inseguro, abrigo de traficantes e de criminosos em geral, tendemos a nos afastar dela; mas se a compreendemos como um espaço público criativo, carente de iniciativas políticas eficientes e merecedora da nossa atenção, colocamo-nos em condições de convivência com as diferenças e incorporamos a favela e seus habitantes em nossas vidas.

Assim, os meios comunicativos acabam por nos dizer o que pensar, como pensar e, no final das contas, como viver as nossas vidas. Devemos, portanto, saber selecionar as informações que recebemos e nos acostumar a raciocinar que o que vemos, lemos e ouvimos é uma representação do real; não é o real.

A experiência do homem moderno é uma experiência diferenciada da experiência tradicional porque é permeada pela mídia. Mais do que isso: é a experiência possibilitada e viabilizada pela mídia, na qual o jornalismo cumpre com uma função distinta e definida que é a de informar a sociedade sobre si mesma; (re) apresentar a sociedade a si mesma; falar para a coletividade a respeito dela própria, num processo tão imbricado que impossibilita distinguir o que experimentamos por intermédio da mídia e o que experimentamos fora dela.

2.9 PARA NOTICIAR: JORNALISTAS

O campo jornalístico⁸, sugere Pierre Bourdieu, dota os jornalistas de “óculos especiais a partir dos quais (eles) vêem certas coisas e não outras e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”. (BOURDIEU, 1997, p.25) É possível constatar, então, que os jornalistas adquirem, no jogo de forças travado no interior do campo jornalístico, um

⁸Dentre as características de um campo, Pierre Bourdieu cita o fato dele se constituir de “um grupo especializado que afirma possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados”. (TRAQUINA, Nelson.v.II, 1995:19)

olhar particular e singular da realidade, e, a partir de técnicas próprias da profissão, (re) constroem e (re) organizam essa realidade para a sociedade.

A noção de campo assimila também o conceito de profissionalização. A profissão professa certa independência e autoridade sobre determinado tipo de conhecimento, e exhibe uma performance identitária e ideológica própria. Nelson Traquina define a ideologia profissional como “sistemas de crenças através dos quais os praticantes dão sentido à sua experiência de trabalho”. (TRAQUINA, 2005, v.II, p.22) Os jornalistas ou os *media* afirmam saber o que outros não sabem, especialmente o que é notícia e como produzi-las.

A profissionalização possibilita a criação de uma cultura própria, com valores, crenças, normas, guias de comportamento, definição de papéis, símbolos, mitos, ética. Ao agrupamento de profissionais jornalistas em torno do campo jornalístico, Traquina se refere como “tribo” - tomando emprestada a noção que o sociólogo francês Michel Maffesoli possui dos agrupamentos humanos, atualmente - ou como “comunidade interpretativa”, baseando-se em Barbie Zelizer. Essa “tribo” ou “comunidade interpretativa” que são os jornalistas deteria um modo próprio de ser e estar no mundo, de ver, de agir e de falar que traduzem uma competência profissional específica, bem como uma cultura bastante particular e rica.

Edificada sobre os valores de liberdade e democracia, a profissão de jornalista, segundo Nelson Traquina, é das mais profícuas em mitos. Talvez isso se dê em função de ser esta uma profissão que exige muita dedicação daqueles que a adotam – um jornalista, em tese, é jornalista 24 horas por dia -; por se tratar de uma atividade que, ao ser exercida, encarna a própria noção de liberdade e de democracia sobre a qual ela está assentada; porque seus profissionais são, de uma certa forma, organizadores da vida social quando selecionam, dentre as diversas ocorrências cotidianas, aquelas que são acontecimentos e aquelas que merecem ser noticiadas; porque os jornalistas narram histórias espetaculares, desvendam mistérios, denunciam os desvios cometidos em sociedade e exigem o cumprimento da lei ... Por essas e por outras razões, a imagem dos jornalistas para a sociedade em geral costuma ser a de um profissional que, de alguma forma, contribui para o bom funcionamento social.

A especificidade da “tribo” jornalística alocaria o jornalista em um tipo de lugar imaginário nomeado por Nelson Traquina de “novaslândia” ou *newsland*: uma terra em que os relógios dão o tom da paisagem. (TRAQUINA, 2005, v.II, p.37) Ele

está seguro de que, mais do qualquer outro profissional, o jornalista faz do tempo a medida da sua performance. Um bom jornalista é aquele que “não é vítima, mas conquistador do tempo”, diz ele. (TRAQUINA, 2005, v.II, p.41) É o tempo e o esforço cotidiano e incansável do jornalista em dominá-lo que dota a profissão de uma carga permanente de excitação e perigo, favorecendo também à mitificação da profissão.

Em consequência dessa relação de intimidade mantida com o tempo, a “tribo” jornalística se destacaria pelo seu pragmatismo - sob o império do tempo, não se pode pensar, é preciso agir - alega Nelson Traquina. Por isso, segundo ele, os jornalistas sofrem de uma expressiva dificuldade reflexiva, não conseguindo, muitas vezes, explicar “os critérios de noticiabilidade que utilizam no processo de produção de notícias”. (TRAQUINA, 2005, v.II, p. 45)

A esse respeito, Pierre Bourdieu relata que os jornalistas vivem na “evidência total”, uma vez que “suas categorias de percepção estão ajustadas às exigências objetivas” (BOURDIEU, 1997, p.36) ou seja, os jornalistas estão de tal forma sintonizados com a sua audiência e encaixados no formato-padrão-processo de produção noticiosa do veículo comunicativo ao qual pertencem que eles não refletem sobre os “por quês”, mas agem como se as suas atitudes fossem completamente evidentes por si mesmas.

O jornalista produz um bem – a notícia – regido pela atualidade e pela imediaticidade. Portanto, ou o jornalista se constrói como um profissional do imediato em todos os sentidos, ou possivelmente ele não teria condições de ser um produtor de notícias diárias, sob as condições de produção industrial próprias dos veículos de comunicação de massa.

2.9.1 O jornalista como um operador do tempo

O psicanalista francês Jacques Lacan criou, em 1945, o tempo lógico na psicanálise. Ele dividiu o tempo analítico em três fases: instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir. (LACAN, 1998, p.197-213) Lacan demonstra, com a sua teoria do tempo lógico, que a psicanálise pode propiciar ao sujeito a solução de seu próprio dilema, por intermédio do manejo adequado do tempo. A solução viria com o tempo. Ou seria: o tempo é a solução? Ou mesmo: a solução

está no tempo? Um tempo certamente objetivado, trabalhado, (e) laborado no sentido de promover o deslocamento do sujeito em análise.

O processo comunicativo é todo ele permeado pelo tempo. Mas, o que interessa aqui é a comunicação objetivada na notícia, a qual, transmitida pelo rádio, pela televisão ou pelo jornal impresso, é demarcada pelo tempo, estruturada e viabilizada no tempo. A notícia é aquela que se produz dependendo do tempo que se tem para noticiá-la. Portanto, ela é o que o tempo lhe possibilita ser. E o mesmo acontece com a notícia que se lê, que se ouve e que se vê. O tempo de que dispomos para realizar essa tarefa é um dos dispositivos que nos garante o teor da informação que assimilamos.

Produzir uma notícia é, concreta e objetivamente, percorrer as três estratificações do tempo organizadas por Jacques Lacan na sua teoria do tempo lógico. O jornalista, diante do fato, atualiza, às vezes em questões de minutos, o estratagema lacaniano. O instante de ver do repórter é a sua confrontação com o fato. É quando o repórter percebe o novo, concebe a sua dimensão informativa e noticiosa. É um processo intuitivo, mas de uma intuição aprendida, desenvolvida, aperfeiçoada e valorizada dentro do campo jornalístico. É uma espécie de *savoir faire* do jornalista que é endossado e partilhado pela comunidade jornalística.

No instante de ver, o jornalista já antecipa o momento de concluir. E como isso funciona? Qualquer fato é visto pelo jornalista sob duas possibilidades: ou ele é noticiável ou ele não é. Para efetivar essa seleção com presteza, o jornalista tem que ter uma boa noção do seu público: seus valores, suas prioridades, necessidades, curiosidades, costumes, etc. Ao mesmo tempo, esse profissional tem que estar afinado com as expectativas da empresa para a qual ele trabalha. Com esses dois parâmetros bem assimilados, o jornalista, ao se deparar com o fato que ele julga ser noticiável, já vislumbra o seu formato noticioso final.

Não se pode dizer, então, que o momento de concluir do jornalista - a redação da notícia e a sua publicação - seja da ordem do inesperado. Nada disso. O jornalista geralmente já termina a apuração dos dados sabendo como ele abrirá o *lead* (o primeiro parágrafo da notícia, responsável pelo esclarecimento das informações básicas) da matéria na redação. Por mais surpreendente que seja um fato, o jornalista sempre olha para ele sob algum ângulo. E essa angulação, embora possa ser alterada no decorrer do processo de apuração, sempre está em consonância com o público ao qual a informação é dirigida.

E quanto ao tempo de compreender? Esse é o tempo da reflexão, do entendimento alargado, ampliado, complexificado. E o jornalista não dispõe de “capital temporal”⁹ para efetuar essa compreensão que requer certo distanciamento, certo recolhimento. Impossível para o jornalista do cotidiano se ater a tal empreitada. Assim como é impossível que o formato noticioso dê conta de informar completamente o público. O *lead* da notícia condensa, geralmente em um só parágrafo, todas as informações básicas necessárias para que o leitor-ouvinte-telespectador possa, ele também, percorrer, em minutos, a trilogia lacaniana: ver, compreender e concluir. Obviamente que ver e concluir mais do que realmente compreender - assim como o jornalista.

Pode-se dizer, então, que a lógica noticiosa incorporada pelo jornalista é uma lógica marcada pelo instante de ver e pelo momento de concluir. Trata-se de um percurso, portanto, que suprime ou encurta o tempo da compreensão. Esse tempo é repassado para o público ao qual se dirige a notícia, e que, em caso de interesse, vai se demorar sobre a notícia ou vai procurar outras fontes noticiosas complementares sobre o assunto.

O jornalista é, assim, um profissional que objetiva o tempo. Sua atividade se relaciona diretamente ao tempo de que ele dispõe para realizá-la. Quando lhe oferecem mais tempo, ele produz uma reportagem, que é uma notícia onde o tempo de compreender se expande, tanto para ele quanto para o receptor, o seu público. Com isso, é viável depreender-se que não se pode esperar da notícia o que ela não tem condições de oferecer. Seu formato condiciona suas potencialidades.

A notícia não compreende, ela mostra. A falta, a incompletude, a precariedade, tudo isso acompanha a condição de imediatismo da notícia. Impossível para o relato noticioso apreender os detalhes, ouvir todos os atores envolvidos direta ou indiretamente no fato, dar voz a todos os que desejam se manifestar, efetuar variadas correlações entre os fatos. A notícia tem que ir ao ar. O jornal tem que fechar. É preciso concluir. É a conclusão possibilitada pela urgência. É a melhor conclusão? Nunca se sabe. É a possível. A viável.

Tais limitações da notícia não querem dizer que ela é apropriada para os recém-chegados à profissão, ou que ela requisita pouco talento dos jornalistas e que ela não oferece qualquer dificuldade, podendo ser produzida de uma forma menos exigente. Pelo contrário. A notícia, dadas as suas características de imediatismo - e,

⁹ Termo utilizado por Roger Silverstone (SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* 2002:160)

portanto, de abreviação do tempo de compreender -, exige um olhar e um *savoir faire* do profissional aguçados.

É a experiência cotidiana na profissão que talha o jornalista noticioso. A notícia requer competência profissional. Condensar, priorizar, ordenar e sistematizar os dados em tempo reduzido não são funções fáceis para os inexperientes. É a lida nas redações que, com o tempo, forma o jornalista capaz de ver e concluir, em instantes, um fato noticiável, ou seja, um fato dotado de valor-notícia.

2.10 OS CRITÉRIOS SUBSTANTIVOS DA NOTÍCIA

A importância e o interesse gerados por um acontecimento são, de acordo com Mauro Wolf, os critérios substantivos da notícia¹⁰, isto é, os critérios que mais proximidade estabelecem com os atributos próprios dos acontecimentos. Que atributos seriam esses? São os valores portados pelos acontecimentos os quais lhe possibilitam condições de serem noticiados: os valores-notícia. Trata-se da bagagem própria que cada evento porta consigo e que, sob a égide dos critérios substantivos do jornalismo, classifica ou desclassifica o acontecimento como noticiável.

Os valores-notícia são “um componente da noticiabilidade”. Tais valores, embora apareçam listados, destacados e individualizados, “operam na prática de modo complementar” e funcionam “em maços”. (WOLF, 2005, p. 202) Além do mais, são valores que permeiam todo o processo de produção informativa e se ajustam completamente à rotina do trabalho jornalístico de forma a facilitá-la ao invés de complicá-la. De acordo com Wolf, os valores-notícia

devem permitir uma seleção do material, feita apressadamente, de modo quase ‘automático’, caracterizada por um certo grau de flexibilidade e comparação, que seja defensável *postmortem* e, sobretudo, que não seja suscetível de muitos obstáculos. (WOLF, 2005, p.204-205)

¹⁰ Para Mauro Wolf, a importância da notícia é determinada por quatro variáveis: “grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável” - em outras palavras, seu grau de poder, sua visibilidade (capacidade de reconhecimento em sociedade), sua extensão e seu peso social -; “impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional” - seu potencial de influência ou de incidência sobre os interesses do país -; “quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve” e “relevância e significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação” - é quando a avaliação se torna mais adaptável às circunstâncias de momento nas quais o fato se acha inserido e “o elemento do interesse dá lugar a uma avaliação mais heterogênea, mais aberta às opiniões subjetivas, menos vinculadora para todos”. (WOLF, 2005, p. 208-213)

Os valores-notícia, ainda que apresentem “uma forte homogeneidade” dentro do campo jornalístico, possuem, de acordo com Mauro Wolf, uma “natureza dinâmica”. Isso quer dizer que os valores-notícia são reajustados e redefinidos em função das necessidades sociais e da capacidade dos aparatos informativos responder a elas. (WOLF, 2005, p.205)

Valores-notícia e critérios substantivos encontram-se entrelaçados e incorporados à qualidade dos acontecimentos ordinários e, conseqüentemente, às notícias por eles desencadeadas. Um nomeia o outro. Um referencia o outro. Os fatos requisitam os critérios substantivos para possuírem noticiabilidade e se tornarem notícia. Por sua vez, os valores-notícia só são assim nomeados por intermédio dos critérios substantivos de noticiabilidade. Assim, ao se buscar explicar um, é imprescindível lançar mão do outro.

Há que se ponderar que quanto maior a quantidade de valores-notícia de um acontecimento referendados pelos critérios substantivos, maior a sua autonomia em relação aos demais critérios de noticiabilidade, pois a importância social de que ele se reveste o torna menos vulnerável às avaliações e pontos de vistas dos profissionais da mídia, bem como às condições de natureza operacional impostas pelos veículos de informação para a sua transformação em notícia. Certamente que o caráter substantivo de um fato está sempre relacionado a um determinado horizonte social.

De acordo com Nelson Traquina, os valores-notícia valorizados pelos critérios substantivos são: a morte; a notoriedade (o nome e a posição da pessoa em sociedade são importantes como fatores de noticiabilidade); a proximidade (tanto geográfica quanto cultural); a relevância (qual o impacto que o acontecimento tem sobre a vida das pessoas); a novidade; o tempo (enquanto atualidade, enquanto demarcação de uma data significativa e enquanto duração/persistência do acontecimento); a notabilidade (capacidade de o acontecimento ser visível ou tangível às pessoas, podendo ser registrada na quantidade de pessoas envolvidas no fato; na inversão, ou melhor, no modo de contrariar o normal; no insólito ou na capacidade de surpreender as pessoas; nas falhas e nos acidentes; no excesso ou na escassez); o inesperado; o conflito ou a controvérsia; a infração (violação ou transgressão das regras); e o escândalo. (TRAQUINA, v.II, 2005, p. 79 -85)

A imprensa brasileira local, regional ou nacional noticia todos os dias as declarações do seu presidente da república pelos mesmos motivos que a imprensa italiana, japonesa ou francesa assim não procede rotineiramente com o presidente brasileiro, mas com os seus, respectivamente. Em princípio, tudo o que um presidente de uma nação fala, dentro ou fora de seu território, possui valor-notícia para a população do país que ele preside e esse valor se baseia em critérios substantivos que são, neste caso, a notoriedade do presidente; a relevância de seu papel público e o grau de proximidade estabelecido entre a sociedade e o seu presidente, pois não se trata de um presidente qualquer, mas do presidente daquele povo em especial.

Diante dos valores-notícia reconhecidos pelo jornalismo através dos critérios substantivos, pode-se dizer então, que tais critérios são os mais consensuais de um acontecimento, uma vez que eles já estão respaldados pelo senso comum de uma determinada sociedade. Não é necessário que a imprensa nacional raciocine sobre a noticiabilidade da fala ou da atitude de seu presidente da República. Ela o noticia sempre e com o destaque que a população brasileira espera de seus meios de comunicação na cobertura noticiosa de seu presidente.

Assim também ocorre com vários outros fatos que são acontecimentos noticiáveis para além dos critérios de noticiabilidade da imprensa. Ou, explicando melhor, são fatos que normalmente não necessitam que a imprensa os selecione. Eles se impõem por si mesmos à cobertura informativa dos veículos midiáticos. E qualquer negligência da mídia, nesses casos, pode custar a sua credibilidade junto ao público.

Ao comportarem valores em si mesmos que são respaldados e endossados, consensualmente, pela sociedade, os critérios substantivos são também os mais duradouros de um acontecimento. Sim, porque se eles carregam consigo o senso comum de uma sociedade, eles não mudam da noite para o dia e nem mudam homogeneamente. Essa durabilidade dos critérios substantivos é o que garante um elevado grau de conservadorismo dos valores-notícia através dos tempos.¹¹ Assim, os acontecimentos ricos em valores-notícia reconhecidos pelos

¹¹ Uma compilação realizada por Nelson Traquina sobre o que foi notícia em três épocas distintas – as primeiras décadas do século XVII, os anos 30-40 do século XIX e os anos 70 do século XX – demonstrou que os valores-notícia das notícias não variaram significativamente ao longo dos anos. TRAQUINA, v.II, 2005, p. 63-69.

critérios substantivos atravessam os anos sendo, em maior ou menor grau, noticiados pela imprensa.

Os valores-notícia dos acontecimentos contemplados pelos critérios substantivos do jornalismo são os responsáveis em grande medida pela sua noticiabilidade e esses valores são mais endossados pela imprensa na sua interação com a sociedade do que propriamente criados por ela. O que a imprensa faz com muita habilidade é superestimar ou subestimar, valorizar ou desvalorizar o caráter substantivo de um fato de acordo com o seu formato midiático (se é jornal, rádio, tv, etc.), de acordo com o seu público, com os veículos que lhe fazem concorrência, de acordo com a sua estrutura física e sua capacidade de cobertura e mesmo de acordo com a sua linha editorial e ideológica.

2.10.1 Valores – notícia e valores sociais

A compreensão sustentada por essa pesquisa é de que os valores-notícia dos acontecimentos são uma decorrência particular e específica dos valores sociais conferidos aos fatos pela sociedade. Em outras palavras, entende-se aqui que a imprensa reifica o consenso social, reconhecendo-o, atualizando-o e devolvendo-o para a sociedade em forma de produto noticioso, de tal modo que os valores-notícia e os critérios substantivos das notícias reiteram os valores sociais em voga.

Esse atrelamento entre valores-notícia e valores sociais ocorre como uma consequência do lugar ocupado pela imprensa em sociedade: a imprensa está no meio das relações sociais nas quais ela tanto interfere como sofre delas interferências. O consenso social é, assim, fruto da atuação e da presença da imprensa na sociedade, sendo, portanto, uma construção ativa e ordinária do corpo social do qual a mídia é parte integrante.

A imprensa tende a conferir noticiabilidade aos fatos que, de alguma forma, já são valorizados pelo senso comum social o qual, com isso, pode reconhecer os valores – notícia da imprensa. Assim é que os critérios de noticiabilidade utilizados pelos jornalistas na sua função diária de produzir notícias são expedientes próprios da imprensa para responder às necessidades, aos costumes, à moral, aos valores, à cultura, e também aos desejos, às fantasias, às

curiosidades, aos medos, às inseguranças, enfim, de uma sociedade. Revelar esses critérios é desvendar a conversa que ela estabelece, rotineiramente, com o corpo social.

O próximo capítulo vai tratar de evidenciar essa inter-relação jornalismo/sociedade mediante a desconstrução noticiosa das 15 principais reportagens publicadas pelo jornal Estado de Minas, no ano de 2004, sobre o tema da exploração sexual infanto-juvenil.

Todas as reportagens selecionadas para essa pesquisa abordam um assunto que confronta a sociedade consigo mesma; traz à luz o que, em princípio, não deveria ser mostrado, revela um mundo que seria preferível que não saísse da escuridão.

A exploração sexual de crianças e adolescentes é um problema social que evidencia uma inadequação do funcionamento social. O que todos nós gostaríamos é de que não houvesse crimes desse tipo em nossa sociedade. E a tendência da coletividade é afastar de si qualquer ameaça à sua condição de harmonia e bem-estar.

Por que será que reportagens dessa natureza são produzidas pela imprensa? Por que o jornal Estado de Minas despendeu cinco páginas nobres de seu Caderno Gerais e destacou uma equipe de nada menos que seis repórteres – na capital e no interior do Estado – para confeccionar uma grande reportagem – *Infância Roubada* – que fala de uma realidade feia, bruta e que escancara as mazelas sociais? Por que o jornalismo ousa revelar o que a sociedade prefere esconder e, assim mesmo, a imprensa se sustenta como uma instância social autorizada, respeitada e credível perante a coletividade?

Perguntas como essas norteiam as investigações travadas nesse trabalho e as análises efetuadas no capítulo seguinte, as quais, sem dúvida alguma, não esgotam o fazer jornalístico, tampouco os seus propósitos e meandros, mas oferecem uma modesta contribuição para os jornalistas pensarem o seu ofício e a sociedade em geral conhecer um pouco do modo como o jornalismo funciona. Sejam todos bem vindos, então, a essa terra estranha e fascinante cunhada muito apropriadamente de *newsland*.

3 A NOTICIABILIDADE AO ALCANCE DOS OLHOS: AS FICHAS NOTICIOSAS

3.1 ASPECTOS DA DIAGRAMAÇÃO

3.1.1 Espaço ocupado na página

Um critério para a seleção das 15 matérias como alvo de análise para este trabalho foi a complexidade construtiva de seu conteúdo. Em outras palavras, um dos motivos que concorreu para a escolha dessas e não de outras amostras jornalísticas para estudo foi a sua riqueza de construção: corpo principal da matéria aliado a boxes, destaques, olhos, fotos, cores, titulação, subtítulo, pré-texto, resumos, enfim, recursos tipicamente jornalísticos capazes de proporcionar análises igualmente mais complexas.

Por outro lado, era importante que se obtivesse uma amostra balanceada e sintonizada, pois do contrário seria muito difícil e contraproduzitivo analisar produtos completamente diferentes sob o ponto de vista de sua construção gráfica e editorial. Como comparar uma notinha de seis linhas com uma notícia de meia página, por exemplo? A estrutura de construção de uma e de outra é completamente diversa e responde a demandas informativas também muito diferenciadas.

Levando em consideração, portanto, o aspecto estrutural das matérias jornalísticas publicadas, no ano de 2004, no Caderno Gerais do Jornal Estado de Minas, é que se chegou à amostra aqui considerada, a qual, pelos motivos expostos, não apresenta disparates de construção formal nem de ocupação da mancha gráfica da página. Porque normalmente um fator está associado a outro. Quanto maior a complexidade de construção gráfica e editorial de uma matéria jornalística, mais espaço ela demanda na página.

Assim é que se observa, nesse conjunto de matérias selecionadas, uma prevalência de reportagens com taxa de ocupação da mancha gráfica de no mínimo uma página inteira de jornal: nove das 15 matérias selecionadas encaixam-se nessa situação. Das outras seis reportagens que compõem a amostra de análise, quatro ocupam 50% da página ou mais e duas se estendem por menos de 50% da mancha gráfica do jornal.

Tal constatação, hoje, não é, portanto, surpreendente. Ao se efetuar a seleção do material para essa pesquisa, já era possível observar a relação direta mantida entre a complexidade da estrutura jornalística e a taxa de ocupação da mancha gráfica da página, pela reportagem.

A mancha gráfica do jornal impresso custa caro - isso fica evidenciado para nós quando necessitamos adquirir um espacinho de jornal para um pequeno anúncio. Os jornalistas sabem disso porque todos os dias eles são obrigados a reduzir os seus textos, enxugando-os ao máximo, para poder publicá-los; do contrário, seus textos são descartados por falta de espaço ou cortados à revelia do jornalista. Estes sabem, melhor do que ninguém, o quanto representa para um jornal publicar uma reportagem de página inteira ou de mais páginas. Haja critérios de noticiabilidade.

Há que considerar, então, que o conjunto das 15 reportagens selecionadas foram, de uma forma geral, matérias priorizadas pela editoria do Caderno Gerais do JEM, em 2004, representativas, portanto, da cobertura jornalística, no Estado, do tema da exploração sexual de crianças e adolescentes.

GRÁFICO 1: Espaço ocupado na página



3.1.2 Fotografia

A média de fotos utilizadas na amostra noticiosa dessa pesquisa é de 2,26 fotos por reportagem. Uma média que condiz também com a taxa de ocupação da mancha gráfica, com a complexidade da construção jornalística das matérias e, finalmente, com o grau de prioridade noticiosa dessas matérias. É possível observar que quanto maior a taxa de ocupação da reportagem na página, maior é a quantidade de fotos ali utilizadas. A grande reportagem utilizou nada menos do que sete fotos em sua diagramação; as matérias de duas páginas inteiras de jornal fizeram uso, cada qual, de uma média de três fotos e as matérias de uma página,

duas fotos cada. Das matérias restantes, apenas uma das duas que ocuparam menos de 50% da mancha gráfica, não utilizou nenhuma foto.

Das 34 fotos utilizadas pela amostra noticiosa dessa pesquisa, um total de 15, ou seja, 44,11% exibem crianças e/ou adolescentes, a cores ou não. Todas as fotos que retratam o universo infanto-juvenil não são explícitas, ou, em outras palavras, não identificam o rosto da criança nem do adolescente fotografado. Esse cuidado, além de demonstrar o respeito do jornalismo para com o trato das vítimas e o cumprimento ao que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 17, capítulo II ¹, não prejudica em nada o caráter comprobatório da notícia, tampouco deixa de cumprir com a sua função de garantir certa aproximação, humanização e empatia do leitor para com essas vítimas de exploração sexual.

A foto da criança e do adolescente estampada no jornal, seja ela em que contexto for, não deixa de conferir um caráter de particularização ou individualização do universo infanto-juvenil. Não se trata apenas de uma massa indiferenciada de crianças e adolescentes explorados sexualmente, mas daquela menina, daquele menino, e mais aquela adolescente.

Isso porque a fotografia porta consigo sempre um olhar específico do profissional sobre o real e a foto, ao ser divulgada, transfere para o público essa possibilidade dele também recortar a realidade, diferenciando-a, particularizando-a, desencadeando-lhe emoções e afetos de diferentes naturezas, mas sobretudo, aproximando o leitor da experiência ali contextualizada.

¹ CAPÍTULO II - DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE. ART. 17 - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

QUADRO 1: Fotos exibidas

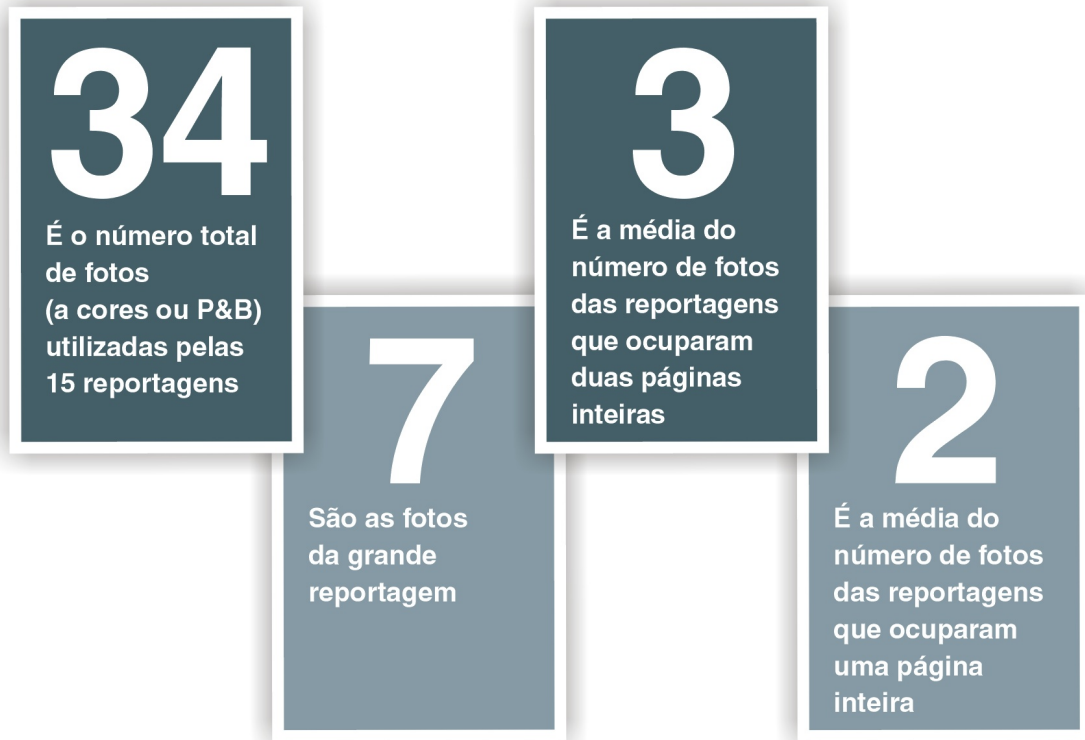


GRÁFICO 2: Fotos diversas X Fotos de crianças e/ou adolescentes

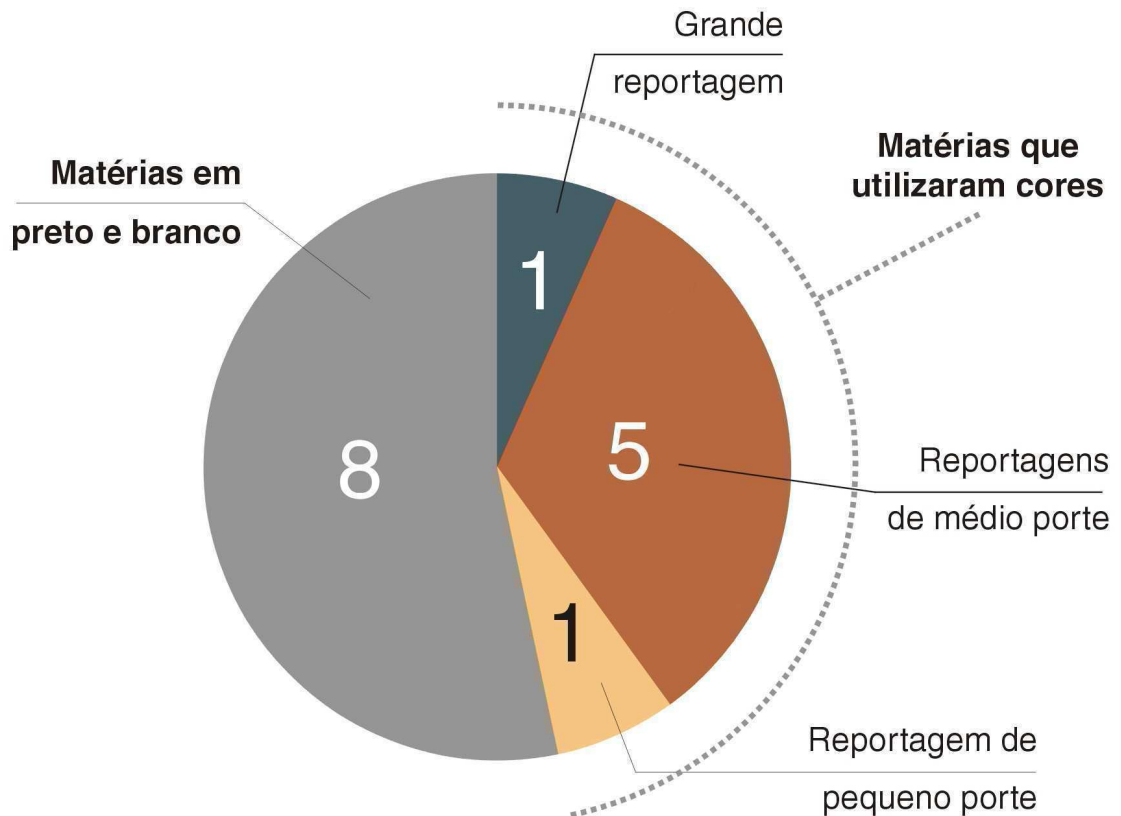


3.1.3 Cor

A cor é outro ingrediente diferenciador de valor no jornalismo. Como a quantidade de cores utilizadas está diretamente relacionada ao custo financeiro final do produto, o uso da cor, na matéria jornalística, é sempre parcimonioso e obedece a critérios de prioridade informativa, os quais, por sua vez, se acham vinculados à riqueza e complexidade do material à disposição do editor. Certamente que uma matéria rica em fontes, em fotos, em destaques e com uma boa taxa de ocupação na página tem muito mais chances de ser selecionada para usufruir do requinte das cores do que uma outra, pobre de referências. A cor valoriza a matéria, a página e o jornal como um todo. Ela confere valor ao conteúdo informativo: um valor que passa para o público leitor que também o reconhece, o assimila e devolve esse valor em interesse de leitura.

Do universo de matérias selecionadas para este trabalho, sete fazem uso de cores em pelo menos uma de suas páginas. Ou seja, 46,6% do material pesquisado lançam mão de cores em sua diagramação. Esse fator está diretamente relacionado ao fato de várias das matérias da amostragem terem sido capas do Caderno Gerais do JEM. Como a capa é sempre o invólucro do produto impresso, ela tende a ser mais valorizada e receber os maiores cuidados e reparos, o que, por sua vez, direciona sobremaneira o olhar do leitor, entusiasmando-o pela leitura.

GRÁFICO 3: Matérias em P&B X Matérias coloridas



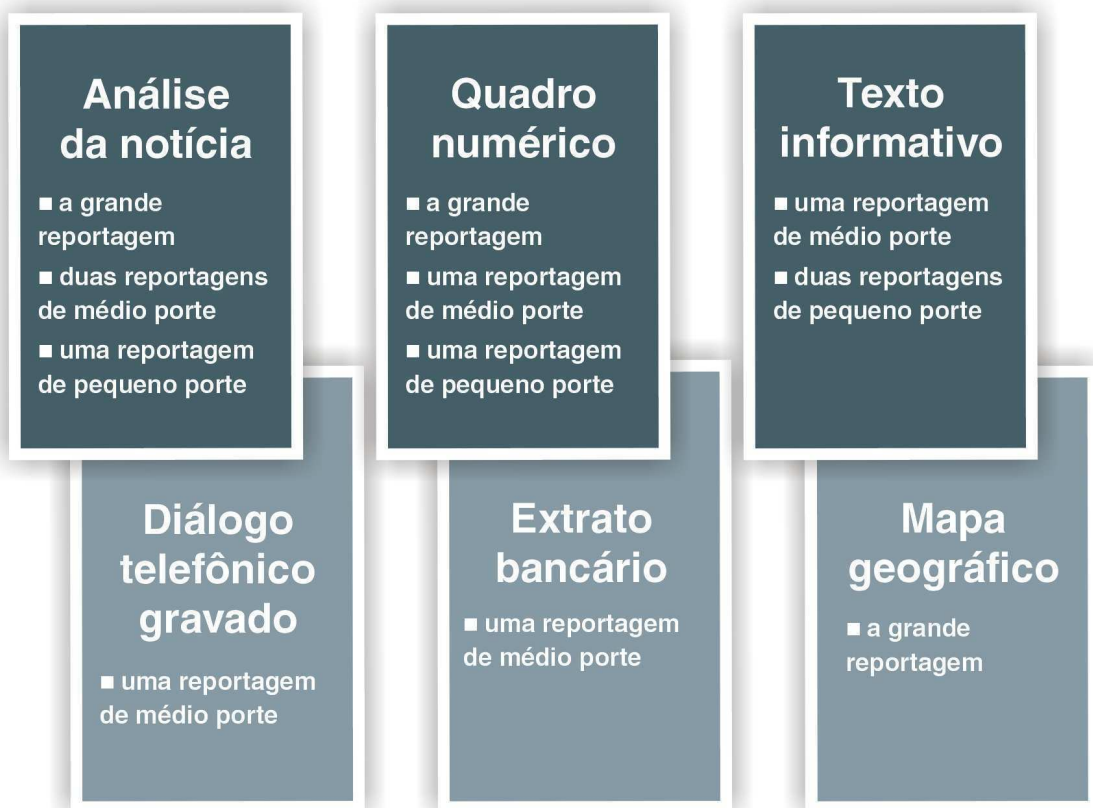
3.1.4 Destaque

Dada a complexidade editorial do conjunto das matérias selecionadas para a pesquisa, pode-se dizer que elas são bem servidas de recursos gráficos, os quais têm a função de não só organizar, facilitar e orientar a leitura do conteúdo informativo ali exposto como também de valorizar a sua visualização e colaborar para garantir o interesse do leitor. Como seria de se esperar, a grande reportagem (Anexo 1) é a matéria jornalística que concentra o maior número de recursos, os quais, pela sua variedade, foram denominados, aqui, genericamente de destaques.

Dentre os seis tipos de destaques reconhecidos na amostragem, a grande reportagem, sozinha, utilizou na sua edição, nada menos que a metade: uma “Análise da Notícia”, três quadros numéricos e um mapa geográfico. É possível

estabelecer uma relação proporcional direta entre a taxa de ocupação da mancha gráfica da página, pelo texto jornalístico, e a variedade de destaques utilizados. Na medida em que houve uma diminuição do espaço ocupado pela matéria – que o caso das reportagens de pequeno porte (Anexo 3) -, caiu a taxa de utilização de destaques, os quais, figuraram, basicamente, nas reportagens de médio porte (Anexo 2).

QUADRO 2: Destaques noticiosos



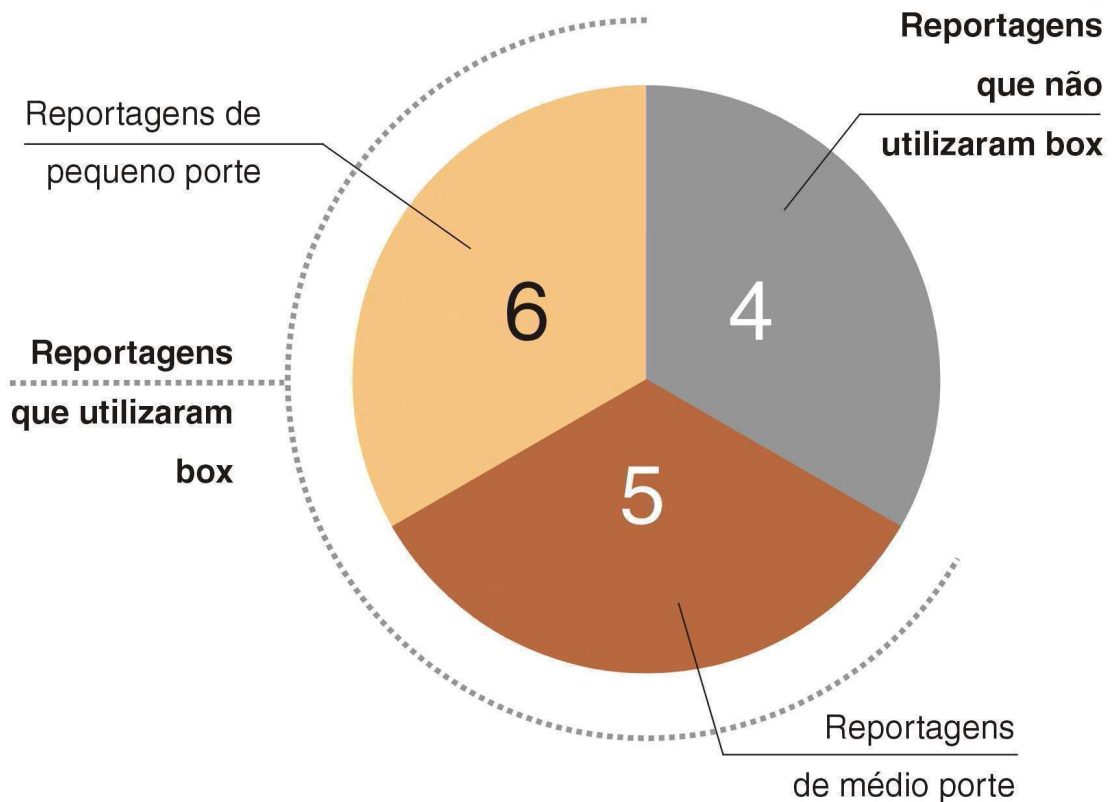
3.1.5 Box

O box não deixa de ser um recurso de diagramação e, sob esse ponto de vista, é também um destaque. A sua separação dos outros tipos de destaques, aqui, se dá em função, basicamente, da sua maciça utilização no conjunto de matérias

selecionadas. Nada menos do que 11 das 15 reportagens (73% das matérias), entre as de pequeno e médio portes, o utilizaram.

Isso se deve à capacidade que o box possui de permitir uma abordagem particularizada, específica e complementar do assunto em questão a partir de um lugar e uma titulação próprios, suavizando visualmente a página, proporcionando ao leitor uma pausa na leitura mais abrangente, um espaço para aprofundar um determinado viés do texto mais amplo, enfim, uma possibilidade de fragmentação da informação para que ela se torne menos pesada e ao mesmo tempo mais direcionada.

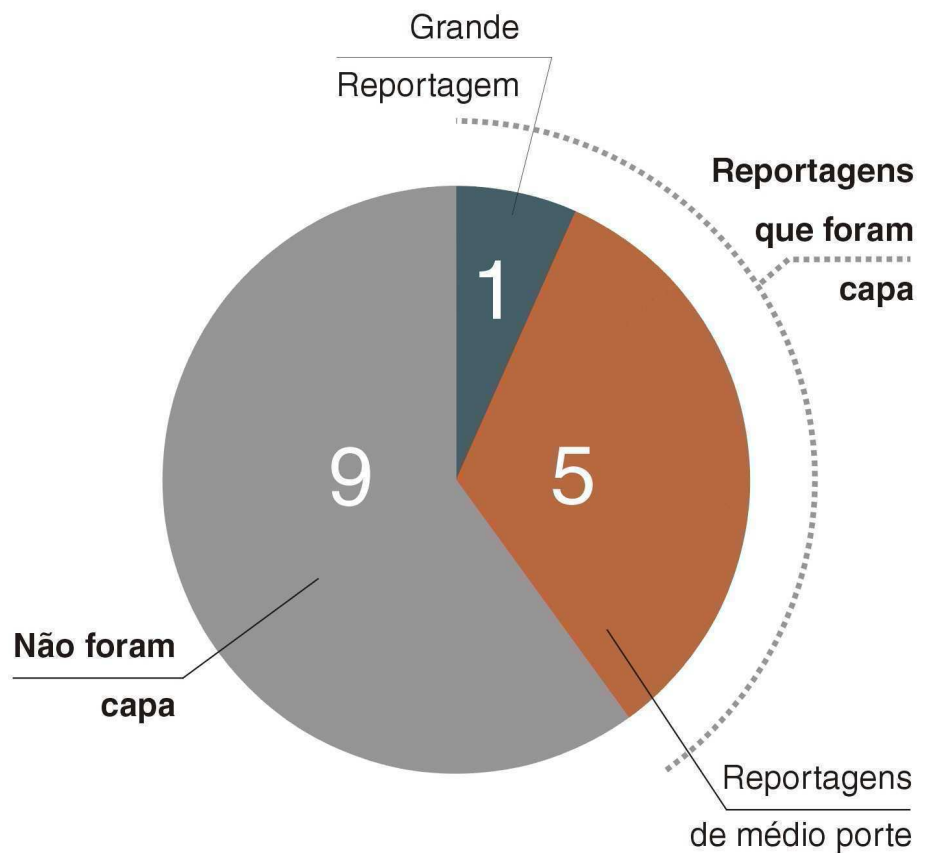
GRÁFICO 4: Reportagens com box X Reportagens sem box



3.1.6 Capa do Caderno Gerais

Do universo de matérias selecionadas, 40%, ou seja, seis reportagens (a grande e todas as cinco de médio porte) foram capa do Caderno Gerais do JEM. Isso significa que elas foram as matérias mais importantes daquele Caderno; as que mereceram o maior empenho da equipe editorial e de reportagem do Caderno Gerais, naqueles dias, e que para elas, conseqüentemente, se dirigiram, quando de sua publicação, as principais atenções dos leitores.

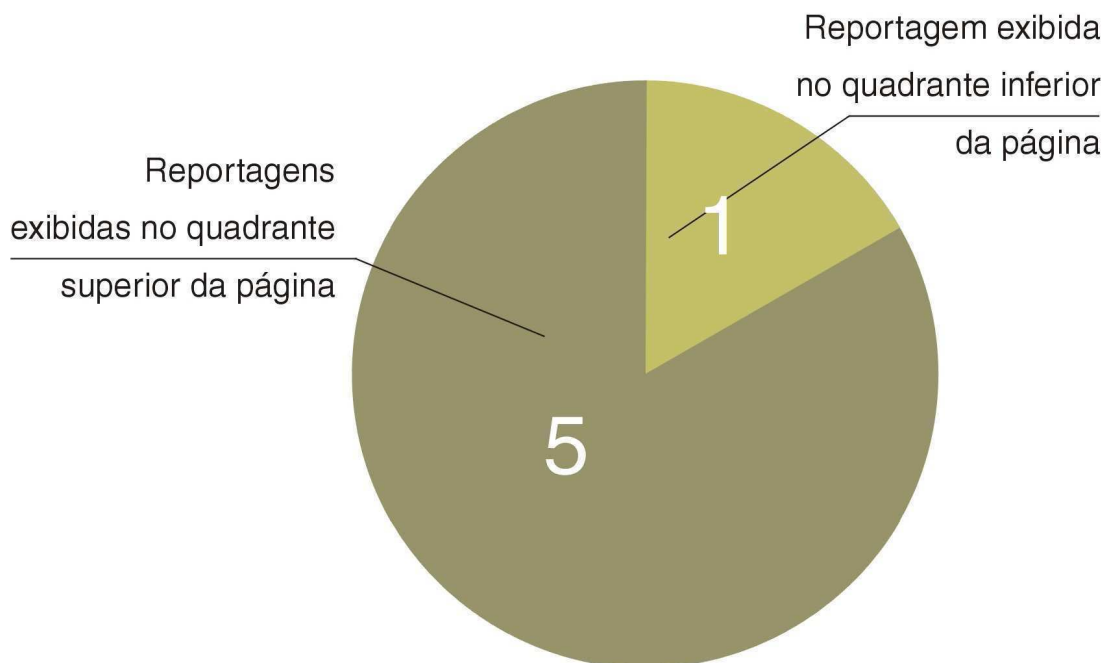
GRÁFICO 5: Reportagens de capa X Reportagens sem capa



3.1.7 Localização espacial das matérias que ocuparam menos de uma página inteira

Uma vez que seis das matérias de pequeno porte (Anexo 3) ocuparam menos de uma página inteira de jornal, cabia investigar qual o grau de prioridade noticiosa a elas conferidas, a partir de sua localização na mancha gráfica da página. A conclusão é que 83% dessas reportagens, ou seja, cinco das seis existentes ostentaram a melhor posição espacial da página: o seu quadrante superior. Apenas uma escapa a essa condição, situando-se no quadrante inferior da mancha gráfica da página.

GRÁFICO 6: Distribuição espacial das reportagens com menos de uma página



3.2 ASPECTOS DA EDIÇÃO

3.2.1 Assinatura de Matéria

Com exceção de uma reportagem de pequeno porte (Anexo 3), todas as demais matérias da amostragem noticiosa dessa pesquisa foram assinadas pelos repórteres que as conduziram. Isso é considerado cada vez mais um sinal positivo no jornalismo, uma vez que a assinatura do jornalista confere responsabilidade e seriedade ao conteúdo ali exposto. Uma predominância de 93,3% de matérias assinadas no universo selecionado de 15 reportagens significa um alto índice de prioridade noticiosa exercido por esse material jornalístico junto à editoria de Gerais do JEM.

GRÁFICO 7: Matérias assinadas X Matérias não assinadas



3.2.2 Versal

A escolha das versais das matérias selecionadas evidencia o tratamento jornalístico que foi sendo dado aos acontecimentos referentes ao assunto da exploração sexual de crianças e adolescentes. Partiu-se, inicialmente, de uma idéia genérica sobre a questão e elegeu-se, então, a versal “Prostituição Infantil”. Na cobertura do escândalo de Pompéu, a versal mudou para “Exploração Sexual”: afinal, a concepção dominante era de que havia uma rede, na região, de exploração

sexual infanto-juvenil. Ou seja, a exploração, ali, estava nomeada. Havia vítimas e agressores.

Já a versal “Abuso Sexual” distinguiu uma reportagem sobre a conveniência de iniciativas políticas e educacionais para frear ocorrências criminosas dessa natureza, no país. Era o início de uma abordagem jornalística mais ampla do crime de exploração sexual infanto-juvenil, no Brasil, a qual redundaria na versal “Cidadania”, no mês de junho de 2004. Em outubro daquele ano, surge a versal “Diamantes da Ilegalidade”, que é uma vertente do crime de exploração sexual de crianças e adolescentes, na medida em que, no contrabando de dólares e pedras preciosas, funciona, ativamente, também, um mercado sexual infanto-juvenil.

As versais, tomadas como uma frase curta e objetiva do assunto tratado pela matéria informativa, acompanharam, portanto, a narrativa noticiosa dos acontecimentos. No caso desse conjunto de 15 matérias selecionadas, pode-se dizer que as versais foram se tornando cada vez mais amplas e abrangentes, tais como os rumos dos acontecimentos. Inicialmente, o assunto em pauta se resumia à prostituição infantil. Acontece que esse tema foi angariando novos dados com contornos diferenciados, de forma que o abuso, a prostituição e a exploração sexual de crianças e adolescentes foram sutilmente se descolando um do outro até tomarem uma feição de “Cidadania”. Por fim, surgiu mais um direcionamento para o assunto, dessa vez, na forma do comércio ilegal de pedras preciosas.

QUADRO 3: Uso das versais



3.2.3 Fonte

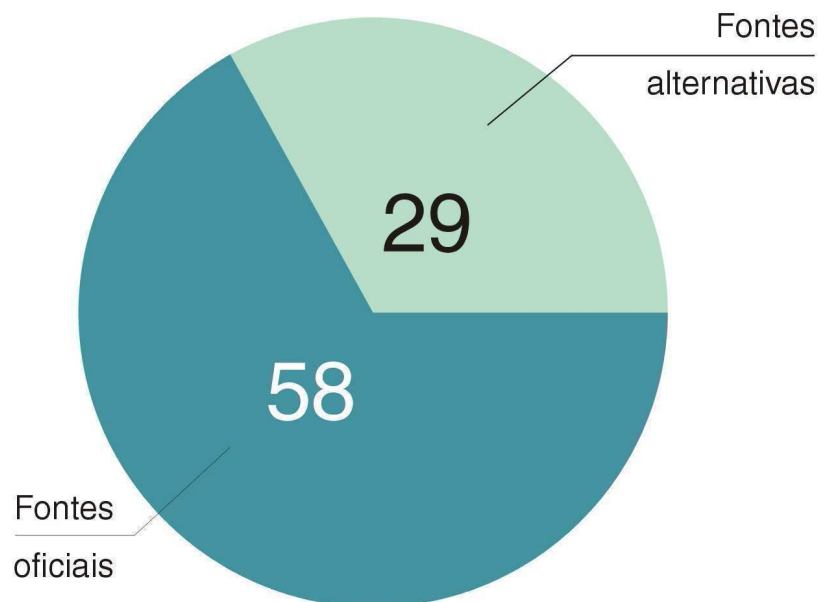
Um dos principais atributos do gênero jornalístico da reportagem é a sua diversidade de fontes informativas. A notícia, pela sua natureza objetiva e imediata, não oferece muitas possibilidades de variações das fontes, sujeita que é ao imperativo temporal. A reportagem, por sua vez, ao alargar significativamente o seu tempo de apuração e de construção, consegue uma abrangência de fontes informativas muito maior, o que, conseqüentemente, repercute na complexificação do seu conteúdo informativo.

As 15 matérias jornalísticas que compõem a amostragem noticiosa dessa pesquisa utilizaram, em média, 5,8 fontes cada uma. Essa condição condiz com a sua classificação de reportagem. Desse total de fontes por matéria, constata-se que

houve uma proporção de duas fontes oficiais para uma fonte alternativa, ou seja, as reportagens foram baseadas muito mais nas informações autorizadas, categorizadas, reconhecidas socialmente, do que nas informações fornecidas por fontes desautorizadas ou à margem da representatividade social. Essa é uma estratégia bastante freqüente no jornalismo e lhe serve para garantir reconhecimento, bem como autoridade de fala no meio social.

Um dado que sobressai no que diz respeito às fontes alternativas é o número de crianças e adolescentes ouvidos por essas reportagens. Nada menos que 14 das 29 fontes alternativas - o que corresponde a 48,27% - dessas matérias vieram de vozes infanto-juvenis. Esse percentual não deixa de evidenciar uma condição de equilíbrio na composição das falas alternativas dessas reportagens.

GRÁFICO 8: Utilização de fontes



QUADRO 4: Quantificação das fontes

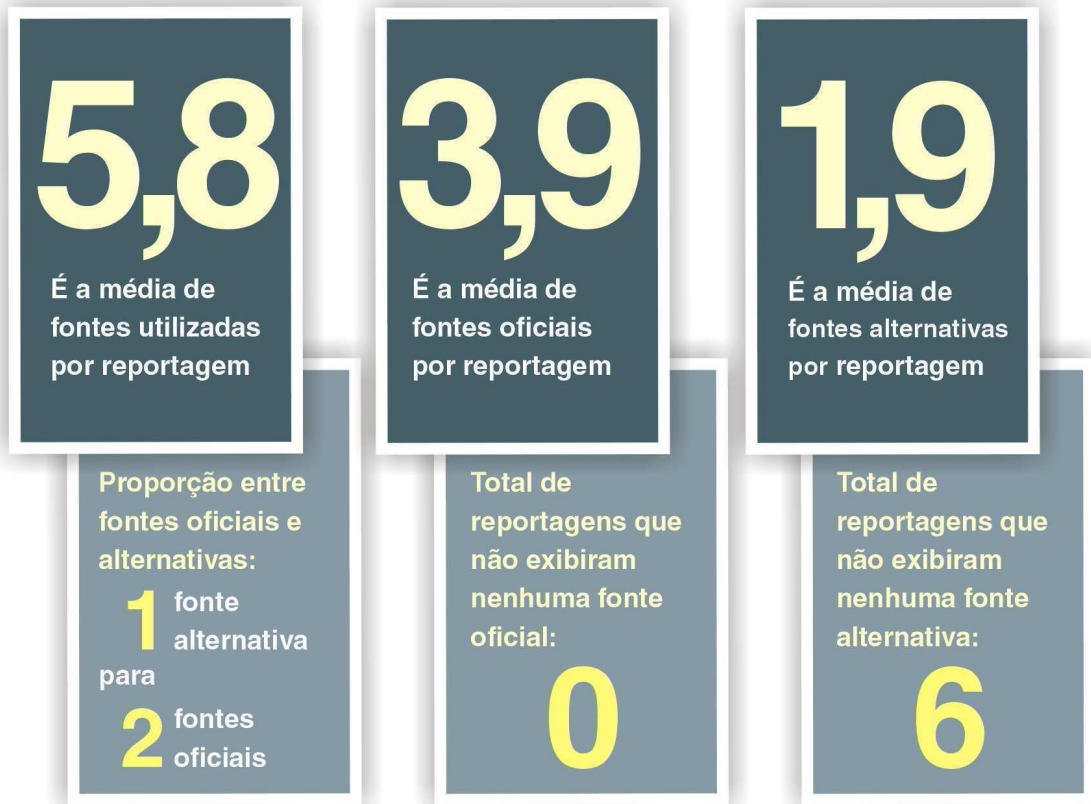
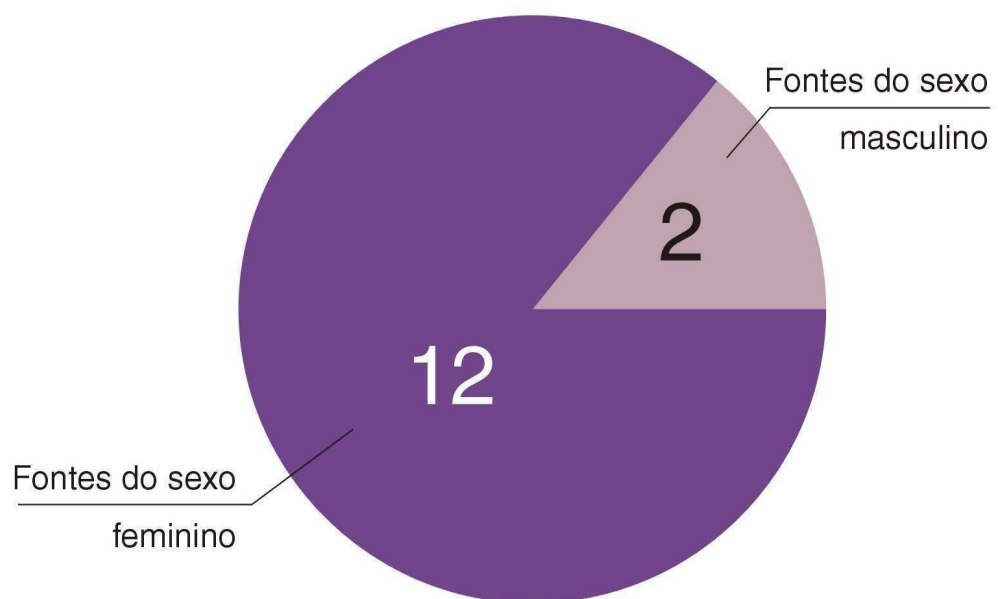


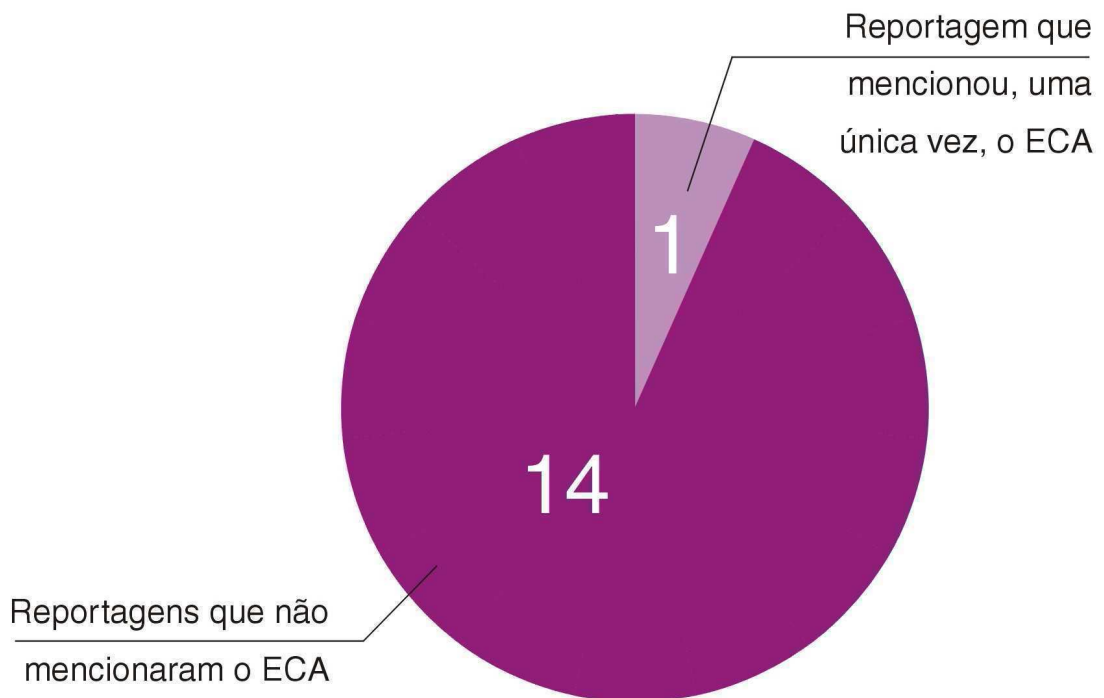
GRÁFICO 9: Gênero das fontes alternativas (crianças e/ou adolescentes)



3.2.4 Menções ao Estatuto da Criança e do Adolescente

Embora não houvesse nenhuma intenção de se analisar o conteúdo do material selecionado para essa pesquisa, existia uma curiosidade em se conhecer em que medida o Estatuto da Criança e do Adolescente era mencionado, independentemente da sua função no texto. Constatou-se que o ECA foi referenciado apenas uma vez em uma única reportagem da amostra. Tal evidência merece maiores investigações, o que não é o caso dessa pesquisa.

GRÁFICO 10: Menções ao ECA



As análises aqui realizadas sobre a estética das notícias que compõem o recorte noticioso dessa pesquisa possibilitam afirmar que essa amostragem empírica aponta para um alto grau de interesse jornalístico nas matérias que tratam do tema da exploração sexual infanto-juvenil. Praticamente todas as reportagens apresentam algum tipo de complexidade em sua construção formal, buscando se diferenciar como produto noticioso e, com isso, angariar a atenção do público leitor.

Dizendo de outra forma, as reportagens aqui desconstruídas sob o viés estético de noticiabilidade informam que o jornalismo tem noticiado com prioridade informativa o tema da exploração sexual infanto-juvenil, pois tem valorizado o modo de apresentar ao público a narrativa noticiosa sobre o assunto.

4 A NOTICIABILIDADE DE *INFÂNCIA ROUBADA*

4.1 COMO *INFÂNCIA ROUBADA* É APRESENTADA NA PÁGINA DE JORNAL (MOMENTO NOTÍCIA 2)

Ao longo de cinco páginas – três inteiras e duas pela metade -, uma reportagem roubou o sossego dos leitores naquele primeiro domingo de maio. A foto colorida ocupava toda a mancha gráfica da primeira página do Caderno Gerais, em que se via as pernas de uma possível adolescente com os pés calçados por uma sandália de salto alto dando as costas para uma boneca de pano largada sobre a calçada. Logo abaixo, rasgando a foto, uma tarja de fundo negro exibia o título de corpo gráfico avantajado: *Infância Roubada*.

Uma foto montada, é verdade. Uma foto, portanto, que mereceu a intromissão profissional do jornalista e do artista gráfico na sua versão final. Mas, uma foto que condensa e explicita toda a concepção editorial da reportagem. A boneca abandonada no chão indica que aquela possível adolescente ainda tinha idade para carregá-la nos braços, mas que, ao invés disso, se sustenta sobre saltos altos de sandálias que sequer ainda lhe caem bem. Esse contraste alerta o leitor para uma inadequação.

O título *Infância Roubada* reafirma esse contra-senso exposto pela fotografia e o caracteriza como roubo. A infância de uma parcela de crianças, na acepção da reportagem, está sendo roubada. O leitor consegue depreender, já na primeira página da matéria, que existem crianças, no Brasil, em condições de vítimas sociais. Pelo menos, essa é a direção tomada pela reportagem que se segue.

A fotografia de capa do Caderno Gerais remete o leitor à ambigüidade que permeia o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes: a menina-criança-ingênua X a menina-mulher-explorada. Esse dilema está presente na vinheta¹ de toda a reportagem, localizada à esquerda de cada página, no alto, em que uma menina esconde o seu rosto com a boneca de pano. Essa imagem carimba toda a matéria com a marca do paradoxo exposto pela reportagem: o paradoxo do

¹ A vinheta é um recurso gráfico que serve para conferir identidade e unicidade à matéria jornalística. Com a vinheta, o editor comunica ao leitor que aquelas páginas compõem uma só matéria e que elas seguem a mesma orientação editorial. Ela é muito utilizada em matérias jornalísticas extensas, que correm o risco de confundir a atenção do leitor, dispersando-o. Ao mesmo tempo, a vinheta expõe, resumidamente, a concepção ideológica do conteúdo da matéria.

absurdo representado pela realidade em que crianças deixam de viver sua infância para perambularem pelas estradas vendendo seus corpos ainda em formação por R\$ 1,00 (P.27 do Anexo1).

A vinheta da menina com o rosto tampado pela boneca vem sempre seguida por uma palavra carregada de sentido (Impunidade – Submundo – Omissão – Resistência) que também norteia a leitura, uma vez que conceitua, em uma única palavra, o conteúdo da matéria tratada na página respectiva. Seguindo-se à palavra-conceito de cada página, surge um brevíssimo resumo do relato noticioso que é apresentado logo abaixo. Depois da vinheta, da palavra-conceito e do pré-texto, exhibe-se a titulação da página. São quatro títulos – um para cada página -, além do título da reportagem (*Infância Roubada*): todos curtos e diretos em suas mensagens.

Infância Roubada utiliza um tipo de letra limpa, seca, sem qualquer rebuscamento, bem à altura do tema tratado. Esse padrão *clean* só é alterado quando se trata de grafar e realçar, na página, os depoimentos entre aspas dos entrevistados e a parte reservada para a “Análise da Notícia”. Ao mudar a grafia, nessas ocasiões, o editor deseja demarcar o deslocamento do texto que passa do relato objetivo e mais imparcial para o relato basicamente opinativo, seja dos entrevistados ou do editor do Caderno, como é o caso da “Análise da Notícia”.²

A variação do tipo gráfico e de seu corpo (tamanho) é mais uma maneira que o jornalismo possui de expressar, valorizar e situar o relato noticioso para o leitor. Não seria conveniente que a diagramação, ou seja, a organização gráfica e visual do relato jornalístico utilizasse um tipo de letra romântica, por exemplo, para grafar uma reportagem sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes.

No rodapé de duas páginas, existe uma espécie de quadro super reduzido que exhibe informações numéricas sobre o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes. Esse mesmo tipo de detalhe numérico está presente na última página da reportagem, finalizando-a, antes do aparecimento dos anúncios classificados. Tanto a página 26 quanto a página 29 da reportagem cedem um espaço significativo para a veiculação publicitária.

Na página 26, o anúncio é do próprio Jornal Estado de Minas. Como esta é uma página colorida e que exhibe o mapa da Polícia Rodoviária Federal sobre as rotas do crime de exploração sexual no Estado, o anúncio do Jornal aproveita para

² A “Análise da Notícia” é um espaço circunscrito na página, em que o Jornal manifesta o seu juízo editorial sobre o assunto, na expectativa de estar, de certa forma, expressando a opinião do público leitor da reportagem.

utilizar as mesmas cores, interferindo sobremaneira no visual da página e provocando, no leitor desavisado, certa confusão de leitura. Os pequenos anúncios que finalizam a página 29 já não arriscam tanto os limites da reportagem, mas são esteticamente inoportunos.

Aliás, os dois anúncios publicitários são a grande perda estética dessa matéria que, no mais, é muito bem cuidada. O anúncio do Jornal Estado de Minas ocupando a metade da página 26 – a segunda página da reportagem – é de uma total inapropriação editorial. Um leitor sensível se pergunta se faltou conteúdo jornalístico para preencher aquele espaço da página ou se sobrou oportunismo da empresa para preenchê-lo. As duas suposições são um golpe na credibilidade do Jornal e na sua intenção de tratar um assunto tão difícil e sério como o que cerca a exploração sexual de crianças e adolescentes.

No caso dos classificados alocados na página 29 – a última página da reportagem -, embora o seu espaço esteja menos confuso na página, trata-se de uma opção infeliz para terminar uma matéria longa, de cinco páginas, extremamente bem tratada do ponto de vista da sua diagramação. Fica-se com a impressão de que o texto e as fotos da página tiveram que ser espremidos em função de cinco pequenos anúncios – dentre eles, mais um do Jornal Estado de Minas [!]

Afora a interferência negativa desses dois espaços publicitários nas páginas concedidas à reportagem, *Infância Roubada* faz uso de uma grande variedade de recursos gráficos e editoriais, numa clara demonstração de que esta foi uma matéria jornalística pensada e trabalhada para satisfazer aos diversos níveis de atenção e de interesse do leitor sobre o assunto.

O conteúdo informativo exibido pela reportagem é segmentado, ou seja, ao invés da matéria se prender apenas ao texto jornalístico principal de cada página, ela retira a centralidade e o impacto do grande texto e o distribui pela página, endereçando-o a cada tipo de leitor e a cada nível de investimento de leitura. Ao mesmo tempo, o manejo hábil e sutil dos recursos gráficos suavizam a página, dão-lhe movimento, dotando a reportagem de certo caráter didático e, certamente, aumentando o interesse do leitor em prosseguir com a leitura.

Além da foto em quatro cores estampada na capa do Caderno Gerais, são exibidas mais seis fotos ao longo da reportagem e um mapa localizando as rotas do crime de exploração sexual nas rodovias federais que atravessam Minas Gerais. As fotos do interior da matéria preservam a identidade dos entrevistados e as mais

factuais – embora pouco realçadas na página - são as duas que mostram o caminhão encostado na rodovia e o caminhoneiro colocando para dentro da cabine uma adolescente.

A reportagem retrata ainda o inspetor rodoviário (de perfil); um caminhoneiro (de costas) que oferece um depoimento cruel sobre a situação dessas meninas exploradas sexualmente; e, também de costas, duas vítimas dessa realidade. As fotos, em sua maioria, são ambientadas na estrada, vinculando estrada e mercado de crime sexual de forma a endossar o conteúdo da matéria.

Essa é a forma como *Infância Roubada* se dá a ver para o público leitor; a forma como ela se apresenta sob o ponto de vista da sua visibilidade editorial e gráfica; como ela se organiza na página e como ela se esforça para captar a atenção de leitura do público. Esse formato de *Infância Roubada* diz muito sobre ela, como se pode observar. Um olhar detalhado sobre as suas nuances gráficas e editoriais permite ao leitor antecipar grande parte do teor informativo ao qual ele terá acesso, na leitura da matéria.

E mais: a maneira como o conteúdo informativo dispõe da página impressa de jornal está totalmente relacionada à sua concepção noticiosa a qual, por sua vez, se remete às motivações jornalísticas que concorreram para sua seleção como acontecimento noticiável. Isso quer dizer que, analisar a construção gráfica de uma matéria jornalística é revelar e evidenciar também algo da sua noticiabilidade.

Um fator se acha vinculado ao outro. Por intermédio da forma como uma notícia ou uma reportagem se apresenta, na imprensa escrita, ao público, é possível se conhecer e se detectar muito do valor que aquele relato noticioso teve para o jornal que o reporta. Uma matéria bem posicionada e bem diagramada na página reflete para o público algo da importância que aquela determinada notícia ou reportagem tem para o veículo informativo.

A publicidade, na imprensa escrita, exhibe essa noção clara e abertamente. Cada página, bem como cada quadrante de página de jornal, possui um custo diferente para o anunciante. Quanto melhor posicionado na página, ou seja, quanto mais visível, mais legível e mais ao alcance do olho do leitor, mais caro é o anúncio. O mesmo se dá em função das páginas. A primeira e a terceira páginas de um jornal são preciosas. Tudo que ali se exhibe costuma ser visto e lido pelo leitor. Seu custo, portanto, é altíssimo para o anunciante.

4.2 A GRANDE REPORTAGEM *INFÂNCIA ROUBADA* (MOMENTO NOTÍCIA 1)

Nas estradas que cortam o Estado de Minas Gerais, uma parcela de crianças e adolescentes comercializam seus corpos, perdem sua inocência, dilaceram seus sonhos, abandonam toda a sua esperança, experimentam o que de pior a vida pode oferecer – lhes: a degradação generalizada. Uma degradação que é física e moral; individual, íntima e particular, mas também coletiva e social, uma vez que a degeneração que lhes atinge envergonha e humilha toda uma sociedade que permite tal realidade. Essa realidade é o resto, o resíduo social que ninguém quer ver nem saber, mas que está ali, bem perto de nós, nos postos de gasolina, nos restaurantes, nas margens das rodovias que atravessam o Estado.

E como esse real se faz presente, hoje, em nossas vidas? Na maior parte das vezes, por intermédio da imprensa³. Neste caso, não foi diferente. O Jornal Estado de Minas publicou, em um domingo de maio de 2004, a maior reportagem regional do ano sobre o assunto: *Infância Roubada*. (Anexo 1)

Infância Roubada é uma reportagem que evidencia, pela forma jornalística como ela foi construída, certo arrojo e ousadia. Na sua idealização, ela já contou com a decisão editorial de ser realizada mediante a contribuição de uma equipe de seis jornalistas (de dentro e de fora de Belo Horizonte), dos quais alguns foram destacados para flagrar o crime praticado nas estradas enquanto os demais entrevistavam todas as principais fontes disponíveis, em Minas Gerais, sobre o assunto.

Tal iniciativa tomada pela Editoria do Caderno Gerais do JEM aponta para um trabalho de reportagem, uma vez que ela implica na dilatação do tempo de apuração dos fatos, permite um distanciamento espacial da redação e expande os horizontes de visão dos acontecimentos, possibilitando um entendimento mais ampliado e complexificado do problema.

Por outro lado, uma equipe de jornalistas não é destacada para a cobertura jornalística de um evento sem que não haja um forte propósito de

³ De acordo com Adelmo Genro Filho, a imprensa é “o corpo material do jornalismo, o processo técnico do jornal – que tem sua contrapartida na tecnologia do rádio, da TV, etc. – e que resulta num produto final, que podem ser manchas de tinta num papel ou as ondas de radiodifusão.” O jornalismo, no entanto, é “a modalidade de informação que surge sistematicamente destes meios para suprir certas necessidades histórico-sociais”. A noção de imprensa, portanto, nos remete ao produto, seja ele de que modalidade for, produzido sob o formato da narrativa jornalística. Daí ser a expressão imprensa uma expressão ampla, genérica, que engloba toda e qualquer produção do jornalismo. (GENRO FILHO. *O Segredo da Pirâmide*, 1987, p. 175.)

transformar esse evento em um produto informativo especial. Há que se ponderar que tal decisão acarreta pelo menos duas outras consequências: a redução do número de jornalistas disponíveis para a cobertura da rotina informativa do jornal que não pode ser prejudicada e o aumento dos custos operacionais do veículo informativo.

Daí ser plausível a conclusão de que o formato de grande reportagem de *Infância Roubada* pode ter sido justificado e reiterado ao longo do seu processo de produção, mas ele não surgiu, casualmente, nesse processo. *Infância Roubada* foi gestada para ser uma reportagem diferenciada. Além do mais, o cuidado e o detalhamento dispensados à sua edição e diagramação nas cinco páginas do Caderno Gerais, conforme foi visto, anteriormente, reforçam e evidenciam a importância de *Infância Roubada* para o Jornal Estado de Minas, naquele momento.

Enquadrando-se no modelo de *quote-story*, ou seja, de reportagem documental⁴, *Infância Roubada* se constrói a partir de quatro eixos de abordagem: “impunidade”, “submundo”, “omissão” e “resistência”. Esses quatro eixos são independentes entre si - uma vez que trazem, cada qual, um conteúdo informativo próprio - mas articulados de modo a formar um sentido de multiplicidade de vertentes informativas e interpretativas dirigidas ao leitor. É justamente essa construção editorial estruturada sobre o enfoque da variedade de aspectos relacionados ao tema da exploração sexual infanto-juvenil, nas estradas mineiras, que faz de *Infância Roubada* uma grande reportagem.

Por sua vez, o tratamento gráfico e editorial conferido a *Infância Roubada* endossa as suas intenções de possibilitar uma interpretação, por parte dos leitores, da realidade da exploração sexual de crianças e adolescentes, nas estradas mineiras. É dessa forma que se pode afirmar que a reportagem *Infância Roubada* não surge do acaso, mas de uma decisão editorial pela sua construção do início ao fim.

⁴ De acordo com Sodré e Ferrari, a *quote-story* ou reportagem documental “ é o relato documentado que apresenta os elementos de maneira objetiva, acompanhados de citações que complementam e esclarecem o assunto tratado. Comum no jornalismo escrito, esse modelo é mais habitual nos documentários da televisão ou do cinema. A reportagem documental é explosiva e aproxima-se da pesquisa. Às vezes, tem caráter denunciante. Mas, na maioria dos casos, apoiada em dados que lhe conferem fundamentação, adquire cunho pedagógico e se pronuncia a respeito do tema em questão”. (1986: 64)

4.2.1 A construção textual da reportagem *Infância Roubada*

4.2.1.1 A singularidade

Os relatos jornalísticos centrais de *Infância Roubada*, embora percam um pouco do seu impacto em função da quantidade de dados já disponibilizados para a leitura mediante os recursos gráficos utilizados, não deixam de surpreender o leitor interessado no que eles trazem. Concisos e enxutos, notadamente preocupados em dizer muito em poucas linhas, esses textos informativos se organizam a partir de um *lead* e um *sub-lead*⁵, caminhando sempre do mais específico para o menos específico ou, em outras palavras, do singular para o particular.

O texto correspondente ao título “*Vende-se menina a R\$1*” começa assim: “*um cara boa pinta como eu é capaz de levar uma mulher para a boléia de graça, mas para um cara barrigudo e velho, é muito mais difícil.(...)*” (Anexo 1, p. 27) Esse não é um *lead* informativo tradicional, na medida em que ele não organiza os dados de modo a esclarecer para o leitor todas as possíveis perguntas imediatas que este teria sobre o assunto. Mas, é um *lead* que singulariza, uma vez que o singular se localiza na forma e não no conteúdo jornalístico.

É sob a égide da forma singular que a notícia se estrutura, ou seja, é a forma que delinea o conteúdo e não o contrário. Ao eleger a declaração do motorista de caminhão, o “PC”, para abrir a matéria “*Vende-se menina a R\$ 1*”, o jornalista ao mesmo tempo formaliza a singularidade da notícia no *lead* e a traduz na fala do motorista. Trata-se de uma escolha do profissional, sem dúvida alguma. O motorista “PC”, ao ser entrevistado pelo repórter, lhe conta várias outras coisas, sem ter noção de que está se desnudando completamente ao outro naquilo que diz.

É o repórter, imbuído de seu lugar de ouvinte e narrador social, atento, portanto, a qualquer declaração que esclareça da forma mais contundente e concisa o papel que aquele ator social desempenha na conjuntura da exploração sexual

⁵ O *lead* geralmente é o primeiro parágrafo da notícia, em que os dados informativos básicos são oferecidos ao leitor. O *sub-lead* se situa abaixo do *lead* e complementa as informações daquele. Sob o ponto de vista de Genro Filho, o *lead* é o “momento agudo” e a “síntese evocativa da singularidade” noticiosa, não sendo, portanto, o “mais importante” da notícia, mas o que a notícia possui de mais singular. A notícia, então, sob esse entendimento, caminharia do singular para o particular, num movimento do cume para a base e não o contrário. A figura do triângulo equilátero, de acordo com Genro Filho, corresponderia à estrutura noticiosa cotidiana, razoavelmente equilibrada entre a singularidade e a particularidade. Uma apreensão crítica da realidade pela notícia, conforme propõe Genro Filho, deve harmonizar a relação entre o singular e o particular, isto é, entre o fato e a sua contextualização. (Genro Filho, 1987: 192)

infanto-juvenil, que ouve e seleciona as várias falas de “PC” e resolve abrir o *lead* com uma declaração do motorista.

Ao fazê-lo, o jornalista está certo de que nada do que ele dissesse sobre o motorista de caminhão conseguiria ser mais fiel àquele personagem do que a sua própria opinião sobre si mesmo. A naturalidade e a simplicidade que o motorista demonstra ao explicar que um “cara barrigudo” se sente um “rei” ao “passear com uma garota de 13, 14 anos” é algo que desencadeia no leitor indignação, revolta, mas também piedade.

Ali está alguém para quem a vida não conseguiu oferecer nada do que ela possui de bom, de belo ou de genuíno. Aquele motorista que se diz pai de quatro filhos - entre eles, uma menina de 9 anos de idade – não sabe e talvez nunca saiba o que significa a paternidade. Ele não consegue enxergar o milagre do nascimento de um filho. Ele não desfruta das maravilhas e das sutilezas da vida. Como poderia poupar uma adolescente que se oferece à venda na beira das estradas?

4.2.1.2 A objetividade e as fontes

Infância Roubada é uma reportagem, ou seja, ela ultrapassa as limitações e as propriedades da notícia. Enquanto esta normalmente se restringe à forma do *lead*, *sub-lead* e demais informações, bem como à obediência a certos procedimentos técnicos que garantam as devidas imparcialidade e objetividade do relato jornalístico, a reportagem é menos enquadrada sob o ponto de vista formal e até mesmo com relação aos caracteres imparcial e objetivo do texto. O que garante essa maleabilidade no tratamento textual da reportagem são o espaço e o tempo alargados que lhe são concedidos durante todo o processo de apuração e redação da matéria. Isso quer dizer que a reportagem é, via de regra, programada, planejada, ao contrário da notícia que é, freqüentemente, contingencial.

Na abertura da reportagem *Infância Roubada*, o leitor já é informado que ali está o resultado de uma semana de apuração jornalística nas estradas federais que cortam Minas Gerais realizada por uma equipe de profissionais do Jornal Estado de Minas. Além do mais, o leitor já percebe, pelo tamanho da foto de primeira página, pelo exagero do corpo do título, pela natureza do texto introdutório e

explicativo que é exibido em primeira mão, que ali não se trata de uma notícia como as outras. Há algo mais. O que está por vir é uma grande reportagem dividida em tópicos temáticos, de forma quase pedagógica, que se propõe a orientar a leitura dos interessados.

Por sua característica mais abrangente de tempo, de espaço e de conteúdo informativo, a reportagem se permite algumas concepções pouco apropriadas à notícia. Uma delas é de natureza textual. O texto adquire um caráter mais solto e não estranha que algumas impressões ou mesmo opiniões do jornalista surjam enfatizando um dado objetivo. É o caso do primeiro parágrafo da matéria intitulada *“Vende-se” menina a R\$1*. Após a fala do caminhoneiro “PC” afirmando que ele possui uma “boa pinta” e que por isso não é complicado levar uma menina para a sua boléia, o jornalista completa: *“O mais chocante não é a afirmação em si, mas o fato de que ela soa natural para muitas pessoas. Na maioria das vezes, conquanto o crime seja cometido com alguma discricção, a sociedade irá ignorar igualmente agressores e vítimas.”* (Anexo 1, p. 27)

Essa é uma opinião escancarada do jornalista sobre a declaração do caminhoneiro que, embora seja respaldada num dado objetivo, que é a declaração de “PC”, está muito além do razoável para um relato noticioso, por excelência. Tal exposição ideológica do jornalista sobre o assunto só tem lugar numa reportagem em que a linha editorial está completamente definida, exposta e defendida como é o caso de *Infância Roubada*.

Não é necessário muito tempo para se concluir que a reportagem *Infância Roubada* lança mão de todas as estratégias de objetividade mencionadas por Gaye Tuchman. A informação é organizada sempre em uma ordem de prioridade de real, isto é, os dados que melhor retratam a realidade ali exposta vêm nos primeiros parágrafos do texto jornalístico principal; as aspas estão presentes nos depoimentos e nas opiniões dos entrevistados, delegando-lhes a autoridade e a responsabilidade por aquilo que dizem; os dados fornecidos sobre o problema da exploração sexual das crianças e dos adolescentes são vários, vêm de variadas fontes oficiais e servem para respaldar a concepção editorial da reportagem a respeito do assunto. Por fim, o confronto das vozes alternativas – agressor e vítima.

Utilizando-se do ingrediente jornalístico denominado perfil⁶, *Infância Roubada* traz entrevistas contundentes com um explorador de menores – no caso, um caminhoneiro -, uma vítima menor de idade e um inspetor rodoviário. Todos depoimentos emocionalmente fortes. Mas, contrapondo-se a essa carga emocional provocada pelas estórias desses personagens, *Infância Roubada* lança mão de seis fontes oficiais – policial, judicial, governamental e documental – com a intenção, certamente, de conferir autoridade ao tema enfocado.

Infância Roubada busca nas fontes oficiais praticamente todos os dados que exhibe sobre o tema por ela abordado. Assim, a reportagem entrevista um inspetor federal da Polícia Rodoviária Federal – que é uma fonte policial -; a coordenadora do Programa de Combate à Exploração Sexual da Secretaria nacional de Direitos Humanos e a promotora responsável pela Promotoria da Infância e Adolescência de Belo Horizonte – fontes judiciais -; o superintendente da Sub-Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedese) – uma fonte governamental -; e utiliza o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) do ano de 2002, e os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Ministério da Justiça - fontes documentais.

Para além das fontes oficiais, *Infância Roubada* traz o depoimento de uma vítima de 12 anos de idade e um agressor – o caminhoneiro “PC”. Essas são as duas vozes não oficiais ou oficiosas ou alternativas da reportagem que, apesar de serem apenas duas, mostram os dois lados do crime de exploração sexual de crianças e adolescentes e conferem valor de realidade ao relato jornalístico.

Quando “PC” afirma que “crime é roubar caminhoneiro ou matar sem motivos. Como recusar a oferta de quem bate no vidro e grita: vamos fazer amor?”, ele testemunha sobre essa realidade da qual ele participa. O mesmo ocorre com a garota “Fernanda” (nome fictício) que alega não ser vítima de exploração sexual, uma vez que ela faz o que faz por vontade própria. Indagada pelo repórter sobre como ela gasta o dinheiro que ganha, ela responde que compra “suco, coxinha, pastel, essas coisas”. Essa resposta expõe a condição social e emocional dessa menina que se diz dona de sua própria vontade.

Ambos depoimentos são o ponto alto da reportagem *Infância Roubada*. Eles apresentam algo completamente novo ou inimaginável? Não. Eles apenas

⁶ Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari esclarecem que perfil, em jornalismo, significa enfoque na pessoa – seja uma celebridade, seja um tipo popular – de modo que o focalizado seja sempre protagonista de da história de sua própria vida. In: SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem*, 1986: 126

confirmam aquilo que a sociedade de certa forma sabe ou suspeita, mas evita enfrentar. “PC” e “Fernanda” são exemplos vivos da realidade da qual trata a reportagem. Eles falam por si e, desse ponto de vista, dizem mais do qualquer dado oficial ou documental sobre o assunto. É deles que o leitor se lembrará. É sobre eles que o leitor comentará no dia seguinte entre familiares, amigos, no trabalho ou no ônibus. Porque “PC” e “Fernanda” narram suas estórias de vida e são essas e outras tantas estórias que gostamos de ouvir e de repetir, mesmo que sejam tristes e que não tenham um final feliz.

4.2.1.3 A atualidade

Infância Roubada é uma reportagem jornalística e tal condição já é suficiente para submetê-la à sina da atualidade, no momento de sua publicação. A despeito dessa sua natureza atual, *Infância Roubada* foi elaborada mediante a utilização, em sua construção jornalística, de um mecanismo característico da narrativa noticiosa que é o de garantir ao acontecimento reportado uma boa dose de continuidade. A continuidade é a habilidade que o jornalismo possui de despertar a novidade através da insistência em um assunto já conhecido e até certo ponto sem qualquer atrativo.

Esse é o caso de *Infância Roubada*. A reportagem é publicada em 2 de maio de 2004, seguida da divulgação, ao longo do mês de abril do mesmo ano, de uma série de notícias denunciadoras de uma rede de exploração de crianças e adolescentes na cidade mineira de Pompéu, a 181 quilômetros de Belo Horizonte. Meses antes, em 18 de fevereiro, a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas divulgava um relatório apontando o Estado de Minas Gerais como pertencente ao rol dos Estados brasileiros onde se localizavam rotas de tráfico de crianças e de prostituição infantil.

Naquele ano de 2004, funcionava, no Congresso Nacional, em Brasília, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a investigar as redes de exploração sexual infantil no País. Volta e meia, os integrantes dessa Comissão vinham a Belo Horizonte apresentar e apurar dados relativos a Minas a respeito de denúncias recebidas.

Enquanto isso, a Polícia Rodoviária Federal, por intermédio do então inspetor Junnie Penna, chefe da delegacia da PRF, em Pouso Alegre, no sul de Minas, divulgava o levantamento sobre a importação de menores para a prostituição no Brasil e afirmava que a exploração sexual nas estradas mineiras estava ligada ao crime organizado. A essa altura, o Ministério da Justiça contabilizava, em seis anos de acompanhamento do problema, cerca de 3 mil denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes no país, das quais mais de 1/3 eram provenientes de Minas Gerais.

Todas essas informações integram o conteúdo informativo das matérias selecionadas para este trabalho e foram publicadas pelo Jornal Estado de Minas, no ano de 2004, antes de *Infância Roubada*, ou seja, antes do dia 2 de maio.⁷ Dessa forma, é possível visualizar as circunstâncias sociais em que *Infância Roubada* foi idealizada, construída e publicada.

Dizendo de outra forma, torna-se perceptível a todo observador atento que *Infância Roubada* culmina um processo de intensa mobilização das instituições sociais brasileiras em torno do problema da exploração sexual de crianças e adolescentes. E que, por isso, a sociedade, de uma forma geral, já estava preparada para esse tipo de assunto, bem como interessada na sua repercussão pela imprensa.

Infância Roubada atualiza, portanto, para a sociedade, um assunto relativamente velho, ou melhor, um tema já completamente inserido no cotidiano das pessoas que têm acesso às informações veiculadas pelos meios midiáticos. Essa atualização que o jornalismo faz de um assunto já desprovido de novidade para o público é uma maneira do jornalismo se colocar em consonância com a realidade na qual ele se insere.

Por sua vez, *Infância Roubada* é publicada no primeiro final de semana do mês de maio, a 16 dias das comemorações em torno do Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes : 18 de maio. Assim, além de inovar um tema que, àquela altura, já se configurava como rotineiro para a sociedade, a reportagem antecipa um futuro próximo, tratando de um acontecimento que, dias depois, certamente, iria ser pautado e resgatado pela imprensa.

A atualidade de *Infância Roubada*, portanto, é conferida por dois expedientes próprios da narrativa jornalística: a renovação do passado e a

⁷ Ver Anexos 2 e 3.

antecipação do futuro. A reportagem renova o passado quando proporciona ao tema abordado informações frescas e depoimentos emocionantes e inéditos; ela antecipa o futuro quando se adianta na cobertura de um acontecimento que ocorrerá brevemente, gerando expectativas, despertando o interesse e preparando assim o ambiente social para receber o fato novo como algo de certa forma familiar.

Com isso, pode-se concluir que as técnicas que o jornalismo detém para exibir uma permanente atualidade são especificidades da “*newsland*”, como diria Nelson Traquina, mas elas cumprem com a função de reforçar o caráter constitutivo da interação que existe entre a atividade jornalística e a realidade cotidiana de uma sociedade. Ou seja: o atual surge, antes de mais nada, é na operação diária da mídia em sociedade; a técnica apenas sustenta essa atualidade e a conforma dentro dos parâmetros próprios da narrativa noticiosa.

4.3 INFÂNCIA ROUBADA E O VALOR - NOTÍCIA DE CONSONÂNCIA SOCIAL (MOMENTO PRÉ-NOTÍCIA)

O conjunto de reportagens selecionadas para essa pesquisa demonstrou que *Infância Roubada* não surgiu da imaginação pervertida de um grupo de profissionais que vislumbrou ali uma possibilidade de vender jornal, pura e simplesmente. O jornalismo não é uma atividade maquiavélica, engendrada por profissionais frios e oportunistas, que produzem notícias apenas para garantir dividendos aos seus patrões, donos de jornais. O jornalismo é uma instância social autorizada pela coletividade justamente porque esta reconhece nessa instância um sistema perito executado por especialistas – os jornalistas –, que detêm a confiança da sociedade porque fazem por merecê-la.

Infância Roubada emergiu de um contexto social o qual já vinha sendo trabalhado para assimilar uma reportagem daquele porte. De que trabalho se está falando? Da empreitada noticiosa realizada pela imprensa regional em consequência do encadeamento dos acontecimentos vinculados ao crime de exploração sexual de crianças e adolescentes, em Minas Gerais e no Brasil, conforme ficou evidenciado, ainda há pouco, quando se abordou o componente de atualidade de *Infância Roubada*.

Havia uma ambientação social propícia para que *Infância Roubada* pudesse se materializar. É possível detectar como esse processo noticioso aconteceu, em Minas Gerais, a partir do recorte das 15 principais notícias publicadas pelo Jornal Estado de Minas, no ano de 2004, sobre o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes. Tomando-se a grande reportagem como o marco divisor das notícias selecionadas, pode-se observar a existência de dois blocos de matérias jornalísticas publicadas pelo JEM: as matérias pré e as matérias pós *Infância Roubada*. Essa organização do material possibilita perceber mais claramente o desenrolar dos acontecimentos e a sua produção noticiosa.

Infância Roubada foi publicada em 2 de maio de 2004. Antes dela, o Caderno Gerais do Jornal Estado de Minas (JEM) publicou duas reportagens de médio porte, no mês de abril: *Famílias atormentadas* (21/04/2004) e *Gravação comprometedora* (28/04/2004), ambas situadas no Anexo 2 desta pesquisa; e seis reportagens de pequeno porte: *Minas na rota da exploração* (19/02/2004), *CPI faz reunião em Minas* (30/03/2004), *Rede de exploração* (20/04/2004), *Garotas fogem de ameaça* (22/04/2004), *Esposa encomendou fita* (29/04/04) e *Silêncio total nas apurações* (30/04/2004), todas pertencentes ao Anexo 3 deste trabalho.

Depois da publicação de *Infância Roubada*, o Caderno Gerais do JEM noticiou, na condição de reportagens de médio porte (Anexo 2): *Guerra ao abuso sexual* (18/05/2004), *Denúncias crescem 400%* (25/09/2004) e *Moeda do crime* (26/10/2004). Na categoria reportagens de pequeno porte (Anexo3), vieram: *CPI quer punição pesada* (3/05/2004), *Parceria contra o abuso* (2/06/2004) e *Pistoleiros contra federais* (8/11/2004).

Constata-se, a partir dessa seqüência organizada do material, que oito reportagens foram publicadas antes de *Infância Roubada* e seis reportagens foram produzidas depois de *Infância Roubada*, no ano de 2004. Das oito matérias publicadas pelo Caderno Gerais do JEM, antes da grande reportagem, nada menos do que cinco delas abordam o desvendamento de uma rede de exploração sexual infanto-juvenil no município de Pompéu (MG). Das outras três restantes, uma trata do desbaratamento de uma rede de prostituição infantil em São Francisco, norte de Minas, a outra traz a divulgação do estado de Minas Gerais como integrante da rota nacional de exploração sexual infanto-juvenil e outra noticia uma reunião de membros da CPMI do Congresso Nacional, em Belo Horizonte.

Após a publicação de *Infância Roubada*, o tema das seis matérias publicadas gira em torno da CPMI do Congresso Nacional, da campanha contra o abuso sexual infanto-juvenil e dos números de casos detectados pelas instâncias oficiais de acolhimento de denúncias sobre esse tipo de crime, bem como da relação entre o crime de contrabando de pedras preciosas e o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes, em Minas Gerais.

É possível detectar nas matérias pré-*Infância Roubada* uma certa preparação do leitor ditada pelos próprios acontecimentos cobertos pela imprensa. O tema da exploração sexual infanto-juvenil já vinha sendo tratado pela imprensa desde o mês de fevereiro do ano de 2004, com a cobertura noticiosa do escândalo deflagrado em Pompéu sobre a existência, nessa cidade, de uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes integrada por autoridades locais.

A imprensa também já municiava a sociedade com dados sobre as investigações e as apurações de denúncias relacionadas a esse crime pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que se desenrolava no Congresso Nacional e, também no mês de fevereiro de 2004, a divulgação das rotas de exploração sexual nas rodovias federais que cortam o Estado já aparecia no noticiário do Jornal Estado de Minas. Sem falar que a reportagem “Garotas fogem de ameaça”, publicada em 22 de abril, se remete às apurações de uma possível rede de exploração sexual infanto-juvenil no município de São Francisco, no norte de Minas Gerais, a qual foi abordada pela imprensa mineira no decorrer do ano de 2003.

A cobertura da imprensa (ou a atividade noticiosa da imprensa) pós-*Infância Roubada* acena com resultados - os relacionados com a CPMI; os que envolvem a campanha nacional deflagrada contra o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes e os que dizem respeito às denúncias obtidas sobre esse tipo de crime – e com conseqüências, no caso, as possíveis correlações entre dois crimes: o de exploração sexual infanto-juvenil e o de contrabando de pedras preciosas.

Ou seja, as matérias pós-*Infância Roubada* caminham para um certo fechamento do assunto, apontando para o leitor alguns desfechos relacionados à grande reportagem. Esses dois momentos noticiosos caminham então em um crescente e em um decrescente em relação a *Infância Roubada*, a qual se firma,

portanto, como o ápice e o marco central do processo noticioso sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, em Minas Gerais.

A consonância social de um acontecimento o situa em uma posição extremamente confortável diante dos critérios de noticiabilidade da imprensa, uma vez que esta é interessada em manter com a sociedade uma relação sempre afinada e sintonizada.

Infância Roubada contemplou uma determinada expectativa social, na medida em que ela veio no bojo de um encadeamento noticioso sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, no Brasil, o qual, por sua vez, se originou na sucessão de fatos emersos no seio da sociedade brasileira sobre o problema. Sob esse ponto de vista, pode-se afirmar que existia um ambiente social familiar para que *Infância Roubada* pudesse se tornar alvo de interesse da sociedade e dos jornalistas.

A editoria Gerais do Jornal Estado de Minas, ao dedicar cinco páginas de seu Caderno a *Infância Roubada*, valorizou um tema que já era sensível à sociedade. Mas, ao fazê-lo, o editor e sua equipe de jornalistas também efetuou uma seleção, sem dúvida alguma. Afinal, certamente que, na época, existiam outros assuntos com qualidades substantivas os quais mereceriam ser abordados pela imprensa, talvez com semelhante ênfase. Ao priorizar o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes, a imprensa deu o seu aval ao que ela já detectava como consoante com os interesses da sociedade naquele momento.

Aliás, o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes vem merecendo noticiabilidade crescente por parte da imprensa, não só pelo horizonte social cada vez mais favorável e receptivo ao assunto como por iniciativas como a da Rede Andi que, com a cooperação do Unicef, concede, todos os anos, o título Joca (Jornalista Amigo da Criança e do Adolescente) aos jornalistas que abordam temas de relevância para o universo infanto-juvenil.

Sem dúvida que estímulos como esse colaboram para o incremento da noticiabilidade de um assunto, gerando uma concorrência positiva entre os profissionais e os veículos, os quais, no jornalismo, costumam se pautar uns aos outros.

4.4 INFÂNCIA ROUBADA E O VALOR - NOTÍCIA DE TRANSGRESSÃO (MOMENTO PRÉ-NOTÍCIA)

Além do valor-notícia de consonância social que certamente foi considerado pela editoria Gerais do JEM quando da seleção e decisão de se produzir uma grande reportagem sobre o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes, em Minas Gerais, será que existiria algum outro valor que também pudesse explicar a noticiabilidade de *Infância Roubada*?

Seria possível afirmar que o crime de exploração sexual infanto-juvenil nas estradas mineiras é um acontecimento rico em valores-notícia ou de forte caráter substantivo? Trata-se de um crime que atinge maciçamente as crianças e jovens deste País? É um crime que afeta o ritmo normal de funcionamento da sociedade? É um crime que desestabiliza a política ou a economia em vigência no Brasil? Nada disso. Acontecendo ou não, sendo noticiado ou não, esse tipo de crime não interfere em absolutamente nada na engrenagem rotineira da sociedade brasileira.

As crianças que são vítimas desse tipo de crime compõem, normalmente, uma categoria social desprivilegiada economicamente ou, em outras palavras, estão inseridas na classe de miserabilidade ou de pobreza deste País.⁸

Daí se reconhecer que essas vítimas sociais são desprovidas de qualquer notoriedade que justifique a sua noticiabilidade, assim como o que lhes vitima – o crime de exploração sexual – também não é um desvio que se possa classificar como muito próximo da vivência da maioria da população brasileira.

Ou seja, a exploração sexual infanto-juvenil não é um tema que capta o interesse para a leitura de uma reportagem pela proximidade com a experiência de vida do leitor. O grau de proximidade desta matéria é garantido por intermédio da sua construção jornalística que lhe circunscreve às estradas que cortam o Estado de Minas Gerais e as quais percorremos com alguma constância.

Portaria uma reportagem sobre o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes alguma novidade para a sociedade? Em tese, nenhuma novidade e nenhuma surpresa. Embora não se possa afirmar que esse tipo de crime seja

⁸ O que se sabe é que, embora a exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como o abuso sexual infanto-juvenil, perpassem todas as categorias sociais e econômicas, esses tipos de crimes são mais visíveis e melhor evidenciados, estatisticamente falando, nas classes sociais afetadas por graves problemas econômicos e de educação.

comum à experiência cotidiana das pessoas – aliás, nenhum crime o é –, não é possível, por outro lado, conceber que a sociedade veja nele alguma novidade.

Mais uma vez, o aspecto inovador e surpreendente dessa reportagem é conferido pela forma jornalística como o tema é (re) apresentado à sociedade: mediante a divulgação do mapa que identifica as rotas desse tipo de crime nas estradas federais que atravessam o Estado de Minas Gerais e através da estratégia noticiosa da reportagem, a qual lançou mão do envio de uma equipe de repórteres aos locais onde o crime acontece, no Estado. Esses profissionais perambularam pelas rodovias durante uma semana e registraram cenas e captaram depoimentos significativos, que trazem algum teor de novidade e de surpresa a um assunto carente dessas qualidades.

Se não se trata de um assunto novo nem surpreendente, que não mobiliza a atenção do leitor pela proximidade com suas experiências de vida e que também não interfere sobremaneira no ritmo normal de funcionamento social, como então esse tipo de acontecimento garantiu cinco páginas em pleno dia de domingo no Caderno Gerais do Jornal Estado de Minas?

Que outro valor-notícia, além da consonância social já detectada, teria influenciado na decisão da editoria de Gerais de conferir tanto espaço gráfico a um assunto em princípio desgastante e incômodo para a sociedade como o que trata da exploração sexual infanto-juvenil?

A exploração sexual infanto-juvenil é um assunto que desperta a atenção da imprensa porque se enquadra dentro dos critérios substantivos relacionados à negatividade do acontecimento, os quais, para tanto, arregimentam os valores-notícia de transgressão, violação ou infração da ordem estabelecida. Tais características estão presentes em praticamente todos os tipos de crimes ou de práticas desviantes em sociedade e, quando se trata de um desvio que tem como alvo crianças e adolescentes, esse caráter transgressivo é ainda mais valorizado pela coletividade.

4.4.1 Como *Infância Roubada* lida com a transgressão

Infância Roubada é uma reportagem que se substantiva na transgressão humana. Trata-se aí de uma transgressão social generalizada: a do agressor e a da vítima do crime de exploração sexual, obviamente, mas também a do leitor, a da imprensa e a da sociedade em geral. Estão todos de alguma forma imbricados na transgressão das normas, na extrapolação dos limites, ainda que em graus e de maneiras diferentes.

Enquanto o acontecimento em si é transgressor porque, basicamente, desconhece qualquer lei, a imprensa é especialmente transgressora porque avança em direção ao novo, ou seja, possibilita uma (re) visão inovadora da questão por parte da sociedade a qual, por sua vez, transgride também ao (re) avaliar o problema noticiado pela mídia, sob uma nova ótica e quem sabe, a partir de um outro lugar social.

Ao mesmo tempo, toda a sociedade, quando trata do tema da exploração sexual de crianças e adolescentes, se envolve na trama freudiana e lacaniana da transgressão, no sentido de que torna possível assistir à transgressão do outro sem dela necessitar participar diretamente. Essa não deixa de ser uma equação perversa realizada pela sociedade, mas que, de acordo com os pressupostos psicanalíticos, compensam e equilibram o funcionamento social.

A noção de que as transgressões humanas são notícias está já completamente introjetada no jornalismo. Não é à-toa que os teóricos da comunicação classificam a “transgressão” como um valor-notícia encampado pelo critério substantivo de noticiabilidade, ou seja, um valor duradouro, centralizador e de grande reconhecimento e respaldo social.

Infância Roubada, embora careça de qualidades substantivas importantes para a sua noticiabilidade - como o grau de interferência na rotina social ou de nomes conhecidos envolvidos no acontecimento -, consegue se impor como uma reportagem extensa, em um final de semana, pela natureza de seu conteúdo: negativo e transgressor sob vários pontos de vistas.

É no caráter de negatividade e na sua natureza transgressora, por excelência, que o acontecimento de que trata *Infância Roubada* se transforma em fato com alto índice de qualidade substantiva: um tipo de qualidade que lhe é

concedida, consensualmente, pela sociedade. Portanto, o crime de exploração sexual infanto-juvenil é notícia não porque os jornalistas assim o querem e o selecionam, numa iniciativa unidirecional, mas porque os jornalistas reconhecem nesse tipo de acontecimento um valor conferido socialmente.

A seleção feita pelo jornalismo, no caso dos acontecimentos de significativo valor substantivo, é uma reiteração do que a sociedade, consensualmente, já selecionou como fato relevante. O que o jornalismo faz, então, é evidenciá-lo, atualizá-lo para o conhecimento do público, denunciá-lo, endossando esse consenso social.

Há que se observar que essa equiparação entre valor social e valor-notícia, no que diz respeito aos acontecimentos da vida ordinária, ocorre no processo de interação entre os veículos de comunicação e a sociedade, o que significa que se trata de uma operação que acontece no meio dessa inter-relação. Tanto a sociedade quanto a mídia tomam parte nesse processo e são por ele afetados.

Afinal, não existe a mídia, aqui, e a sociedade, ali. A mídia está inserida socialmente e se coaduna com seus valores, suas crenças, suas tradições, suas transformações. É graças a essa condição que ela consegue repercutir os fatos sociais de forma sintonizada com o senso comum e se fazer reconhecida por este.

Tomando como referência o disposto por Freud sobre a condição bárbara subsistente no homem civilizado, pode-se dizer que *Infância Roubada* e, de um modo geral, todas as informações jornalísticas noticiadas com base no valor-notícia da transgressão social, ao municiarem a sociedade de material que lhe possibilite transgredir na fantasia – e, com isso, sublimar o desejo de uma transgressão real –, contribuem para a estabilidade do funcionamento da sociedade no que diz respeito às suas regras de conduta de comportamento sexual.

Ou seja: *Infância Roubada* endossa e reforça o consenso social sobre o que é permitido e o que não é permitido em sociedade a respeito do exercício da sexualidade dos indivíduos, possibilitando à imprensa ficar moralmente consoante com os valores defendidos pela sociedade.

Infância Roubada, aliás, testemunha a consonância existente entre os critérios de noticiabilidade da imprensa e os valores fundamentais definidos pela sociedade, numa clara demonstração de que a imprensa não se coloca na contramão social. A sua função é, basicamente, fortalecer os pressupostos

considerados importantes socialmente e, assim, ajudar a cumprir com os dispositivos legais e morais que embasam o funcionamento da sociedade.

Poder-se-ia questionar se o crime de exploração sexual infanto-juvenil ocuparia tanto espaço num jornal, em 1984, ou seja, 20 anos antes da publicação de *Infância Roubada*. Essa é uma resposta difícil de ser dada, uma vez que, em 1984, a sociedade ainda não tinha aprovado a Constituinte de 1988 nem o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é de 1990. A infância e a adolescência com certeza ganharam um outro olhar da sociedade a partir do que ficou disposto nessas duas leis. O jornalismo não ficou imune a essa transformação do significado do que é ser criança e do que é ser adolescente desde a aprovação desses dois importantes documentos legais.

Não se quer dizer com isso que antes do ECA e da Constituinte de 1988 a sociedade brasileira não se interessasse pelas transgressões relacionadas à criança e ao adolescente. Não é isso. A transgressão gera um interesse permanente na sociedade porque ela diz respeito à própria condição conflituosa do ser humano que está entre o respeito às leis e à sua subversão.

Mas, pode ser que, no princípio dos anos 80, no Brasil, a sociedade estivesse mais sintonizada com outros tipos de transgressões. Pode ser que, naquela época, a transgressão infanto-juvenil ainda não estivesse na pauta pública social e, com isso, ainda não contemplasse os critérios de noticiabilidade da imprensa.

Se isso ocorria de fato, é bem possível que o jornalismo não ousasse dedicar cinco páginas nobres de jornal ao tema. De qualquer modo, essa é apenas uma conjectura que serve ao propósito de reafirmar o jornalismo como uma atividade consoante com a sociedade em que se acha inserida e afinada com o que essa sociedade possui de consensual. Para se conhecer de fato como a imprensa brasileira se comportou em relação às notícias sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, antes da promulgação da Constituinte e do ECA, só mesmo pesquisando a respeito.

4.5 INFÂNCIA ROUBADA E A SUBJETIVIDADE DOS JORNALISTAS

4.5.1 O *ethos* profissional dos jornalistas e a decisão de produzir *Infância Roubada*

O jornalista editor de *Infância Roubada* argumenta incisivamente que *Infância Roubada* “não foi idealizada como uma grande reportagem”, uma vez que a imprensa não costuma pensar “num assunto de grande interesse da sociedade sob esse aspecto”. Como ele enfatiza, o que é levado em conta, antes de mais nada, é a “denúncia” e a “revelação do fato”. “O importante é dar o recado, mostrar o que a gente vê e que a maioria às vezes não vê”, afirma o editor.

Com essa afirmação, imagina-se que o editor saiba o que interessa à sociedade saber e que ele está convicto de que o tema de que trata *Infância Roubada* possui interesse social. Acontece que, em outra oportunidade da entrevista, ele afirma que o assunto não costuma interessar a uma “elite encastelada, que fecha os olhos a essa miserável condição quando pára em postos à beira da estrada para abastecer seus carros.”

Bem, então o editor de *Infância Roubada* está convencido de que conhece, sim, os interesses da sociedade para a qual o seu jornal fala e de que a reportagem por ele autorizada e editada não faz parte do universo de interesse social, pelo menos da parte mais elitizada.

Por que razão um editor do jornal de maior circulação no Estado de Minas Gerais, conhecedor do senso comum que permeia a sociedade com a qual o seu jornal convive e certo de que uma grande reportagem sobre exploração sexual infanto-juvenil não angaria o interesse da maioria dos seus leitores, toma a iniciativa de pautar esse tema e desenvolvê-lo ao longo de cinco páginas de jornal, em pleno dia de domingo?

Essa decisão do editor deve contemplar alguma outra necessidade além das explicadas pelos valores-notícia de consensualidade social e de transgressão tratados anteriormente, pois, do contrário, seria mais prudente de sua parte não publicar *Infância Roubada*. Para que o editor correria riscos se ele sempre tem a alternativa de escolher temas informativos mais sintonizados com o gosto e os interesses do seu público?

Está aí exposto um dos principais conflitos profissionais do campo jornalístico: selecionar e decidir o que publicar. Essa decisão envolve critérios que se relacionam ao veículo ao qual pertence o jornalista, à concorrência dos outros meios de comunicação, à audiência pública, ao horizonte social, mas, também, ao que o jornalista entende como sendo oportuno, conveniente, necessário de ser informado à sociedade.

Infância Roubada tinha muitos e variados motivos para não ter existido. Ninguém sentiria a sua falta porque ela não preenche nenhuma necessidade objetiva junto à comunidade. Ela não trata de nada que seja fundamental para o público ao qual se dirige o Jornal Estado de Minas. Ela é uma reportagem, sob determinado nível de entendimento, completamente obsoleta e, até certo ponto, inoportuna e inconveniente.

A despeito do editor ter conhecimento de todas as inconveniências da sua iniciativa de publicar *Infância Roubada* ele pautou e editou a reportagem. Essa sua atitude tem a ver com o lugar do qual o jornalista fala para a sociedade, ou seja, com as noções que estruturam o campo jornalístico, a sua comunidade, a sua tribo, a *newsland*, enfim, com um lugar social específico que lhe fornece a convicção de que ele sabe, melhor do que ninguém, o que a sociedade necessita saber.

Outro depoimento que reforça esse entendimento é dado pelo repórter B. Questionado sobre o nível de interesse despertado no público pelo assunto de que trata *Infância Roubada*, ele acredita que, em se tratando das classes sociais A e B, “falar de exploração sexual, em si, não desperta interesse, pois é uma ferida que quando cutucada pode causar dor”. Quanto às classes C e D, ele considera que “o tratamento desse assunto na ótica da exploração soa como um discurso vazio”, na medida em que “eles convivem com tal miséria” e “não se sentem donos de seus corpos”.

Assim, o repórter B sugere “o interesse jornalístico como combustível de definição da pauta”. Ou seja, de acordo com o raciocínio do repórter B, a decisão de se produzir matérias jornalísticas como *Infância Roubada*, não deve e não pode se sujeitar ao interesse do público leitor, uma vez que esse público, por razões diferentes, costuma não se interessar pelo assunto. O mais pertinente é que na abordagem noticiosa de temas como a exploração sexual infanto-juvenil devam prevalecer os interesses jornalísticos.

Quando o repórter B fala de “interesse jornalístico”, ele está se remetendo aos interesses partilhados pela comunidade jornalística e que se relacionam com a sua percepção do que deve ser informado para a coletividade. E os jornalistas são profissionais que se consideram especialistas em informar a sociedade, inclusive sobre o que a sociedade, em princípio, não quer ser informada.

A pergunta apropriada, então, seria: por que os jornalistas estão convencidos de que a sociedade deve saber dos crimes de exploração sexual infanto-juvenil? A resposta para essa pergunta vai no sentido da noção profissional ou do *ethos* da profissão que constrói o jornalista como um denunciador das mazelas e das injustiças sociais; revelador do mistério ou daquilo que se esconde sob as aparências; anunciador do novo e do inusitado e do que não é do conhecimento geral.

É imbuído desses princípios característicos da tribo ou da comunidade jornalística que os jornalistas de *Infância Roubada* se consideram autorizados a determinar que a sociedade deve ser informada sobre a situação criminosa experimentada por uma parcela significativa de crianças e adolescentes, no estado de Minas Gerais.

Lançando mão, então, do seu papel social, ou melhor, daquele papel que os jornalistas acreditam ser seu – e de mais ninguém – é que *Infância Roubada* se torna uma prioridade informativa. Nas palavras do repórter E, “a maior missão do jornalista é denunciar os problemas sociais e, de alguma forma, contribuir para as soluções.” Já o repórter B vai mais longe. Ele afirma que a sociedade tem “direito à informação, que, se negado, torna as pessoas cegas a uma realidade.”

Segundo o editor da reportagem, *Infância Roubada* possui o valor

da denúncia, da revelação do fato, da exposição de nossa hipocrisia, da (nossa) omissão e de um mal que se alastra por este país, a impunidade. Trata-se de uma das mais degradantes mazelas da sociedade. Uma infância e uma juventude abandonadas, exploradas pela própria miséria e por aqueles que dela se apropriam para satisfazer seus desejos. Uma nação que não cuida de sua infância, que tipo de adulto terá amanhã?
(ANEXO 6 – Entrevista Editor)

Infância Roubada cumpre com a função social de “alertar sobre o problema, cobrando soluções”, argumenta o repórter C. A reportagem expõe “uma chaga que é de conhecimento de todo mundo, mas todo mundo finge que não vê”,

alega a repórter F. Para a repórter A, a finalidade social de *Infância Roubada* é “informar e, ao mesmo tempo, conscientizar.”

Diante desse dever e dessa missão de esclarecer a sociedade, abrir-lhe os olhos para o desconhecido ou o ignorado, denunciar uma injustiça e cobrar das autoridades medidas que possam evitar que um crime bárbaro continue a ser praticado e admitido em sociedade, os jornalistas não titubeiam e realizam a reportagem *Infância Roubada*.

Acontece que quando os jornalistas se investem de autoridade para julgar apropriada a produção de *Infância Roubada*, eles estão correspondendo às atribuições profissionais que a própria sociedade lhes confere. É consensual, na sociedade, que o jornalista tenha esse tipo de iniciativa e que ele possa definir, melhor do ninguém, o que deve ser do conhecimento público. Portanto, ao produzir *Infância Roubada*, a equipe de jornalistas do JEM está cumprindo com a função social própria de sua profissão e correspondendo às expectativas que a sociedade espera de um bom profissional da informação.

É a esse olhar particular do jornalista sobre a realidade que Pierre Bourdieu se refere quando explica, muito apropriadamente, que o jornalista é dotado de óculos específicos que vêem certas coisas, e não outras, e de certo modo, e não de outro. A essa condição disseminada por todos os profissionais da imprensa e que repercute em modos característicos de pensar, de agir, de se relacionar com os colegas e com a sociedade em geral é que Bourdieu denomina de campo jornalístico e Nelson Traquina se refere como tribo jornalística.

4.5.2 A concepção dos jornalistas sobre interesse social

Os jornalistas de *Infância Roubada* divergem sobre a existência de interesse social por reportagens que tratam da exploração sexual infanto-juvenil. Se uma parte da equipe alega que esse interesse é precário, fazendo da produção da grande reportagem uma iniciativa quase que totalmente respaldada pelos interesses jornalísticos, há os que discordam desse entendimento e consideram que o tema abordado pela reportagem possui, sim, interesse social.

O repórter D é de opinião que “a sociedade ainda se comove com o tema (apesar de não se envolver diretamente com a solução)”. Para o repórter E, o assunto desperta “curiosidade” e “indignação” nas pessoas, gerando “grande interesse público”. Ele alega que se o tema “não atraísse leitura”, ele não teria “tanto espaço na mídia.”

“Tudo que mexe com a instituição família tem interesse”, observa o repórter C para quem, no caso de *Infância Roubada*, o interesse dos leitores está em saber “como agem os agenciadores e o que fazer para proteger a própria família”. Sob o ponto de vista do editor de *Infância Roubada*, “todo drama social gera esse tipo de interesse.”

Já a repórter F enfatiza que o interesse da sociedade pelo tema da exploração sexual infante – juvenil se manifesta em dois eixos: o do “sensacionalismo” e o do “apelo humano”. Para ela, enquanto “o sensacionalismo é o desejo mórbido de ver qualquer coisa degradante no jornal. De sexo com animais a sexo com crianças”, o apelo humano provoca indignação nas pessoas que apostam no combate a “esse tipo de coisa” por intermédio da ação dos movimentos sociais organizados.

Essa divergência em torno do grau de interesse da sociedade brasileira pelo tema da exploração sexual de criança e adolescente talvez esteja relacionado, especialmente, à sua jovialidade como assunto de pauta da imprensa nacional. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente foi há menos de 18 anos e pode-se dizer que foi de lá para cá que o tema conquistou consistência política e jurídica junto à sociedade, chamando o interesse da cobertura midiática.

Por outro lado, os jornalistas evidenciam concepções diferentes sobre o entendimento do que é interesse social. A expressão resvala, com freqüência, para a noção de apelo social que, no caso, está mais dirigida à curiosidade e à aptidão de leitura, por parte do público, de matérias que tratam da exploração sexual de crianças e adolescentes.

O apelo social é um ingrediente apropriado ao produto jornalístico que se materializa como mercadoria dentro da realidade de mercado. É comum os jornalistas utilizarem o termo apelo no seu cotidiano profissional porque a notícia, como um produto à venda, tem que produzir apelo junto ao público e nem sempre o apelo de leitura vem acompanhado de interesse social pelo conteúdo da notícia.

O interesse social já é uma questão mais complexa, pois se remete a uma postura política da sociedade. Ao se interessar pela abordagem noticiosa da questão da exploração sexual infanto-juvenil, uma sociedade assume, geralmente, uma posição contrária a essa prática, o que não deixa de ser um tipo de ação política que, com o tempo, pode se concretizar em um movimento social, político e cultural capaz de aglomerar esforços concretos no sentido de coibir esse tipo de crime.

O editor de *Infância Roubada* explicita bem essa amplitude de sentido do que vem a ser interesse social quando ele explica que “todo drama social gera (...) interesse”. Mas, ele diz em seguida: “não que as pessoas vão se sentir sensibilizadas e engrossar a luta contra essa situação. Mas, pelo menos, para dizer que estão chocadas.” Com isso, na opinião do editor da reportagem, o interesse da sociedade pelo tema de *Infância Roubada* não chega ao ponto de uma ação política, mas serve para chocar as pessoas o que, em outras palavras, significa que o problema possui menos interesse e mais apelo social.

O repórter B argumenta que *Infância Roubada*,

apenas pelo seu conteúdo, (...) não muda o quadro. Forma opiniões, obviamente, que podem ser embriões de uma reação ordenada, com cada qual cumprindo sua finalidade social. É apenas uma mera engrenagem do sistema, que pelo poder de chegar a diferentes setores, desperta o interesse de públicos que se vêem motivados a reagir individualmente para alcançar o coletivo, num só pensamento. (ANEXO 6 – Entrevista Repórter B)

O apelo social não deixa de ser o meio do caminho para o interesse social. A sociedade não é um conjunto uniforme e homogêneo; ela possui gradações e diversidades. O jornalismo opera com o que Stuart Hall denomina de mapa cultural e que pode ser entendido como um referencial do que é a sociedade em seus aspectos mais amplos e gerais. Certamente que *Infância Roubada* repercute socialmente de diferentes formas, mais ou menos politizadas. E essas repercussões diferenciadas e desniveladas é que forram o senso comum sobre o qual se assenta o jornalismo, no entendimento de Gaye Tuchman.

No entanto, a imprensa deve também saber dosar até que ponto ela pode explorar um tema relevante socialmente sem, com isso, exagerar na dose e resvalar para o desgaste informativo, gerando desmotivação na leitura, por parte do público. A repórter F lembrou desse detalhe da produção noticiosa quando argumentou que o tema da exploração sexual infantil desperta interesse junto ao público, mas, se for

noticiado com muita freqüência, deixa de ser “um material para vender para virar um material de ‘encher o saco do leitor”.

Na verdade, esse equilíbrio ou esse bom senso necessário à produção noticiosa é conseguido na rotina produtiva do jornalismo; na forma mesma como o produto notícia é construído. Um assunto que não consegue angariar algum teor de novidade informativa é um assunto batido, sem interesse jornalístico e sem interesse social.

4.5.3 A pauta de *Infância Roubada* sob a ótica dos jornalistas que a realizaram

Indagados sobre como surgiu a idéia de se fazer uma reportagem nas estradas de Minas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, os repórteres de *Infância Roubada* se lembraram, cada qual, de um detalhe que teria concorrido para a realização da grande reportagem, mas, de uma forma geral, todos eles apontaram algo que se relacionava com os acontecimentos da vida ordinária social.

Segundo os repórteres, o mapeamento inédito apresentado pela Polícia Rodoviária Federal, dias antes, sobre os focos de exploração sexual infanto-juvenil na malha rodoviária federal que corta o Estado de Minas Gerais, aliado ao funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no Congresso Nacional, ofereceram o cenário social apropriado para uma atualização jornalística sobre o tema.

O editor de *Infância Roubada* informa que, em matérias anteriores publicadas pelo Jornal Estado de Minas, tinham sido noticiados “relatos de garotas que se vendiam até por R\$ 0,50 (cinquenta centavos) e precisávamos voltar àquelas áreas mais carentes para verificar melhor a história, investigar mais sobre essas pessoas, quem as explora”.

Por outro lado, ele considera esse tema “uma preocupação” da imprensa mineira “porque Minas Gerais tem a maior malha rodoviária federal do país. E ainda há a malha estadual. Boa parte corta regiões pobres do estado, como o Norte de Minas e os vales do Jequitinhonha e Mucuri”.

O repórter B argumenta que “o tema prostituição infanto-juvenil é recorrente”, na mídia, dependendo, para vir à tona, de “uma nova análise de informações” ou de “novos dados” que podem ser “uma pesquisa de órgãos oficiais ou instituições não-governamentais”, por exemplo. No caso de *Infância Roubada*, ele acredita que pesou na decisão de realizá-la a oportunidade de “contar a história por outro ângulo”, sob “um novo pano de fundo”, oferecendo, portanto, à sociedade, um outro “tratamento de um assunto conhecido”.

Levando-se em consideração o que expõe o repórter B, conclui-se que *Infância Roubada* era uma reportagem socialmente oportuna. E mais do que isso: *Infância Roubada* estava consonante com o seu horizonte social; ela o atualizava; ela inseria uma novidade em um assunto relativamente familiar à coletividade.

De acordo com a repórter F, “acreditava-se que (*Infância Roubada*) daria um material de destaque” e, na sua opinião, pautar *Infância Roubada* tinha a ver também com a imagem social do Jornal Estado de Minas, pois “ todo jornal que faz uma reportagem dessa assume para a sua clientela um caráter de responsabilidade social”.

O jornalismo busca se destacar junto à sociedade com as informações que produz. Destacar-se do comum, do banal, do ordinário; acontecer socialmente, ainda que esse acontecimento realizado pelo jornalismo seja motivado e sustentado muitas vezes no que é corriqueiro e consensual em sociedade. Produzir o novo ou o diferente a partir do velho ou do mesmo: esse é o sentido da consonância social no jornalismo, como reitera Nelson Traquina.

Mas a consonância do jornalismo com o senso comum e com os acontecimentos da vida ordinária social, além de ser uma habilidade própria do ofício, não é algo desprovido de interesse. Há uma grande preocupação do veículo de comunicação em se ajustar às demandas da sociedade e mostrar-se empenhado em respaldar essas demandas. “Para mim, jornalismo só existe na sua condição pública”, arremata a repórter F. Ou seja, ou o jornalismo corresponde a uma certa expectativa social ou ele não tem sentido.

4.5.4 A vitimização das crianças e adolescentes explorados em *Infância Roubada*

A concepção jornalística de *Infância Roubada* não deixa dúvidas sobre a posição de vítimas sociais ocupada pelas crianças e adolescentes exploradas sexualmente e de réus sociais encampada pelos caminhoneiros. Esse enquadramento ideológico dado ao problema pela imprensa coincide com o consenso social e jurídico vigente no país e no mundo e, como já foi anteriormente tratado, a imprensa não transgride as normas sociais, ela as reitera no seu modo de operar.

Mas, como os jornalistas lidam com essa situação? Eles estão convencidos dessa posição assumida publicamente pela imprensa de que as crianças e os adolescentes são vítimas sociais e que os caminhoneiros encarnam os algozes da sociedade?

Para o repórter E, “existem dois tipos de prostituição: a primeira é aquela em que crianças e adolescentes vendem os seus corpos por necessidade mesmo. Nesse caso, são vítimas sociais. Mas, existe outra, que é a prostituição de luxo e que é ‘aceita’ pela sociedade.” Segundo ele, “garotas até de famílias de classe média se prostituem em busca de melhores condições de vida, como a compra de tênis e calças de marca. (...) A questão está relacionada com a perda de referência familiar e com a perda de valores. O corpo é encarado como um objeto.”

A repórter F reconhece que “nem todas as meninas que estão nessa situação o fazem porque passam fome. Muitas são de classe média baixa. Têm comida em casa, mas querem mais. Uma calça jeans, um MP3 player.” Mas, como ela argumenta, “seja porque passam fome ou porque querem sonhar com o que toda adolescente sonha, o certo é que são meninas (meninos são mais raros) que necessitam de orientação, carentes de algum tipo de atenção que não tiveram.” Portanto, na sua opinião, são vítimas: “vítimas de uma escola sem sentido, vítimas da falta de perspectiva, vítimas da falta de sonhos.”

Sob o ponto de vista da repórter A, a prostituição infantil é “uma violação dos direitos humanos” e “um crime”. Ela considera “difícil imaginar que uma criança decida se prostituir como primeira opção de vida. Quem decide entrar nessa vida antes dos 18 provavelmente não consegue vislumbrar um futuro promissor.” Na sua

ótica, “as histórias das crianças e adolescentes que vendem seus corpos se misturam com o tráfico de drogas, com a miséria e com problemas familiares.”

Para o repórter B, a venda do próprio corpo por uma criança ou uma adolescente “passa obrigatoriamente pela miséria, degradação social.” Mas, não apenas isso. Ele argumenta que a questão pode se relacionar com a “necessidade emocional de carinho, atenção, que pode existir mesmo num ambiente de classe média alta.” Ele acredita que “muitas meninas e meninos, quando atraídos pelo sexo com adultos, buscam a atenção que muitas vezes queriam de seus pais, e em troca se submetem aos abusos, sem esperar um retorno financeiro.”

Com relação aos exploradores sexuais que, no caso de *Infância Roubada*, são os caminhoneiros, a repórter F alega que eles “não são vítimas, como as meninas exploradas. Mas tenho dificuldades de encará-los como algozes. Muitos são pais de família honrados, que dizem: minha mulher tinha 15 anos quando a conheci. Eu já tinha 30.”

O repórter B considera que, para os abusadores, “que fique valendo o que diz a lei! Vítimas sociais todos somos, já que não estamos imunes às conseqüências da degradação social à nossa volta.” Na visão do repórter D, “eles podem até ser vítimas, mas, antes de tudo, eles são criminosos.”

“São pessoas desprovidas de referências, de valores. Alguns, acredito, são portadores de desvios de conduta”, sentencia o repórter E. “Eles são aproveitadores do problema social. De certa forma são vítimas, mas, ao mesmo tempo, algozes, argumenta o repórter C, para quem “muitas agenciadoras são prostitutas e passam a fazer com crianças o que foram obrigadas a fazer no passado”. “São uma mistura de vítimas, de algozes e de doentes”, opina a repórter A.

Os jornalistas, de uma maneira geral, conseguem ter uma compreensão mais ampla do problema que extrapola a abordagem da questão na divisão de papéis: vítimas e algozes sociais. A idéia dominante é de que a exploração sexual infanto-juvenil possui raízes nas condições sociais, econômicas e culturais de uma sociedade e que, em se tratando do Brasil, o cenário é de “uma sociedade desestruturada, em que os valores de família são massacrados, diariamente. (...) Se não é a prostituição infanto-juvenil, é o consumo de álcool e drogas ou envolvimento em gangues, em que jovens se matam por qualquer razão”, diagnostica o repórter B.

Sem dúvida alguma, os repórteres entrevistados fazem mais concessões às crianças e adolescentes explorados do que aos exploradores. No crime, há os que sofrem o mal – as vítimas – e os que causam o mal – os criminosos. Isso não impede que, numa análise sociológica ou filosófica, ambos possam ser considerados vítimas: vítimas da sua própria sorte, vítimas da vida, enfim.

Seja como for, aos olhos da lei, a divisão de papéis é clara e os jornalistas a endossam, indo na direção do que dispõe Stuart Hall quando esclarece que o crime está do lado negativo da fronteira social e que a imprensa, ao conferir noticiabilidade aos atos criminosos, tende a reforçar essa fronteira, redefinindo os limites entre o que deve e o que não deve ser aceito em sociedade.

4.5.5 O ECA na visão dos jornalistas

Dentre as 15 reportagens selecionadas para esse trabalho, apenas uma cita o ECA em seu conteúdo informativo. Indagado a respeito, o editor de *Infância Roubada* é categórico ao afirmar que o ECA “é apenas um conjunto de regras, sem a devida contrapartida”; ou seja, “um instrumento de primeiro mundo num país de terceiro mundo”.

Segundo ele, o ECA nada vale “ao longo da BR-381 ou da Rio-Bahia” porque lá as crianças e os adolescentes não possuem nenhuma proteção, nem mesmo dos conselhos tutelares que estão “amarrados pela própria realidade de poder das pequenas e médias cidades”.

Argumenta o editor:

O que pode fazer o conselho tutelar (do município) de Padre Paraíso, conforme reportagem recente publicada pelo (Jornal) Estado de Minas que mostra três gerações de prostitutas de beira de estrada: avó, mãe e neta? O que pode o conselho tutelar diante da prostituição escancarada em postos de combustível e em prostíbulos? O problema dessas crianças e adolescentes das estradas e também daqueles que margeiam nossa capital (veja o Anel Rodoviário, imediações da rodoviária) vem de (uma) situação social muito maior do que possa imaginar um conselheiro tutelar de Araçuaí. Vem da família desestruturada, do desamparo, da má distribuição de renda, da educação precária, do subemprego, das exageradas ofertas de consumo, enquanto poucos, muito poucos, têm acesso a esses bens. Há garotas que se prostituem na beira da estrada para comprar absorvente íntimo, batom, calcinhas, rímel e até sabonete. São garotas como qualquer outra de classe média ou rica, com os mesmos sonhos de Cinderela. Mas umas têm, outras não. (ANEXO 6, Entrevista Editor)

Esse é um depoimento de um jornalista habituado a lidar com a realidade bruta e corriqueira do nosso país. Ele não faz qualquer concessão à política ou às leis que sem dúvida alguma não conseguem responder efetivamente ao real da situação de exploração sexual de crianças e adolescentes, no Brasil. Como ele muito apropriadamente diagnostica, trata-se de um problema que possui raízes bem mais profundas e complexas e que extrapola o alcance legal.

O repórter C oferece um parecer semelhante quando apresenta um depoimento de uma agenciadora de meninas que atua na beira da BR-116 entre Itaobim e Medina, no interior de Minas Gerais. De acordo com ele, “foi uma conversa que tive num posto de gasolina, quando tentei ‘contratar’ uma garota para um programa. A mulher agenciava meninas e foi garota programa desde os treze anos.” Diz ela:

podem fazer o que quiserem e não vão resolver. É um mercado que se renova todo ano. São dezenas de meninas que, por falta de opção, abandono dos pais e até mesmo por gostar, entram na prostituição. Os políticos só querem aparecer. Não sou culpada pela situação, preciso viver e elas também. (ANEXO 6, Entrevista Repórter C)

“Essa é a nossa realidade”, conclui o repórter C, que confessa não mais se esquecer de quando, a trabalho, foi “negociar” com os pais de crianças que brincavam de roda na rua. “O olhar daquelas crianças nunca sai da cabeça. (...) Fico me perguntando o que aconteceu com elas ... Lembro-me dos meus filhos e quero estar perto deles. Protegê-los e ao mesmo tempo temer pelo futuro ... “

É extremamente difícil para um repórter que se defronta com o real cotidianamente, em sua profissão, conseguir perceber a incipiente e efetiva contribuição das leis e da política em sociedade. A realidade grita muito mais forte do que qualquer dispositivo legal, ainda que se esteja tratando do Estatuto da Criança e do Adolescente, considerada uma legislação avançada e de referência para outros países.

Aqui se pode recorrer à compreensão do tempo lógico do jornalista que, como foi demonstrado no Capítulo 2, é um tempo marcado pelo instante de ver e o momento de concluir, numa referência aos dispositivos analíticos lacanianos. A compreensão raramente está incorporada ao *modus operandis* do jornalista porque não há tempo suficiente para isso.

Os depoimentos dos jornalistas de *Infância Roubada* vão na direção de uma subjetividade sobre o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes

que explicita inconformismo com essa realidade que vitimiza milhares de crianças em nosso país e a necessidade da imprensa exercer a sua função social de denunciadora dessa situação.

Com isso, é possível constatar que as vítimas do crime de exploração sexual infanto-juvenil conta com a cumplicidade dos jornalistas, favorecendo a noticiabilidade do assunto pela imprensa dentro de uma ótica que amplia em muito a noção de que a notícia é apenas um produto à venda.

5 CONCLUSÕES

Ao desconstruir as notícias sobre o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes e investigar algo da noticiabilidade dessas matérias, essa pesquisa objetivou repensar o fazer jornalístico, bem como disponibilizar para a sociedade, e, em especial, para o campo da saúde, um pouco do modo como o jornalismo produz conhecimento por intermédio das notícias e das reportagens que realiza, além de evidenciar como o jornalismo seleciona e confere valor aos acontecimentos da vida ordinária.

O jornalismo é uma instância do campo comunicacional. Não é a única, mas detém uma importante fatia desse campo. A medicina é uma das várias instâncias do campo da saúde e desempenha papel fundamental nesse campo. Comunicação e saúde são campos vastos e complexos de produção de saber e de experiência para a coletividade.

A afinidade de princípios entre esses dois campos é notória, na medida em que ambos, no final das contas, fundamentam na sociedade a sua razão de existir. Ambos anseiam por uma realidade social com menos sofrimento humano, com mais disponibilidade de acesso à informação, saúde, educação, segurança, justiça, e a ambos interessa o aprimoramento da consciência social, uma vez que é o processo de crescente conscientização da coletividade que justifica a existência e possibilita o aperfeiçoamento desses e de outros campos de saberes. Comunicação e saúde são campos que, juntos, promovem bem-estar social e isso, especialmente em um país ainda carente dessa condição, deve justificar uma progressiva e consistente aproximação entre ambos.

Para além da interação entre os campos de conhecimentos, esse trabalho teve a intenção de tornar o jornalismo um tipo de ofício melhor compreendido pelos próprios jornalistas – acostumados à ação mais do que à elaboração - e pela sociedade em geral. Para os jornalistas, ter o resultado de seu trabalho como alvo de investigações acadêmicas é uma oportunidade de colher um outro olhar sobre a sua prática; é confrontar-se com um outro modo de funcionamento do mundo, portanto, com outras demandas, com outros parâmetros e outros significados.

Já a sociedade - esta à qual o jornalismo se acha irremediavelmente vinculado e sem a qual o jornalismo não existiria -, por que ela deveria se ocupar em conhecer os ditames do jornalismo ou, de uma forma geral, da comunicação ? Porque vivemos em um mundo permeado pelos dispositivos comunicativos e a experiência do homem vem, desde a modernidade, se caracterizando cada vez mais como uma experiência possibilitada por esses dispositivos.

Pode-se dizer que os meios de comunicação são, hoje, um dos principais meios de experiência do homem. É através deles que conhecemos o mundo. São eles que nos possibilitam saber, todos os dias, dos diferentes e numerosos acontecimentos, os quais, de outra forma, nunca chegariam até nós.

Mas, há que se ponderar que, por mais que saibamos de muito mais acontecimentos do que teríamos condições de saber, sozinhos, sem a participação dos meios de comunicação, ainda assim, não sabemos de tudo. A nossa experiência com a realidade dos fatos do mundo é sempre parcial, incompleta e seletiva: uma seleção que é feita, primeiramente, pela mídia, e, depois, por nós mesmos, que escolhemos, em meio à oferta de informações, o que necessitamos ou desejamos saber.

Bem, se há uma seleção anterior àquela operacionalizada por nós que é feita, cotidianamente, pelos dispositivos comunicativos, e se essa seleção define o que merece ou não ser informado à sociedade, ou o que a coletividade deve saber e o que ela deve ignorar, estabelecendo, em última análise, a que tipo de experiência a sociedade vai poder ter acesso ou não, então é muito importante que conheçamos um pouco do modo como a mídia e, especialmente, a imprensa, efetua essa escolha e produz as informações.

É, portanto, na perspectiva do papel cada vez mais decisivo desempenhado pelos dispositivos comunicativos na experiência do homem contemporâneo que se valoriza, nessa pesquisa, a abordagem do jornalismo como uma fonte específica de produção de conhecimento e o aprimoramento da capacidade da coletividade de compreender como funciona essa instância de saber, a fim de melhor aproveitá-la.

A notícia com suas especificidades foi o eixo estruturador desse trabalho. Não poderia ser diferente, uma vez que é a notícia o núcleo catalisador do processo produtivo jornalístico. Existem variações de gênero noticioso, como é o caso das reportagens que foram aqui estudadas, mas isso não tira da notícia a sua capacidade de condensar todos os principais dilemas que atravessam o ofício jornalístico.

Os jornalistas existem, fundamentalmente, para noticiar. Eles podem até desempenhar outras funções na sua profissão, mas, quando se dispuserem a buscar a essência do jornalismo, quando quiserem pensá-lo, analisá-lo, discuti-lo sob a ótica do que o jornalismo produz, terão que fazê-lo por intermédio do produto - notícia.

Nessa pesquisa, a notícia assumiu três eixos de discussão teórica a partir do objeto de estudo: a notícia como um produto específico do jornalismo, confeccionado por especialistas (os jornalistas), capaz de possibilitar conhecimento e, portanto, experiência ao homem civilizado; a notícia como resultado consensual da conversa permanente e sempre atual travada entre o jornalismo e a sociedade; e a notícia como um produto de natureza essencialmente transgressora.

Assim é que se constatou que as reportagens analisadas nesse trabalho são consideradas e reconhecidas publicamente como reportagens porque se enquadram dentro de um formato gráfico e textual especificamente jornalístico; que se trata de reportagens oportunas socialmente, isto é, que foram realizadas dentro de uma ambiência social familiar, conectada aos acontecimentos ordinários e não impostas ao público de modo aleatório, maquiavélico ou na contramão das expectativas da sociedade; e que, na condição de reportagens que tratam de um tema negativo e transgressor, por excelência, como é o caso da exploração sexual infanto-juvenil, elas transgridem duplamente.

Isto porque foi realçado, nessa pesquisa, que a notícia é um produto jornalístico naturalmente transgressor, uma vez que ela se instala sempre no que rompe com a normalidade do funcionamento social. Quando a notícia, para além de sua natureza imperiosamente transgressora, aborda um acontecimento também transgressor, ela se torna duas vezes transgressora.

E por que o jornalismo transgride ao noticiar a transgressão humana e, nem por isso, se envolve na transgressão das leis sociais? A explicação para esse paradoxo foi proposta quando se analisou a noticiabilidade de *Infância Roubada*. Ao selecionar como noticiáveis acontecimentos relativos ao crime de exploração sexual infanto-juvenil, o jornalismo atende a uma necessidade básica e subsistente do ser humano que é a da transgressão sob todas as suas formas.

Na condição atual de crime sujeito às penalidades legais, a exploração sexual de crianças e adolescentes encontra-se do lado negativo do consenso social, caracterizando-se, para o jornalismo, como um acontecimento portador do valor-notícia de transgressão, violação ou infração da ordem social, reconhecido pelo critério substantivo de seleção da notícia relacionado à negatividade do fato.

Ficou demonstrado que a negatividade do acontecimento é um critério de seleção noticiosa que remonta a forma pré-moderna de jornal e que é recorrente no jornalismo, dada a natureza da notícia de surpreender a vida ordinária. Os acontecimentos transgressores, por sua vez, portam atributo ou qualidade de valor-notícia reconhecido pelos critérios substantivos de noticiabilidade do jornalismo, na medida em que se remetem à condição conflituosa do homem de acatar e, por outro lado, subverter a lei.

No entanto, ao reportar a transgressão, o jornalismo acaba por reafirmar as fronteiras entre o que é consensualmente aceitável e o que deve ser condenável socialmente em se tratando do comportamento sexual humano. Ou seja, a notícia transgride para apaziguar, normalizar, ajustar o funcionamento social às suas leis e às suas normas.

Esse deslocamento de sentido e de função social operacionalizado pelo jornalismo e objetivado especialmente nas notícias sobre acontecimentos transgressores, é possibilitado pelo fato da notícia ser, ela própria, um outro acontecimento que porta do acontecimento originário apenas alguns poucos elementos, pois a notícia se faz acontecer socialmente de uma maneira própria e única.

Assim, a notícia, como um produto que opera com a consensualidade social, transforma os acontecimentos transgressores em informações que

acontecem para reforçar as convenções aceitas e defendidas em sociedade. Isso quer dizer que a notícia rompe com a normalidade do cotidiano não para tumultuar ainda mais esse cotidiano, mas para normalizá-lo, para torná-lo inteligível e possível de ser assimilado pela coletividade.

No caso específico da reportagem *Infância Roubada*, o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes, nas estradas federais que cortam o estado de Minas Gerais, é abordado sob a ótica da lei, ou seja, de que existem vítimas - as crianças e adolescentes abusados - e culpados – os abusadores, que, no caso, são os caminhoneiros. Pautando-se pelo entendimento jurídico e legal, a imprensa dá a sua quota de contribuição para a construção do consenso social sobre o assunto.

As investigações sobre a noticiabilidade das reportagens selecionadas para esse trabalho e de *Infância Roubada*, especialmente, demonstraram que o processo de seleção e produção da notícia é um processo sempre contextualizado no social, que leva em conta os costumes, a moral, os valores, a cultura, enfim, de uma coletividade, e que também responde aos desejos, às fantasias, às curiosidades, aos medos e às inseguranças próprias do ser humano.

Ou seja, a noticiabilidade é um processo noticioso humanizador do jornalismo, a despeito de ser também um expediente técnico operado por especialistas que são os jornalistas. Ademais, é justamente porque a noticiabilidade é operacionalizada por jornalistas e visa alcançar o público que ela se caracteriza sobretudo, como um processo humanizado.

Essa humanização da noticiabilidade, além de ter sido explicitada no suporte teórico desse trabalho, ficou realçada na discussão empírica e demonstrada nas declarações dos jornalistas sobre a confecção de *Infância Roubada*. Os jornalistas se expuseram como profissionais atentos à realidade que os cerca e sensíveis a essa realidade, capazes de sentimentos os mais variados como coragem, ousadia e bravura, mas também, fragilidade, insegurança, revolta, indignação frente a problemas que eles são impotentes para resolver.

Os jornalistas, no contato com o público, são muitas vezes vistos por este como profissionais objetivos, frios, a quem a emoção parece não perturbar jamais. A

objetividade é a armadura que o jornalista utiliza na sua prática profissional para se defender dos caminhos devastadores da supremacia da subjetividade e da emoção em seu ofício. A própria sociedade não conceberia a imagem de um jornalista vertendo lágrimas toda vez que fosse noticiar uma notícia trágica ou um jornalista tomando partido em um debate empolgado entre autoridades.

O jornalista é um porta-voz social, ainda que esse seu ofício não seja desprovido de subjetividade e de preferências e de cargas emocionais e psíquicas particulares. Mas, em sua função pública, o traço que sobressai é o que se relaciona com o seu campo profissional, ou seja, com as características de classe dos jornalistas; com a imagem que os jornalistas exibem de si mesmos para a coletividade e com aquela que, por sua vez, a sociedade espera deles.

Nas declarações dos jornalistas sobre *Infância Roubada* a essa pesquisa, ficou constatado o valor jornalístico que esses profissionais concedem ao tema da exploração sexual infanto-juvenil. Eles divergem sobre o grau de interesse público no assunto: uns defendem que a sociedade não se interessa por esse tipo de questão e outros afirmam o contrário. Mas, todos deixam evidenciado o alto nível de interesse jornalístico sobre o problema e demandam maior investimento das autoridades competentes para a sua solução.

Por outro lado, conforme também se observou, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vigente no país há quase 18 anos, não possui visibilidade noticiosa, merecendo inclusive críticas por parte do editor de *Infância Roubada* quanto a sua serventia em um país precário sob o ponto de vista da cidadania e das condições sociais de vida como é o caso do Brasil.

A esse respeito, as investigações dessa pesquisa apontam para a necessidade de não se perder de vista o horizonte social e político mais abrangente em que o ECA ressoa, hoje, nacionalmente. Isso significa que a importância do ECA para a construção de uma nova sociedade ainda não pode ser avaliada tomando como base as rodovias mineiras que servem de palco para a exploração sexual infanto-juvenil, no Brasil. Certamente que o ECA ainda não funciona eficientemente nas fronteiras onde o problema aparece. Mas, o que essa pesquisa demonstra é que o ECA já se faz presente, sim, na noticiabilidade do tema da exploração sexual de crianças e adolescentes.

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, foi criada, três anos depois, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) que, em 2000, se transformou em Rede ANDI Brasil, a qual, em Minas Gerais, está representada pela agência Oficina de Imagens. Como já foi esclarecido na Introdução desse trabalho, foi no banco de dados dessa agência que essa pesquisa teve início.

Foi mediante o eficiente monitoramento dos principais veículos jornalísticos impressos do Estado de Minas Gerais realizado, cotidianamente, pela Oficina de Imagens, que essa pesquisa efetuou o seu recorte noticioso e definiu o tema sobre o qual seria possível trabalhar em se tratando do universo de crianças e adolescentes.

É igualmente essa agência que quantifica e qualifica as inserções diárias das notícias sobre crianças e adolescentes, nos jornais impressos, em Minas Gerais; que promove debates entre a sociedade e os jornalistas sobre os principais assuntos que afetam a infância e a juventude e que fornece pautas semanais à imprensa sobre os variados temas de interesse para a promoção da criança e do adolescente.

Não há, portanto, como deixar de vincular o trabalho da Oficina de Imagens/Rede ANDI Brasil à noticiabilidade do universo infanto-juvenil na imprensa mineira, especialmente de temas complexos e problemáticos que expõem o lado crítico da infância e da adolescência em nosso país. E, raciocinando de forma mais abrangente, não há também como duvidar da importância que o ECA desempenha nessa atuação da Rede ANDI, uma vez que é o Estatuto que sustenta toda a filosofia de atuação dessa entidade amparada internacionalmente pelo Unicef.

Assim, essa pesquisa é o testemunho de que o ECA tem agido sobre a realidade das crianças e adolescentes desse país, na medida em que seus fundamentos vêm promovendo iniciativas institucionais capazes de permitir que essa realidade ecoe socialmente. E a Rede ANDI Brasil, desde a sua criação, embasou muito apropriadamente as suas ações no relacionamento estreito com a mídia, apostando que a mudança de lugar social da criança e do adolescente pretendida pelo ECA teria que contar, para ser concretizada, com o apoio dos jornalistas e dos meios de comunicação social.

Com essa atitude, a Rede ANDI Brasil demonstrou conhecer como a sociedade funciona, cada dia mais, tutelada pelos dispositivos comunicativos e sob o imperativo da comunicação. Qualquer iniciativa que tenha como finalidade a sociedade – o seu bem-estar e o seu aperfeiçoamento – deve incluir a comunicação como um campo a ser privilegiado. É a complexificação do funcionamento social que solicita essa intermediação operacionalizada pelos veículos comunicativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infancia e história – Ensayo sobre la destrucción de la experiencia*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2004.

ARAÚJO, Inesita Soares de e CARDOSO, Janine Miranda. *Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Sobre alguns temas em Baudelaire*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

BERGER, Peter L. e LUCHMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

FREUD, Sigmund. (1930). *O mal-estar na civilização*. In: STRACHEY, J.(Ed.) e ABREU, José Octávio de A. (trad.), *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, Ed. Standart Brasileira, (v.XXI). Rio de Janeiro: Imago, 3ª. Ed., p. 75 – 171 (Versão brasileira de 1990)

FREUD, Sigmund. (1923). *A negativa, O ego e o id*. In: STRACHEY, J. (ed.) e RIBEIRO, V. (trad.), *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, Ed. Standard Brasileira, (v. XIX). Rio de Janeiro: Imago, 3ª. Ed., p. 23-76 (Versão brasileira de 1990)

FREUD, Sigmund. (1908) *Moral Sexual ‘Civilizada’ e Doença Nervosa Moderna*. In: STRACHEY, J. (ed.) e REGO, Maria Aparecida Moraes (trad.), *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, Ed. Standart Brasileira, (v. IX). Rio de Janeiro: Imago, 3ª. Ed., p. 185-208 (Versão brasileira de 1990)

GENRO FILHO, Adelmo. *O Segredo da Pirâmide – Para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

- HALL, Stuart et alli. *A produção social das notícias: o mugging nos media*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja, 1993.
- LACAN, Jacques. (1962-1963). *Angústia, O Seminário*. (v.10) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- LACAN, Jacques. *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. Um novo sofisma*. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e Técnica da Notícia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- OLIVEIRA, Valdir de Castro. *Moinhos de Papel: um estudo sobre a narrativa jornalística, o repórter e a cidadania*. São Paulo, ECA-USP, 1996. Tese de doutorado.
- PEREIRA LIMA, Evaldo. *Páginas ampliadas*. São Paulo: Editora Manole, 2004.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *O acontecimento*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja, 1993.
- SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- SODRÉ, Muniz. *Eticidade, campo comunicacional e midiatização*. In: *Sociedade Midiatizada*. Dênis de Moraes (org.). Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2006.
- SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. *Técnica de Reportagem. Notas sobre a Narrativa Jornalística*. São Paulo: Summus Editorial, 1986.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo – A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Volume II. Florianópolis: Editora Insular, 2005.
- THOMPSON, John B.. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- TUCHMAN, Gaye. *A Objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja, 1993.
- WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

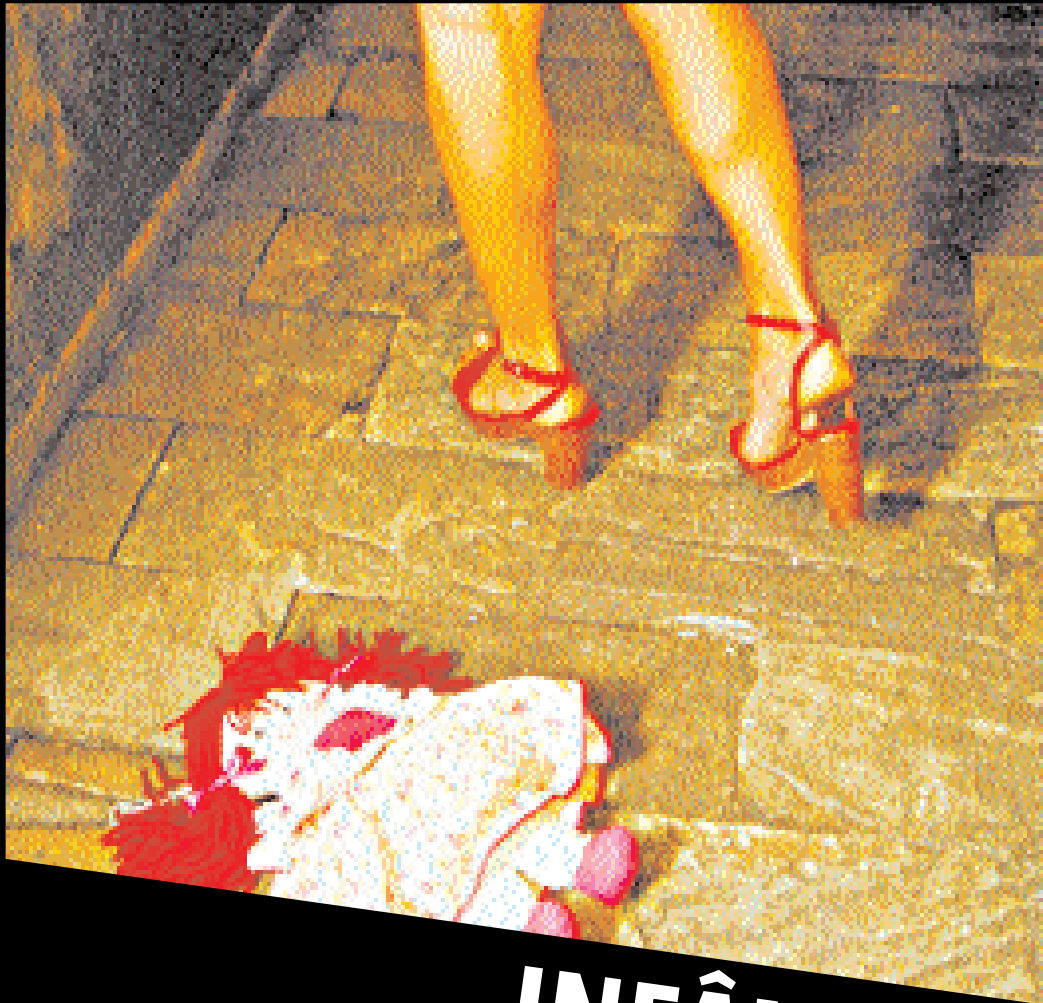
WOLTON, Dominique. *"Pensar a comunicação"*. Brasília: Editora UnB, 1999.

ANEXOS

Anexo 1
A Grande Reportagem

CORTE DE ÁRVORES É INVESTIGADO

O engenheiro florestal Allan de Freitas Magalhães avalia poda drástica de árvores no bairro Cidade Jardim, Centro-Sul de BH. PÁGINA 32



RETO MAGALHÃES

INFÂNCIA ROUBADA

*Eu conheço cada palmo desse chão/é só me mostrar qual é a direção
Quantas idas e vindas, meu Deus, quantas voltas/viajar é preciso, é preciso*

RENATO TEIXEIRA

Pelas estradas de Minas, nosso café alcança o porto de Santos, chega coco do Nordeste e algodão do Mato Grosso. Pelas rodovias mineiras viajam sonhos quando por aqui passam retirantes da seca rumo a São Paulo. E no asfalto mineiro também, nesse vaivém de riquezas e misérias, que meninas de todo o Brasil perdem sua infância.

Levantamento inédito feito pela Polícia Rodoviária Federal constatou que as estradas que cortam o Estado abrigam o maior número de "pontos" de prostituição infanto-juvenil do País. Em todo o Brasil, ao longo de 60 mil quilômetros de rodovias federais, foram identificados 553 "pontos" de exploração sexual de crianças e adolescentes. Desse total, 74 estão em Minas — o equivalente a 13,3%. Em segundo lugar aparece o estado de Goiás (73), seguido por Santa Catarina (58) e Bahia (43).

O maior mercado de sexo infanto-juvenil do País funciona em torno de postos de gasolina, restaurantes, boates e prostíbulos de beira de

estrada. Alguns "serviços" — na verdade, crimes que quase sempre ficam impunes — custam não mais que R\$ 0,50, como ocorre nas rodovias que cortam o Vale do Jequitinhonha.

Em Minas, passam 37% das rodovias federais. Isso torna o Estado mais vulnerável à exploração sexual de crianças e, também, estratégico para o combate", avalia a coordenadora do Programa de Combate à Exploração Sexual da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Elizabeth Leitão. Durante uma semana, o ESTADO DE MINAS andou por rodovias federais que cortam Minas Gerais investigando o fenômeno. A reportagem descobriu vítimas e agressores que não se enxergam em seus papéis, mas também heróis do asfalto que lutam, anonimamente, contra o problema. Encontrou, ainda, um Estado ausente ou omissivo. Nas próximas quatro páginas, o leitor terá um retrato da infância perdida à beira do asfalto e saberá como a sociedade tenta reagir a esta tragédia.

LEIA MAIS SOBRE PROSTITUIÇÃO INFANTIL
PÁGINAS 26, 27, 28 E 29

CYAN MAGENTA AMARELO PRETO





IMPUNIDADE

EM TORNO DO ASFALTO QUE CORTA TODO O TERRITÓRIO MINEIRO E PELO QUAL PASSA A RIQUEZA DO PAÍS RUMO A OUTRAS REGIÕES, CRESCE UMA CHAGA QUE A SOCIEDADE AINDA NÃO SABE COMO ENFRENTAR

As rotas do crime

Dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF) indicam que, entre janeiro e março deste ano, de todas as ocorrências com menores registradas nas rodovias federais do País, um terço estavam relacionadas ao abuso sexual infanto-juvenil (leia-se prostituição de crianças e adolescentes). No mapa ao lado, trechos onde diariamente acontecem esses crimes, rastreados pela PRF.

Praticamente todo o Estado é rasgado pelas rotas do crime — do Sul de Minas ao Vale do Jequitinhonha, do Triângulo Mineiro ao Norte, da Zona da Mata a Belo Horizonte. Uma das rotas mais extensas de comércio sexual de menores e com maior número de "pontos" de prostituição infanto-juvenil é a BR-116. Com um trânsito de cerca de 10 mil veículos por dia, a chamada Rio-Bahia é um dos principais escoadouros do eterno processo migratório do Nordeste para São Paulo. Resultado: encontra-se na rota do crime praticamente todo o trecho da rodovia que passa por Minas, levando milhares de pessoas econômica e socialmente desestruturadas.

"Existem casos de adolescentes naturais do Nordeste que foram abandonadas às margens da BR-116, na Zona da Mata mineira, depois de terem sido seviciadas durante dias, enquanto eram companhia de motoristas de caminhão com os quais haviam pegado carona com destino a São Paulo. Há casos que dão conta da 'venda' de adolescentes e crianças pelos próprios familiares no intuito de ter dinheiro para alimentar o restante da família durante a viagem", diz o estudo da Polícia Rodoviária Federal.



QUEM É MELHOR

PARA VENDER SEU IMÓVEL?



Quem anuncia nos Classificados EM efetiva mais negócios.

VENDE MAIS PORQUE É MAIS CLASSIFICADO

ESQUE PARA VENDER (11) 3330 1687

VENDE MAIS PORQUE É MAIS CLASSIFICADO

PRETO
AMARELO
MAGENTA
CYAN





SUBMUNDO

CAMINHONEIROS SÃO OS MAIORES "CLIENTES" E PAGAM DE R\$ 0,50 A NO MÁXIMO R\$ 10 POR PROGRAMA. HÁ GAROTAS QUE FICAM FELIZES COM UM VIDRO DE PERFUME BARATO OU COM UM PACOTE DE BOLACHAS

"Vende-se" menina a R\$ 1

O AGRESSOR



EMANUEL PINHEIRO

“

Crime é roubar caminhoneiro ou matar sem motivos. Como recusar a oferta de quem bate no vidro e grita: vamos fazer amor?

”

EM SEUS NOVE ANOS DE ESTRADA, O CAMINHONEIRO P.C., DE 29 ANOS, DE GUARULHOS (SÃO PAULO), JÁ PERDEU NÃO SÓ A CONTA DE QUANTOS QUILOMETROS RODOU COMO TAMBÉM DE QUANTAS ADOLESCENTES SE OFERECERAM PARA PULAR DENTRO DA BOLÉIA DE SEU CAMINHÃO-BAÚ, PROMETENDO "MUITO AMOR E DIVERSÃO", EM TROCA DE UNS TROCADOS OU UM PRATO DE COMIDA

A VÍTIMA



LUIZ RIBEIRO

“

De vez em quando, eu saía da escola e ia encontrar as meninas na rodoviária. Era à tarde, porque, mais cedo, eu estudo

”

DE FAMÍLIA PAUPÉRRIMA, FERNANDA (NOME FICTÍCIO), DE 12 ANOS, FOI COOPTADA POR UMA REDE CRIMINOSA QUE EXPLORA SEXUALMENTE MENINAS E ADOLESCENTES EM SÃO FRANCISCO, NORTE DE MINAS. ELA NÃO SE SENTE VÍTIMA E DIZ QUE FAZ PROGRAMAS A R\$ 10 PORQUE QUER. SUAS AMIGAS COBRAM AINDA MAIS BARATO: R\$ 5, R\$ 1 OU TÉ MESMO UM PACOTE DE BOLACHAS

"Um cara boa pinta como eu é capaz de levar uma mulher para boléia de graça, mas para um cara barrigudo e velho é muito mais difícil. Para ele, passear com uma garota de 13, 14 anos é um prêmio, uma maravilha. Ele se sente um rei". O mais chocante não é a afirmação em si, mas o fato de que ela soa natural para muitas pessoas. Na maioria das vezes, conquanto o crime seja cometido com alguma discricção, a sociedade irá ignorar igualmente agressores e vítimas.

O caminhoneiro P.C., dono da frase acima, é um dos agressores. Casado e pai de quatro filhos, entre eles uma menina de 9 anos, ele seguiu seu próprio código de conduta e não se considera um criminoso. "Com menos de 15 anos, nunca peguei... Acho maldade machucar as meninas", argumenta.

Com pouca instrução, circulando no mundo cão das estradas, onde o Estado não se faz presente, P.C. é daqueles sujeitos que chegam nos grotões do Vale do Jequitinhonha com R\$ 10 no bolso e se torna "rei". Nem precisa correr atrás; P.C. será assediado por meninas paupérrimas dispostas a vender seus corpos por comida ou em troca de um perfume barato.

Ele conversou com a reportagem do ESTADO DE MINAS à beira da BR-381, perto de Pouso Alegre, Sul do Estado, logo após dar uma "corona" a uma garota que dizia ter 17 anos. "Tem de tudo nessas estradas. Aqui na divisa de Minas e São Paulo, adolescentes, adultas e travestis ficam circulando entre os caminhões parados nos postos. Na Rio-Bahia, as mulheres sobram no meio da rodovia. Em Belém, sexo oral com menina de 10 anos não custa mais de R\$ 1", revala P.C.

O caminhoneiro conta que a preferência nacional da categoria é por meninas muito novas. "Tem lugar que com 16 anos ela já é coroa", observa. Crime? Para P.C. não. "Crime é roubar caminhoneiro ou matar sem motivos. Como recusar a oferta de quem bate no vidro e grita: 'vamos fazer amor?', questiona.

SUCO, COXINHA, PASTEL... Fernanda (nome fictício) é a vítima, mas nunca se imaginou neste papel. De família pobre do paupérrimo município de São Francisco, perto de Montes Claros, Norte de Minas, ela tem 12 anos, cursa a sexta série do ensino fundamental e desde os 11 faz programas. "Conheci outras meninas que falaram para eu 'ficar' com eles (os clientes). Ai eu 'fiquei'. Fiquei porque quis", conta a garota.

Ela cobra R\$ 10 - dinheiro capaz de fazer uma "rainha" em São Francisco - para vender o corpo. Calcula que já teve "uns 30" clientes. Fernanda não exige o uso da preservativo; fica a critério do freguês. "Alguns usavam; outros, não".

A abordagem é algo que incomoda Fernanda. "Eles ficam perguntando: 'quem é essa garotinha?'. Ficam pegando na gente". Os programas são feitos durante o dia e na parte da tarde, quando ela sai da escola. Feito o "serviço" e recebido o pagamento, a garota gasta o dinheiro com "suco, coxinha, pastel... essas coisas".

Fernanda faz parte de um grupo de aproximadamente 45 garotas, de 11 a 17 anos - todas muito pobres - que eram exploradas por uma rede formada por cerca de 50 pessoas em São Francisco. Dois agressores já foram presos e outros deverão ser indiciados. "As meninas disseram que se prostituem por R\$ 1 ou R\$ 5. Mas algumas falaram que recebiam até um pacote de bolacha ou um lanche. Isso mostra que a relação entre pobreza e exploração sexual é muito séria", explica a promotora Luciana Kellen Santos Pereira, que coordena as apurações.

10

mil veículos passam por dia pela BR-116, a chamada Rio-Bahia

18

cidadaes que margeiam o trecho mineiro da BR-116 abrigam "pontões" de exploração sexual infanto-juvenil ao longo da estrada

3

rodovias (BR-050, BR-365 e BR-262) fecham um pólo de prostituição infantil no "mariz" de Minas



OMISSÃO

A PROMESSA DO GOVERNO FEDERAL DE COMBATER E RISCAR DO MAPA DO PAÍS A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ESTÁ LONGE DE SER CUMPRIDA, MAS DEIXA UMA PEQUENA ESPERANÇA

Estado ainda é ausente



Garota de 17 anos faz "ponto" à noite na BR-135, perto de Montes Claros, à procura de "clientes". A rodovia faz parte da rota da prostituição infantil em Minas, de acordo com a Polícia Rodoviária Federal

Assumir a Presidência da República, em janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabeleceu como uma das prioridades de seu governo o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. A promessa – ainda longe de ser cumprida – veio em boa hora, pois a omissão do Estado é a principal responsável pelo quadro atual que o País atravessa.

Um exemplo concreto. No ano passado, uma batida realizada na BR-116, na altura de Teófilo Otoni, Campanário e Itambacuri, no Nordeste do Estado, recolheu 21 menores que eram explorados sexualmente e prendeu um agressor. A operação, considerada bem sucedida, contou com a participação da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça. Cinco meses depois, foi realizada outra batida, em outro trecho da rodovia, entre Medina e Salinas, também no Nordeste de Minas. Porém, a Polícia Rodoviária estava sozinha dessa vez – como, aliás, costuma invariavelmente acontecer.

Resultado: apenas três menores foram recolhidos, já que a polícia tem menos poderes que o Ministério Público e a Justiça. Além disso, não havia para onde en-

caminhar as garotas, que, nesses casos, costumam ser levadas para a delegacia mais próxima, onde são tratadas como criminosas e não como vítimas.

Relatório feito pela ONU, no ano passado, identificou uma série de falhas no combate à exploração sexual infanto-juvenil no Brasil. Na maioria delas, o principal culpado é o Estado. Faltam varas criminais especializadas para julgar os casos, o número de defensores públicos que se dedicam ao tema é pequeno e os programas de prevenção e de atendimento às vítimas são pouquíssimos. Assim, na maioria das vezes, o combate à prostituição de crianças e adolescentes acaba se restringindo às batidas policiais, que não conseguem punir os culpados muito menos retirar as garotas desse tipo de vida.

O pior é que a sociedade sequer conhece

o problema direito. O superintendente da Sub-Secretaria de Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedese), Felipe Willer de Abreu, reconhece que a inexistência de um diagnóstico dificulta as ações do Estado. "O que leva uma garota a se prostituir no Norte de Minas não é o mesmo motivo que empurra as garotas do Sul ou do Triângulo para as redes de exploração. Para traçar ações efetivas para os diferentes casos, precisamos ter os dados muito bem levantados", disse, assegurando que os dados começam a ser levantados, mas sem precisar quando um diagnóstico estadual ficará pronto.

Não só a rota da exploração sexual de crianças e adolescentes em rodovias pode ser tomada como mapa da prostituição infantil no País, que abrange, segura-

mente, uma área bem maior. Os recentes casos de Pompéu e São Francisco, envolvendo autoridades públicas, fazendeiros e comerciantes, revelam que a comercialização de crianças não se limita às rodovias. Baseado em dados da Organização Internacional do Trabalho, que estima a existência de 1 milhão de crianças exploradas sexualmente em todo o mundo, o Ministério da Justiça avalia que existem 100 mil meninos e meninas nesta situação no Brasil, mas ninguém sabe precisar onde eles estão.

A coordenadora do Programa de Combate à Exploração Sexual da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Elizabeth Leitão, explica que a produção de dados é um dos principais desafios do setor. "Esse tipo de exploração não é fácil registrar, porque ninguém denuncia. Os pais, quando não são os agenciadores dos filhos, têm vergonha de reconhecer que eles sofrem abusos. A sociedade encara como um fato muito normal que uma mocinha de 14 anos se prostitua, alegando que ela já tem idade para decidir o que quer, sem perceber o contexto que a leva a isso. Acharmos que a estimativa de 100 mil crianças exploradas é acertada, mas precisamos afinar a informação", explica.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

O Estado brasileiro tem, sim, culpa pela omissão com que trata a tragédia da prostituição infanto-juvenil no País. Mas a sociedade não fica atrás. Existe um pacto silencioso no qual a maioria da população prefere fechar os olhos para o problema, desde que ele não a incomode. Na sociedade machista em que vivemos, a vítima da exploração sexual infanto-juvenil

costuma ser tratada como criminoso, e o agressor, ao contrário, conta com a absolução do público em geral. São muitos os deveres da sociedade: estar vigilante, denunciar os abusadores, exigir que eles sejam punidos, prevenir o problema, oferecer atendimento às vítimas e cuidar para que elas tenham uma chance de vida longe da exploração sexual. Nunca é tarde para começar.

1 milhão de crianças e adolescentes são sexualmente explorados em todo o mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho

100 mil é o número de crianças e adolescentes prostituídos no Brasil, estima o Ministério da Justiça

800 denúncias de exploração sexual infanto-juvenil foram recebidas pela CPI do Congresso que investiga o tema



RESISTÊNCIA

INSPECTOR DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL RELATA OS FLAGRANTES ÀS MARGENS DAS RODOVIAS E OS DRAMAS DAS MENINAS QUE OS PAIS DEIXAM COM CAMINHONEIROS EM TROCA DE DINHEIRO PARA COMER

Herói do asfalto

Faz um frio do cão, são 3h da madrugada e o inspetor da Polícia Rodoviária Federal Junie Penna está em mais um de seus plantões nas estradas de Minas. O ano é 1998. Num posto de gasolina escuro e fedorento da BR-116 na altura de Leopoldina, quase na divisa com o Rio, ele encontra uma família pernambucana – pai, mãe e filho. Todos estão atordoados, não sabem mais para onde vão, pois perderam no meio do caminho os sonhos de encontrar uma vida nova em São Paulo. Talvez nunca cheguem à terra prometida. Talvez nunca voltem para a terra onde nasceram.

O inspetor tem de atender a chamadas de emergência, tem de investigar roubos de carga, tem de socorrer acidentados, às vezes tudo ao mesmo tempo, num trecho de 300 quilômetros de estrada. Mas ele pára e ouve o drama dos pernambucanos.

No dia anterior, em Teófilo Otoni, os retirantes haviam entrado num beco sem saída. O dono do caminhão em que viajavam de carona disse que não poderia mais levá-los, já que seu dinheiro era pouco e não dava mais para alimentar aqueles quatro famintos, como vinha fazendo desde que os recolhera na Bahia. O pai entrou em desespero. Precisava chegar logo a São Paulo, mas a vida, mais uma vez, lhe reservara um revés.

"Leva a menina", disse o pai, sem pensar. "Me dá R\$ 50 e leva a menina." Era sua filha. Tinha 12 anos e foi "vendida" a um caminhoneiro em Teófilo Otoni. A família ficou na estrada e, com o dinheiro, tentaria chegar a São Paulo, onde jorra mel e leite e há emprego para todos. A menina foi embora, junto com seu novo "dono".

Em Leopoldina, a família fica de novo sem dinheiro. Não há remorso, não há culpa, não há sentimento, só fome e cansaço no submundo das estradas. Ao contrário do que se pode pensar, os pais não são monstros, mas, por causa da miséria absoluta, deixaram de ser gente. E a filha "vendida"? Para uns, como o inspetor Junie, ela é vítima. Para outros, ela pode ser considerada uma privilegiada, pois talvez tenha alcançado a sorte e arranjado um meio de "se virar", coisa que os pais

não conseguiram. Junie tentou localizar a menina, passou mensagens pelo rádio, mas nada. Tentou, então, dar algum conforto para a família, mas o fez por sua conta e risco, pois não havia qualquer estrutura do Estado que pudesse ser acionada às 3h daquela madrugada de Leopoldina. Junie – e apenas ele – era o Estado.

O inspetor se cansou de constatar a falência do Estado no atendimento de ocorrências de exploração sexual de crianças e adolescentes e resolveu tratar o problema de outra forma. "A gente pega uma adolescente que topou um programa por um par de sandálias, leva para a delegacia e horas depois ela está de volta à estrada, sem destino", conta. Ele começou então a estudar o fenômeno até se tornar, hoje, o único brasileiro que conseguiu mapear as principais rotas de prostituição infanto-juvenil no País. Seu relatório sobre o assunto – um dos materiais usados pelo ESTADO DE MINAS nessa reportagem – está servindo de suporte para a CPI do Congresso Nacional que há quase um ano investiga a exploração sexual infanto-juvenil.

Ele não sente orgulho ou se enverga por ter virado uma referência nacional no tema. "Desde que entrei na PRF, tenho insônia e problemas digestivos", revela. Com 30 anos de idade, ele também começa a ganhar alguns fios brancos na cabeça. Ouvi-lo é como levar um soco no estômago. Junie conhece como ninguém o problema, detecta as falhas, percebe que a sociedade é conivente com esse tipo de crime, entende a lógica de cada personagem envolvido na questão e, pior, não enxerga uma solução. Mas também não desiste.

Formado em geografia, com especialização em direitos humanos em cursos da Organização das Nações Unidas (ONU) e na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Junie agora estuda direito. Sua missão: investigar, com maior rigor científico, o drama das meninas que se vendem e são vendidas à beira das estradas. Sua esperança: que o Estado e a sociedade um dia encontrem uma forma de tratar o problema.



EMANUEL PINHEIRO

“A gente pega uma adolescente que topou um programa por um par de sandálias, leva para a delegacia e horas depois ela está de volta às estradas, sem destino”

Junie Penna, chefe da delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Pouso Alegre



FOTOS MARCELO SANT'ANNA

A CENA É COMUM: a garota pede carona à beira da estrada, mas somente a caminhoneiros. Alguém pára, puxa uma conversa e a menina sobe na boléia. No caminho, discutem preço e "serviços". Mais adiante, a garota procura outro "cliente". As fotos acima foram feitas há exatamente dois anos, na BR-381, próximo a Ipatinga. De lá para cá, pouca coisa mudou

60 mil quilômetros de rodovias foram alvo de um estudo da Polícia Rodoviária Federal sobre prostituição infantil

55% das rotas de exploração sexual do País estão conectadas a esquemas de tráfico internacional de crianças e mulheres

14 anos é o tempo de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente. Porém, suas diretrizes ainda são pouco seguidas

Participaram desta reportagem Fernanda Odilla, Landercy Hemerson, Lourival Werneck, Lucas Figueiredo, Luiz Ribeiro e Tacyana Arce

AMELIA DO AMARAL VIEIRA

(Missa de Sétimo Dia)

José Araújo Vieira (in memoriam-esposo), Eda, Eliane (filhas), Helmer, Ivan (genros), Marcus, Kátia, Leonardo, Ricardo, Ivana (netos), João Pedro, Victor (bisnetos), Ismael (n memoriam), Edson, Nelson (irmãos) de AMELIA DO AMARAL VIEIRA agradecem a solidariedade de parentes e amigos recebida por ocasião de seu falecimento e convidam para a Missa de Ressurreição a ser celebrada **TERÇA-FEIRA, DIA 04/05/2004, ÀS 19 HORAS** na Igreja de Santo Antônio, à Av. do Contorno, 6738.

ANÚNCIOS FÚNEBRES E RELIGIOSOS

ESTADO DE MINAS

HORÁRIO DE ATENDIMENTO ANÚNCIOS FONADOS:

2ª a 6ª de 08:00 às 20:00 h
Sábados: 08:00 às 16:00 h
Domingos: 14:00 às 18:00 h

Ligue: **3228-1661**

OU VÁ A UMA DE NOSSAS LOJAS:

De 2ª a 6ª de 09:00 às 18:00 h
Sábados de 09:00 às 12:00 h

Mª AUXILIADORA SCARPA MAGALHÃES ALVES

Cláudio Magalhães Alves, Osvaldo, Denise, Caio e Alice, Maria Clara, Gustavo, Isa e Laura convidam seus amigos para participarem da Missa de Ressurreição de sua amada

Dorinha

que será celebrada amanhã, segunda-feira, dia 3 de maio, às dezenove horas na Igreja de São Mateus, à rua Joaquim Linhares, 47 - Anchieta. Antecipam agradecimentos.

ANUNCIE AQUI. SE NÃO FOSSE BOM, VOCÊ NÃO ESTARIA LENDO.

Reserve já seu espaço. Ligue **3263-5501** ou **3263-5531**.

Atendimento: de segunda a sexta, das 9 às 19:15h; sábado, das 9 às 12:00h.

ESTADO DE MINAS

VITELVINA PINTO FERREIRA

(Convite para Missa de 7º Dia)

Os filhos, genros, noras, netos, bisnetos e tataranetos de **VITELVINA PINTO FERREIRA** agradecem o conforto e o carinho recebidos por ocasião de seu falecimento e convidam os parentes e amigos para a Missa de 7º Dia, que será celebrada **HOJE, DOMINGO, 02.05.2004, às 19:00 horas**, na Igreja Matriz de São José (Centro).

Anexo 2

Reportagens de Médio Porte



MÃE EM BUSCA DO FILHO DESAPARECIDO

Josefa Menezes procura o filho, Felipe, de 4 anos, desaparecido desde o dia 13, em Belo Horizonte.

PÁGINA 24



Denúncia da existência da rede de exploração sexual de crianças e adolescentes, em Pompéu e outras cidades da região central do Estado, deixa os pais apreensivos

Famílias atormentadas

MARIA TERCEIRA CORREIA



Menina de 14 anos conta como foi abordada para entrar no esquema de prostituição, em Pompéu. Proposta era para fazer um programa com um "homem de idade", em troca de dinheiro

MARCELO PORTELA E LEANDRO GRANDI
De Pompéu

Pompéu, cidade com cerca de 30 mil habitantes a 181 quilômetros de Belo Horizonte, região central de Minas, amanheceu em polvorosa, ontem, após a divulgação de denúncias da existência de uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes no município e em cidades vizinhas. Pais de adolescentes, principalmente de famílias humildes, estavam desesperados e alguns só descobriram ontem que as filhas podem estar sendo exploradas. A maioria das pessoas ouvidas pelo ESTADO DE MINAS afirmou que já tinha "ouvido falar" da rede de prostituição, mas ninguém sabia da extensão do problema.

Um pedreiro, de 46 anos, assim que soube da existência da rede, foi até a escola onde estuda a filha, de 13 e pouco mais de 150cm, para buscá-la e descobrir até onde vai o envolvimento da garota: no caso, "Minha filha saía com as amigas à noite, mas nunca imaginei que pudesse ter alguma coisa com isso", disse. "Todo mundo sabe das histórias de velhos ricos atrás de meninas na cidade, mas a gente nunca imagina que isso vai acontecer na nossa casa", acrescentou.

As denúncias, que estão sendo investigadas pelo Ministério Público e pela Polícia Civil, foram apresentadas à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia na última segunda-feira. Na ocasião, três garotas, com idade entre de 13 e 14 anos, denunciaram a rede e apontaram, como "clientes", o prefeito Francisco Luis Cordeiro Guimarães (PTB), o presidente da Câmara e perito da Polícia Civil, Espiridão Isidoro Afonso Porto, um ex-secretário municipal, um comissário de menores, empresários e comerciantes, entre outros.

Um adolescente de 17 anos, que assumiu estar, desde os 13, agenciando garotas para prostituição, contou que a rede conta com cerca de 100 meninas e mulheres e mais de 900 "clientes". O rapaz também citou autoridades municipais como clientes do esquema. Ele e as três garotas foram levados para o programa de proteção a testemunhas logo após os depoimentos.

O pedreiro que descobriu ontem o envolvimento da filha também está com medo. Ele afirmou que não tinha intenção de sair da cidade, onde foi criado, mas ressalta que pretende reunir a família para que a decisão seja tomada em conjunto, visando à segurança de todos. "Não quero sair daqui nem quero dinheiro. Quero que o caso seja apurado. Se o pessoal for inocente, vai sair livre. Se não, têm que pagar pelo que fizeram", afirmou.

Ele disse que a filha, às vezes, chegava em casa de madrugada, mas não suspeitava de que ela pudesse estar envolvida com prostituição. "Ela nunca chegava com roupas novas ou com alguma outra coisa que não pudéssemos comprar, porque sabe que eu perguntaria de onde viera aquilo. Somos uma família humilde, mas nunca faltou nada em casa", desabafou.

Este é o mesmo argumento de uma garí, mãe de uma das adolescentes ouvidas pelos deputados na segunda-feira. Mostrando a despensa cheia de alimentos, ela ressalta que, mesmo com um salário de R\$ 300, não deixava que a filha, de 14, passasse necessidade e afirma que não compreende como a adolescente se envolveu no esquema. "Ela sempre arrumava muito e saía de noite. A gente tentava aconselhar para ficar longe das drogas e para tomar cuidado, porque tem muita gente ruim na rua. Mas nunca imaginamos este tipo de coisa", disse.



EXPLORAÇÃO SEXUAL

Adolescentes revelam como eram abordadas com propostas para sair com homens, em troca de dinheiro. Quem tentava desistir era obrigada a completar o programa

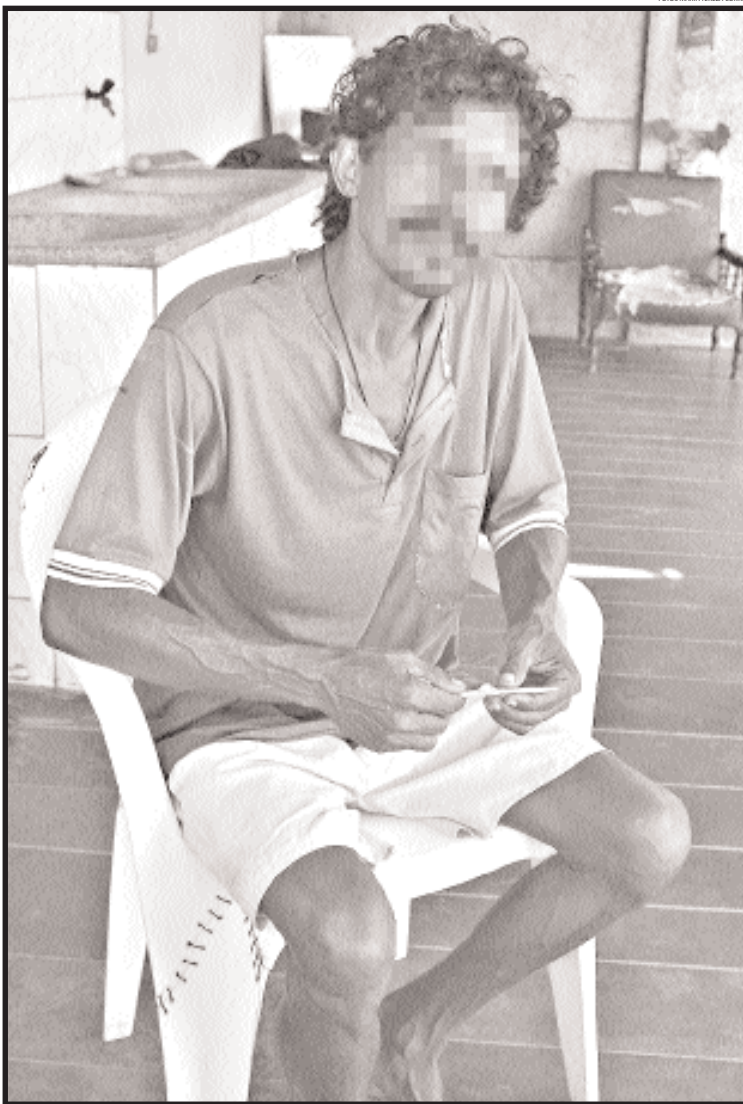
Jovens confirmam denúncia

Duas adolescentes concordaram em falar ao ESTADO DE MINAS em Pompéu, ontem, e confirmaram a existência de uma rede de prostituição na cidade, que recruta adolescentes entre 13 e 17 anos. As jovens, que negam ter entrado para o esquema, disseram que já foram chamadas várias vezes para fazer programas — sempre com homens mais velhos — por colegas ou por agenciadores, também adolescentes.

Uma delas, de 14, colega das jovens que prestaram depoimentos na Assembleia, contou que, em um dos últimos convites, há cerca de dois meses, foi informada de que, caso aceitasse participar da rede de prostituição, cliente não faltaria. "Minha colega estava fazendo programa e disse que tinha muita gente interessada e que eu poderia escolher quem quisesse, porque todos pagavam. Só que os clientes são os velhos da cidade, todos casados e com filhos. Não fui por respeito aos meus pais", disse.

Ela conta que tem pelo menos dez amigas, todas com idade entre 13 e 16 anos, que fazem programas, e que todas "deixaram de ser crianças" após passarem a integrar a rede de prostituição. "As meninas mudaram muito. Mudaram os interesses e brincadeiras e ficaram sérias", ressaltou. "Uma delas só chegava chorando na aula e já me contou que saiu com um homem e quis desistir do programa, mas foi obrigada a fazê-lo porque já estava lá", declarou, referindo-se a uma das meninas ouvidas pela Comissão de Direitos Humanos. A jovem contou que a colega não revelou o nome do homem, mas afirma que o fato já ocorreu mais de uma vez.

Uma de suas colegas conta que várias vezes também recebeu o mesmo tipo de convite — ela garante que já aceitou algumas propostas mas, sempre desistiu na última hora — e que as amigas e agenciadores faziam parecer a coisa mais simples possível. "Minha colega chamou para sair com um velho e disse que eu ganharia dinheiro, mas fiquei com nojo e não aceitei", contou. Ela acrescentou que algumas colegas fazem programas até diários e também acusa autoridades da cidade. "Ela liga para o celular deles e só deixa dar um toque. Eles já sabem o número dela e na mesma hora ligam de volta, para marcar o programa", revelou. "Sempre marcam em alguma rua escura, pegam as meninas e levam para uma casa aqui em Pompéu, que não sei onde é, ou para um motel em Martinho Campos", completou. (MP/LG)



O pai de uma das garotas usadas no esquema de prostituição disse que nunca pensou em deixar Pompéu, mas agora teme pelo futuro da família

Acusados falam de armação

"Se há prostituição infantil em Pompéu, eu desconheço", afirmou o prefeito Francisco Luís Cordeiro Magalhães. "Essa é a armação política mais bem organizada do Brasil", disse sobre as acusações de ser cliente de uma suposta rede de exploração sexual na cidade. "Nem me afeta mais. Todo aniversário meu, eu ganho um 'presente' desses da oposição. Não sei como não me mataram ainda", afirma.

Aconselhado pela filha a não citar nomes, o prefeito apenas diz conhecer quem são os autores do esquema para acusá-lo e que vai processá-los quando as investigações provarem sua inocência. Ele contou que uma das artimanhas usadas pela "oposição" para tentar incriminá-lo seria as dezenas de ligações de garotas para seu celular, convidando-o para encontros.

"Eu quase nunca liguei para nenhum desses números. Queria estar com meu sigilo telefônico aqui para provar. Uma vez ou outra, eu ligava porque ficava preocupado com as 15 chamadas de um mesmo número. Tinha que conferir para ver se era urgente", defendeu-se.

Outro acusado, o presidente da Câmara Municipal, Esperidião Izidoro Porto, viajou na noite de segunda-feira para se encontrar com familiares de Belo Horizonte.

Em nota à imprensa, Esperidião se diz extremamente preocupado "pelo uso por uma das denunciadas, candidata declarada a vereadora, de pessoas inocentes, socialmente carentes e despreparadas, para atacar instituições políticas de nossa cidade". A nota informa ainda que ele já fez requerimento para que seja instalada Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias.

■ CIDADE SE DIVIDE ENTRE ATAQUE E DEFESA

A acusação ao prefeito e a outras autoridades de Pompéu foi o assunto mais comentado da cidade e dividiu as opiniões. "Acho que foi tudo jogada política", disse o transportador Alexandre Sérgio Ferreira Machado, de 39 anos. "Tudo que se faz de errado falam que é armação política", afirmou o comerciante José Geraldo da Silva, de 56. "Devem ser uns 80% contra e uns 20% a favor. São poucos que a gente ouviu defendendo-o", contou o aposentado e ex-funcionário da prefeitura Luiz Gonzaga de Assis, de 68.

Antes de aparecer essa história a gente já ouvia falar de casos do prefeito, alguns com meninas", diz a dona de casa Marta Guimarães Campos, de 43, mãe de uma garota de 13. Alguns moradores relataram um fato incomum ocorrido na noite de segunda-feira, que está sendo atribuído ao poder político do prefeito por parte da população. Uma emissora de televisão ficou fora do ar no horário do jornal local. Segundo uma moradora que preferiu anonimato, o prefeito já teria usado artifício semelhante para abafar casos de repercussão negativa para a cidade. (MP/LG)

Delegado na investigação

A Corregedoria da Polícia Civil designou ontem o delegado regional de Bom Despacho, Lindon Batista Neves, para investigar da rede de prostituição em Pompéu, a 181 quilômetros de Belo Horizonte, na região Central do Estado. Ele começou a apurar o caso, denunciado na última segunda-feira na reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, e acompanhará os deputados, na próxima terça-feira, quando estarão na cidade para colher novas informações sobre as acusações de exploração sexual de crianças e adolescentes.

De acordo com o presidente da comissão, deputado Durval Angelo (PT), uma delegada também será designada para acompanhar as investigações,

uma forma de deixar as jovens envolvidas na rede de prostituição mais a vontade para relatar os abusos. "Temos outras denúncias, mas a pressão na cidade está muito grande", disse o deputado.

Amanhã, o presidente da comissão vai encaminhar cópias das notas taquigráficas da última reunião na Assembleia à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, que investiga a exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes, e para as corregedorias das polícias Civil e Militar. Todas as atividades da comissão serão acompanhadas pelos representantes do Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente, Túlio Barbosa, e da Secretaria Adjunta de Direitos Humanos, Márcia Martini.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

A exploração sexual de menores em Minas expõe duas faces da nossa mazelã geral. Uma é a miséria, que leva crianças e adolescentes às beiras de beira de estrada, onde se tornam presas fáceis de mentes doentias e inescrupulosas. A outra, a sensação de impunidade de quem se sente dono do poder nas comunidades. É difícil colocar na cadeia quem abusa dos jovens. Nem mesmo uma comissão mista do Congresso, que investiga a prostituição infantil no País, consegue agilidade. As muitas brechas na lei facilitam a fuga dos que deveriam responder por atos tão hediondos. É por isso que, não raramente, as denúncias trazem, entre os acusados, quem deveria zelar pela segurança e melhor qualidade de vida de crianças e adolescentes.



O prefeito Francisco Luís Magalhães põe culpa na oposição



PROJETO LEGALIZA TRABALHO DE VIGIA

Gerardo Donizeti recebe para tomar conta de casas da rua Desembargador Assis Rocha, no Belvedere

PÁGINA 23



Fita de vídeo reforça denúncia da existência de rede de exploração sexual de crianças e adolescentes em Pompéu. Comissão da Assembléia busca identificação de envolvidos

Gravação comprometedora



Os deputados Maria do Rosário, federal, e Durval Ângelo, estadual, ouvem o depoimento da ex-secretária de Assistência Social Helyzabeth Campos, que denuncia o aliciamento de menores

FERNANDA ODILLA
De Pompéu

Fitas de vídeo, distribuídas por um anônimo na madrugada de ontem em Pompéu, a 180 quilômetros de BH, reforçam as denúncias de existência de um esquema de exploração sexual de crianças e adolescentes na região central do Estado, de acordo com deputados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia. Pelo menos oito cópias da fita foram atiradas em quintais de casas da cidade e, segundo os parlamentares, as imagens, gravadas de longe, mostram seis homens bebendo e acariciando menores. Os deputados, que foram ontem ao município ouvir testemunhas, também receberam uma cópia.

O prefeito Francisco Cordeiro Guimarães (PDT) e o presidente da Câmara, Experidião Isidoro Porto, acusados de se beneficiarem da rede de exploração sexual, de acordo com denúncias, podem ser convocados a depor na CPI do Congresso. "Se não comparecerem espontaneamente, vou convocá-los para prestar esclarecimentos", anunciou a relatora da CPI, deputada federal Maria do Rosário Nunes (PT-RS). Ela também esteve em Pompéu e acompanhou os depoimentos das testemunhas, que reforçaram as denúncias feitas na semana passada na Assembléia.

Na fita, gravada em novembro do ano passado, de acordo com o presidente da Comissão, deputado Durval Ângelo, um homem aparece pegando meninas nas ruas de Pompéu, acariciando-as no carro e as levando para um sítio. As imagens mostram ainda uma festa na propriedade rural,

com a presença de outros adultos. "Eles foram filmados bebendo com as menores", conta o deputado, acrescentando ter fornecido cópias da fita ao Ministério Público e à Polícia Civil.

Depois de ouvir as testemunhas, a deputada Maria do Rosário disse não ter dúvida de que "aliciadores e autoridades se beneficiam do esquema na região". "Estou convicta de que se trata de uma rede de exploração sexual, que não só atrai pessoas de outras cidades como leva as meninas para municípios vizinhos. Caso fique provado o envolvimento do prefeito, ele não só deve ser afastado do cargo como processado", acrescenta.

AMEAÇAS Os cinco menores, quatro garotas e um aliciador, que denunciaram o esquema em Pompéu estão em Belo Horizonte sob proteção policial. A professora Regina Cordeiro e a ex-secretária de Assistência Social Helyzabeth Campos afirmam que já foram ameaçadas e estão orientadas a mudar os hábitos. "Todos estão muito assustados", afirma Durval Ângelo.

E há motivos de sobra para quem denunciou o esquema se preocupar. Talita Assunção, de 14 anos, foi assediada no ano passado porque se desentendeu com dois homens durante um programa. "Estamos investigando se ela estava ligada a esta rede", diz o delegado Lindon Batista, de Bom Despacho que assumiu o caso na semana passada.

Os acusados, alegando outros compromissos, não compareceram à audiência de ontem, em Pompéu.

LEVE PARA CASA O TIME QUE FAZ SEU CORAÇÃO BATER MAIS FORTE.

Jornal ESTADO DE MINAS + R\$ 7,90 = PÔSTER CAMPEONATO MINEIRO 2004 + FLÂMULA DO TIME DO SEU CORAÇÃO GRÁTIS!

Passo em uma banca e comprei logo e seu.

ESTADO DE MINAS

CYAN MAGENTA AMARELO PRETO



EXPLORAÇÃO SEXUAL

Moradores de Pompéu acompanham as investigações de perto e confirmam que houve distribuição de presentes para algumas garotas, o que complica situação dos acusados

Denúncia mexe com cidade

Os moradores de Pompéu, cidade que tem cerca de 30 mil habitantes, pararam na manhã de ontem para acompanhar os depoimentos que confirmam a existência há pelo menos três anos, de uma rede de prostituição na região central do Estado. Mais de 300 pessoas lotaram a Praça da Matriz e se espremeram no salão paroquial, onde deputados, policiais e promotores ouviram as testemunhas.

"Cidade pequena é assim. Não há quase nada para fazer e, por isso, qualquer coisa vira evento", diz a estudante Giselaire Pereira, de 20 anos. No meio da multidão, a grande maioria dos moradores de Pompéu confirma que pessoas importantes da cidade gostam de se exibir ao lado de menores e distribuir celulares e bicicletas a garotas de programa.

Mas o futuro dos denunciados está longe de ser consenso em Pompéu. O funcionário público Glauciano Geraldo, de 21, acha que todos vão ficar impunes. Já Giselaire Pereira avalia que as denúncias demoram para vir à tona. "Dessa ninguém vai escapar. Pelo que estão falando, há provas concretas contra os acusados e aqui todo mundo sabe dos gostos deles", completa.

Enquanto não se prova a culpa dos acusados, as mães de Pompéu estão desesperadas. Muitas tentam arrancar das filhas se elas sabem detalhes da rede de exploração sexual, que envolve cerca de 100 mulheres e mais de 800 clientes.

"Distribuição de celulares e bicicletas era todo dia. Como não desconfiar quando a filha chega em casa com dinheiro ou roupas novas? Rezo para que minhas meninas não tenham se envolvido nisso", diz uma mulher, de 44, mãe de duas adolescentes de 14 e 16 anos. "Eu aperta a minha filha todo dia, até a proibi de sair, mas não adiantou. Lá sempre para a noite", reclama um pai que prestou depoimento na manhã de ontem.

INVESTIGAÇÕES A Polícia Civil, o Ministério Público e a Comissão de Direitos

Humanos da Assembleia investigam juntos as denúncias. Será pedida uma pericia da fita, que mostra homens mais velhos se divertindo numa festa numa propriedade rural de Pompéu com adolescentes. Os depoimentos de parentes e amigos das garotas que denunciaram o esquema de exploração sexual, coletados ontem pelos deputados estaduais, deverão ser repetidos ainda nesta semana, aos policiais civis que investigam o caso.

O deputado Durval Ângelo espera se encontrar, na próxima semana, com mais garotas que admitem participar do esquema. Ele quer ouvir pelo menos quatro adolescentes em Belo Horizonte. "Elas estão amedrontadas e, por isso, quero levá-las em segurança para a capital", justifica o parlamentar, que pretende também pedir à CPI da Prostituição, em tramitação no Congresso, um requerimento para a quebra de sigilo bancário e telefônico das autoridades públicas de Pompéu denunciadas nos últimos dias.

CAMPANHA

Uma equipe do Sesi/Senat, entidade do setor de transporte, distribuiu panfletos contra a prostituição infantil e recolheu 380 assinaturas de motoristas, na manhã de ontem na MG-050, em Divinópolis, no Centro-Oeste mineiro, para um manifesto que será entregue, dia 18, ao presidente Lula. Início Lulu da Silva. A campanha para o fim do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes tem âmbito nacional e deve durar com iniciativas diferentes, até 10 de maio.

MARCELO SANTANA



A Praça da Matriz fica lotada, durante os depoimentos das testemunhas no salão paroquial, e os moradores de Pompéu levantam mais suspeitas e discutem o futuro dos supostos envolvidos no esquema

Comerciante acusado de pedofilia

LOURNAL WERNICK

Um comerciante de 67 anos foi preso em flagrante, acusado de pedofilia, em São João Evangelista, no Vale do Rio Doce, a 277 quilômetros de Belo Horizonte. José Neuber Cleuber de Turmalina estaria com uma menina de 9 anos quando foi preso. Levada à delegacia, a menor teria confirmado que estava praticando atos de conotação sexual

com o acusado, e que aquela não fora a primeira vez. "Ela disse que já tinha ficado com ele umas dez vezes", informou o delegado Mário Edson, que está presidindo o inquérito.

O comerciante negou que estivesse abusando da criança e disse que a polícia não tinha provas sobre a acusação. "Mas o depoimento da menina foi bem claro. Temos informações de que há anos ele vem fazendo

isso. Agora foi pego", afirmou o delegado.

Além do depoimento da suposta vítima, a polícia tem os testemunhos de pessoas que sustentam ter visto o comerciante sair de um parque de diversões com a menina. Segundo o delegado, José Neuber se aproximava das crianças usando um macaco de estimação, que sempre carregava às costas. Ensinado, o animal atraía o in-

teresse das crianças e facilitava o contato de José Neuber.

DOAÇÕES Além disso, prossiguiu o delegado, para não levantar suspeitas o comerciante costumava arrematar o que sobrava das feiras livres da cidade e levava para distribuir nos bairros pobres. "Era a forma com que ele se aproximava das famílias. Ele nega as acusações. Diz apenas que é caridoso com as pessoas carentes", afirmou o delegado.

José Neuber está preso na Delegacia de São João Evangelista e não tem direito a fiança. "Ele foi detido por atentado violento ao pudor. Esperamos terminar o inquérito já no início da próxima semana", explicou Mário Edson. Até agora, segundo ele, dez mães de crianças já se apresentaram à delegacia denunciando o comerciante por abusar sexualmente de crianças.

“
Temos informações de que há anos ele vem fazendo isso. Agora foi pego

”

■ Delegado Mário Edson, que preside o inquérito



DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Inez Alves Pinto vai a um posto de saúde, em Belo Horizonte, buscar o remédio contra hipertensão receitado pelo médico. PÁGINA 22

JAIR AMARAL

JAIR AMARAL



A adolescente, do Vale do Jequitinhonha, conta que sofreu o primeiro ataque na própria família e, ao tentar fugir do trauma, conheceu as estradas e outros tipos de agressores

Governo federal lança pacto contra exploração de crianças e adolescentes

TACYANA ARCE

Um mutirão contra a prostituição infanto-juvenil começa hoje. Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A força-tarefa envolve o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que assina, com governadores e representantes da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga esse tipo de crime, um pacto de combate à violência sexual. O presidente recebe, ainda, da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) um manifesto com assinaturas de empresários e de 30 mil caminhoneiros. No Brasil, de maio de 2003 a maio de 2004, foram registradas 6 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Levantamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF), publicado pelo ESTADO DE MINAS, no dia 2 deste mês, revela que as rodovias brasileiras favorecem a exploração de crianças e concentram 553 pontos de prostituição, sendo 13,3% em Minas, estado campeão nesse tipo de ocorrência. E a rede de exploração que o País quer combater é exemplificada na história de Adriana, nome fictício para proteção da adolescente. Analfabeta, nascida numa cidade da divisa com a Bahia, no Vale do Jequitinhonha, a garota acha que tem 15 anos, embora o corpo franzino não aparente mais de 12. Filha única de mãe doente mental e pai desconhecido, passou a infância correndo das investidas de primos e tios. Antes de completar 10 anos, achou que se aceitasse o assédio uma vez teria paz. A primeira experiência sexual foi com dois primos. "Meu tio, então, passou a querer também. Disse que pagava. Em casa não tinha comida, eu queria comprar roupa e não tinha dinheiro. Aceitei, mas nunca gostei. Não há coisa pior no mundo", conta.

“ Em casa não tinha comida, eu queria comprar roupa e não tinha dinheiro. Aceitei, mas nunca gostei. Não há coisa pior no mundo ”

”

Adriana (nome fictício), adolescente vítima de abuso sexual

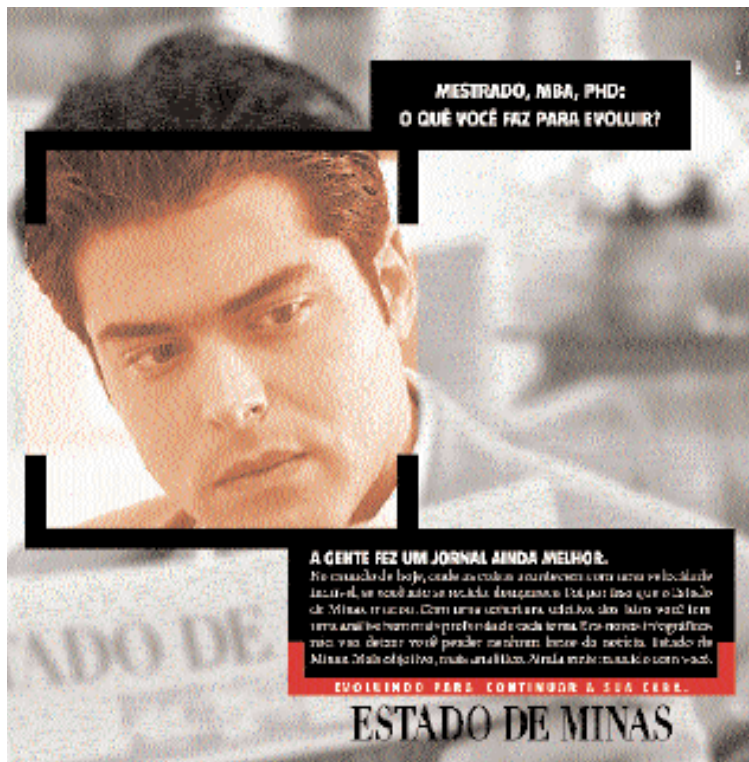
e assim por diante”, diz o inspetor Junie Pena, de Pouso Alegre, Sul do Estado, que fez o levantamento.

Em Belo Horizonte, a Adriana encontrou abrigo entre os travestis que atuam no Anel Rodoviário. Desistiu da prostituição, quando um homem a obrigou a ter relações sexuais sob a mira de um revólver. “Quando ele me deixou, corri para o primeiro orelhão e liguei para o 190, chorando e dizendo que não queria mais essa vida. Os policiais me levaram para o Conselho Tutelar. Na casa que eu moro hoje sou bem tratada, até engordei. Mas me viciiei em crack e ainda sinto falta, mas não quero mais fazer programa”, afirma. Ela está numa das casas do Circo de Todo Mundo, onde recebe apoio.

Casos como esse serão apresentados hoje pela Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), que preparou o dossiê “Araceli nunca mais – 30 anos de impunidade no Brasil”, com relato de 14 crimes sexuais impunes contra crianças, incluindo o de Araceli, estuprada e morta em 1973, em Vitória (ES). O documento propõe três linhas de ações: mudança da legislação, aperfeiçoamento do sistema judicial, com a criação de varas especializadas em crimes contra menores, e qualificação do sistema policial. “Uma criança de 10 anos que é explorada não pode ser interrogada como um adulto. É preciso saber lidar com ela para apurar os crimes”, explica o presidente da Anced, Renato Roseno.

LEIA MAIS SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL PÁGINA 20

Guerra ao abuso sexual



PRETO AMARELO MAGENTA CYAN

ky m y c

ABUSO SEXUAL

Organização Internacional do Trabalho pretende investir na geração de fontes de renda para crianças e adolescentes que se expõem em busca de dinheiro e comida

Investimento na família

O combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em Minas vai ganhar reforço da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A entidade lançará, em Belo Horizonte, o Programa Integrado para o Combate ao Tráfico para Fins de Exploração Sexual no Brasil, em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos. O objetivo é identificar o número de meninas da capital envolvidas com a prostituição, qualificar a rede de atendimento à criança, para que os técnicos saibam como lidar com os casos de abuso, e garantir uma fonte de renda para as garotas e suas famílias, de modo que elas se sintam estimuladas a abandonar a atividade. A OIT define, até a próxima semana, quem será o parceiro na execução do programa, previsto para iniciar em julho.

Belo Horizonte terá a companhia de Pacaraima (RR), Rio Branco (AC), Feira de Santana (BA), Campina Grande (PB), Manaus (AM) e Corumbá (MT) no programa da OIT. "Não são as cidades com maior número de casos. São os municípios mais estratégicos para o combate da exploração sexual no País. Pacaraima e Rio Branco são cidades fronteiriças, pontos do tráfico de meninas. Feira de Santana e Campina Grande são grandes entroncamentos rodoviários, que ligam as

diferentes regiões do País.

Belo Horizonte foi escolhida porque numa atuação anterior da OIT contra o trabalho infantil doméstico a pesquisa identificou forte correlação entre esse tipo de trabalho e a prostituição. "Como não é possível fiscalizar a atuação dentro de lares, elas ficam completamente desprotegidas. Muitas são abusadas sexualmente pelos patrões ou jovens da casa e entram para a prostituição por esse caminho", explica o perito da OIT Federico Marcon.

A aposta é no fortalecimento das famílias. "Não há pai ou mãe que goste de submeter a filha à prostituição. Isso acontece por necessidade. Por isso, não basta garantir o atendi-

mento psicológico ou o retorno à escola, se no final das contas a menina voltar para a atividade", explica. "Não vamos montar uma rede de atendimento especial para as vítimas da exploração. Vamos capacitar os serviços que já existem para lidar com essas meninas e trazer parceiros novos. Historicamente, apenas os setores ligados à saúde e direitos das crianças se envolveram com o combate à exploração. A novidade é que estamos envolvendo o Senac e Senai, para fazer a capacitação e inserção profissional delas, e os bancos de crédito popular, para que elas e suas famílias possam ter como gerar a própria renda", completa. (TA)

ANÁLISE DA NOTÍCIA

A criação de varas especiais e a preparação de policiais para lidar com as crianças vítimas de agressões sexuais são um bom começo para o País varrer essa chaga do seu mapa. É, mais importante, criar alternativas de renda para as famílias que foram empurradas para a estrada da prostituição, como anuncia a OIT. O trabalho feito pela Polícia Federal, que revela a rede de exploração instalada nas rodovias, é mais do que suficiente para o governo tomar medidas definitivas. Mas é imperativo também que a Justiça puna pessoas que se consideram intocáveis, denunciadas e processadas por esse tipo de crime.

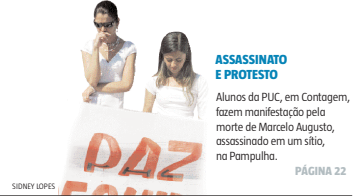


Abaixo-assinado condenando o abuso, colhido entre vários caminhoneiros, reforça ação do governo

**SUA MÃO VAI FICAR SUADA,
SEU CORAÇÃO VAI BATER MAIS
FORTE E O MAIS IMPRESSIONANTE:
VOCÊ NÃO É O ASSASSINO.**

SEUS OLHOS

Seus Olhos é a nova novela de SBT. Uma história envolvente cheia de traços, cores, sensações, paixões, ação e fortes emoções. Sua família inteira não vai desgrudar da TV. Não perca. De segunda a sábado, às 20h30. Estreia dia 18.



Exploração sexual

Denúncias crescem 400%



BETO NOVAES

Campanhas estimulam testemunhas e vítimas a relatarem ataques contra crianças e adolescentes

FERNANDA ODILLA e TELMA GOMES

Para cada parto, um aborto. De 1999 a 2003, foram registrados 219 mil abortos e 210 mil partos em mulheres de 10 a 19 anos, no País. Boa parte desses atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) é consequência de abuso, exploração e maus-tratos a crianças e adolescentes, muitas vezes dentro de casa. Diante da violência aparentemente sem controle, a identidade dos agressores começa ser revelada pela coragem das vítimas, que ousam quebrar o silêncio.

O número de denúncias, em Minas, aumentou 400%, comparando período de janeiro a maio do ano passado, registrou 7,1 mil casos de violência sexual e física em menores de 19 anos em seu Disque Direitos Humanos.

A quebra do pacto de silêncio que encobria a grande maioria dos casos de abuso ou exploração sexual de crianças e adolescente mineiros, proporcionado pela primeira fase da campanha do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, resultou no aumento das denúncias rece-

bidas pelo Disque Direitos Humanos 0800-31 1119. "Os números são fruto da conscientização das pessoas, que, por sua vez, é o caminho mais eficiente para criar uma rede de proteção em torno dos menores, as vítimas deste tipo de crime", destaca o subsecretário João Batista de Oliveira.

Ontem, teve início a segunda fase da campanha, marcada pela parceria firmada com a Secretaria de Estado da Educação, para tornar os professores das 3,9 mil escolas estaduais em pessoas capazes de perceber se algum de seus alunos está sendo alvo de abuso ou exploração sexual. Distribuição de cartazes e panfletos marcou a nova etapa, reforçada pela abordagem feita por funcionários públicos e voluntários a veículos nos postos da Polícia Rodoviária Federal, em 18 cidades mineiras.

"A primeira fase da campanha, em junho, foi voltada para a abordagem de caminhoneiros, orientando-os sobre as punições a que os clientes de prostitutas menores de 18 anos estão sujeitos. A etapa foi fundamental para derrubar o estigma de que são os caminhoneiros os principais incentivadores ou contratadores de jovens para práticas sexuais. Constatamos que é grande o número de profissionais desta categoria que viajam na companhia de suas mulheres e filhos", explica Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior, superintendente de Direitos Humanos.

LEIA MAIS SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL
PÁGINA 20

Ou Você Escolhe o Cliente; Ou jamais o Cliente escolherá você!!!
O Melhor Preço de Minas de MG
SUPER \$ MARCA \$
 BRINDES, EMBALAGENS E IMPRESSOS
 E-mail: guiasupermercados@ig.com.br
 (33) 3278-8774 - 9957-6582

No dia da campanha, flagrante de abordagem de adolescente na BR-381, perto de Itatuiçu, cena comum nas estradas mineiras



MELHOR PRA VENDER
 (31) 3228 1661



MATÉRIA DE CAPA

Esforço do governo, Congresso, polícia e escolas abre espaço para que casos de exploração sexual de crianças e adolescentes sejam investigados em todo o País

Parceria contra impunidade

A parceria entre as secretarias estaduais de Educação e a de Desenvolvimento Social e Esportes...

O promotor da Infância e Juventude da capital, Márcio Rogério Oliveira, revelou que está otimista com relação à iniciativa de reverter o quadro de abuso de menores em Minas.

Márcio Rogério Oliveira ressaltou a importância do oferecimento de mecanismos, como o Disque Direitos Humanos...

Para a subsecretária de Desenvolvimento da Educação em Minas, Maria Eliana Novais, a ideia da ação integrada visa a envolver não somente crianças, adolescentes e professores...

Apenas nove municípios mineiros são amparados pelo programa do governo federal...

de crianças e adolescentes em situação de risco. Não é o caso de São Francisco, de 51,5 mil habitantes...

Mais de 40 garotas de programa, a maioria menor de 18 anos, foram relacionadas nas denúncias...

PENA MÁXIMA Além da inexistência de programas para atender as vítimas de maus-tratos e violência sexual...

Com esse mesmo raciocínio, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso pretende sugerir...



Distribuição de panfletos, no posto da Polícia Rodoviária Federal da BR-381, na saída para Vitória, reforça a campanha contra o abuso sexual

Consciência na escola

O pai engravidou a filha e é preso, depois de denunciado. Duas adolescentes, embrenhadas no mundo da prostituição...

A iniciativa mobilizou 3,9 mil escolas em todo o Estado. "Deixamos a escola livre para escolher a melhor forma de trabalhar o tema..."

Francisco Brant, que já identificou alunos vítimas de maus-tratos...

As ações ultrapassaram as salas de aula e chegaram à rodovias...



Alunos da E.E. Francisco Brant, no bairro Caiçara, em BH, encenam situação de agressão a menores

sendo discutido em sala de aula e que sirva de alerta para professores...

Francisco Brant, que já identificou alunos vítimas de maus-tratos...

à exploração de jovens, aos ocupantes dos veículos que passaram pelo local...

NÚMEROS DO ABUSO

82

é a média mensal de denúncias de todo tipo de violação a crianças e adolescentes registrada pelo Subsecretário Estadual de Direitos Humanos

166

crianças foram vítimas de negligência e abandono nos primeiros oito meses deste ano...

Fonte: Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes e Secretaria Nacional de Direitos Humanos

LEILÃO PÚBLICO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERÁIS - DER/MG AVISO DE REVOGAÇÃO

ADVOCACIA EM BRASÍLIA TST - STF - STJ - TRF e Varas da Justiça do Trabalho Marcelo Pimentel & Luderitz de Medeiros Advogados e Consultores S/C

ASSOCIAÇÃO BENEVOLENTE DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLEGIAL... A SAMARCO MINERAÇÃO S.A., por determinação do Conselho Estadual de Políticas Ambientais

EDUCAÇÃO

Segurança nas bibliotecas

Até o final do ano, todos os livros das bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) estarão protegidos contra furtos...

distraidamente com o livro, ou até mesmo escondê-lo nas rotinas da Escola de Música.

De acordo com Anália, o custo do sistema de segurança gira em torno de R\$ 800 mil. "Contratamos uma empresa que faz todo o trabalho. Se fôssemos colocar os funcionários da universidade para instalar os aparelhos...

A SAMARCO MINERAÇÃO S.A., por determinação do Conselho Estadual de Políticas Ambientais

O dispositivo já existe nas bibliotecas do campus Saúde e na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Facich) e foi instalado no Instituto de Geociências (IGC)...

em 2002, 120 foram extraviados. O inventário referente a 2003 ainda não foi concluído.

GERAIS



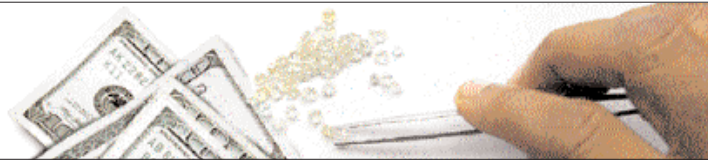
JACARÉ PODE SAIR DA PAMPULHA

Flagrado ontem na orla da Lagoa, Jacaré é um dos animais que serão removidos pelo Ibama

PÁGINA 25



DIAMANTES DA ILEGALIDADE



63 PESSOAS FORAM PRESAS EM TODO O PAÍS DURANTE A OPERAÇÃO FAROL DA COLINA, COMANDADA PELA POLÍCIA FEDERAL. NOVE DELAS SÃO DE GOVERNADOR VALADARES, CIDADE DO VALE DO RIO DOCE, QUE SE TRANSFORMOU NUM DOS MAIORES CENTROS DE OPERAÇÕES CLANDESTINAS DE DOLEIROS

20% DOS DOCUMENTOS APREENDIDOS COM OS MINEIROS JÁ FORAM ANALISADOS PELA POLÍCIA FEDERAL. ELES DEMONSTRAM QUE O CONTRABANDO DE PEDRAS DE MINAS E RONDÔNIA É UMA DAS FORMAS PREDILETAS DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS PARA LAVAR DINHEIRO

MOEDA DO CRIME

GRAVAÇÕES REVELAM QUE DOLEIROS USAM PEDRAS PARA ACOBERTAR PROSTITUIÇÃO E TRÁFICO

AMAURY RIBEIRO JR., FERNANDA ODILLA, MARIA CLARA PRATES E SANDRA KIEFER
Coromandel, Patos de Minas e Porto Velho (RO)

Extraídos em outros estados, e até mesmo em países africanos, e legais em áreas de pesquisa de Minas Gerais, os diamantes se transformaram em moeda forte de doleiros da região de Governador Valadares, Vale do Rio Doce, para acobertar a corrupção, o tráfico de drogas, a prostituição infantil, o contrabando e a falsificação de documentos. Os detalhes destas operações ilícitas aparecem em telefonemas entre doleiros, interceptados pela Polícia Federal, gravações as quais o ESTADO DE MINAS teve acesso com exclusividade. As escutas foram feitas com a autorização da Justiça Federal, durante a segunda etapa da operação Farol da Colina, que apura transações financeiras por meio das contas CC5, do escândalo do Banestado.

A devassa nos negócios de nove pessoas presas em Governador Valadares, em agosto passado, junto com outras 54 em todo o País, revela ainda uma forte ligação de empresários mineiros com grandes grupos do Rio de Janeiro, especializados em evasão de divisas para o exterior, como o doleiro David Messer. Assustados com o estouro de vários escândalos no Rio, as operações com doleiros foram transferidas para Governador Valadares. Até agora, a PF analisou apenas 20% dos documentos apreendidos com os mineiros, mas eles demonstram que o contrabando de pedras mineiras e também de Rondônia, extraídas ilegalmente da reserva dos índios cinto-larga, é uma das formas prediletas da organização para a lavagem de dinheiro.

De acordo com os federais, as pedras negociadas em Governador Valadares, Nova Era e Teófilo Otoni, regiões de forte tradição mineradora, são "contrabandeadas para mercados da China, Itália, Alemanha, países do Oriente Médio e Estados Unidos, via organizações criminosas que exploram o tráfico de drogas e prostituição infantil". Até agora, a PF mineira já identificou alguns dos envolvidos neste esquema co-

mo dos doleiros Ulisses Alves de Oliveira, dono da Platã Turismo Ltda, Walber João Mansur, da Solar Turismo e também proprietário de um garimpo na Bahia, além do empresário Emílio Cláudio de Alvarenga Frois, dono da Motovel e da ColorGemas, além do policial federal Jorge Luiz Gomes Lemos.

NOTAS FRIAS As interceptações telefônicas em 11 de agosto último, trazem à tona um verdadeiro esquema para esquentar as pedras e facilitar a legalização. Em uma conversa de Walber com um homem identificado apenas como "Diego", ele explica que é possível conseguir notas fiscais frias para regularizar a origem e o destino das gemas e permitir o trânsito de pedras de diversos tamanhos, com peso variando entre 5 a 100 quilos. O doleiro garante que há uma pessoa que tem um bloco de nota fiscais para facilitar as transações dentro do País, para conseguir, em seguida, enviar as pedras ao exterior. Em várias ligações, Walber explica todo o esquema e ainda ironiza: "É o trem mais à toa do mundo". Outra fita revela seu envolvimento no contrabando de um diamante azul, no valor de US\$ 7 milhões.

Em documentos apreendidos, os federais rastrearam também operações do empresário Emílio Frois nos Estados Unidos, para a conta 1865 da empresa Azteca Financial Corporation, que pertence a um doleiro. Em 2002, Frois transferiu US\$ 93,5 mil em três diferentes operações, por meio de sua conta no Bank of America, de São Francisco, na Califórnia. Além disso, sua empresa ColorGemas fez pelo menos uma transação pela conta Beacon Hills (Farol da Colina), na subconta London, no valor de US\$ 19,6 mil. As operações ilícitas nestas contas foram descobertas a partir do escândalo do Banestado, responsável pela evasão de divisas do Brasil, da ordem de US\$ 2,4 bilhões, entre 1997 e 2002.



Conversa comprometidora de Walber Mansur foi interceptada pela PF



Emílio Frois (d) fez pelo menos três operações suspeitas nos EUA

Diálogo entre o doleiro Walber João Mansur e o policial civil aposentado Paulo Orlando de Matos, o Paulo Maloca, para a venda de um diamante azul

WALBER: Oi, Paulinho!
PAULINHO: É.

WALBER: É Walber. Espera aí só um minutinho. Espera aí... Espera aí...
PAULINHO: Oi?

WALBER: Eu tava falando com o Baldim. Eu tenho... se tiver coisa boa. Não é questão de ser boa, né? De maior valor, de volume né? Eu consigo um preço fantástico. Assim é ..., mas o cata tem que vir de lá, né? Então esses negócio de cinco mil dólares, dez milhões de dólares, ele não vem não.

PAULINHO: Não, o negócio eu vou logo te falando quanto que é a pedida.

WALBER: Ahn, ram!
Paulinho: Sete milhões de dólares.

Paulinho: É daqui de Minas mesmo a mercadoria. Você tá entendendo? Porque o pessoal tava com aquela incidência de pedra lá em Rondônia, né? Essa é daqui. De perto de Diamantina. Ela saiu de Três Marias.

CYAN MAGENTA AMARELO PRETO

OUTRAS HISTÓRIAS...

TODA PEDRA SE PARECE COM O DIAMANTE, MAS O DIAMANTE NÃO SE PARECE COM PEDRA NENHUMA

ZÉ MARIA, O BOROCA, garimpeiro, de 51 anos

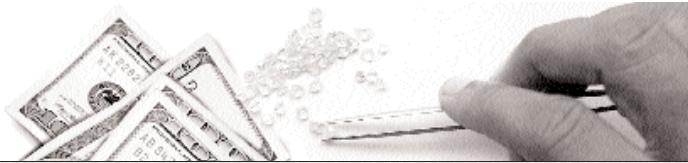


O brilho do diamante

O amazonense José Maria não perde uma oportunidade de filosofar. Para comprovar sua teoria de que toda pedra se parece com o diamante apesar do diamante não se parecer com pedra alguma, ele exhibe uma minúscula preciosidade. Com apenas dez pontos (pouco maior do que a cabeça de um alfinete), ele a encontrou misturada entre centenas de pedras roliças do leito do rio Abaeté, no Alto Paranaíba. Esse era o resultado dos últimos 15 dias de trabalho da balsa por ele pilotada. As dez horas de trabalho diário iriam render uma nota de R\$ 50.



DIAMANTES DA ILEGALIDADE



40 MIL DÓLARES É O VALOR DE UMA ÚNICA TRANSAÇÃO REALIZADA ENTRE O EMPRESÁRIO EMÍLIO FROIS, DONO DA COLORGEMAS, COM ALEMÃES QUE FORAM ATRAIÍDOS PARA O BRASIL PARA A COMPRA DE PEDRAS PRECIOSAS, DURANTE O CARNAVAL TEMPORÃO DE GOVERNADOR VALADARES

30 MILHÕES DE DÓLARES, DESVIADOS PELA MÁFIA DOS FISCALS DO RIO DE JANEIRO, DEIXARAM O PAÍS POR INTERMÉDIO DO DOLEIRO DAVID MESSER, ACUSADO DE TER LIGAÇÕES COM OS MINEIROS. DESDE O ESCÂNDALO, ELES PASSARAM A SER A OPÇÃO PARA O ENVIO ILEGAL DE VALORES AO EXTERIOR

Transação inclui garota de 16 anos

ALEMÃES, EM VISITA A MINAS GERAIS PARA NEGOCIAR PEDRAS, RECEBEM UMA ADOLESCENTE PARA DIVERSÃO

Relatório preliminar da Polícia Federal — que faz devassa nos negócios dos doleiros que lavam o dinheiro dos diamantes em Governador Valadares — evidencia que a estrutura criminosa desse grupo é capaz de abrigar todos os tipos de organizações. Envolvidos com os doleiros estão falsificadores de passaporte, traficantes e, neste caminho, ainda aparece o incentivo à prostituição infantil. O empresário Emílio Frois foi flagrado em um conversa telefônica com um alemão identificado como Marcus Budil, intermediando um encontro com uma garota de programa de 16 anos, identificada como Kitty. O alemão e amigos, que estavam na cidade para negócios com pedras preciosas, iriam participar do GV Folia, o Carnaval Temporão, e queriam a companhia de uma garota.

No diálogo, interceptado pela PF, o empresário Frois, que negociava pedras com os alemães, incluiu no pacote a garota. De acordo com as investigações, que tem ativa participação do Ministério Público Federal, o empresário pretendia oferecer aos seus parceiros de negócios todo o conforto nos dias em que eles permaneceriam em Governador Valadares. O grupo chegou no dia 24 de abril último e se hospedou na Pousada Jeito de Minas, na rua 32, 93, na charmosa Ilha dos Araújos. Nesse período, ficou evidente também a concretização dos negócios com pedras entre Frois e Marcus, no valor de US\$ 40 mil. O valor foi depositado pelo alemão em uma conta do empresário.

CONTROLE A PF acredita que essa rede de doleiros é controlada por David

9019;JOSE ROBERTO GARCIA;;	MTB BANK	CITIBAN
11658;JOSE ROBERTO GUIMARAES;;	MTB BANK	NATION
089;DEPOLO CORP;;	CHASE NYC	MTB BAI
089;DEPOLO CORP;;	CHASE NYC	MTB BAI
089;DEPOLO CORP;;	CHASE NYC	MTB BAI
1339;JOSE ROBERTO GONZALEZ SANTOS;;	MTB BANK	CHASE N
9619;JOSE ROBERTO GARCIA;;	MTB BANK	CITIBAN
9619;JOSE ROBERTO GARCIA;;	MTB BANK	CITIBAN
089;DEPOLO CORP;;	CHASE NYC	CBC NY
089;DEPOLO CORP;;	CHASE NYC	CBC NY
089;DEPOLO CORP;;	CHASE NYC	CBC NY
089;DEPOLO CORP;;	CHASE NYC	CBC NY
089;DEPOLO CORP;;	CHASE NYC	CBC NY

Extrato do MTB Bank de Nova York revela que o mineiro José Roberto Gonzalez, preso por contrabando de diamantes, operou por meio do doleiro David Messer

Messer responsável pelo envio para a Suíça dos cerca de US\$ 30 milhões desviados dos cofres públicos pela máfia dos fiscais do Rio de Janeiro. O esquema migrou para a região de Governador Valadares, depois da descoberta do golpe no Rio. Segundo dados da CPI do Banestado, esse mesmo doleiro foi responsável por lavar, por meio do MTB Bank, de Nova York, parte dos US\$ 66 milhões de um diamante cor de rosa contrabandeado para a China pelo comprador de pedras Gilmar Campos.

O mesmo canal sujo foi usado pelo ex-presidente da empresa Canadense Black Swan, o italiano Gino Giglio, que usava a conta do doleiro carioca no banco nova-iorquino para trazer para o País investimento captados nas bolsas do exterior. A empresa

canadense usava o esquema para escapar das garras do Fisco. No período de 1997 a 2002, cerca de US\$ 3 milhões de investimentos do italiano entraram no Brasil, sem conhecimento da Receita Federal e do Banco Central. Outro a usar o serviço desse doleiro foi o veterinário José Roberto Gonzalez Santos, que está preso na capital, por contrabando de pedras. Frois e Walber foram procurados pelo ESTADO DE MINAS em seus celulares, que estavam desligados.

LEIA AMANHÃ: GARIMPOS INTERDITADOS

DIÁLOGO ENTRE O EMPRESÁRIO EMÍLIO FROIS E O ALEMÃO MARCUS BUDIL

EMÍLIO: Marcus? Emílio Fróis... Eu tenho uma garota no meu escritório para te apresentar.

MARCUS: Ok... (risos) Você quer trazê-la aqui?

EMÍLIO: Eu acho que sim... Eu vou colocá-la no meu carro e levá-la aí...

MARCUS: Ok... Ela é bonita?

EMÍLIO: Eu acho que é muito... Ela tem 16 anos... É garota bonita.

MARCUS: Ok... Ok... Muito bom!

EMÍLIO: Ela tá começando a vida agora (risos).

MARCUS: Ok... Ok... Nós seremos muito felizes (risos)... Obrigada!



FOTOS JORGE CONTI/O

OUTRAS HISTÓRIAS...

“**TODO DIAMANTE É NEGOCIADO EM DÓLAR**”

JOSÉ EUSTÁQUIO HONORATO, O ZÉ DOURADINHO, garimpeiro, de 56 anos



Prazer no garimpo

José Eustáquio Honorato encontrou seu primeiro diamante aos 7 anos, na beira do rio Dourado, em Coromandel, Alto Paranaíba. Ganhou o apelido de Zé Douradinho e, desde então, nunca mais abandonou o garimpo. “Fiquei um tempo afastado por motivo de doença, mas não sei fazer outra coisa. Com o diamante, criei meus filhos e agora crio os netos”, diz. Satisfeito, ele conta que, graças a uma pedra, comprou uma casa no Centro de Coromandel e, com outras menores, está fazendo a reforma. Para Zé Douradinho, no garimpo não há nada ruim. “Da prazer, dá para sustentar a família e você negocia em dólar”, explica.



Anexo 3

Reportagens de Pequeno Porte

PROSTITUIÇÃO INFANTIL

RELATÓRIO DA ONU MOSTRA QUE ESTADO É UM DOS CAMINHOS NO PAÍS PARA O TRÁFICO DE CRIANÇAS COM FINS SEXUAIS E RECOMENDA 20 AÇÕES PARA PÔR FIM A ESTE TIPO DE CRIME, COMO A DE SE CRIAR MAIS CONSELHOS TUTELARES

Minas na rota da exploração

LUIZ FERNANDO CAMPOS

Minas está entre os estados brasileiros que apresentam, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), rotas de tráfico de crianças e prostituição infantil. Relatório da Comissão de Direitos Humanos da entidade, divulgado ontem, aponta pelo menos 241 delas no País. A conclusão é de uma missão que esteve no Brasil em novembro do ano passado para averiguar se há iniciativas de combate a essas redes e mecanismos que garantam o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado há quase 14 anos. No Estado, destaca-se a exploração infantil nas regiões Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, além das cidades do Leste de Minas, onde meninas se prostituem por até R\$ 0,50 ao longo da BR 116, a Rio-Bahia.

A previsão é desanimadora, já que o estudo constatou que, caso a morosidade do Poder Judiciário e a ausência de políticas públicas continue, a redução de casos de prostituição infantil ocorrerá apenas no ano de 3640. O documento termina com 20 recomendações ao governo, que incluem o desmantelamento das rotas de tráfico, muitas ligadas ao crime organizado. Mas a missão se diz otimista com a prioridade dada pelo governo Lula ao combate à exploração sexual de crianças, o que propiciou reuniões do grupo na Secretaria Especial de Direitos Humanos.

TURISMO SEXUAL

A ONU ainda mostra que o turismo sexual é um dos grandes responsáveis pela prostituição infantil, sobretudo ao longo da costa brasileira, em áreas de grande concentração populacional. Con-



FIM DA INOCÊNCIA

Menores fazem "ponto" às margens de rodovias mineiras, principalmente em regiões pobres do Estado

FOTOS MARCELO SANT'ANNA

chuiu que adolescentes, a maioria mulheres, são forçados a se prostituírem de diferentes formas, muitas vezes com o consentimento das famílias. Os crimes virtuais também foram citados no relatório, segundo o qual, entre maio de 2000 a novembro de 2003, 70% das irregularidades em sites brasileiros retratam a pornografia infantil.

A missão, coordenada pelo uruguaio Juan Miguel Petit, visitou as cidades do Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Brasília (DF),

Salvador (BA) e Belém (PA), além de obter informações sobre a situação em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Espírito Santo, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Amazonas e Roraima. Mas, segundo o relatório, é necessário que todos os municípios tenham ao menos um conselho tutelar.

"Depois de quase 14 anos da implementação do ECA, são 3.477 conselhos tutelares representando 5.578 municípios. Neste ritmo, a meta de se ter um conselho

em cada cidade só se concretizará em 2011", prevê.

Ao final do documento, a ONU recomenda também a criação de varas especializadas em crimes de exploração sexual, o que poderá dar mais agilidade ao julgamento dos processos, e a transformação da polícia num órgão defensor dos direitos humanos. Afirma ainda que o Brasil precisa ratificar o protocolo da Convenção de Direitos da Criança sobre vendas, prostituição e pornografia infantis.

Meninas se vendem por menos de R\$ 1

Os casos mais graves de tráfico de crianças, de acordo com o deputado estadual Rogério Correia (PT), que presidiu comissão especial na Assembleia Legislativa contra a prostituição infantil, em 2001, se concentram nas regiões pobres do Estado, como a Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri. "Acaba se tornando um meio de vida para elas, inclusive com o consentimento da família. Em Itaobim, por exemplo, é possível ver meninas se vendendo por R\$ 0,50", destaca. Correia salienta que as redes de exploração sexual já estão disseminadas em Minas, citando as ocorrências no Triângulo Mineiro e Rio Doce, onde as crianças são exploradas às margens da rodovia Rio-Bahia.

Ernestina Ventura, conselheira tutelar de Governador Valadares, a 311 quilômetros de BH, no Rio Doce, explica que muitas adolescentes, entre 13 e 16 anos, chegam de outras cidades para se prostituírem nos postos de gasolina da BR-116. "As famílias são omissas em questões básicas, como educação e saúde, e muitas garotas acreditam que essa é uma maneira correta de sobrevivência", contou.

A promotora da Infância e da Juventude de BH Maria de Lourdes Santa Gema reclama da falta de estrutura do Judiciário para julgar crimes contra crianças e adolescentes. "A infância e a juventude não têm a prioridade que a Constituição Federal e o Estatuto estabelecem", disse.

EXTORSÃO

Justiça condena ex-secretário de Segurança

O advogado, ex-delegado e ex-secretário de Segurança Pública de Minas Ignácio Gabriel Prata Neto, de 73 anos, foi condenado a seis anos e quatro meses de cadeia por extorsão e estelionato, a serem cumpridos em regime semi-aberto. Além dele, foram condenados o industrial Antônio Mourão Braga, de 64, e os detetives da Polícia Civil Geraldo Ferreira do Nascimento, de 49, Ricardo Ferrari Coleta, de 46, e Rosalino Fernandes, de 53.

O caso começou em 1992, quando, segundo o Ministério Público, Elizabeth Gomes de Matos estava sendo investigada por suspeita de fraude na empresa de Mourão, na qual trabalhava. Em 9 de junho daquele ano, a acusada teve vários bens apreendidos, inclusive a Caravan de placa PK 7560, dos quais o industrial ficou com depositário. Ainda segundo o MP, ele contratou Prata Neto para que lhe prestasse assessoria jurídica e deu a Caravan como pagamento. Em depoimento, Mourão assumiu que ficou com o veículo apenas alguns dias e que o entregou a Prata Neto, junto com sua documentação. O delegado também assumiu que recebeu o veículo como pagamento por que Mourão teria alegado dificuldades financeiras.

AMEAÇAS

Elizabeth, no entanto, disse que sofreu ameaças de morte por parte dos policiais para que assinasse documento de transferência em branco. Ela afirma que os detetives disseram que, se não assinasse o documento, dariam "sumiço" em seu irmão mais novo. O documento foi assinado em 25 de junho de 1992 e ela afirma que os policiais foram até a casa de sua família — em carro particular de Mourão — buscá-la para que assinasse a transferência e fosse a um cartório reconhecer firma.

Os réus tentaram invalidar a denúncia, sustentaram incompetência do juízo e, finalmente, negaram qualquer irregularidade. Prata Neto afirmou, inclusive, que recebeu o veículo com a documentação em ordem. A Justiça não se convenceu com as alegações. Em sua sentença, a juíza cooperadora da 9ª Vara Criminal, que prefere ser mantida no anonimato, afirma que "sabendo do impedimento do veículo, o réu Ignácio, valendo-se da qualidade de ex-delegado, fez com que os acusados Geraldo Ferreira do Nascimento, Rosalino Fernandes e Ricardo Ferrari Coleta ameaçassem Elizabeth, obrigando-a a transferir o automóvel".

A juíza ressalta ainda que Prata Neto sabia da ilegalidade da transação pois havia sido contratado pelo industrial justamente para assessorá-lo no caso e que a defesa não apresentou provas da inocência dos réus. Mourão foi condenado a um ano e quatro meses por apropriação indébita. Já os policiais foram condenados a cinco anos e quatro meses de cadeia cada, todos por extorsão.

INSEGURANÇA

Violência atinge postos de saúde

GISLENE ALENCAR

A falta de segurança nos centros de saúde deixa a comunidade e funcionários à mercê dos criminosos e de pessoas desequilibradas. Ontem, em Belo Horizonte, foram registrados dois exemplos, deixando dezenas de pacientes sem atendimentos e servidores das unidades apreensivos e tensos. Na unidade do bairro João Pinheiro, região Noroeste, uma mulher com problemas mentais usou uma faca para manter uma enfermeira como refém. A situação foi contornada meia hora depois com a intervenção da polícia. No bairro Etelvina

Carneiro, região Norte, o centro de saúde foi arrombado, depredado e teve diversos materiais roubados, entre eles uma televisão, um computador e um aparelho de medir glicose.

As dezenas de pessoas que estavam esperando por atendimento na unidade do João Pinheiro ficaram assustadas. O vigilante Azenilton Francisco dos Anjos, de 34 anos, contou que, por volta das 7h, Sandra da Glória Silva, de 31, chegou e pediu para falar com a gerente. Como não foi atendida, ela colocou a faca no pescoço da enfermeira e a levou para uma sala. "Todo mundo ficou apavorado. A mulher gritava muito com a funcio-

nária e com quem se atrevia a se aproximar", contou.

Guardas municipais foram ao local e pediram o reforço da Polícia Militar. A irmã de Sandra, Rosilene da Glória Silva, de 37, disse que ela está em tratamento psiquiátrico há um ano e sempre vai ao centro de saúde para fazer exames. Sandra queria a presença de um psiquiatra para liberar a refém. Um oficial da PM se passou por médico e conseguiu contornar a situação. A mulher e a enfermeira, cujo nome não foi divulgado, foram levadas para a delegacia para fazer a ocorrência. Em seguida, Sandra foi encaminhada para o Hospital Galva Veloso.



DISTÚRBO

Depois da tentativa de agressão, Sandra é levada para a delegacia

Estudante baleado na escola

Depois de a unidade ser arrombada 30 vezes, a comunidade da Escola Estadual Juscelino Kubitschek, bairro Durval de Barros, na região metropolitana, chegou, ontem, no limite. O estudante Tiago dos Anjos Lima, de 16 anos, foi baleado na mão e no abdômen dentro da sala por um homem que invadiu a escola durante o intervalo do recreio. Por sorte, outros estudantes não foram atingidos, já que havia muitos alunos conversando no local do crime. Tiago foi socorrido no Hospital de Pronto-Socorro João XXIII (HPS), na capital e, até a tarde de ontem, estava no bloco cirúrgico.

Essa é a quarta escola da Grande BH, neste mês, que conviveu de perto com a violência.

Segundo testemunhas, o rapaz invadiu a escola, subiu as escadas, passou pelo corredor e entrou na sala, onde deu os tiros na direção de Tiago. O tumulto foi geral, com alunos apavorados. O autor saiu correndo e fugiu da mesma forma que entrou. "Só vi Tiago nos braços dos colegas, que o trouxeram até aqui na saída. Foi uma cena horrível e providenciamos o socorro imediatamente", contou o vice-diretor Lourivaldo Estácio Monteiro.

MARCUS VINÍCIUS PICORELLI SANTOS
(Missa de 7º dia)

A família do **MARCUS VINÍCIUS PICORELLI SANTOS**, agradece as manifestações de pesar e carinho recebidas por ocasião de seu falecimento e convidam para a Missa de 7º Dia, a ser celebrada **AMANHÃ, SEXTA-FEIRA, 20.02.04, às 18:00 horas**, na Igreja da Boa Vigem.

OBITUÁRIO

Maurílio Machado Brandão Fernandes, 72 anos. Jornalista, foi proprietário do Diário de Minas e trabalhou no Jornal do Brasil e em outros veículos de comunicação do País. Deixa mulher e seis filhos. O sepultamento será hoje, às 9h, no Cemitério Parque da Colina, em Belo Horizonte.

JOSÉ LUIZ CUNHA
MISSA DE 7º DIA

Os irmãos Ana Maria, Antônio Carlos, Maria Luiza, Álvaro César, Maria Francisca, João Bosco e Luis Paulo e seus cunhados e sobrinhos agradecem as manifestações de carinho e pesar recebidas por ocasião de seu falecimento e convidam para a celebração da Missa de 7º Dia, a realizar-se nesta **Quinta-Feira, dia 19, às 20:00 horas**, na Paróquia São José, bairro Calafate, na Praça Inácio Fonseca, esquina de rua Platina, no Bairro Calafate.

JOSÉ LUIZ CUNHA
NOTA DE FALECIMENTO

Diretores e Funcionários do **GRUPO ITAMINAS** comunicam o falecimento do nosso querido Funcionário **JOSÉ LUIZ CUNHA**, e convidam para a Missa de 7º Dia, a realizar-se nesta **Quinta-Feira, dia 19 às 20:00 horas**, na Paróquia São José do Calafate, na Praça Inácio Fonseca, no bairro Calafate.

LEVI GOMES PEREIRA
(Missa de Sétimo Dia)

Ivone Elias Xavier Gomes (in memoriam) e seus filhos, Helder, Evandro, Evaldo e Enéias, irmãos e netos, agradecem as manifestações de pesar recebidas e convidam para a Missa de Sétimo dia, **HOJE, QUINTA - FEIRA, 19/02/04, às 19:00 horas**, na Igreja do Santo Cura Durs, à Rua Turquesa, 692 - Prado.

Prof. JOAQUIM MARCELLO KLEIN TEIXEIRA
(Missa de 30º Dia)

Sua família
Manifesta intensa gratidão à equipe médica e de enfermagem do Hospital Risco, em especial ao médico e cirurgião **Dr. Fernando Drummond Teixeira** pela dedicação e competência profissional demonstradas durante todos os períodos em que se tornou necessário.
Agradece aos pais e amigos pelo carinho, quando do seu falecimento. Convida para a Missa de 30º Dia que será celebrada **HOJE, quinta-feira, 19/02/04, às 18:00h**, na Paróquia de Santíssima Trindade - Praça Tomazinho Guimarães.

ANÚNCIOS FÚNEBRES E RELIGIOSOS

HORÁRIO DE ATENDIMENTO ANÚNCIOS FONADOS:
2ª a 6ª de 08:00 às 20:00 h
Sábados: 08:00 às 16:00 h
Domingos: 14:00 às 18:00 h
Ligue: 3228-1661
OU VÁ A UMA DE NOSSAS LOJAS:
De 2ª a 6ª de 09:00 às 18:00 h
Sábados de 08:00 às 12:00 h

SEMÁFOROS

Em três dias, já chega a seis o número de pessoas detidas após depredar sinais de trânsito em Belo Horizonte. Além do prejuízo, roubos colocam motoristas e pedestres em perigo

Roubo espalha insegurança

EMMANUEL PINHEIRO

GISELE ALENCAR

A prisão de mais um responsável por roubo de semáforos nas ruas e avenidas de Belo Horizonte, ontem, pela Polícia Militar, dá a dimensão de um crime que cresce a cada dia e não apenas representa prejuízo para os cofres públicos, mas também afeta a segurança dos cidadãos. O morador de rua Marcones Jerônimo de Moura, de 28 anos, foi preso na manhã de ontem, depois de arrancar um semáforo no cruzamento das avenidas Antônio Carlos e Américo Vespúcio, na região Nordeste. Outros dois homens conseguiram fugir levando um equipamento. Apenas nos últimos três dias, já chega a seis o número de presos pelo menos motivo.

Quase a metade dos 652 cruzamentos sinalizados com semáforos na capital já foi alvo dos ladrões. A BHTrans estima o prejuízo, desde o final do ano passado, em aproximadamente R\$ 76 mil. Dados da empresa apontam que, desde o início deste mês, 120 sinais para pedestres foram roubados. Duas mil tampas de alumínio afixadas nos postes dos semáforos, em 300 cruzamentos, e 20 tampas dos controladores de sinal foram levados por ladrões desde o final do ano passado.

No último fim de semana, em menos de 24 horas, cinco homens foram presos com semáforos roubados. O destino do material, que é feito de alumínio, são sucatas e ferros-velhos. Marcones contou que iria vender o equipamento que roubou por R\$ 45, para intermediários que ficam na Praça 7, região Central. "Muitas pessoas compram e vendem para outras ci-

dades. Estão até disputando o material", contou. Cada equipamento danificado custa à BHTrans R\$ 350.

INICIANTE Mesmo tendo conhecimento até dos receptores, ele alegou ser a primeira vez que roubava semáforos. "Mas isso está acontecendo desde o ano passado", acusou. Ele explicou que retirar o equipamento não é tarefa fácil. "Tem que subir, bater e puxar. Mesmo assim, é tudo bem rápido", afirmou.

Marcones foi detido depois que um agente da BHTrans o viu com os semáforos, em companhia de dois outros homens, e acionou a polícia. "Iria conseguir fugir numa boa, mas meu companheiro resolveu passar por um lugar movimentado e eu acabei sendo preso", disse.

O aumento desse tipo de crime levou os militares da capital a intensificarem operações em ferros-velhos, principalmente da região Noroeste, para tentar localizar receptores. Na manhã de ontem, vários estabelecimentos foram vistoriados. Não havia denúncia contra nenhum deles em especial.

Em um ferro-velho da rua Itapeperica, o gerente Rui Lunardi, de 52 anos, confirmou que há duas semanas algumas pessoas chegaram ao seu estabelecimento oferecendo semáforos. "Não compramos, porque desconhecemos que era alvo de furto. Além do que, eles estão causando prejuízo enorme para a segurança das pessoas", afirmou. Para o irmão dele, Leonel Lunardi, essas fiscalizações deveriam ser feitas com frequência. "Isso traria benefícios para quem trabalha honestamente e definiria quem são os criminosos", opinou.



Funcionários da BHTrans reparam peça que foi alvo de ladrões. Cada equipamento, vendido por menos de R\$ 50, custa ao município R\$ 350

JOAQUIM JOSÉ MOTA
(16 Anos de Saudade)

Sua Esposa Carmem e os Filhos, Demóstenes, Humberto, Joaquim Antônio, Mirian, Ciro, Geraldo, notas, genro e netos convidam para a missa de 16^o Aniversário do seu falecimento a ser celebrada **HOJE, TERÇA-FEIRA 30/03/2004 às 19:00hs**, na Igreja da Nossa Senhora da Glória, Rua Santa Marta, 200, Sagrada Família. Antecipam agradecimentos.

ANÚNCIOS FÚNEBRES E RELIGIOSOS

HORÁRIO DE ATENDIMENTO ANÚNCIOS FONADOS:
2^a a 6^a de 08:00 às 20:00 h
Sábados: 08:00 às 16:00 h
Domingos: 14:00 às 18:00 h

Ligue: 3228-1661
OU VÁ A UMA DE NOSSAS LOJAS:
De 2^a a 6^a de 09:00 às 18:00 h
Sábados de 09:00 às 12:00 h

ZÉLIA DE CASTRO BUZELIN
(Missa de Setimo Dia)

José Carlos (esposo), José Emilio (filho), Virna (nora) e Laura (neta), comunicam sensibilizados o falecimento da Amada ZÉLIA, e convidam para a **MISSA DE SETIMO DIA, a ser celebrada, AMANHÃ, QUARTA-FEIRA, 31/03/04, ÀS 19:00 HORAS**, na Igreja Nossa Senhora de Lourdes, Rua Bahia, 1596 - Lourdes/BH.

DESEMBARGADOR MOACYR PIMENTA BRANT
Missa da Ressurreição

Yolanda; Roberto, Diana, filhos e netos, Ronaldo, Sílvia e filhos; Maria Célia, Márcio, filhos e neta; Fernando, Leise e filhos; Lucy, Ricardo e filhos; Paulo, Cristiane e filhos; Moacyr, Graça e filhas; Etelvina, Marcelo e filha; Ana; Pedro, Silvana e filho, Mozart, Dora e Geraldo - esposa, filhos, noras, genros, netos, bisnetos e irmãos do inesquecível **MOACYR** agradecem, sensibilizados, as manifestações de carinho recebidas por ocasião de seu falecimento e convidam para a Missa de sua Ressurreição, a realizar-se **HOJE, TERÇA-FEIRA, DIA 30, ÀS 19 HS**, na Capela do Colégio Arnaldo - Rua Ceará esquina c/ Av. Carandá, Funcionários.

DESEMBARGADOR MOACYR PIMENTA BRANT
(Convide para Missa de 7^o Dia)

O Tribunal de Justiça, por seus membros, convida a Magistratura Mineira, representantes do Ministério Público, Advogados, Servidores da Justiça, parentes e amigos do **DESEMBARGADOR MOACYR PIMENTA BRANT**, para a Missa de 7^o Dia, que será celebrada em sua intenção **HOJE, TERÇA-FEIRA, DIA 30, às 19 horas**, na Capela do Colégio Arnaldo, Rua Ceará com Av. Carandá - Funcionários.

PROSTITUIÇÃO INFANTIL

CPI faz reunião em Minas

MARCELO PORTELA

As rodovias brasileiras estão sendo usadas como "corredor de importação" de adolescentes aliadas para a prostituição infantil. O agenciamento de jovens brasileiras para o exterior já é situação conhecida, mas levantamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF) revela que o tráfico também funciona na mão inversa. A PRF constatou casos de adolescentes que são trazidas de outros países, principalmente Venezuela e Bolívia, para se prostituírem no Brasil. E, apesar da distância das fronteiras, Minas Gerais não está livre do problema, já que pelo menos a região do Triângulo Mineiro foi detectada como rota do tráfico de adolescentes, segundo pesquisa da Universidade de Brasília (UnB).

A situação está entre os assuntos debatidos na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) responsável por investigar as redes de exploração sexual infantil no País, que realiza hoje duas audiências públicas na Assem-

bléia Legislativa mineira. Segundo a assessora da presidente da comissão, senadora Patrícia Gomes (PPS-CF), somente nos oito meses de trabalhos, já foram recebidas 800 denúncias de todo o Brasil. A comissão convidou autoridades e representantes da sociedade civil para falar sobre o tema.

Um dos convidados é o inspetor Junnie Penna, chefe da Delegacia da PRF em Pouso Alegre, no Sul de Minas. Ele é o responsável pelo levantamento que detectou a "importação" de menores para a prostituição no Brasil e afirma que a exploração sexual nas estradas de Minas está ligada ao crime organizado, principalmente ao narcotráfico. Segundo o inspetor, a situação mais grave em Minas ocorre nas regiões Norte e Nordeste do Estado, principalmente nas BRs 116 e 251. "Um dos maiores problemas é o aspecto social. A maior incidência é em regiões de pobreza e a dificuldade no combate é que este é um crime de grande volatilidade. A menina que se prostitui

em um lugar hoje, amanhã está em outro", observa.

IMPUNIDADE O deputado estadual Rogério Correia (PT), que presidiu a Comissão Especial da Prostituição Infantil da Assembleia, porém, ressalta que o problema não é exclusivo de áreas pobres. "Nelas, é comum as famílias acharem que a prostituição de crianças é uma forma de subsistência. Em outras regiões, o problema é a ação de agenciadores. As principais causas são sempre a impunidade, a pobreza e a falta de prevenção", completa.

Em seis anos, o Ministério da Justiça já recebeu 2.937 denúncias de exploração sexual infantil, sendo que 1.377 casos (46% do total) foram relatados em Minas, mas há um consenso de que os números estão aquém da realidade. Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros de 2000 revela que, somente nas regiões Norte e Nordeste, havia 5 mil crianças e adolescentes na prostituição.

EM NÚMEROS

VALE DO JEQUITINHONHA E NORTE DE MINAS

74,8% dos meninos são pardos e negros
83,2% não estavam estudando
64,1% deixariam os programas sexuais se tivessem outra atividade remunerada. Os valores dos programas variam de R\$ 3 a R\$ 180

BELO HORIZONTE

45,6% têm o primeiro grau incompleto
0,3% tem o terceiro grau completo
36,8% já fizeram de dois a três abortos
55,1% são brancas
62,8% já usavam bebidas alcoólicas
35,8% já pensaram em suicídio

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedes)

PROSTITUIÇÃO INFANTIL

Comissão de Direitos Humanos da Assembléia recebe denúncias de aliciamento de menores que envolvem o prefeito de Pompéu, empresários, comerciantes e outras autoridades locais

Rede de exploração



FOTOS EULER JUNIOR

Três garotas, com idades de 13 e 14 anos, e rapaz de 17 revelam detalhes do esquema que impressionou deputados. Acusados atribuem acusações a armação política

MARCELO PORTELA
A área no entorno de Pompéu, município a 181 quilômetros de Belo Horizonte, na região Central do Estado, abriga uma rede de prostituição com mais de cem mulheres — a metade delas com menos de 18 anos — e cerca de 900 clientes, entre eles autoridades do Executivo e Legislativo locais. A denúncia foi encaminhada ontem à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa por três meninas que admitiram participavam do esquema, um agência-

do que começou a atuar com 13 anos, uma professora e pela ex-secretária de Assistência Social da cidade, Elyzabeth Campos. Eles também denunciaram omissão do Ministério Público diante do caso.
 Entre os clientes da rede, segundo a denúncia, estariam o prefeito de Pompéu, Francisco Luís Cordeiro Guimarães (PDT), conhecido como "Chico do Soca", o presidente da Câmara e perito da Polícia Civil Espiridião Isidoro Afonso Porto, um ex-secretário de Transportes do município e um comissário de menores, além de empresários, policiais e comerciantes de Pompéu e de cidades vizinhas. As testemunhas afirmam que foram ameaçadas de morte após denunciarem o

esquema e os menores saíram da audiência e foram encaminhados diretamente ao programa de proteção a testemunhas.
POBREZA Segundo as meninas, com idades de 13 e 14 anos, a rede de prostituição, com participação de crianças e adolescentes, já funciona há alguns anos e alicia cada vez mais menores, todas de famílias carentes. A professora Regina Célia dos Santos Maciel Cordeiro conta que só descobriu o funcionamento do esquema porque uma de suas alunas, ouvindo ontem pela comissão, teve um problema de saúde e precisou ser anestesiada para fazer o tratamento. "Ela saiu da anestesia e começou a chorar, pedir

socorro para a mãe e dizer que não queria virar garota de programa", afirmou.
 A jovem, de 13 anos, disse que perdeu a virgindade em um estupro em março passado e confirma que várias de suas amigas estão fazendo programas por valores que variam entre R\$ 50 e R\$ 300, além de comida e telefones celulares. Chorando várias vezes durante o depoimento, a menina contou que também já recebeu convites para manter relações sexuais com adultos por dinheiro, proposta que teria partido inclusive do prefeito, mas nega que tenha aceitado. "Quando o prefeito me chamou para fazer programa, ficava perguntando se eu não ia

falar nada para ninguém. Não fui porque fiquei com nojo".
 Uma de suas colegas, de 14 anos, relatou que, somente em sua sala de aula, há pelo menos sete adolescentes que fazem parte da rede de prostituição. Ela conta que uma amiga chamou para participar dos programas e que ganharia R\$ 50 apenas para se despir para um homem. A jovem também afirmou que não adianta procurar o Juizado da Infância e da Adolescência ou a polícia para denunciar o caso porque "o juizado e a polícia são os mais sem-vergonha". "Uma colega disse que eu tinha uma máquina de dinheiro comigo e arrumou um homem para eu ficar, mas ficou com todo o dinheiro. Não recebi nada", disse.

Ingresso no esquema aos 13

Um dos jovens ouvidos ontem pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia assumiu que até três meses atrás atuava como agenciador para a rede de prostituição que funciona na região de Pompéu, e que várias autoridades da cidade, incluindo prefeito, vereador, secretário municipal, empresários e policiais, o procuravam interessados em seus "serviços". Com apenas 17 anos, o rapaz contou que agência garotas desde os 13 e fala com a desenvoltura de quem conhece a fundo o esquema, que nunca enfrenta crise. "Sempre tem pedido. Cada vez eles pedem a menina de um jeito, para levar em tal lugar", diz, sem nenhum tipo de embaraço.



Jovem se desespera ao revelar o esquema em que se envolveu, fala da participação de colegas e chora

O rapaz conta que "trabalhava" com 12 mulheres e afirma que, no seu caso, só uma de suas "parceiras" tinha menos de 18 anos. Ele conta que tinha ganhava 20% de comissão por garota aliciada para sua lista fixa de 40 clientes, e revela que mais dois agenciadores da cidade — outro rapaz de 17 anos e uma mulher identificada apenas como "Fernanda" — "trabalham" com mais de cem mulheres e têm cerca de 800 clientes em Pompéu e nas cidades vizinhas. "Pelos menos metade dessas meninas é menor", diz.
 Em seu depoimento, repleto de detalhes, o jovem fez a descrição minuciosa de como fun-

ciona o esquema e quem são os principais clientes. Durante a audiência, o rapaz acusou autoridades da cidade de o procurarem interessados em meninas e deu os nomes de quem fazia programas com cada uma delas. "A Maria (nome fictício) tirou R\$ 900 do prefeito em duas semanas", disse, referindo-se a uma jovem de 17 anos. "Teve outra que o prefeito fez programa e não pagou, mas ela ameaçou espe-

rar a mulher dele na porta de casa e ele mandou o dinheiro", acrescenta.
 Duas das jovens ouvidas ontem, além da professora Regina Célia dos Santos Maciel Cordeiro, afirmam que levaram as denúncias para o promotor de Pompéu, Maurício Ohara, mas, segundo Regina, ele, a princípio, não queria nem mesmo ouvir as denúncias. "Ele só mandou chamá-las para depor quando

saimos do fórum em direção à delegacia", afirma Regina. As jovens dizem também que, durante os depoimentos — elas foram ouvidas sozinhas — o promotor falou várias vezes que as acusações eram mentirosas.

ACUSADOS SE DIZEM VÍTIMAS DE ARMAÇÃO

Todos os acusados negaram envolvimento com rede de

“ Em Pompéu, as meninas não fazem programas por sem-vergonhice. São todas de famílias pobres e fazem por necessidade. Na maioria dos casos, os pais sabem, mas não falam nada porque elas levam para casa dinheiro, comida e remédios ”
 ■ Agenciador de 17 anos, que admitiu atuar desde os 13

“ Ficamos chocados com os depoimentos. Vamos encaminhar o caso para a CPI nacional da Prostituição Infantil e para as polícias Civil e Militar. Também estamos pedindo à Procuradoria de Justiça que nomeie outro promotor para cuidar das denúncias ”

“ ■ Deputado Durval Ângelo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia

“ Estou com medo de fazerem comigo o que fizeram com a Talita. Já prenderam um acusado do assassinato, mas ela morreu porque descobriu os grandes do esquema. Ela saiu de casa e não voltou ”

“ ■ Agenciador de 14 anos, referido-se à amiga de 13 morta em outubro

EXPLORAÇÃO SEXUAL

Cinco adolescentes de São Francisco, Norte de Minas, vítimas de rede de prostituição, estão com medo de ser assassinadas. Em Pompéu, delegado inicia apuração de outra denúncia

Garotas fogem de ameaça

LUIZ RIBEIRO E EDUARDO HYBNER

Cinco adolescentes, na faixa de 11 a 16 anos, exploradas sexualmente em São Francisco, cidade de 51 mil habitantes, a 589 quilômetros de Belo Horizonte, Norte do Estado, fugiram para Montes Claros com medo das ameaças de morte que teriam sofrido por parte de pessoas envolvidas no esquema, que é investigado pelo Ministério Público e por uma equipe da Corregedoria de Polícia da capital. Ontem, foram levadas de volta à cidade de origem num carro do Conselho Tutelar do Município.

A promotora de São Francisco, Luciana Kellen Santos Pereira, afirmou que vai ouvir novamente as menores e, se ficar confirmado que correm risco, vai pedir a prisão das pessoas que as ameaçaram. "Neste caso, temos que pedir a prisão preventiva porque estão prejudicando as investigações", disse. Ela anunciou também que pretende pedir a inclusão das adolescentes no programa do governo federal de proteção a testemunhas e vítimas.

Conforme a promotora, o esquema de exploração sexual de jovens na cidade envolve empresários, políticos, profissionais liberais e policiais e tem como vítimas 46 crianças e adolescentes, na faixa de dez a 17 anos, todas de famílias pobres. A carência das meninas aliadas é tanta que o Ministério Público pediu à Secretaria Nacional de Direitos Humanos a inclusão de suas famílias nos programas de transferência de renda do governo, o que seria uma forma de retirá-las da prostituição. Elas cobravam de R\$ 2 a R\$ 10 por programa.

As cinco adolescentes disseram que saíram de São Francisco, domingo, de carona com um caminhoneiro, que as levou até Brasília de Minas. De lá, seguiram de ônibus até Montes Claros, a 150 quilômetros da cidade de origem, onde foram encaminhadas pela Polícia Militar à Casa de Passagem, voltada para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco.

Ontem, antes do retorno a São Francisco, elas prestaram depoimento ao Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Montes Claros e confirmaram as ameaças de morte. "A gente fugiu com medo de morrer", disse uma das adolescentes, de 15 anos. Ela afirmou que a ameaça partiu de um médico de São Francisco. "Disseram que se a gente revelasse alguma coisa iria pagar caro por isso", acrescentou outra menina, de 13.

“
Disseram que se a gente revelasse alguma coisa iria pagar caro por isso

”
■ Garota de 13 anos, da cidade de São Francisco



Caso de exploração sexual relatado por jovens de Pompéu à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa começa a ser investigado pela Polícia Civil

C
e
r
t
a

Delegado ouve acusação

Começam hoje os depoimentos sobre a rede de exploração sexual de adolescentes em Pompéu, a 181 quilômetros de Belo Horizonte, região central do Estado. O delegado regional de Bom Despacho, Lindon Batista Neves, designado pela Corregedoria da Polícia Civil para investigar o caso, vai

ouvir a ex-secretária de Assistência Social do município Helizabeth Campos e a professora Regina Célia dos Santos Maciel Cordeiro, que denunciaram o esquema de prostituição envolvendo políticos, empresários e autoridades. As duas testemunhas vão depor em Bom Despacho, a 163

quilômetros da capital, na região Centro-Oeste. As adolescentes, que foram à Assembléia Legislativa na tarde da última segunda-feira e confirmaram as denúncias de exploração sexual, estão incluídas no programa estadual de proteção a testemunhas e também devem depor nos próximos dias.

As três garotas, com idade entre 13 e 14 anos, disseram aos deputados da Comissão Estadual de Direitos Humanos que eram abordadas por agenciadores para sair com várias pessoas em troca de dinheiro.

Elas apontaram como clientes o prefeito de Pompéu, Francisco Luis Cordeiro

Guimarães (PDT), o presidente da Câmara e perito da Polícia Civil, Expedito Izidoro Afonso Porto, o ex-secretário de Transportes do município Mauro Mesquita e o comissário de menores Edmundo de Castro Pereira, além de empresários, policiais e fazendeiros.

VIOÊNCIA

Crescem crimes em ônibus

GISENE ALENCAR

Assassinatos em coletivos estão se tornando comuns na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nos últimos quatro meses, pelo menos quatro pessoas foram mortas. A última foi no final da noite de terça-feira, quando um homem, aparentemente 30 anos foi, executado a dois tiros dentro do ônibus da

linha 9412 (Taquaril/Padre Eustáquio). O crime aconteceu na esquina da avenida Tereza Cristina com rua Santa Quitéria, no bairro Carlos Prates, região Noroeste da capital.

Testemunhas contaram que um garoto, aparentemente 13 anos, entrou no coletivo com a namorada e pulou a roleta. Em seguida, jogou uma pochete no cobrador e disse "segura isso aí

que os homens estão atrás de mim". Poucos minutos depois, ele pegou a bolsa de volta e pediu ao motorista para abrir a porta. Quando estava descendo, tirou o revólver da pochete e atirou na vítima, que estava sentada. O homem, que ainda conseguiu dizer aos médicos que se chamava Igor, foi socorrido pelo resgate e encaminhado ao Hospital de Pronto-Socor-

ro João XXIII (HPS), onde morreu com ferimentos na cabeça e no ombro. O caso será investigado pela Divisão de Crimes Contra a Vida (DCV).

Desde dezembro, mortes em coletivos foram registradas em Vespasiano, Sabará e Betim. Elas aconteceram em tentativas de assalto ou por acerto de contas entre gangues. Na última sexta-feira, um assalto ao ônibus da li-

inha 1131 (Betim/Cidade Industrial) terminou com troca de tiros entre passageiros e assaltantes. O adolescente Helene Alves da Silva, de 15, que participou do roubo, morreu e outras pessoas ficaram feridas.

Em março, o traficante Emilton Adriano Pereira, de 28, "o Malaco", foi assassinado dentro do ônibus da linha 8802 (Itacolomi/BH) por volta das 9h, em

Sabará. No ônibus, estavam cerca de 50 passageiros, que se assustaram com a ousadia dos três homens. Eles entraram, passaram pela roleta e atiraram em um rapaz sentado no último banco. Em dezembro, um homem morreu e dois foram baleados durante uma confusão em um coletivo, em Vespasiano. De acordo com a polícia, as vítimas tinham envolvimento com crimes.

Segundo o presidente do Instituto Geovanni Falcone, Walter Maierozitch, que se dedica ao estudo da criminalidade organizada, os assassinatos em ônibus são exemplos da ousadia de criminosos.

EXPLORAÇÃO SEXUAL

Detetive particular confirma ser o autor das gravações que comprometem o prefeito de Pompéu e diz ter sido contratado pela mulher do político. Ela acreditava estar sendo traída

Esposa encomendou fita

FERNANDA ODILLA

As imagens de uma festa num sítio de Pompéu, a 180 quilômetros de Belo Horizonte, com pelo menos dez menores e seis homens da cidade, regada a álcool e drogas, foram feitas pela equipe do detetive particular Davidson César Santos em outubro do ano passado. Ele revelou ontem, na Assembleia Legislativa, que foi contratado por Maria Edite, mulher do prefeito do município, Francisco Guimarães (PDT), para investigar a vida sexual do político. "Ela me procurou e pediu que acompanhasse o prefeito, porque suspeitava de adultério. No mesmo dia traçou o perfil do prefeito: um homem insaciável com predileção sexual por adolescentes", afirma Davidson, que faz questão de mostrar o relatório de sua investigação e dizer que "existem outras imagens comprometedoras guardadas para o momento oportuno". Hoje, o detetive será ouvido pelo Ministério Público.

Maria Edite, secretária de Educação de Pompéu, e o prefeito Francisco Guimarães não foram localizados para comentar a origem das imagens que reforçam as denúncias da existência de uma rede de exploração sexual de adolescentes no município. De acordo com o detetive particular, a gravação mostra o carro usado pelo prefeito pegando quatro garotas — duas menores e duas maiores — numa casa na periferia da cidade e cenas da festa num sítio que, até janeiro deste ano, estava alugado em nome de três homens, dois deles funcionários da prefeitura na época. "As imagens mostram o prefeito de Pompéu se despedindo de uma das garotas e saindo da festa", observa Davidson Santos, que por 17 anos atuou no serviço de inteligência da Polícia Militar e desde 1986 trabalha como detetive particular.

“ Ela me procurou e pediu que acompanhasse o prefeito, porque suspeitava de adultério

”

■ Davidson César Santos, detetive particular



Davidson César Santos participa de coletiva na Assembleia Legislativa, em Belo Horizonte, e apresenta resultado da investigação feita em Pompéu

PROVA ILÍCITA No entanto, as imagens do detetive, apesar de comprometedoras, por si só não valem como prova no inquérito policial, explica o procurador de Justiça, Ronald Albergaria, um dos três representantes do Ministério Público que investigam as denúncias. "É uma prova ilícita para nós porque foi feita sem autorização judicial. Por outro lado, é importante porque nos permite identificar testemunhas e recuperar histórico dos acusados", observa.

O detetive diz ter investigado o prefeito por 16 dias e identificado políticos e empresários da cidade que pelo menos duas vezes por semana organizavam festas ou se encontravam com menores em casas alugadas, motéis e postos de gasolina da região. As imagens foram mostradas a sua cliente no início de novembro. "Ela não demonstrou surpresa, apenas confirmou suas suspeitas", conta Davidson.

Maria Edite, segundo sugere o deputado Durval Ângelo, poderia estar chantagando o marido com as cinco horas de gravação. "Temos informações de que, assim que recebeu as fitas, ela se reuniu com o marido e os quatro filhos e mostrou as imagens. Uma crise se instalou na casa do casal, que não se separou a pedidos dos filhos. Mas sempre ameaçava mostrar a fita para a oposição", diz o deputado.

Número de crimes aumenta

O número de ocorrências de crimes contra o costume em Pompéu vem aumentando ao longo dos últimos anos. De acordo com levantamento do Instituto de Criminologia da Polícia Civil, em 1999 foram registrados um estupro, um caso de corrupção de menor e três outras ocorrências de outros crimes contra costumes. Em 2001, foram três estupros, uma sedução de menor e oito outros cri-

mes contra costumes, que não são especificados no relatório da polícia. O número de ocorrências de uso indevido de drogas também aumentou significativamente, mais de 155%. Em 1999, foram nove casos e, dois anos depois, 23 registros.

Esse cenário reforça a suspeita de funcionamento de uma rede de exploração sexual em ascensão, com muito álcool e drogas e envolvendo dezenas de me-

nores. "Há indícios também de que Pompéu se transformou em rota de turismo sexual, principalmente no Carnaval", completa a deputada federal Maria do Rosário Nunes (PT-RS), relatora da CPI da Prostituição que tramita no Congresso Nacional.

O Ministério Público precisou organizar às pressas uma eleição para reinstalar o conselho tutelar em Pompéu. Foi aberto o processo para a eleição

de novos conselheiros, depois que todos os integrantes do grupo montado para defender os direitos das crianças e adolescentes foram afastados ou renunciaram. A cidade, alvo de denúncias de um esquema de exploração sexual de adolescentes, é também dona do título "município amigo da criança", justamente por ter montado um conselho tutelar aparentemente eficiente.



Futuros soldados se apresentam para a aula inaugural do Curso Técnico de Segurança Pública, em BH

POLÍCIA MILITAR

Formação valoriza ética

GISELE ALENCAR

Estabilidade no emprego e oportunidade de seguir carreira são os principais motivos para a alta procura por uma vaga no Curso Técnico de Segurança Pública, responsável pela formação de soldados. Cerca de 110 mil pessoas, de 18 a 30 anos, participaram da disputa. Na manhã de ontem, 884 aprovados da 7ª e 8ª Região da Polícia Militar participaram da aula inaugural, no auditório da Igreja Batista da Lagoinha, região Noroeste de Belo Horizonte. A aula foi dada simultaneamente no interior do Estado, totalizando 1.908 novos alunos, sendo 120 mulheres. Eles ficarão 12 meses estudando 43 matérias distribuídas em sete áreas de estudo, incluindo direitos humanos, ética e policiamento comunitário. Além das disciplinas teóricas, eles vão passar por um estágio antes do início do trabalho nas ruas.

Para o comandante da Academia de Polícia Militar, coronel Helvécio Gomes, a concorrência e a valorização de disciplinas como a ética têm proporcionado o ingresso de pessoas mais articu-

ladas e conscientes da profissão. "Isso favorece o relacionamento e o diálogo com a comunidade, que passa a ter uma relação de colaboração com o trabalho dos militares", observou. O oficial acredita que isso é um grande avanço para por fim às reclamações de moradores, principalmente de aglomerados, que acusam os militares de truculência e abuso de autoridade.

"Nos últimos três anos, não tivemos problemas com os formandos neste sentido. São pessoas que dialogam e se fazem compreender facilmente, além de estarem conscientes sobre direitos humanos", informou o coronel, acrescentando que na corporação não há mais espaço para a exacerbção do militar no cumprimento da profissão.

BOLSA Durante o curso, os alunos recebem uma bolsa de R\$ 855 e depois da formatura passam a ter vencimento básico de R\$ 1 mil. O processo seletivo durou seis meses e cerca de 300 vagas não foram preenchidas porque candidatos não superaram todas as etapas, que incluem provas escritas, físicas e

teste psicotécnico. "Temos uma média de evasão de 600 a 800 policiais por ano, seja por aposentadoria, desistência ou outros motivos", observou Gomes.

O salário e o risco da profissão não desanimam os candidatos. O aprovado em primeiro lugar, Fabrício Âmbor, de 22 anos, é um deles. Filho e sobrinho de oficial da PM, ele conta que a carreira militar está no sangue. "Sempre estudei em colégio militar e sou apaixonado pela profissão. Passei em três vestibulares, mas optei pela carreira militar porque está dentro de mim", justificou Fabrício.

Fúlvio Estefani Rezende Souza, de 25, tentou o Curso de Formação de Oficiais, mas não teve sucesso. Também filho de militar, ele contou que o mais atraente é a hierarquia e a disciplina que a carreira proporciona. "Só depende de você para progredir na profissão", apontou Fúlvio que vai conciliar o curso de soldado com o de direito. A professora Daniela Cristina de Souza, de 25 anos, admitiu que o desemprego foi o motivo para que ela tentasse o concurso. "Além da estabilidade e dos benefícios, é uma corporação conceituada", afirmou.

EXPLORAÇÃO SEXUAL

Detetive que gravou fitas de vídeo sobre suposta rede de prostituição em Pompéu presta novo depoimento

Silêncio total nas apurações

GISLENE ALENCAR E LEANDRO GRANDI

O detetive particular Daividson César Santos, responsável pela gravação de fitas de vídeo que reforçam denúncias de envolvimento de políticos e empresários de Pompéu, Centro-Oeste de Minas, em uma rede de exploração sexual de menores, prestou novo depoimento, na manhã de ontem, em Belo Horizonte. Daividson, que na quarta-feira falou a integrantes da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, conversou com o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude de Minas, o procurador Ronald Albergaria. Nada do que ele disse foi divulgado.

Assim como parlamentares estaduais e federais e a Polícia Civil mineira, o Ministério Público (MP) investiga a existência da rede de exploração de crianças e adolescentes em Pompéu, a 181 quilômetros da capital. De acordo com o deputado estadual Durval Ângelo, presidente da comissão da Assembleia, Daividson voltou a detalhar as circunstâncias em que registrou as imagens feitas por sua equipe, que identificaram políticos e empresários da cidade que organizavam festas ou se encontravam com menores em motéis e outros lugares da região. As fitas foram divulgadas na terça-feira.

Ainda segundo o deputado, o detetive teria apresentado fatos novos ontem, mas o procurador Albergaria não quis comentar o assunto, alegando que as investigações do MP correm em sigilo. Além do procurador, estavam presentes o promotor Márcio Oliveira e a promotora Leslie Marques de Cardoso, assessora da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional responsá-



Daividson (e) confirmou ao Ministério Público denúncias feitas anteriormente em conversa com deputados

vel pela investigação da exploração sexual e do tráfico de crianças e adolescentes no País.

Na Assembleia, anteontem, Daividson contou que a gravação das fitas foi feita a pedido de Maria Edite, mulher do prefeito de Pompéu, Francisco Guimarães (PDT). Ela queria investigar a vida sexual do marido. De acordo com o detetive, entre as imagens gravadas está a do carro usado pelo prefeito pegando quatro mulheres, duas delas adolescentes, em uma casa da periferia da cidade. Também há o registro de uma festa com as menores em um sítio da cidade, a qual o prefeito teria ido.

em Belo Horizonte e não foi encontrado para falar sobre o assunto. O prefeito Francisco Magalhães, um dos acusados de participar como cliente do esquema, trabalhou normalmente, mas não respondeu os telefonemas do ESTADO DE MINAS, assim como a mulher e secretária de Educação do município, Maria Edite. Funcionários da prefeitura disseram que o advogado do casal divulgaria nota à imprensa, o que não aconteceu até o final da tarde.

MAIS DEPOIMENTOS A Polícia Civil tomou ontem, em Bom Despacho, onde está o inquérito sobre o caso, depoimentos de 12 pessoas sobre a suposta rede de prostituição em Pompéu. O delegado responsável pelo caso, Lindon Batista, único autorizado a responder pelas investigações, no entanto, estava em diligência

GIRO POLICIAL

MÁFIA DO CAFÉ

MP pede prisão de empresários

O Ministério Público solicitou à Justiça a prisão preventiva de dois proprietários de armazéns no Sul de Minas dos quais desapareceram mais de 18 mil sacas de café, em dezembro passado. Josué Rogério Soares e Natal Marcos Pereira são proprietários das empresas Armazéns Gerais Ouro Preto e Exportadora de Café do Carmo, em Carmo do Rio Claro e Conceição da Aparecida, e segundo o MP, omitiram dívidas que tinham com o Fisco, que impediram o ressarcimento dos produtores lesados – os acusados haviam feito acordo para o pagamento dos prejuízos. A juíza Aila Figueiredo, de Carmo do Rio Claro, ainda não analisou o processo. No início da semana, dezenas de produtores estiveram na Assembleia pedindo a instalação de uma CPI sobre a máfia do café. O pedido já tem 65 assinaturas, mais que o dobro do necessário. Nos últimos meses, mais de 500 mil sacas do produto teriam sido roubadas em municípios do Sul, Sudoeste e Zona da Mata mineiros.

BEIRA-MAR

Juiz colhe relatos de três parlamentares

O juiz titular da 9ª Vara Criminal do Fórum Lafayette, Alberto Deodato, esteve, ontem, na Assembleia Legislativa, para ouvir os depoimentos dos deputados Paulo Piau (PP), Rogério Correia (PT) e Marcelo Gonçalves (PDT) – atual secretário de extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária – no processo que investiga a fuga do megatraficante Luis Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, do Departamento Estadual de Operações Especiais (Doeesp) da Polícia Civil. Os três integram uma CPI do Narcotráfico que apurou, entre outros crimes, a fuga do megatraficante. Beira-Mar escapou do Doeesp em 1997, pela porta da frente. Ao todo, 15 pessoas, entre policiais e advogados, foram denunciadas pelo Ministério Público por envolvimento na fuga.

DO PARAGUAI



MARCELO SANTANA

Três são detidos com 280 kg de maconha

Policiais da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos prenderam três homens, entre eles um menor, de 17 anos, que transportavam 280 quilos de maconha prensada, em tabletes de aproximadamente 1,5 quilo, e 60 caixas de maços de cigarros (foto). O material estava no bagageiro, no banheiro e nos bancos do ônibus de placa BWN 8028, da capital, interceptado pelos detetives próximo a Itatiaçu, na Grande BH. O ônibus vinha do Paraguai e os motoristas estavam sendo investigados desde dezembro porque existia a suspeita de que estariam contrabandeando peças para motocicletas, montadas em BH e clonadas. Os motoristas Antônio Carlos Mol, de 56, e Eloin Monteiro Pacheco, de 39, têm passagem pela polícia, por furto de carro e porte ilegal de armas, respectivamente. Eles alegaram que foram ao Paraguai na sexta-feira levando passageiros, mas o ônibus quebrou. Para não voltar vazio, aceitaram proposta do paraguaio M.M.S., de 17, para transportar o material, mas acreditavam que fosse apenas cigarro.

JORGE LABOISSIERE JR.
(falecimento)
A família e os filhos de Jorge Laboissiere Jr comunicam o seu falecimento ocorrido hoje, e convidam para o seu sepultamento a ser realizado **HOJE, sexta-feira, 30/04/2004 às 14h** no velório 4 do Cemitério do Bonfim

A MAIOR E MELHOR FUNERÁRIA DE BELO HORIZONTE.

SANTA CASA
SERVIÇO FUNERÁRIO

Av. Bernardo Monteiro, 367
Tel.: 3222.4719

PROTEÇÃO

A sede da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente será inaugurada hoje, às 16h30, na avenida Afonso Pena, 4.028, no bairro Mangabeiras, Centro-Sul da capital. Os policiais da nova delegacia, que integrará a Divisão de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente (Dopcad), que formará equipe com psicólogos e assistentes sociais, terão a função de apurar os crimes cometidos por adultos contra crianças e adolescentes, como maus-tratos e crimes sexuais. O objetivo da nova instituição é agilizar o processo de apuração e tomada de providências, para proteger as vítimas de violência doméstica, abuso e exploração sexual e punir criminalmente os agressores.

CELSO BRANT

A família de Celso Brant comunica com pesar o seu falecimento ocorrido em 24/04 e convida para a **MISSA DE 7º DIA**, que será realizada às **18 horas do dia 30/04, sexta-feira**, na Catedral da Boa Viagem. Antecipa agradecimentos.

CELSO BRANT
(Presidente)
A diretoria do Movimento Nova Inconfidência - MNI convida Associados e Companheiros para a Missa de 7º Dia de CELSO BRANT que será realizada às 18 horas do dia 30/04, sexta-feira, na Catedral da Boa Viagem. Antecipa agradecimentos.

ANÚNCIOS FÚNEBRES E RELIGIOSOS

HORÁRIO DE ATENDIMENTO ANÚNCIOS FONADOS:
2ª a 6ª de 08:00 às 20:00 h
Sábados: 08:00 às 16:00 h
Domingos: 14:00 às 18:00 h

Ligue: 3228-1661
OU VÁ A UMA DE NOSSAS LOJAS:
De 2ª a 6ª de 09:00 às 18:00 h
Sábados de 09:00 às 12:00 h

EXPLORAÇÃO SEXUAL

Comissão mista do Congresso que investiga a prostituição infanto-juvenil no País vai propor mudanças no Código Penal. Senadora confirma as rotas do abuso em Minas

CPI quer punição pesada

Quem induz menor a se prostituir pode passar mais tempo na cadeia. Hoje, aqueles que faturam dinheiro com o negócio e os "clientes" que contratam os "serviços" estão sujeitos a penas que vão de quatro a dez anos de prisão. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso, que investiga a exploração sexual infanto-juvenil no País, irá propor, ao término de seus trabalhos, que a pena seja aumentada para 6 a 15 anos de detenção.

A CPI pretende sugerir outras mudanças para modernizar o Código Penal, redigido em 1940. O "envelhecimento" do código dificulta a punição de culpados. O texto em vigor tem expressões ultrapassadas como "mulher honesta", não prevê penas específicas para exploração sexual de garotos e não contempla crimes que se utilizam de novos meios, como a internet.

A comissão, entretanto, não tem poderes para mudar o Código Penal, somente para propor alterações. A palavra final caberá à Câmara e ao Senado, que há anos vêm ensaiando mudanças no código, sem, no entanto, realizá-las.

Desde que começou a funcionar, em junho do ano passado, a CPI já reuniu 800 denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o País. Muitas delas referentes a Minas, como os casos de prostituição de garotas no Vale do Jequitinhonha por R\$ 0,50 e, mais recentemente, da rede de exploração sexual de menores em Pompéu.

Na edição de ontem, o ESTADO DE MINAS mostrou levantamento da Polícia Rodoviária Federal que identificou 553 "pontos" de prostituição infanto-juvenil, ao longo de 60 mil quilômetros de estradas no País. Desse total, 74 estão em Minas, estado com maior número de "pontos".

COMBATE Belo Horizonte vai entrar, no próximo mês, no Programa de Ações Integradas e Referência de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (Pair) do Ministério da Justiça. O programa é desenvolvido nas cidades estratégicas para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Os recursos, ainda não divulgados, serão garantidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em parceria com a PUC Minas.

Em 18 de maio, Dia Nacional do Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também vai assinar com a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) um convênio que pretende transformar os caminhoneiros em defensores da infância e adolescência, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

"Muitas vezes, os caminhoneiros não são os abusadores, mas contribuem para a formação da rede de exploração, porque transportam crianças e adolescentes desacompanhadas. Outras vezes, se deparam com elas e não sabem o que fazer. Pretendemos capacitá-los, para que saibam agir e possam acionar a PRF e conselhos tutelares. Mas também é preciso dar condições para que os conselhos tutelares recebam essas crianças e consigam encaminhá-las às famílias", diz a coordenadora do Pair, Elizabeth Leitão.



Garotas esperam "clientes", a maioria caminhoneiros, às margens da BR-381, no Vale do Aço, rodovia que faz parte do roteiro da prostituição

ENTREVISTA/PATRICIA GOMES

Senadora (PPS-CE), presidente da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no Congresso Nacional

Pobreza e exclusão social

A CPI do Congresso Nacional que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes, que ocorre, principalmente, ao longo das rodovias, já recebeu cerca de 100 denúncias, sendo 43 relativas a Minas Gerais, por onde passa a maior parte da malha rodoviária do País. A senadora Patrícia Gomes (PPS-CE), que preside a comissão, afirma que, apesar de muitos inquéritos e processos em andamento,

nenhuma providência concreta foi tomada para interromper o que classifica de "ciclo de violência" e punir os culpados. E admite o envolvimento de pessoas influentes, consideradas acima de qualquer suspeita – juizes, políticos, policiais, líderes religiosos e outros –, na prostituição infanto-juvenil no País, "o que atrai um tipo de turismo que não queremos para as nossas cidades".

ESTADO DE MINAS – Em relação a outros países, o Brasil tem alguma especificidade nesse tema de abuso sexual de menores?

Patrícia Gomes – O grande número de casos no Brasil está ligado a diversos fatores, entre eles a situação de pobreza e exclusão social de milhares de crianças e adolescentes, o problema do machismo, ainda muito forte no País, além de questões como as relações de poder entre adultos e crianças, brancos e negros, ricos e pobres. Também é importante frisar que, lamentavelmente, a imagem que o Brasil projeta no mundo, muitas vezes é a de um país erotizado – e isso atrai um tipo de turismo que não queremos para nossas cidades.

Em que Estados e/ou regiões o quadro é mais grave?

P.G. – O que temos visto é que esses crimes são cometidos pelos mais variados personagens. É claro que, em certos locais, a exploração sexual está ligada à pobreza. No Vale do Jequitinhonha, as crianças fazem programas em troca de apenas

R\$ 0,50. No Rio, temos casos em que as meninas chegam a ganhar US\$ 500, em Copacabana, ou R\$ 1,99 em bairros pobres da Zona Oeste. E há pessoas consideradas acima de qualquer suspeita também envolvidas em crimes de exploração sexual, tais como políticos, juizes, promotores, líderes religiosos, policiais e outras autoridades.

Em relação a Minas, quais são os demandas e denúncias que chegam à CPI?

P.G. – De aproximadamente 100 documentos que deram entrada nos arquivos da CPI, referentes a Minas Gerais, apurou-se, até o momento, 43 denúncias de abuso e exploração sexual envolvendo 12 municípios. Em muitos casos, já há inquéritos policiais e processos em tramitação na Justiça. Entretanto, as denúncias ainda não foram objeto de investigação e não foram tomadas providências concretas para interromper o ciclo de violência e punir os culpados.



CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e a organização Visão Mundial propõem criação de rede para combater a violência sexual contra menores em Minas Gerais

Parceria contra o abuso

LUIZ FERNANDO CAMPOS

A falta de infra-estrutura dos conselhos municipais e tutelares, somada às poucas iniciativas de articulação entre poder público e a comunidade, deixa o poder público inoperante no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Levantamento da Polícia Rodoviária Federal mostra que Minas lidera o ranking da prostituição no País, com 74 dos 553 "pontos" de exploração sexual de crianças e adolescentes – o equivalente a 13,3%. O maior mercado do sexo infanto-juvenil do País funciona em torno de postos de gasolina, restaurantes, boates e prostíbulos de beira de estrada. Para conter o avanço do crime sexual, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MG), em parceria com a ONG Visão Mundial, se reuniram ontem, na capital, com representantes de várias regiões do Estado, no intuito de criar uma rede de combate à violência contra menores.

"O Estado tem uma militância social preparada para o desafio, seja de conselhos de direito, tutelares, ONGs ou frentes de proteção. Minas virou uma espécie de referência no sentido ruim e há a necessidade de se reverter o quadro com a unificação das iniciativas", disse o presidente do CEDCA-MG, João Batista de Oliveira. No próximo dia 19, a blitz educativa "Caminhoneiro Cidadão" promete paralisar, das 8h às 12h, 18 rodovias federais que cortam Minas. "Vamos colar adesivos nos veículos e solicitar aos motoristas que não estimulem a exploração sexual nas rodovias", adiantou.

INVESTIMENTOS Segundo ele, investimentos de todas as esferas do poder são fundamentais. Oliveira destaca que o Fundo da Infância e Adolescência (FIA) estadual gira em torno de R\$ 3 milhões. "Precisamos de condições mínimas de trabalho, pois em muitos conselhos não há sequer computadores. São necessários investimentos federais ou de fundos estaduais e municipais", afirma, ressaltando que muitas



Rodovia BR-116, na região de Governador Valadares, é um dos pontos de prostituição infanto-juvenil denunciados pela polícia rodoviária

prefeituras ainda não entendem a gravidade do problema.

Oliveira, que também é secretário de Estado de Direitos Humanos, contou que quanto mais pobre a realidade do município – o que significa menos oportunidades de serviços, emprego e renda – maiores são os problemas. Ele cita as regiões Norte, Vale do Mucuri e Jequitinhonha como as mais graves. "Em muitos locais você vê meninas de 16, 17 anos com quatro, cinco filhos. Geralmente o problema começa já por volta dos oito anos, com o abuso dentro de casa. Depois de alguns anos, ao ir para a rua, o adolescente acaba entrando numa rede de prostituição, quando chega o explorador", observou ele, acrescentando que muitos jovens

vendem o corpo por um par de tênis ou um sanduíche.

Em Governador Valadares, a 311 quilômetros de Belo Horizonte, na região do Rio Doce, o

Programa Sentinela de atendimento às vítimas vem obtendo bons resultados. Segundo a coordenadora do programa, Vera Soares, o problema se concentra às

margens da BR-116, a Rio-Bahia. Crianças de até 11 anos praticamente passam o dia na pista à disposição de prováveis clientes. "São mais de 40 pontos denunciados. De dezembro de 2001 a abril deste ano, atendemos 124 casos de abuso e 61 de exploração sexual e muitas meninas já retomaram sua vida", conta.

Já em Itaobim, a 604 quilômetros da capital, no Vale do Jequitinhonha, a Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente ainda enfrenta barreiras. "Já atendemos algumas vítimas, mas na região culturalmente a exploração é colocada de forma natural e a sociedade e o poder público, de forma geral, se omitem", revelou o coordenador do projeto, João Soares da Silva Júnior.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

É a impunidade o principal desafio a ser vencido no combate ao abuso de crianças e adolescentes em Minas Gerais. Poucos flagrantes resultam em processos judiciais e quase nenhum processo termina na condenação dos acusados. É como se não existissem culpados, crimes perfeitos sendo cometidos todos os dias e noites nos 553 "pontos" de exploração sexual identificados pela Polícia Rodoviária Federal no Estado. Prevenir é importante, mas fundamental é aparelhar e treinar os conselheiros e policiais para identificar o crime e agir com rigor, garantindo provas e testemunhas. É também necessário um Ministério Público aparelhado e comprometido com o acompanhamento dos casos.

DENÚNCIA

Disque Direitos Humanos

0800 31 1119

■ Minas Gerais é o primeiro estado no ranking da prostituição infantil em todo o País. Nos 60 mil quilômetros de rodovias federais, foram identificados 553 "pontos" de exploração sexual de crianças e adolescentes em Minas, o equivalente a 13,3%. Em segundo lugar está Goiás (73), seguido de Santa Catarina (58) e Bahia (43).

■ Já em relação ao número de denúncias, Minas é o quarto colocado com 7,68% do total do País. O número de denúncias entre 2001 e 2002, cresceu 22,7%.

■ Cerca de 5 mil crianças estão envolvidas com a exploração sexual no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, onde o problema é mais sério. A pesquisa também indica que 74,8% das crianças envolvidas com a exploração sexual são pardas e negras; 83,2% não estudam; 64,1% deixariam os programas sexuais se tivessem outra atividade remunerada; 34,3% recebe R\$ 10 por programa; 32,4% gastam o dinheiro que ganham com o sustento da família, enquanto 48,9% gastam com despesas pessoais e 45,9% se tornaram vítimas de exploração sexual devido a dificuldades financeiras.

Fonte: Polícia Rodoviária Federal, Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil e Universidade de Montes Claros (Unimontes)

CYAN MAGENTA AMARELO PRETO

ENCOL

Audiência discute invasão de prédio

FERNANDA ODILLA

As 32 famílias que há 18 dias invadiram os dois prédios inacabados da falida Encol Engenharia Comércio e Indústria, no bairro Nova Suíça, região Oeste de Belo Horizonte, se preparam para enfrentar os corredores do Fórum Lafayette amanhã. Está marcado para as 14h45, na 14ª Vara Cível, a primeira audiência de reintegração de posse movida pelos 28 mutuários do Residencial Baden, que viram todos os seus sonhos interrompidos em 1998 com a falência da construtora e ainda lutam na Justiça para assumir o controle do prédio com as paredes pela metade.

"Vamos todos para a audiência para lutar por uma definição digna da nossa situação. Afinal, a Justiça ainda não definiu de quem é essa construção que caiu como uma luva para os que não têm onde morar", afirma uma das lideranças do movimento dos sem-casa, Vicente do Prado. De fato, em sete anos de batalhas judiciais, os

mutuários conseguiram tirar das mãos da massa falida – responsável legal por todas as propriedades da Encol – apenas o muro e o terreno da rua Junquinhos, 615, onde está a construção invadida por famílias das favelas Morro das Pedras e Ventosa e do bairro Nova Granada.

Em tese, o prédio de sete andares pertence ainda à massa falida até que a Justiça de Goiás, onde tramita o pedido de alvará de posse dos mutuários, decida pelo futuro da construção inacabada. Enquanto não se define a quem pertence o edifício Baden, batizado de Residencial Esperança pelos novos moradores, as famílias já ligaram luz, estão tentando colocar água encanada e já fazem planos de aderirem em projetos de melhoria habitacional oferecidos pela Caixa Econômica Federal. "Estamos de olho nos projetos da Caixa, para população de baixa renda, que oferecem empréstimo para a compra de material de construção com pagamento em até seis anos, sem juro. Mas para investir,



Invasores do imóvel inacabado, no bairro Nova Suíça, região Oeste, prometem manifestação amanhã, na entrada do Fórum Lafayette

temos que ter certeza de que esse prédio não é dos mutuários", completa Vicente.

Na tarde de ontem, representantes da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legisla-

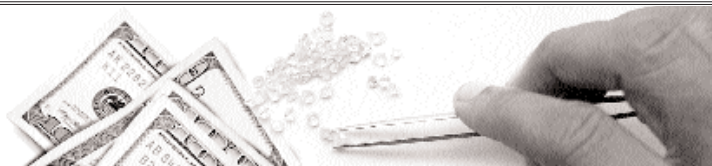
tiva foram conhecer a situação das 32 famílias que transformaram o esqueleto do prédio em moradia, com direito a porta, cama, mesa e cadeira improvisados. O presidente da comissão,

deputado Durval Ângelo (PT), diz que a ideia é tentar uma solução que resolva não apenas os problemas dos invasores como também dos mutuários. "Queremos uma negociação, para que quem

comprou apartamento consiga reaver parte do dinheiro e para quem escolheu o prédio inacabado da Encol para viver, consiga deixá-lo com condições de moradia", afirma Durval.



DIAMANTES DA ILEGALIDADE



0,5%

É O QUE REPRESENTA NA PRODUÇÃO MUNDIAL AS EXTRAÇÕES BRASILEIRA DE DIAMANTES BRUTOS. APESAR DISSO, O PAÍS PARTICIPA DE REUNIÕES PARA ORGANIZAR O COMÉRCIO EXTERNO

50 países

TÊM O DIREITO, ENTRE ELES O BRASIL, DE USAR O CERTIFICADO KIMBERLY, QUE REGULA A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO DE DIAMANTES NO MUNDO

PISTOLEIROS CONTRA FEDERAIS

GRAVAÇÕES REVELAM QUE OS ACUSADOS PLANEJAVAM A EXECUÇÃO DE AGENTES DA PF

A capacidade de intimidação dos acusados de integrar o crime organizado, em Governador Valadares, investigados pela Polícia Federal por lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, evasão de divisas e contrabando de pedras preciosas, pode ser medida pela presença, dentro da própria unidade da PF, na cidade, do agente Jorge Luiz Gomes Lemos, acusado de envolvimento com o grupo comandado pelo doleiro carioca Ivan Moniz Freire, apontado como um dos grandes responsáveis pela remessa ilegal de dinheiro, por meio de contas CC5, usando o esquema montado no Banestado.

O agente federal Lemos, dono de um garimpo no Pará, é protagonista de uma situação impensável. Apontado como responsável por vários negócios ilícitos, continua trabalhando normalmente, ao lado dos colegas que o investigam, mesmo depois de ter sido preso, na última investida da operação Farol da Colina, em agosto último. A instauração do processo disciplinar contra o policial consumiu 40 dias, mas não tem força, até sua conclusão, para mantê-lo afastado do trabalho, de acordo com a Superintendência da Polícia Federal de Minas.

A presença na PF de um suspeito de integrar a organização criminosa, e ainda a interceptação telefônica, com autorização judicial, revelando uma trama para matar os federais envolvidos na apuração, deixam o clima irrespirável na unidade de Governador Valadares, que ficou sem comando há 15 dias, o delegado que a chefiava, Sérgio Murilo de Lima, foi transferido para o Maranhão, o que prejudica o andamento do inquérito que apura a ação do grupo criminoso, acusado também de lavagem de dinheiro do narcotráfico e prostituição infantil.



VICTOR R. CANAVIA/AFIP

Reserva indígena Roosevelt, em Rondônia, Norte do País, é um dos locais onde a PF fecha o cerco aos contrabandistas de pedras preciosas

NEGATIVA As investigações devem ser assumidas pelo outro delegado que ainda permanece em Valadares. "Não há prejuízo", afirma o delegado federal Ricardo Amaro, da Comunicação Social da Superintendência da PF em Minas. Amaro nega que a transferência de Sérgio Murilo tenha qualquer relação com as ameaças feitas aos policiais na cidade. "Ele está no Maranhão para dar continuidade a esta investigação, pois há indícios de uma importante base crimino-

sa também naquele estado", garante o delegado.

Amaro diz desconhecer a existência das gravações com as ameaças, apesar das comunicações enviadas ao Ministério Público Federal e à Justiça. E para justificar a presença de Lemos ao lado dos colegas, o delegado alega: "A legislação não determina o afastamento".

Está não é a primeira vez que organizações criminosas de Valadares colocam autoridades em sua mira. O juiz criminal da

cidade, Nelson Missias, também foi ameaçado durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o Narcotráfico, da Assembleia Legislativa. Ele determinou a prisão do delegado Maria Aparecida Pinto, que, na cidade do Vale do Rio Doce, fazia parte de um grupo especializado no tráfico de drogas. Apesar do pacto de silêncio que impera entre os agentes que trabalham em Valadares, o constrangimento da convivência com Lemos é nítida

mesmo nas negativas.

Além de Lemos e de Maria Aparecida, a PF prendeu vários doleiros em Valadares: Ulisses Alves de Oliveira, Antônio Carlos Alves de Oliveira, José Roberto Soares de Oliveira Júnior, Denny Menezes Rodrigues Santos, Átila Valadares, Kleber Teixeira Xavier, Emílio Cláudio Alvarenga Fróes, Ivan Muniz Freire, este hoje em liberdade por força de habeas corpus expedido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª região.

ENTENDA O CASO

Cintas-largas

Em abril deste ano, o massacre de 29 garimpeiros que extraíram diamantes na reserva Roosevelt, em Rondônia, expôs não apenas o conflito na região como o mercado negro que movimentou milhões de dólares e na região. Presenteados por uma área rica em diamantes, os cintas-largas disputam o garimpo em suas terras com foresteiros de todo o mundo. A PF, que investiga contrabando de diamantes, já identificou na região grupos criminosos formados por policiais, empresários, lavadores de dinheiro e funcionários públicos federais corruptos, com importante base em outros estados, especialmente Minas. Na última operação da PF, na semana passada foram apreendidos 3,6 mil quilates de diamantes extraídos ilegalmente da reserva, em quatro estados: Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso e Goiás.

Rota do tráfico

Para encobrir a origem ilícita dessas pedras - que não podem ser extraídas de reservas indígenas -, os diamantes são transportados e comercializados em Minas Gerais. Na região do Alto Paranaíba estão os mais produtivos garimpos do Estado, e, no Triângulo e na capital mineira, funcionam escritórios dos maiores compradores e de multinacionais detentoras de áreas de pesquisa e mineração de diamantes. A presença dos garimpos em Minas, aliado a sua tradição mineirista, e a precária estrutura do DNPM, que conta apenas com dois fiscais para todo o Estado, abre o espaço necessário para a ação dos contrabandistas.

Lavagem

Para garantir os negócios, sempre fechados em dólares, e dar uma fachada legal aos diamantes, os compradores de pedras contam com o apoio de doleiros de diferentes estados, especialmente do carvão David Messer. Em cidades dos vales do Rio Doce e Murum, como Governador Valadares e Teófilo Otoni, foi descoberto um esquema de doleiros ligados a Messer, com contas identificadas no CPI do Banestado. Além de enviar os valores das transações fraudulentas para o exterior, eles conseguem notas fiscais para esquentar as pedras. Identificados, estes grupos ameaçam de morte policiais federais envolvidos na investigação.

SOMA DE ESFORÇOS CONTRA O CRIME

Na luta contra os grupos criminosos, soma-se, ao esforço da Polícia Federal, ação do Departamento Nacional de Produção Mineira (DNPM) e da Assembleia Legislativa de Minas, que, na última semana, aprovou a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Diamante, a partir das denúncias do ESTADO DE MINAS. O diretor-geral adjunto do DNPM, João César Pinheiro de Freitas, chega esta semana a Minas, para se reunir com responsáveis pela regularização do mercado de diamantes, como Ministério Público, se-

cretários de Estado, sindicalistas e representantes dos garimpeiros da região de Coromandel e Patos de Minas.

Freitas admite a existência da lavagem das gemas no Estado, que é o maior certificador da pedra no País, e afirma que a organização não-governamental (ONG) Global Witness confirmou que Minas empresta seus certificados Kimberly para negócios com pedras retiradas da África, conforme publicado com exclusividade pelo ESTADO DE MINAS.

O diretor diz que guarda apenas a documentação da ONG para iniciar o combate. De acordo

com denúncia apresentada no Canadá, no final do mês passado, o diamante de Serra Leoa é mal visto no mercado internacional, devido à guerra civil que mutila e mata crianças naquele país. Dessa forma, pedras africanas são negociadas no Brasil, para depois esquentar as gemas retiradas no continente africano. "Vamos discutir com a superintendente da PF em Minas, Sônia Estela de Melo, como fechar esta porta da criminalidade", explica Freitas. Amanhã, a Assembleia de Minas indica os integrantes da CPI que vai devar os negócios ilícitos com os diamantes.



Os federais apreenderam, em Minas, lote com 1,6 mil quilates

Outras Histórias...

VAMOS IDENTIFICAR OS INTERMEDIÁRIOS DO CONTRABANDO PARA CHEGAR ÀS GRANDES EMPRESAS

Mauro Spósito, delegado da Polícia Federal, coordenador das operações



Cerco aos contrabandistas

Nos próximos dias, a Polícia Federal vai fazer novas investidas nos quatro estados envolvidos na rota de exportação clandestina de diamantes extraídos da reserva indígena dos cintas-largas, em Rondônia. O delegado federal Mauro Spósito, coordenador do trabalho de investigação, está montando o quebra-cabeça da estrutura das organizações criminosas especializadas neste negócio ilícito. Minas é palco das novas ações dos federais, que consideram o estado a maior lavanderia de pedras ilegais do País. No total, são mais de 50 homens da PF envolvidos na investigação.

Anexo 4
As Fichas Noticiosas

Ficha N.º 1

Título da matéria: Minas na rota da exploração

Data de publicação: 19 de fevereiro de 2004

Gênero da matéria: reportagem de pequeno porte

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 22

Características editoriais e gráficas da matéria: a reportagem é assinada e está situada no alto da página, à esquerda, ocupando aproximadamente metade da página. É a matéria mais valorizada da página, com titulação de destaque, a qual surge após um pré-texto e uma versal, ou seja, uma identificação do assunto de que trata a matéria, no caso, “Exploração Sexual”. A construção da reportagem utiliza um intertítulo - “Turismo sexual” - e um box - “Meninas se vendem por menos de R\$1” -, isto é, um texto com título próprio, que trata de um assunto específico, mas relacionado à matéria em questão.

Total de fotos da matéria: uma

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Sim, a única foto da matéria

Total de fontes exibidas pela matéria: quatro

Fontes oficiais: o Relatório da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU); o deputado estadual Rogério Correia (PT), presidente da Comissão Especial da Prostituição Infantil da Assembléia Legislativa, em 2001; a conselheira Ernestina Ventura, do Conselho Tutelar de Governador Valadares (MG), no Vale do Rio Doce; a promotora da Infância e da Juventude de BH, Maria de Lourdes Santa Gema.

Fontes alternativas: nenhuma

Resumo do assunto tratado: a matéria divulga as considerações desanimadoras efetuadas pelo Relatório da ONU quanto às iniciativas, no Brasil, de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A avaliação é de que o país não conseguiu debelar a morosidade do Poder Judiciário nem incrementar políticas públicas que possibilitem a redução drástica do número de casos de prostituição infantil.

A matéria faz menção ao ECA? Sim.

Ficha Nº. 2

Título da matéria: CPI faz reunião em Minas

Data de publicação: 30 de março de 2004

Gênero da matéria: reportagem de pequeno porte

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 24

Características editoriais e gráficas da matéria: a reportagem é assinada e se situa à direita, no quadrante inferior da página. É a matéria secundária da página e seu título segue a versal "Prostituição Infantil". A construção da matéria utiliza de um intertítulo - "Impunidade" - e de um destaque numérico - "Em números" -, à direita do texto principal. A matéria é margeada à esquerda e na sua parte inferior por pequenos anúncios publicitários, prejudicando a sua visualização, pelo leitor.

Total de fotos da matéria: nenhuma

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Nenhuma

Total de fontes exibidas pela matéria: sete

Fontes oficiais: a Polícia Rodoviária Federal, representada pelo inspetor Junnie Penna, de Pouso Alegre, sul de Minas; a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, representada pela sua presidente, senadora Patrícia Gomes; pesquisa da Universidade Federal de Brasília, a UnB; o deputado estadual Rogério Correia (PT), na condição de ex-presidente da Comissão Especial da Prostituição Infantil da Assembléia Legislativa, de 2001; o Ministério da Justiça; pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedese).

Fontes alternativas: nenhuma

Resumo do assunto tratado: a matéria relata um pouco do conteúdo tratado pelas duas audiências públicas realizadas, na Assembléia Legislativa, pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), do Congresso Nacional, responsável por investigar as redes de exploração sexual infantil, no país. É uma matéria recheada de números e dados provenientes de várias fontes, todos eles trazidos à tona pelas investigações da CPMI.

A matéria faz menção ao ECA? Não.

Ficha Nº. 3

Título da matéria: Rede de exploração

Data de publicação: 20 de abril de 2004

Gênero da matéria: reportagem de pequeno porte

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 31

Características editoriais e gráficas da matéria: a matéria assinada ocupa toda a página 31 do Caderno Gerais do JEM. Trata-se de uma notícia construída sob a versal “Prostituição Infantil” e um pré-texto que introduz o texto principal titulado de “Rede de exploração” e um box sob o título “Ingresso no esquema aos 13”. Cada caixa de texto possui um intertítulo e à direita, perfazendo a última coluna da notícia, em toda a extensão de comprimento da página, são abertos três “olhos” com declarações entre aspas das fontes exibidas pela matéria. Os “olhos” são uma nomeação corrente da diagramação jornalística que se remete a um tipo de destaque frasal baseado no conteúdo do texto que o editor considera interessante para despertar o leitor para a leitura da matéria, além de servir de marcação e pontuação do texto. Os “olhos” podem ser constituídos de declarações entre aspas de entrevistados – como no caso dessa notícia – ou de resumos sucintos feitos pelo editor a partir do conteúdo tratado pelo texto em questão.

Total de fotos da matéria: duas

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Sim. As duas

Total de fontes exibidas pela matéria: oito

Fontes oficiais: o presidente da Câmara, vereador Espiridião Porto (PDT), um dos acusados de envolvimento na rede de prostituição local; o prefeito Francisco Luis Cordeiro Guimarães (PDT), também acusado de participar do esquema; o promotor Maurício Ohara, de Pompéu, acusado de negligenciar as acusações a ele dirigidas, anteriormente, pelas vítimas, e o deputado Durval Ângelo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de MG.

Fontes alternativas: duas meninas de 13 e 14 anos, respectivamente, na condição de garotas de programa; um rapaz de 17 anos, que se diz agenciador da rede de prostituição, em Pompéu; a professora Regina Célia dos Santos Maciel Cordeiro, uma das denunciadoras do esquema.

Resumo do assunto tratado: a matéria divulga as denúncias feitas à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais sobre a existência de uma rede de prostituição infantil na cidade de Pompéu e arredores, envolvendo autoridades locais.

A matéria faz menção ao ECA? Não

Ficha N.º 4

Título da matéria: Famílias atormentadas

Data de publicação: 21 de abril de 2004

Gênero da matéria: reportagem de médio porte

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 21 e 22

Características editoriais e gráficas da matéria: a matéria assinada se estende por duas páginas quase que inteiras do Caderno Gerais do JEM – a página 21, capa colorida do caderno, sofre a invasão, na sua parte inferior direita, de uma publicidade que, em 4 cores, se confunde com a matéria. Sob um pré-texto que introduz o assunto ao leitor, vem o título “Famílias atormentadas” seguido por uma foto colorida do dorso de uma adolescente que ocupa mais da metade da página. Abaixo, um texto enxuto, chamando para o restante da reportagem no verso, na página 22. A página 22 traz a versal “Exploração Sexual” e um pré-texto que introduz o título “Jovens confirmam denúncia”. Esse texto exhibe uma foto vendada do pai de uma das vítimas e se faz acompanhar de dois boxes: “Delegado na investigação” e “Acusados falam de armação”, este com a foto do prefeito de Pompéu. A reportagem traz ainda a “Análise da Notícia”, no centro inferior da página, em que o JEM, por intermédio da editoria de Gerais, se posiciona frente à questão da prostituição infantil.

Total de fotos da matéria: três

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Sim, uma.

Total de fontes exibidas pela matéria: 12

Fontes oficiais: o deputado Durval Ângelo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de MG; o prefeito de Pompéu, Francisco Luís Cordeiro Magalhães (PDT), acusado de integrar o esquema; o presidente da Câmara Municipal de Pompéu, Esperidião Izidoro Porto, também acusado de participação na rede de prostituição local;

Fontes alternativas: um pedreiro, de 46 anos, e uma gari, mãe de uma das adolescentes ouvidas pela Comissão de Direitos Humanos da AL, que não quiserem se identificar para o público; duas adolescentes, 13 e 14 anos, que faziam parte do esquema de prostituição infantil em Pompéu; moradores da cidade, em especial uma dona de casa, Marta Guimarães Campos, um transportador, Alexandre Sérgio Ferreira Machado, um comerciante, José Geraldo da Silva, o aposentado e ex-funcionário da prefeitura, Luiz Gonzaga de Assis, e uma moradora que não quis se identificar para o público.

Resumo do assunto tratado: a reportagem vai até o município de Pompéu para repercutir a notícia publicada no dia anterior sobre as denúncias de um esquema de prostituição infantil na cidade. Nesse intuito, são ouvidas algumas autoridades locais, mas o eixo da reportagem se concentra nos depoimentos de vítimas, pais de vítimas e moradores locais.

A matéria faz menção ao ECA? Não.

Ficha N.º 5

Título da matéria: Garotas fogem de ameaça

Data de publicação: 22 de abril de 2004

Gênero da matéria: reportagem de pequeno porte

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 19

Características editoriais e gráficas da matéria: a matéria é assinada e o título “Garotas fogem de ameaça” aparece depois de um pré-texto e sob a versal “Exploração Sexual”. É uma reportagem que se estende por quase uma página porque lança mão de uma foto de uma adolescente de costas, prestando depoimento à Comissão de Direitos Humanos da AL. Na sua construção, a matéria exhibe um “olho” com uma declaração entre aspas de uma das vítimas e um box intitulado “Delegado ouve acusação”, que se refere ao andamento das apurações da possível rede de exploração sexual infanto-juvenil em Pompéu, Minas Gerais. No pé da página, figura uma notícia sobre a violência em ônibus que está bem definida e não se confunde com a matéria principal da página

Total de fotos da matéria: uma

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Sim, a única foto da página.

Total de fontes exibidas pela matéria: seis

Fontes oficiais: a promotora do município de São Francisco, Luciana Kellen Santos Pereira.

Fontes alternativas: cinco adolescentes não identificadas: duas vítimas do esquema de prostituição infantil vigente em São Francisco, norte de Minas, e três vítimas da possível rede de prostituição infantil existente em Pompéu, região central do Estado.

Resumo do assunto tratado: a matéria atualiza para o leitor duas apurações em andamento sobre redes de prostituição infantil em cidades mineiras: São Francisco, na região norte, e Pompéu, no centro do Estado. O caso de São Francisco é mais antigo, remonta ao ano de 2003. A sua atualização, pela imprensa mineira, se dá em função da fuga de cinco adolescentes da sua cidade de origem, São Francisco, para a cidade de Montes Claros. As adolescentes teriam fugido de ameaças de morte dirigidas a elas da parte de autoridades envolvidas no esquema criminal. Já o caso de Pompéu, com as apurações sendo efetuadas pelas autoridades públicas do Estado, é noticiado porque o delegado recém nomeado para encaminhar o processo de denúncia começaria, naquele dia, a ouvir os depoimentos de algumas das vítimas envolvidas na rede criminosa.

A matéria faz menção ao ECA? Não.

Ficha Nº. 6

Título da matéria: Gravação comprometedora

Data de publicação: 28 de abril de 2004

Gênero da matéria: reportagem de médio porte

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 21 e 22

Características editoriais e gráficas da matéria: a matéria é assinada e ocupa a primeira página do Caderno Gerais, em cores. O título “Gravação comprometedora” surge após um pré-texto explicativo do principal ponto focado pela reportagem, que, junto à grande foto colorida, tomam conta de metade da mancha gráfica da página. Mancha gráfica é o espaço da página destinado à ocupação textual. Um pequeno texto de duas colunas ocupa o lado esquerdo da metade inferior da página, a qual, à sua direita, exibe uma publicidade do Jornal Estado de Minas, colorida, que toma um espaço equivalente a três colunas. Sem dúvida, é uma publicidade que, pelo seu tamanho, sua posição (à direita da página) e sua quantidade de cores, leva vantagem sobre o texto jornalístico, à esquerda. Já a página 22, em preto e branco, introduzida sob a versal “Exploração Sexual”, é quase inteiramente ocupada com o assunto da suposta rede de exploração sexual infantil, no município de Pompéu. Precedida por um pré-texto, está a matéria “Denúncia mexe com cidade”, que se constrói com um intertítulo e um box – “Campanha” - e se faz acompanhar de uma ampla foto que retrata a movimentação da população na cidade de Pompéu. No rodapé da página, há uma pequena notícia sobre a prisão de um comerciante, no Vale do Rio Doce, acusado de abuso sexual. Essa matéria – quase nota – não foi selecionada para estudo nesse trabalho.

Total de fotos da matéria: duas

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Não

Total de fontes exibidas pela matéria: seis

Fontes oficiais: o deputado Durval Ângelo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia; a deputada federal Marta do Rosário Nunes (PT – RS), relatora da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional; o delegado da polícia civil, Lindon Batista, de Bom Despacho (MG), nomeado para assumir as investigações.

Fontes alternativas: um estudante; um funcionário público; um pai de uma das vítimas da rede de prostituição existente na cidade.

Resumo do assunto tratado: a reportagem noticia o aparecimento de uma fita de vídeo que endossa as acusações da existência de uma rede de prostituição infantil, em Pompéu; ouve as autoridades a respeito e acompanha o movimento da cidade em torno das apurações relativas ao suposto crime.

A matéria faz menção ao ECA? Não.

Ficha N.º 7

Título da matéria: Esposa encomendou fita

Data de publicação: 29 de abril de 2004

Gênero da matéria: reportagem de pequeno porte

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 21

Características editoriais e gráficas da matéria: sob a versal “Exploração Sexual” e um pré-texto de introdução do assunto, a matéria assinada “Esposa encomendou fita” é a principal matéria da página, ocupando 2/3 da sua mancha gráfica. Ela se constrói com um intertítulo, um “olho” declaratório entre aspas, um box “Número de crimes aumenta” e uma foto, localizada à direita do lado superior da página, do detetive que produziu o vídeo que possibilita à polícia identificar autoridades envolvidas na suposta rede de exploração sexual infantil, em Pompéu.

Total de fotos da matéria: uma

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Não.

Total de fontes exibidas pela matéria: cinco

Fontes oficiais: o procurador de Justiça, Ronald Albergaria; o deputado Durval Ângelo, presidente da Comissão de Direitos Humanos da AL; a deputada federal, Marta do Rosário Nunes (PT – RS), relatora da CPMI do Congresso Nacional, e levantamento documental do Instituto de Criminologia da Polícia Civil.

Fontes alternativas: o ex-PM e atual detetive particular, Daividson César Santos;

Resumo do assunto tratado: a matéria se baseia no depoimento do detetive particular, Daividson Santos, à Comissão de Direitos Humanos da AL, sobre a gravação que ele teria feito de uma fita de vídeo que compromete a imagem de políticos de Pompéu e os aproxima de uma possível participação na denunciada rede de exploração sexual infantil na cidade. A respeito, autoridades são ouvidas e alguns números do Instituto de Criminologia da Polícia Civil relativos ao acompanhamento dos crimes apurados, em Pompéu, são exibidos no intuito de demonstrar o incremento da violência na região, a partir do ano de 1999.

A matéria faz menção ao ECA? Não

Ficha N.º 8

Título da matéria: Silêncio total nas apurações

Data de publicação: 30 de abril de 2004

Gênero da matéria: reportagem de pequeno porte

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 22

Características editoriais e gráficas da matéria: a matéria assinada intitulada “Silêncio total nas apurações” surge após um pré-texto e a versal “Exploração Sexual”. Ela se situa no lado esquerdo superior da página e ocupa cerca de 1/3 da sua mancha gráfica. Ela se constrói a partir de um intertítulo, um box - “Proteção” – e uma foto do detetive particular Daividson Santos falando ao ouvido de uma autoridade do Ministério Público. A página consta de um amontoado irregular de pequenos anúncios publicitários que se confundem com o box da matéria, desnortando o leitor. A coluna Giro Policial, à direita, está em sintonia com o assunto principal da página, mas também sofre a intromissão dos tais pequenos anúncios. A página, no seu todo, é visualmente mau acabada, produzindo pouco interesse de leitura.

Total de fotos da matéria: uma

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Não.

Total de fontes exibidas pela matéria: uma

Fontes oficiais: o deputado estadual Durval Ângelo, presidente da Comissão de Direitos Humanos da AL.

Fontes alternativas: não há

Resumo do assunto tratado: a matéria aborda o novo depoimento do detetive particular Daividson Santos , desta vez , ao coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude de Minas, o procurador Ronald Albergaria. O conteúdo desse novo depoimento não foi tornado público, e as poucas informações sobre ele foram dadas à imprensa pelo deputado Durval Ângelo. A reportagem também informa a inauguração da sede da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente, no bairro Mangabeiras, em BH.

A matéria faz menção ao ECA? Não.

Ficha N.º 9

Título da matéria: Infância Roubada

Data de publicação: 02 de maio de 2004

Gênero da matéria: grande reportagem

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 25 a 29

Características editoriais e gráficas da matéria: assinada por uma equipe de 6 jornalistas, a reportagem “Infância Roubada” é capa de página inteira do Caderno Gerais e ocupa ainda mais quatro páginas do mesmo Caderno, totalizando cinco páginas. Dessas cinco páginas, três correspondem a 100% de ocupação da mancha gráfica da página e duas, 2/3 da mancha gráfica de cada página. Nas duas páginas em que a reportagem não abrange toda a mancha gráfica da página (p.26 e p. 29), o espaço foi cedido para a publicidade: uma delas (p. 26), do próprio Jornal Estado de Minas, a cores, estabelece uma certa confusão visual com a matéria jornalística e destoa completamente do produto jornalístico como um todo, e, a outra (p. 29), no final da reportagem, em que vários pequenos anúncios aparecem de uma forma menos destacada, em preto e branco, mas espremem, notadamente, a última parte da reportagem.

“Infância Roubada” se constrói através de quatro eixos de abordagem: Impunidade, Submundo, Omissão e Resistência. Todos eles são acompanhados de uma vinheta, localizada no alto da página, à esquerda. A vinheta difere da versal porque normalmente porta uma foto ou outro tipo de ilustração. Também no alto da página, à direita, há um pré-texto que introduz o assunto tratado por cada eixo da reportagem. Abaixo da vinheta e do pré-texto, surge o título de cada matéria correspondente ao eixo específico. São usadas 4 cores nas duas primeiras páginas da reportagem. As outras três lançam mão do preto e branco. Além das fotos, “Infância Roubada” exhibe um mapa das rotas do crime, nas estradas mineiras; três pequenos destaques numérico-informativos realçando dados sobre o tema em questão e uma “Análise da Notícia”, em que o JEM se posiciona a respeito do assunto por intermédio da editoria de Gerais.

Total de fotos da matéria: 7

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Sim, cinco.

Total de fontes exibidas pela matéria: 8

Fontes oficiais: seis. **Fonte policial:** o inspetor federal Junnie Penna da Polícia Rodoviária Federal, responsável pelo mapeamento inédito da exploração sexual de menores nas estradas federais do país; **fontes judiciais:** a coordenadora Elizabete Leitão do Programa de Combate à Exploração

Sexual da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, e a promotora Luciana Kellen Santos Pereira, da Promotoria da Infância e Adolescência de Belo Horizonte, responsável pelo processo que apura as denúncias de exploração sexual no município de São Francisco, em MG; **fonte governamental:** o superintendente Felipe Willer de Abreu, da sub-Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedese) e **fontes documentais:** Relatório da ONU do ano de 2002, dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dados do Ministério da Justiça.

Fontes alternativas: duas. Uma vítima de 12 anos de idade, ficticiamente nomeada de Fernanda, e um agressor, PC, caminhoneiro, pai de 4 filhos.

Resumo do assunto tratado: a reportagem é montada a partir da divulgação do levantamento inédito realizado pela Polícia Rodoviária Federal que menciona que, ao longo dos 60 mil km de rodovias federais brasileiras, situam - se 553 pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes, dos quais 13,3% concentram-se em Minas, estado pelo qual passam 37% das estradas federais. Esse mercado que funciona em torno de postos de gasolina, restaurantes, boates e prostíbulos de beira de estrada, em que meninas ganham até R\$ 0,50 por comercializar o seu corpo, é precisamente do que trata "Infância Roubada": uma reportagem que envolveu seis profissionais na sua apuração e que se transcorreu ao longo da permanência de uma semana desses profissionais nas estradas mineiras.

A matéria faz menção ao ECA? Não.

Ficha N.º. 10

Título da matéria: CPI quer punição pesada

Data de publicação: 03 de maio de 2004

Gênero da matéria: reportagem de pequeno porte

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 19

Características editoriais e gráficas da matéria: a matéria assinada ocupa toda a página. Essa é a primeira matéria publicada pelo Caderno Geraes do JEM depois da grande reportagem “Infância Roubada”. Sua data de publicação é o dia seguinte, uma segunda-feira, dia 03 de maio. Sob a versal Exploração Sexual e um pré-texto, no alto da página, surge o título principal da reportagem: “CPI quer punição pesada”. Essa matéria se constitui de um intertítulo e um texto bastante enxuto, de uma coluna apenas, que se estende por todo o comprimento da página, do lado esquerdo. No lado direito da página, no quadrante inferior, há um box com uma entrevista e uma foto de uma senadora que integra a CPMI do Congresso Nacional. Acima, uma foto de uma adolescente na estrada compõe a reportagem que, de alguma forma, repercute, junto à CPMI do Congresso, o quadro exibido, no dia anterior, por “Infância Roubada”.

Total de fotos da matéria: duas

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Sim, uma.

Total de fontes exibidas pela matéria: duas

Fontes oficiais: a coordenadora do Programa de Ações Integradas e Referência de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil do Ministério da Justiça, Elizabeth Leitão, e a presidente da CPMI do Congresso Nacional, que investiga o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes, senadora Patrícia Gomes (PPS – CE).

Fontes alternativas: nenhuma

Resumo do assunto tratado: a matéria se esforça para comprometer as instâncias legais disponíveis no país numa aplicação mais rígida e atual da lei que pune o crime de exploração sexual infanto-juvenil.

A matéria faz menção ao ECA? Não.

Ficha N.º 11

Título da matéria: Guerra ao abuso sexual

Data de publicação: 18 de maio de 2004

Gênero da matéria: reportagem de médio porte

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 19 e 20

Características editoriais e gráficas da matéria: a matéria assinada ocupa cerca de metade da mancha gráfica da página de capa do Caderno Gerais do JEM (p. 19) e praticamente 50% da mancha gráfica superior da página 20. No alto da página de abertura do Caderno, há uma foto de uma adolescente de costas, vítima de abuso e exploração sexuais. Após essa foto, um pré-texto chama para o título da reportagem: “Guerra ao abuso sexual”, que se constitui de um texto à esquerda da página, com um “olho” declaratório, entre aspas, de uma adolescente, vítima do crime de exploração sexual. Do lado direito, justamente abaixo do título da matéria principal, é exibida uma publicidade do Jornal Estado de Minas, em quatro cores, completamente confundida com o texto jornalístico. O leitor demora algum tempo para constatar que aquela é uma publicidade do Jornal. Na página 20, sob a versal “Abuso Sexual”, e um pré-texto, surge o título “Investimento na família”, que, apesar de estar em uma outra página, pode ser vista como pertencente à matéria principal e, portanto, pode ser considerada um box, do qual faz parte o pequeno destaque “Análise da Notícia”. Esse box traz uma foto, em preto e branco, localizada à direita da página, no quadrante superior, da campanha de educação dos caminhoneiros. Abaixo desse box, uma publicidade em quatro cores toma conta do restante da mancha gráfica da página 20.

Total de fotos da matéria: duas

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Sim, uma.

Total de fontes exibidas pela matéria: quatro

Fontes oficiais: o inspetor da PRF, Junnie Penna, responsável pela mapeamento das rotas do crime de exploração sexual nas rodovias brasileiras; o presidente da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Renato Roseno, e o perito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Federico Marcon.

Fontes alternativas: Adriana (nome fictício), uma garota de 15 anos de idade, vítima de abuso sexual em família, e, depois, da exploração sexual nas estradas.

Resumo do assunto tratado: a matéria aborda, na data nacional comemorativa da luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, a força-tarefa política que se reuniu, no Brasil, para combater o crime de exploração sexual infanto-juvenil. Lançando mão do depoimento cruel de uma adolescente vítima desse tipo de crime, a reportagem procura explicações junto às autoridades competentes para que a sociedade possa compreender melhor a realidade que embasa essa situação.

A matéria faz menção ao ECA? Não.

Ficha Nº. 12

Título da matéria: Parceria contra o abuso

Data de publicação: 02 de junho de 2004

Gênero da matéria: reportagem de pequeno porte

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 23

Características editoriais e gráficas da matéria: a matéria assinada é a matéria principal da página e ocupa 2/3 da sua mancha gráfica. Sob a versal “Cidadania” e um pré-texto, aparece o título da reportagem: “Parceria contra o abuso”. A construção da matéria utiliza um intertítulo, um destaque de dados sobre o crime de exploração sexual infanto-juvenil no país e um destaque opinativo, “Análise da Notícia”. Acompanha ainda a reportagem, uma foto do tráfego de caminhões nas rodovias federais que cortam o estado de Minas Gerais.

Total de fotos da matéria: uma

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Não.

Total de fontes exibidas pela matéria: seis

Fontes oficiais: o presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MG), João Batista de Oliveira; a coordenadora do Programa Sentinela de Governador Valadares, Vera Soares; o coordenador da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, João Soares da Silva Júnior; dados documentais da Polícia Rodoviária Federal, do Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil e da Universidade de Montes Claros (Unimontes).

Fontes alternativas: Nenhuma

Resumo do assunto tratado: a reportagem noticia a parceria do Cedca-MG com a organização não governamental “Visão Mundial” como mais uma estratégia do poder público de se unir à iniciativa privada para tentar combater a prática do crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. Na oportunidade, a matéria aproveita para atualizar os dados sobre a questão, 30 dias após a publicação de “Infância Roubada”.

A matéria faz menção ao ECA? Não.

Ficha N.º 13

Título da matéria: Denúncias crescem 400%

Data de publicação: 25 de setembro de 2004

Gênero da matéria: reportagem de médio porte

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 19 e 20

Características editoriais e gráficas da matéria: sob a versal “Exploração Sexual”, surge o título da matéria “Denúncias crescem 400%” e, em seguida, um pré-texto introdutório do conteúdo da reportagem assinada que é capa do Caderno Gerais do JEM. Trata-se de um texto enxuto, praticamente de todo situado à direita da página, acompanhado de uma foto em 4 cores, à esquerda, mostrando uma adolescente dependurada na boléia de um caminhão, numa rodovia. Abaixo do texto e da foto, um pequeno anúncio e uma publicidade do JEM, ambas em 4 cores. Já na página 20, sob a versal “Matéria de Capa” e um pré-texto, a matéria se desenvolve a partir do título “Pareceria contra impunidade” que se constrói através de um intertítulo, um destaque numérico “Números do abuso” e um Box, “Consciência na escola”. Quatro pequenos anúncios finalizam a página, misturando-se a uma pequena notícia sobre o tema da Educação.

Total de fotos da matéria: três

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Sim, as três.

Total de fontes exibidas pela matéria: sete

Fontes oficiais: o subsecretário do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, João Batista de Oliveira; o superintendente de Direitos Humanos, Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior; o promotor da Infância e da Juventude de BH, Márcio Rogério Oliveira; a subsecretária de Desenvolvimento da Educação em Minas, Maria Eliana Novais e a diretora da Escola Estadual Francisco Brant, Arlene Barros.

Fontes alternativas: dois estudantes da Escola Estadual Francisco Brant, em BH, de 11 e 16 anos de idade, cada.

Resumo do assunto tratado: o acontecimento desencadeador da reportagem é o início da segunda fase da campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, em Minas Gerais, agora com a parceria firmada entre as secretarias de Estado da Educação e dos Direitos Humanos. A partir desse fato, a reportagem atualiza para o leitor os dados sobre o problema do abuso e da exploração sexual infanto-juvenil, as medidas já encaminhadas pelos organismos competentes, no Estado e a experiência dos alunos da Escola Estadual Francisco Brant com a abordagem do tema.

A matéria faz menção ao ECA? Não.

Ficha N.º. 14

Título da matéria: Moeda do crime

Data de publicação: 26 de outubro de 2004

Gênero da matéria: reportagem de médio porte

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 21 e 22

Características editoriais e gráficas da matéria: a reportagem é assinada e ocupa toda a capa do Caderno Gerais do JEM, que usa 4 cores. Sob a versal “Diamantes da Ilegalidade”, e de dois destaques numéricos, surge o título “Moeda do Crime” acompanhado de um subtítulo. Um texto enxuto com um intertítulo, em duas colunas, situa-se à esquerda da página que traz, no centro, duas fotos de personagens suspeitos de operações ilegais. Mais à direita, uma espécie de box com a tradução de uma conversa telefônica. No rodapé da página, uma pequena história sobre o diamante traz a foto e o depoimento de um garimpeiro. A página 22 inteira se refere ainda à reportagem que guarda quase praticamente a mesma disposição gráfica utilizada na página antecessora. O título “Transação inclui garota de 16 anos” faz a ligação do assunto do tráfico de pedras com o tema da prostituição infantil.

Total de fotos da matéria: cinco

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Não.

Total de fontes exibidas pela matéria: sete

Fontes oficiais: fitas gravadas pela Polícia Federal; relatório preliminar da PF; policiais federais não nomeados; dados da CPI do Banestado e extrato do MTB Bank de Nova York.

Fontes alternativas: dois garimpeiros profissionais: o amazonense, “Zé Maria”, e José Eustáquio Honorato, o “Zé Douradinho”.

Resumo do assunto tratado: a reportagem publica gravações inéditas e exclusivas da Polícia Federal sobre uma rede de doleiros e comerciantes de pedras preciosas, em Minas Gerais, que, em suas operações, incluem programas sexuais com adolescentes.

A matéria faz menção ao ECA? Não.

Ficha N.º. 15

Título da matéria: Pistoleiros contra federais

Data de publicação: 08 de novembro de 2004

Gênero da matéria: reportagem de pequeno porte

Página(s) ocupada(s) no Caderno Gerais do JEM: 20

Características editoriais e gráficas da matéria: A versal “Diamantes da Ilegalidade” e dois destaque numéricos abre a matéria não assinada “Pistoleiros contra federais” que ocupa toda a mancha gráfica da página e, para isso, lança mão de subtítulo, intertítulo, o box “Soma de esforços contra o crime” e dois destaques de dados: “Entenda o caso” e “Cercos aos contrabandistas”.

Total de fotos da matéria: três

Alguma foto de criança e/ou adolescente? Não.

Total de fontes exibidas pela matéria: quatro

Fontes oficiais: o delegado Ricardo Amaro, da Comunicação Social da Superintendência da PF em Minas; o diretor-geral adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineira (DNPM), João César Pinheiro de Freitas; a superintendente da PF em Minas, Sônia Estela de Melo, e o coordenador de operações da PF, delegado Mauro Spósito.

Fontes alternativas: nenhuma

Resumo do assunto tratado: a reportagem aborda a infiltração do crime organizado no interior da Polícia Federal mineira e as possíveis ameaças que policiais federais vêm sofrendo por parte de criminosos envolvidos com o contrabando de dólares e pedras preciosas no Estado. Com relação à exploração sexual infanto-juvenil, a matéria só faz referência uma vez ao problema quando o coloca no meio dos crimes relacionados às atividades da rede.

A matéria faz menção ao ECA? Não.

Anexo 5

**Modelos de Questionário das entrevistas
com os jornalistas e com o editor de Gerais do JEM**

Questionário para os Jornalistas de *Infância Roubada*

1 - Como surgiu a idéia de se fazer uma reportagem nas estradas de Minas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes?

2 - Sob o seu ponto de vista, que critérios ou valores jornalísticos influenciaram na decisão da editoria Gerais do Jornal Estado de Minas de produzir *Infância Roubada*?

3 - Grosso modo, você classificaria o tema da exploração sexual infanto-juvenil, hoje, no país, como sendo: de grande, médio ou pequeno interesse jornalístico? Por que?

4 - Antes de *Infância Roubada*, houve denúncias noticiadas pela imprensa, inclusive pelo Jornal Estado de Minas, de esquemas de exploração sexual infanto-juvenil em São Francisco, no norte de Minas, e em Pompéu. Muito se falou a respeito na época, e, agora, não mais. Por que? A imprensa não deveria acompanhar melhor esses casos e, volta e meia, atualizá-los para o público?

5 - Você considera que reportagens que tratam de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes despertam interesse de leitura no público? Por que?

6 - Você sabe se essa reportagem motivou algum tipo de reação social? De que tipo?

7 - Na sua opinião, *Infância Roubada* cumpre com alguma finalidade social no Brasil? Com qual?

8 - Você é de opinião que crianças e adolescentes que vendem seus corpos são sempre vítimas sociais? Por que?

9 - Que imagem ficou prá você daquelas crianças e adolescentes que comercializam seus corpos por R\$ 1?

10 - E quanto aos abusadores? Como você os classifica? Eles são algozes de fato? Ou você diria que eles também são vítimas sociais?

11 - Existe algum tipo de gratificação profissional em se produzir uma reportagem como *Infância Roubada*? Por que?

Questionário para o editor de *Infância Roubada*

- 1 – Você se recorda de como *Infância Roubada* surgiu?
- 2 – Quando apareceu esse nome: *Infância Roubada*?
- 3 – *Infância Roubada* foi idealizada, desde o início, como uma grande reportagem?
- 4 – O que, na sua opinião, propiciava a *Infância Roubada* essa condição de grande reportagem?
- 5 – Sob o seu ponto de vista, que critérios ou valores jornalísticos influenciaram na decisão da Editoria Gerais do Jornal Estado de Minas de produzir *Infância Roubada*?
- 6 – O tema da exploração sexual infanto-juvenil é, hoje, um assunto que mobiliza a cobertura da imprensa mineira e nacional? Por que?
- 7 – A exploração sexual de crianças e adolescentes gera interesse social de leitura? Por que?
- 8 – Você sabe se essa reportagem desencadeou algum tipo de reação social? De que tipo?
- 9 – *Infância Roubada* e todas as reportagens sobre exploração sexual infanto-juvenil tratam as crianças e os adolescentes como vítimas sociais e seus exploradores, como réus e algozes. Você considera essa uma abordagem acertada para a cobertura da imprensa sobre a questão?
- 10 – Essa pesquisa constatou que, ao longo do ano de 2004, foram publicadas, pelo Caderno Gerais do Jornal Estado de Minas, além da grande reportagem *Infância Roubada*, outras 14 reportagens de pequeno e médio porte sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. Apenas uma delas menciona em seu conteúdo, o Estatuto da Criança e do Adolescente. O que você pensa a respeito?
- 11 – Ainda com relação à informação da pergunta anterior, não foi encontrada nenhuma reportagem sobre abuso sexual infanto-juvenil, mas apenas sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. Haveria, na sua opinião, alguma razão para isso?

Anexo 6

**Entrevistas com o editor
e os jornalistas de *Infância Roubada***

Entrevista: Editor

1 – Você se recorda de como *Infância Roubada* surgiu?

R - Pautas como aquela estão sempre em nossa cabeça. Antes de *Infância Roubada* havíamos produzido várias reportagens sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes ao longo das rodovias mineiras. É uma preocupação porque Minas Gerais tem a maior malha rodoviária federal do país. E ainda há a malha estadual. Boa parte corta regiões pobres do estado, como o Norte de Minas e os vales do Jequitinhonha e Mucuri. Em matérias anteriores, publicamos relatos de garotas que se vendiam até por R\$ 0,50 (cinquenta centavos) e precisávamos voltar àquelas áreas mais carentes para verificar melhor a história, investigar mais sobre essas pessoas, quem as explora etc. Havia também outras denúncias.

2 – Quando apareceu esse nome: *Infância Roubada*?

R - Aleatoriamente. Pensamos: são crianças sem infância. Lutam para sobreviver, negociam o único bem que têm: o corpo mirrado. Daí, o nome.

3 – *Infância Roubada* foi idealizada, desde o início, como uma grande reportagem?

R - *Infância Roubada* não foi idealizada como uma grande reportagem, mas como mais uma denúncia do que ocorre às margens das estradas, em prostíbulos e postos de combustíveis mal cheirosos e mal frequentados, envolvendo crianças e adolescentes, frutos de famílias miseráveis, desamparadas, desinformadas e famintas. Crianças que, às vezes, como mostra a reportagem, são vendidas pelos próprios pais, retirantes desesperados, que tentam, com a mulher e a filharada, chegar à periferia de uma grande ou média cidade para inchar ainda mais as favelas. Só que quando chegam no meio do caminho não agüentam mais e têm que deixar a dignidade para trás em troca de um prato de comida. (O filme “No Caminho das Nuvens” retrata relativamente bem essa retirada, só que, no caso, os pais resistem bem às mazelas.)

4 – O que, na sua opinião, propiciava a *Infância Roubada* essa condição de grande reportagem?

R - Como já disse, nunca pensei em grande reportagem. Não pensamos num assunto de grande interesse da sociedade sob esse aspecto. Primeiro, pensamos na denúncia, na revelação do fato. O importante é dar o recado, mostrar o que a gente vê e que a maioria às vezes não vê, principalmente a elite encastelada, que fecha os olhos a essa miserável condição quando pára em postos à beira da estrada para abastecer seus carros.

5 – Sob o seu ponto de vista, que critérios ou valores jornalísticos influenciaram na decisão da Editoria Gerais do Jornal Estado de Minas de produzir *Infância Roubada*?

R - O valor da denúncia, da revelação do fato, da exposição de nossa hipocrisia, da omissão e de um mal que se alastra por este país, a impunidade. Batemos tanto

nesta tecla que o Senado abriu uma CPI, que, por sua vez, não resultou em nada, a não ser mostrar que dos casos denunciados em Minas (na época, se não me engano, entre 100 e 150) nenhum resultou em punição.

6 – O tema da exploração sexual infanto-juvenil é, hoje, um assunto que mobiliza a cobertura da imprensa mineira e nacional? Por que?

R - Trata-se de uma das mais degradantes mazelas da sociedade. Uma infância e uma juventude abandonadas, exploradas pela própria miséria e por aqueles que dela se apropriam para satisfazer seus desejos. Uma nação que não cuida de sua infância, que tipo de adulto terá amanhã?

7 – A exploração sexual de crianças e adolescentes gera interesse social de leitura? Por que?

R - Todo drama social gera esse tipo de interesse. Não que as pessoas vão se sentir sensibilizadas e engrossar a luta contra essa situação. Mas, pelo menos, para dizer que estão chocadas.

8 – Você sabe se essa reportagem desencadeou algum tipo de reação social? De que tipo?

R - A não ser a CPI, nada mais.

9 – Infância Roubada e todas as reportagens sobre exploração sexual infanto-juvenil tratam as crianças e os adolescentes como vítimas sociais e seus exploradores, como réus e algozes. Você considera essa uma abordagem acertada para a cobertura da imprensa sobre a questão?

R - Sim. Se você fizer um levantamento das pessoas indiciadas por abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes verá que boa parte tem boa escolaridade, situa-se numa faixa de renda de média para cima; alguns ocupam cargos ou postos de importância na comunidade. São comerciantes, políticos, religiosos; gente que usa o prestígio para alcançar a impunidade.

10 – Essa pesquisa constatou que, ao longo do ano de 2004, foram publicadas, pelo Caderno Gerais do Jornal Estado de Minas, além da grande reportagem *Infância Roubada*, outras 14 reportagens de pequeno e médio porte sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. Apenas uma delas menciona em seu conteúdo, o Estatuto da Criança e do Adolescente. O que você pensa a respeito?

R - O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é apenas um conjunto de regras, sem a devida contrapartida. O que mais se usa do ECA são os artigos que limitam a exposição dos fatos, o que dificulta as denúncias. Vamos procurar saber o que vale o ECA ao longo da BR-381, da Rio-Bahia. Nada. Porque não há nada ao longo das rodovias que signifique proteção às crianças e adolescentes. Há apenas os conselhos tutelares, amarrados pela própria realidade de poder das pequenas e médias cidades. O que pode fazer o conselho tutelar de Padre Paraíso, conforme reportagem recente publicada pelo ESTADO DE MINAS que mostra três gerações

de prostitutas de beira de estrada: avó, mãe e neta? O que pode o conselho tutelar diante da prostituição escancarada em postos de combustível e em prostíbulos? O ECA é um instrumento de primeiro mundo num país de terceiro mundo. O problema dessas crianças e adolescentes das estradas e também daqueles que margeiam nossa capital (veja o Anel Rodoviário, imediações da rodoviária) vem de situação social muito maior do que possa imaginar um conselheiro tutelar de Araçuaí. Vem da família desestruturada, do desamparo, da má distribuição de renda, da educação precária, do subemprego, das exageradas ofertas de consumo, enquanto poucos, muito poucos, têm acesso a esses bens. Há garotas que se prostituem na beira da estrada para comprar absorvente íntimo, batom, calcinhas, rímel e até sabonete. São garotas como qualquer outra de classe média ou rica, com os mesmos sonhos de Cinderela. Mas umas têm, outras não.

11 – Ainda com relação à informação da pergunta anterior, não foi encontrada nenhuma reportagem sobre abuso sexual infanto-juvenil, mas apenas sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. Haveria, na sua opinião, alguma razão para isso?

R - Exploração sexual inclui tudo. Abuso é exploração. Exploração é abuso. Questão de semântica, apenas, com a qual não devemos nos preocupar diante de valor maior e intrigante.

Entrevista: Jornalista A

1 - Como surgiu a idéia de se fazer uma reportagem nas estradas de Minas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes?

R.: Na época, eu era repórter da editoria Gerais e fui convocada para participar da série de reportagens sobre exploração sexual infantil. Fui escalada para ir ao Sul de Minas (Pouso Alegre) procurar o patrulheiro da Polícia Rodoviária Federal que tinha feito um levantamento sobre casos na região. Ele focou ocorrências nas rodovias e em postos de combustível envolvendo caminhoneiros. Além de entrevistar o policial, tinha que encontrar caminhoneiros e garotas (adolescentes ou que começaram a se prostituir na adolescência) para coletar histórias e depoimentos. Confesso que não me lembro mais com precisão de quem foi a pauta. Acredito que, na época, a CPI da Exploração Sexual estava sendo finalizada ou acabara de divulgar o relatório final e que um dos repórteres do Estado de Minas ficou sabendo da história do patrulheiro de Pouso Alegre.

2 - Sob o seu ponto de vista, que critérios ou valores jornalísticos influenciaram na decisão da editoria Gerais do Jornal Estado de Minas de produzir *Infância Roubada*?

R.: O tema sempre rende notícia porque agrega características como atualidade e proximidade. Ao buscar histórias curiosas como a do patrulheiro rodoviário solitário na luta contra a exploração sexual infantil, nos deparamos com valores como novidade e originalidade.

3 - Grosso modo, você classificaria o tema da exploração sexual infanto-juvenil, hoje, no país, como sendo: de grande, médio ou pequeno interesse jornalístico? Por que?

R.: Médio interesse jornalístico. Não existem páginas temáticas ou uma cobertura diária sobre o tema nos principais veículos de comunicação. Contudo, sempre rende matéria quando algum estudo é divulgado ou quando algum escândalo envolvendo exploração sexual vem à tona – seja por operações policiais ou por denúncias que chegam à redação.

4 - Antes de *Infância Roubada*, houve denúncias noticiadas pela imprensa, inclusive pelo Jornal Estado de Minas, de esquemas de exploração sexual infanto-juvenil em São Francisco, no norte de Minas, e em Pompéu. Muito se falou a respeito na época, e, agora, não mais. Por que? A imprensa não deveria acompanhar melhor esses casos e, volta e meia, atualizá-los para o público?

R.: Acredito que o acompanhamento dos desdobramentos de nossas reportagens deveria ser algo rotineiro. Mas o dia-a-dia nas redações nem sempre o permite. Certamente não têm começo, meio e fim as reportagens do *Infância Roubada*, as matérias feitas no Norte de Minas e em Pompéu (onde o prefeito era suspeito de promover festas regadas a álcool e orgias com adolescentes). Acredito que, com relação a esses casos específicos, desdobramentos como a prisão de suspeitos, a condenação ou absolvição do prefeito, garotas que denunciem as atrocidades pelas

quais passaram, por exemplo, ainda possam se transformar em notícia estampada nas páginas do jornal. Talvez estejamos atrasados, mas ainda há tempo.

5 - Você considera que reportagens que tratam de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes despertam interesse de leitura no público? Por que?

R.: Se as reportagens agregarem valores como originalidade, atualidade e proximidade sim.

6 - Você sabe se essa reportagem motivou algum tipo de reação social? De que tipo?

R.: Não me recordo.

7 - Na sua opinião, *Infância Roubada* cumpre com alguma finalidade social no Brasil? Com qual?

R.: Acredito que sim. A finalidade de informar e, ao mesmo tempo, conscientizar.

8 - Você é de opinião que crianças e adolescentes que vendem seus corpos são sempre vítimas sociais? Por que?

R.: Sempre? Talvez. Encaro a prostituição infantil como uma violação dos direitos humanos e como um crime. É difícil imaginar que uma criança que decide se prostituir como primeira opção de vida. Quem decide entrar nessa vida antes dos 18 provavelmente não consegue vislumbrar um futuro promissor. A trajetória na rua normalmente começa com a mendicância, passa pelas pequenas vendas nos sinais e tem como fim a prostituição. As histórias das crianças e adolescentes que vendem seus corpos se misturam com o tráfico de drogas, com a miséria e com problemas familiares.

9 - Que imagem ficou prá você daquelas crianças e adolescentes que comercializam seus corpos por R\$ 1?

R.: Não foi apenas uma imagem que ficou. Primeiro, veio, acompanhada de indignação, a imagem de pessoas sem muitas opções que fazem aberrações para poder sobreviver. Depois, a imagem da sociedade paralisada, incapaz de mudar o destino de quem vende o corpo por R\$ 1. Em seguida, a imagem de que eu poderia, usando as ferramentas da minha profissão (por mais defeituosas que elas sejam), denunciar e informar.

10 - E quanto aos abusadores? Como você os classifica? Eles são algozes de fato? Ou você diria que eles também são vítimas sociais?

R.: São uma mistura de vítimas, de algozes e de doentes. Muitos sabem que estão fazendo algo reprovável socialmente, outros encaram como um negócio aceito socialmente – com comprador, vendedor, comodidade oferecida e preço fixado – e muitos disseram que se sentem mais jovens quando estão com adolescentes.

Pessoas assim não podem ser classificadas apenas de algozes.

11 - Existe algum tipo de gratificação profissional em se produzir uma reportagem como *Infância Roubada*? Por que?

R.: Claro. Primeiro, mergulhar nesse universo da forma com fiz seria praticamente impossível se não fosse uma repórter. A maior gratificação, contudo, é saber que as matérias como essas são capazes de promover debates, motivar ações e até uma dissertação de mestrado... O melhor mesmo seria saber que crianças e adolescentes deixaram de se prostituir porque alguém leu a reportagem e conseguiu mudar o destino de quem teve a infância roubada. Isso ainda não deu para descobrir se aconteceu. Certamente renderia matéria.

Entrevista: Jornalista B

1 – Como surgiu a idéia de se fazer uma reportagem nas estradas de Minas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes?

R.: O tema prostituição infanto-juvenil é recorrente. Não diria que surgiu de uma discussão de pauta com base na constatação de um assunto inexplorado, fato novo ou uma tendência, desconhecidos do público leitor. Prevaleceu foi uma nova análise de informações de um antigo problema. A cada novos dados, seja uma pesquisa de órgãos oficiais ou instituições não-governamentais, surge a possibilidade de pautar o tema, a partir de uma visão diferenciada. A constatação da Polícia Rodoviária Federal, no caso dessa matéria, serviu para retomar a discussão nas páginas do Estado de Minas. Da mesma forma, acredito que quaisquer novos números sobre o tráfico de drogas, caminharia para uma pauta sobre o tema que, assim como a prostituição de crianças e adolescentes, é uma ferida aberta no país, que precisa de tratamento. Nesse caso, a imprensa age como porta-voz de um diagnóstico que se aprofundou na análise do problema.

2 – Sob o seu ponto de vista, que critérios ou valores jornalísticos influenciaram na decisão da editoria Gerais do Jornal Estado de Minas de produzir *Infância Roubada*?

R.: A editoria se pautou pelos números que a Polícia Rodoviária Federal levantou em sua área de atuação, agregados às análises de outros setores. Não creio que os valores morais tenham influenciado para a decisão de produzir a matéria, pois o papel jornalístico é o de informar com responsabilidade, sem o objetivo de trazer uma mudança imediata do quadro, apesar de que a formação de uma opinião pública quase sempre implica na busca de um comportamento adequado. Os personagens da matéria, no caso, humanizam os números. A decisão, no meu ponto de vista, teve por base o tratamento de um assunto conhecido, com a possibilidade de contar a história por outro ângulo, um novo pano de fundo, no caso as rodovias.

3 – Grosso modo, você classificaria o tema da exploração sexual infanto-juvenil, hoje, no país, como sendo: de grande, médio ou pequeno interesse jornalístico? Por que?

R.: Quando se fala de interesse jornalístico, é essencial entender o seu público leitor. Não dá para classificar por grande, médio ou pequeno interesse. Quando pensamos num público de pequeno poder aquisitivo, que é a classe C e D, que começa a ter acesso ao jornal popular de R\$ 0,25, o tratamento desse assunto na ótica da exploração soa como um discurso vazio. Pois eles convivem com tal miséria, que não se sentem donos de seus corpos. A auto-estima é baixa e há uma certa naturalidade, na visão desse público, de que a criança ou o adolescente fez aquilo que queria e foi pago por isso. Dificilmente, conseguem entender que houve um crime, principalmente considerando que muitas crianças sofrem o primeiro abuso dentro de casa, pelo pai bêbado, o irmão mais velho sem uma orientação sexual adequada, ou um parente próximo. Mas basta relatar uma conseqüência trágica,

como o assassinato de uma garota que era explorada, para esse mesmo público se interessar pela matéria.

Em se tratando do leitor da classe A e B, o tema se distancia de sua realidade, mas o leva à reflexão da necessidade de estabelecer o princípio da legalidade como forma de controle da criminalidade. O seu interesse pode variar à medida em que essa exploração sexual se aproxime de seu ambiente, e o obrigue a se resguardar de possíveis influências no seu cotidiano. Apenas para ilustrar, imagine o proprietário de uma transportadora sabendo que entre os muitos motoristas que exploram sexualmente crianças e adolescentes, podem estar os seus empregados. Na prática, sabemos que a classe média alta não está imune a uma desestruturação moral daqueles que estão abaixo. Exemplo recente foram as meninas da Zona Sul carioca, que foram para os bailes funk disputar homens com as suburbanas. Nossa própria história mostra situações do gênero, como o relato em torno da escrava Xica da Silva.

Digo tudo isso, apenas para que se entenda que o interesse jornalístico nem sempre é o combustível para se definir a pauta, já que o público leitor de um veículo tem perfis variados. É claro que a matéria não está ali para tampar buraco. Penso que esse tipo de trabalho, só pelo tema não atrai leitores, pois como já disse, é recorrente, exige um esforço editorial para chamar a atenção daquele leitor que, ao passar os olhos pelas páginas, se interesse pelo conteúdo. Falar de exploração sexual, em si, não desperta interesse, pois é uma ferida que quando cutucada pode causar dor. Por isso ainda acho que é mais fácil estabelecer um gráfico de interesse quando se trata de uma coluna social ou de fofoca da tevê.

4 – Antes de *Infância Roubada*, houve denúncias noticiadas pela imprensa, inclusive pelo Jornal Estado de Minas, de esquemas de exploração sexual infanto-juvenil em São Francisco, no norte de Minas, e em Pompéu. Muito se falou a respeito na época, e, agora, não mais. Por que? A imprensa não deveria acompanhar melhor esses casos e, volta e meia, atualizá-los para o público?

R.: A imprensa tem acompanhado esses casos à medida em que as autoridades (polícias e o sistema Judicial), e outros setores responsáveis, reagem e caminham no sentido de valer o que estabelece a legislação, não deixando impunes os criminosos. Eu mesmo fiz matéria sobre a sentença de um dos envolvidos no caso de Pompéu. O que o jornal não faz é acompanhar ostensivamente o andamento de um inquérito ou processo penal de um acusado, como se aquele fosse o único criminoso de toda uma sociedade. O papel da imprensa é informar e, muitas vezes, denunciar, mas cabe ao Estado exercer a sua função na garantia dos direitos instituídos, sem que isso tenha como motivação a necessidade de dar uma resposta a determinado conteúdo editorial. Esperar que a imprensa noticie e desencadeie uma cobertura ostensiva, pode ser perigoso, pois os poderes constituídos podem se orientar pelas páginas do jornal e não pela nossa Constituição. Certamente, os esforços dos setores oficiais e não-governamentais, quando atingirem com eficácia a ferida da prostituição infanto-juvenil, serão alvo de matérias jornalísticas. Mas o contrário não convém: que seria a imprensa se esforçar para que os setores atuem nesse sentido.

5 – Você considera que reportagens que tratam de abuso e exploração sexual

de crianças e adolescentes despertam interesse de leitura no público? Por que?

R.: Acho que já respondi essa pergunta na questão de número 3.

6 - Você sabe se essa reportagem motivou algum tipo de reação social? De que tipo?

R.: Não tenho dados específicos sobre a influência dessa matéria, mas tenho recebido informações constantes de que o disque denúncia aumentou muito o número de ligações. Isso faz pensar numa conscientização da sociedade, não só por essa matéria, mas por muitas outras que vem sendo veiculadas na mídia. De certa forma, empresários do setor de transportes já estão atentos às possibilidades de que seus empregados venham a ser agentes da exploração sexual infanto-juvenil. E os motoristas então passam a receber orientações claras de que condutas como essas não serão aceitas. Mulheres de caminhoneiros ficam atentas ao comportamento de seus maridos, pois tornam-se conhecedoras do quadro de prostituição nas estradas. De um modo geral, não tenho essa expectativa de provocar reação social por meio de meu trabalho, o que me deixa às margens de um possível retorno do efeito, mesmo que colateral, de uma produção editorial.

7 – Na sua opinião, *Infância Roubada* cumpre com alguma finalidade social no Brasil? Com qual?

R.: Cumpre com a sua função de informar e isso é parte do sistema. Não é uma solução, mas é o direito à informação que, se negado, torna as pessoas cegas a uma realidade. Apenas pelo seu conteúdo, a matéria não muda o quadro. Forma opiniões, obviamente, que podem ser embriões de uma reação ordenada, com cada qual cumprindo sua finalidade social. É apenas uma mera engrenagem do sistema, que pelo poder de chegar à diferentes setores, desperta o interesse de públicos que se vêem motivados a reagir individualmente para alcançar o coletivo, num só pensamento.

8 – Você é de opinião que crianças e adolescentes que vendem seus corpos são sempre vítimas sociais? Por que?

R.: No sentido de vender, certamente que a questão passa obrigatoriamente pela miséria, degradação social. Mesmo que o dinheiro não se destine a suprir necessidades básicas suas e de seus parentes, a criança ou adolescente busca o recurso para ter acesso ao bem ou serviço que por sua condição social não conseguiria comprar. Mas dentro desse quadro, há também uma situação de maior profundidade, da necessidade emocional de carinho, atenção, que pode existir mesmo num ambiente de classe média alta. Creio que muitas meninas e meninos, quando atraídos pelo sexo com adultos, buscam a atenção que muitas vezes queriam de seus pais, e em troca se submetem aos abusos, sem esperar um retorno financeiro.

9 – Que imagem ficou prá você daquelas crianças e adolescentes que comercializam seus corpos por R\$ 1?

R.: A imagem é de um cotidiano de uma sociedade desestruturada, em que os

valores de família são massacrados, diariamente, entre outros, pela indústria do entretenimento da mídia eletrônica. Se não é a prostituição infanto-juvenil, é o consumo de álcool e drogas ou envolvimento em gangues, em que jovens se matam por qualquer razão. Para o repórter, uma cobertura como essa é apenas mais uma constatação da degradação dos valores morais do país, em que se permite tudo em nome da democracia, até mesmo manobras para manter políticos inidôneos em cargos de importância para a nação.

Por fim, a impressão que tenho, é que os verdadeiros autores dessas atrocidades contra crianças e adolescentes não são os caminhoneiros (embora co-autores) que aproveitam da miséria para ter momentos de prazer. Mas são aqueles que, estando com o poder nas mãos, estabelecem e fomentam os bolsões de miséria, com desvios de recursos fundamentais para garantir uma vida familiar no mínimo digna a essa nova geração. Para simplificar, o quadro que temos nas estradas é o de urubus comendo carniça, restos de brasileiros massacrados pelo sistema governamental corrupto.

10 – E quanto aos abusadores? Como você os classifica? Eles são algozes de fato? Ou você diria que eles também são vítimas sociais?

R.: Antes de chegar a essa pergunta, acho que já respondi na questão anterior. Mas apenas reafirmando minha visão, o sistema cruel imposto por governos descompromissados, seja com o bem estar social ou com os valores humanitários, inevitavelmente vai levar soldados a matar inimigos num campo de guerra. Se são heróis ou bandidos, depende do ponto de vista de quem esta por perto. Muitos caminhoneiros falam em rodas de conversas com os colegas sobre suas aventuras e ainda se sentem pessoas boas, pois pagaram o preço além do combinado. Para muitas crianças e adolescentes, esses “clientes” são pessoas boas. Da mesma forma, como dizer que um soldado que mata civis numa guerra é vítima ou algozes? Me pauto então pela legislação, mesmo descrente de seu conteúdo, sabendo que aqueles que a criam não a cumprem, para afirmar que antes de qualquer coisa, prostituição infanto-juvenil é crime... E mesmo no caso de adultos, incentivar e manter casa para exploração sexual é crime. Só que neste país temos sido tolerantes, como aquelas mulheres que sobrevivem do trabalho nas “casas de tolerância”. Quanto aos abusadores, que fique valendo o que diz a lei! Vítimas sociais todos somos, já que não estamos imunes às conseqüências da degradação social à nossa volta.

11 – Existe algum tipo de gratificação profissional em se produzir uma reportagem como *Infância Roubada*? Por que?

R.: A gratificação imediata não; mas todo bom trabalho credencia o profissional para ser um nome opcional quando de uma promoção. Particularmente, creio que uma gratificação não atende o perfil da profissão. O jornalista, como um artista plástico ou ator, se realiza com a evidência de seu trabalho. A motivação deve ser a produção de uma boa matéria, que possa atingir o máximo de leitores e, se porventura promover mudanças sociais, merecer uma boa suíte (continuidade).

1 - Como surgiu a idéia de se fazer uma reportagem nas estradas de Minas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes?

R.: No caso específico desta série de reportagens, não sei precisar os motivos. Mas, me lembro que antes, já vinha fazendo matérias sobre o assunto. Em uma reunião em BH, nós sugerimos que alguns assuntos fossem unificados em todo o Estado para ampliar as reportagens, entre elas, a prostituição infantil.

2 - Sob o seu ponto de vista, que critérios ou valores jornalísticos influenciaram na decisão da editoria Gerais do Jornal Estado de Minas de produzir *Infância Roubada*?

R.: Acho que um dos critérios foi o grande número de denúncias que vinham ocorrendo sem que nenhuma medida fosse tomada. Além, é claro, do interesse que a população tinha pelo assunto.

3 - Grosso modo, você classificaria o tema da exploração sexual infanto-juvenil, hoje, no país, como sendo: de grande, médio ou pequeno interesse jornalístico? Por que?

R.: De médio para pequeno. Parece incrível, mas acredito na chamada “contenção de despesas.” Reportagens investigativas demandam tempo e dinheiro e “gastar”, só se for um grande furo de reportagem. Como para se conseguir isso é preciso “gastar”, o assunto fica de fora. Além disso, para alguns editores, o assunto já está batido e não é de grande apelo.

4 - Antes de *Infância Roubada*, houve denúncias noticiadas pela imprensa, inclusive pelo Jornal Estado de Minas, de esquemas de exploração sexual infanto-juvenil em São Francisco, no norte de Minas, e em Pompéu. Muito se falou a respeito na época, e, agora, não mais. Por que? A imprensa não deveria acompanhar melhor esses casos e, volta e meia, atualizá-los para o público?

R.: Em parte a resposta anterior responde a esta pergunta. De certa forma, estamos nos igualando à polícia. Disque 190. É necessário alguém denunciar e apresentar as provas e personagens. Aí nós cuidamos do resto. Caso contrário, vamos só relatar os fatos do cotidiano. Ainda não li os jornais de hoje. Mas, acredito que a capa da grande maioria é quase a mesma.

5 - Você considera que reportagens que tratam de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes despertam interesse de leitura no público? Por que?

R.: Tudo que mexe com a instituição família tem interesse. No caso específico de “Infância Roubada”, saber como agem os agenciadores e o que fazer para proteger a própria família, são as informações que os leitores mais buscam.

6 - Você sabe se essa reportagem motivou algum tipo de reação social? De que tipo?

R.: Aconteceram algumas ações isoladas, como o fortalecimento dos Conselhos Municipais da Infância e da Juventude. Mesmo assim, isso se deu por parte do Ministério Público, que fechou o cerco em cima das prefeituras. O problema é que falta interesse político. Em busca dos holofotes - porque o assunto entrou na pauta -, os deputados estaduais começaram a realizar audiências públicas em várias cidades. Gastaram o dinheiro do contribuinte. Fizeram a política que lhes interessavam mas, de concreto, praticamente nada. Em relação à comunidade, acontece um outro problema: a maioria não conhece o assunto. Poucos têm acesso aos meios de comunicação, principalmente aos jornais da capital. Como os jornais locais e regionais sobrevivem com o dinheiro das prefeituras, o tema em questão é tratado como banal. “Este tipo de matéria só serve para manchar a imagem da cidade” me disse certa vez um prefeito do interior, justificando um ato que relato na pergunta seguinte.

7 - Na sua opinião, *Infância Roubada* cumpre com alguma finalidade social no Brasil? Com qual?

R.: Sim. Alertar sobre o problema, cobrando soluções. O problema, para as cidades do interior, é a reportagem, e não o fato em si. Como as soluções não dão voto e prejudicam os interesses locais, pouco se faz. Numa dessas cidades, o coordenador de uma instituição que atende crianças vítimas do assédio sexual, parou de denunciar depois que foi ameaçado de morte e ameaçado de expulsão do município pelo prefeito. Como a instituição dependia de ajuda da prefeitura, ele não teve escolha, se calou. Isso aconteceu uma semana depois que a Assembléia realizou uma Audiência Pública na cidade.

8 - Você é de opinião que crianças e adolescentes que vendem seus corpos são sempre vítimas sociais? Por que?

R.: A grosso modo, 100%. Mas é difícil dizer. Com mais de 20 anos de profissão, trabalhei neste assunto quase todo este tempo. A “história” contada tanto por crianças como prostitutas é semelhante. Não mudam o roteiro. Tanto num caso como no outro elas dizem que estão ali pelos seguintes motivos: a) fui abandonada pelos meus pais e tive que me virar sozinha; b) fui violentada quando pequena e acabei engravidando e não tenho como tratar do meu filho; c) não consigo emprego, por isto estou aqui; d) queria outra coisa, mas preciso de dinheiro para cuidar dos meus pais que estão doentes. O disco não muda. Fica difícil discernir o que é realidade e o que ficção. Existe um padrão em todo o país. Como as desculpas remetem a problemas sociais, então penso que 100% são vítimas.

9 - Que imagem ficou prá você daquelas crianças e adolescentes que comercializam seus corpos por R\$ 1?

R.: Depois que vi crianças brincando de roda em uma rua e fui “negociar” com os próprios pais que estavam na calçada agenciando os próprios filhos para fazerem programas, a imagem da criança se vendendo passa a fazer sentido, se é que isso faz sentido. Ver os pais fazerem isso é que destrói a alma de qualquer ser humano.

10 - E quanto aos abusadores? Como você os classifica? Eles são algozes de fato? Ou você diria que eles também são vítimas sociais?

R.: Eles são aproveitadores do problema social. De certa forma são vítimas, mas, ao mesmo tempo, algozes. Muitas agenciadoras são prostitutas e passam a fazer com crianças o que foram obrigadas a fazer no passado.

11 - Existe algum tipo de gratificação profissional em se produzir uma reportagem como *Infância Roubada*? Por que?

R.: A gratificação só acontece quando você vê o resultado do seu trabalho. Não é ter a matéria publicada. Parabéns, foi chamada de capa, sua família ficou orgulhosa e você cumpriu com a sua obrigação. E daí? Alguma coisa foi feita?. Saber que um trabalho da qual você fez parte vai virar tese universitária é gratificante. Massageia o ego. Mas, o olhar daquelas crianças, nunca sai da cabeça. No momento em que respondo a este questionário fico me perguntando: o que aconteceu com elas... Lembro-me dos meus filhos e quero estar perto deles. Protegê-los e ao mesmo tempo temer pelo futuro....

Comentário: **Lourival**

Digo-lhe uma coisa: é a respeito de uma entrevista que fiz com uma agenciadora de meninas e que acredito não tenha sido publicada e que relata a mais cruel das verdades. Ela disse: "podem fazer o que quiserem e não vão resolver. É um mercado que se renova todo ano. São dezenas de meninas que, por falta de opção, abandono dos pais e até mesmo por gostar entram na prostituição. Os políticos só querem aparecer. Não sou culpada pela situação, preciso viver e elas também". Foi uma conversa que tive num posto de gasolina, entre Itaobim e Medina, na BR 116, quando tentei "contratar" uma garota para um programa. A mulher agenciava meninas e foi garota programa desde os treze anos. Essa é a nossa realidade.

Entrevista: Jornalista D

1 - Como surgiu a idéia de se fazer uma reportagem nas estradas de Minas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes?

R.: O assunto vinha sendo discutido na CPI da Prostituição Infantil. Daí, em conversa com jornalistas aqui do Jornal, decidimos fazer uma investigação sobre o tema.

2 - Sob o seu ponto de vista, que critérios ou valores jornalísticos influenciaram na decisão da editoria Gerais do Jornal Estado de Minas de produzir *Infância Roubada*?

R.: Sem dúvida, o interesse público relevante que o tema tem foi decisivo.

3 - Grosso modo, você classificaria o tema da exploração sexual infanto-juvenil, hoje, no país, como sendo: de grande, médio ou pequeno interesse jornalístico? Por que?

R.: Grande. Porque o tema da violência contra menores de idade tem sido uma preocupação constante da imprensa.

4 - Antes de *Infância Roubada*, houve denúncias noticiadas pela imprensa, inclusive pelo Jornal Estado de Minas, de esquemas de exploração sexual infanto-juvenil em São Francisco, no norte de Minas, e em Pompéu. Muito se falou a respeito na época, e, agora, não mais. Por que? A imprensa não deveria acompanhar melhor esses casos e, volta e meia, atualizá-los para o público?

R.: Você tem razão. A imprensa deveria acompanhar as denúncias que faz. Mas, mais importante que isso, é a reação da sociedade. Cada denúncia da imprensa deveria resultar numa tomada de posição da sociedade. Falo das instituições e das comunidades onde essas crianças estão.

5 - Você considera que reportagens que tratam de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes despertam interesse de leitura no público? Por que?

R.: Grande interesse. Porque a sociedade ainda se comove com o tema (apesar de não se envolver diretamente com a solução).

6 - Você sabe se essa reportagem motivou algum tipo de reação social? De que tipo?

R.: Não tenho notícia.

7 - Na sua opinião, *Infância Roubada* cumpre com alguma finalidade social no Brasil? Com qual?

R.: Sim. A de informar a sociedade.

8 - Você é de opinião que crianças e adolescentes que vendem seus corpos são sempre vítimas sociais? Por que?

R.: Muitas vezes, elas não têm escolha. E quando o fazem por escolha própria, não têm idade para tomar uma decisão tão radical e dramática.

9 - Que imagem ficou prá você daquelas crianças e adolescentes que comercializam seus corpos por R\$ 1?

R.: A de um país que não zela por seu futuro.

10 - E quanto aos abusadores? Como você os classifica? Eles são algozes de fato? Ou você diria que eles também são vitimas sociais?

R.: Eles podem até ser vítimas, mas, antes de tudo, eles são criminosos.

11 - Existe algum tipo de gratificação profissional em se produzir uma reportagem como *Infância Roubada*? Por que?

R.: Sempre que se consegue levar informação de boa qualidade para a sociedade, sobretudo de temas de relevante interesse público, é uma satisfação.

1 - Como surgiu a idéia de se fazer uma reportagem nas estradas de Minas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes?

R.: Na verdade, eu já trabalhava com o tema havia alguns anos. Tanto é que escrevi o livro “Corpos à Venda – um relato sobre a prostituição infanto – juvenil e suas causas” (Editora Unimontes, 2001). Com a reportagem, demos seqüência à abordagem do tema.

2 - Sob o seu ponto de vista, que critérios ou valores jornalísticos influenciaram na decisão da editoria Gerais do Jornal Estado de Minas de produzir *Infância Roubada*?

R.: A editoria Gerais do Estado de Minas é comprometida com a abordagem de temas de grande interesse da comunidade, principalmente, com as questões sociais. Dentro desse contexto, houve a decisão de se publicar a reportagem, chamando a atenção para um sério problema que acometia a infância.

3 - Grosso modo, você classificaria o tema da exploração sexual infanto-juvenil, hoje, no país, como sendo: de grande, médio ou pequeno interesse jornalístico? Por que?

R.: O tema sempre foi de grande interesse jornalístico. A exploração sexual infanto-infantil revela uma das nossas mazelas sociais e envergonha o país lá fora. Tanto é assim que o combate à exploração infanto-juvenil virou bandeira para o governo Lula, que tenta melhorar a imagem do Brasil no exterior. Acredito que nós, jornalistas, temos a obrigação de denunciar esse tipo de situação, no sentido não somente de despertar a ação dos governantes e das autoridades, mas da conscientização da própria sociedade. O problema não será resolvido se não existir essa consciência. A mídia tem um papel fundamental nesse processo.

4 - Antes de *Infância Roubada*, houve denúncias noticiadas pela imprensa, inclusive pelo Jornal Estado de Minas, de esquemas de exploração sexual infanto-juvenil em São Francisco, no norte de Minas, e em Pompéu. Muito se falou a respeito na época, e, agora, não mais. Por que? A imprensa não deveria acompanhar melhor esses casos e, volta e meia, atualizá-los para o público?

R.: Lamentavelmente, a imprensa passa pelo processo do imediatamente. É um efeito da concorrência selvagem, criada depois do surgimento da internet. A imprensa divulga um tipo de denúncia, dando destaque ao fato. Ai, aparecem outros casos e o anterior acaba sendo esquecido.

5 - Você considera que reportagens que tratam de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes despertam interesse de leitura no público? Por que?

R.: As reportagens sobre o tema sempre despertaram grande interesse público. Se não atraísse leitura, talvez, não teriam tanto espaço na mídia. O assunto desperta tal interesse devido à curiosidade e à própria indignação que causa junto às pessoas.

6 - Você sabe se essa reportagem motivou algum tipo de reação social? De que tipo?

R.: Despertou sim: a mobilização do Ministério Público, dos conselhos tutelares e da polícia. Tanto é que, efetivamente, está havendo o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Acredito também que programas como o Bolsa-Família, ainda que tenham um caráter paternalista, ajudam a combater esse tipo de problema.

7 - Na sua opinião, *Infância Roubada* cumpre com alguma finalidade social no Brasil? Com qual?

R.: Cumpre. A maior missão do jornalista é denunciar os problemas sociais e, de alguma forma, contribuir para as soluções.

8 - Você é de opinião que crianças e adolescentes que vendem seus corpos são sempre vítimas sociais? Por que?

R.: Existem dois tipos de prostituição: a primeira é aquela em que crianças e adolescentes vendem os seus corpos por necessidade mesmo. Nesse caso, são vítimas sociais. Mas, existe outra, que é a prostituição de luxo e que é “aceita” pela sociedade. Garotas até de famílias de classe média se prostituem em busca de melhores condições de vida, como a compra de tênis e calças de marca. Infelizmente, esse tipo de prostituição é praticado também por meninas, menores de idade. A questão está relacionada com a perda de referência familiar e com a perda de valores. O corpo é encarado como um objeto.

9 - Que imagem ficou prá você daquelas crianças e adolescentes que comercializam seus corpos por R\$ 1?

R.: Muito triste. É como se a vida não tivesse valor algum.

10 - E quanto aos abusadores? Como você os classifica? Eles são algozes de fato? Ou você diria que eles também são vítimas sociais?

R.: São pessoas desprovidas de referências, de valores. Alguns, acredito, são portadores de desvios de conduta. O sexo é algo normal na vida de qualquer pessoa. Mas, a prática do sexo com crianças é uma deformação humana.

11 - Existe algum tipo de gratificação profissional em se produzir uma reportagem como *Infância Roubada*? Por que?

R.: A gratificação é saber que você está exercendo o seu dever enquanto jornalista comprometido com as melhorias da sociedade. O jornalista, antes de tudo é um cidadão, integrante de uma comunidade, que tem a obrigação de trabalhar com ética, dignidade e de buscar a verdade, produzindo algo a favor da melhoria de todos. No meu caso, já tive o prazer de conquistar alguns prêmios jornalísticos. Mas, acho que o maior prêmio é o retorno que as reportagens propiciam à sociedade e não a mim, particularmente.

Entrevista: Jornalista F

1 - Como surgiu a idéia de se fazer uma reportagem nas estradas de Minas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes?

R.: Algum chefe viu uma reportagem , acho que de tevê, sobre um patrulheiro rodoviário (ele está na produção *Infância Roubada*) que tomou para si a missão de salvar crianças da exploração sexual. Esse chefe achou interessante produzir uma matéria do tipo “O Herói das Estradas”. Além disso, o jornal tinha recentemente contratado uma equipe de repórteres diferenciados, como o Lucas Figueiredo, e queria produção de fôlego em diferentes áreas. Queria mostrar serviço.

2 - Sob o seu ponto de vista, que critérios ou valores jornalísticos influenciaram na decisão da editoria Gerais do Jornal Estado de Minas de produzir *Infância Roubada*?

R.: Exploração sexual de crianças é um tema que sempre chamou a atenção das pessoas, todo jornal que faz uma reportagem dessa assume para a sua clientela um caráter de responsabilidade social e, como disse acima, acreditava-se que esse daria um material de destaque. Portanto, critérios mais relacionados a questões administrativas e de produção.

3 - Grosso modo, você classificaria o tema da exploração sexual infanto-juvenil, hoje, no país, como sendo: de grande, médio ou pequeno interesse jornalístico? Por que?

R.: Médio. Sempre será de interesse porque de alguma forma interessa à sociedade. Mas sempre tratado de maneira pontual, a partir de ocorrências de destaque. Nunca terá um tratamento de fundo, nunca será relacionado a problemas de ordem social, falta de escola, políticas de fortalecimento familiar porque aí deixa de ser um material para vender para virar um material de “encher o saco do leitor”, na interpretação de muitos editores.

4 - Antes de *Infância Roubada*, houve denúncias noticiadas pela imprensa, inclusive pelo Jornal Estado de Minas, de esquemas de exploração sexual infanto-juvenil em São Francisco, no norte de Minas, e em Pompéu. Muito se falou a respeito na época, e, agora, não mais. Por que? A imprensa não deveria acompanhar melhor esses casos e, volta e meia, atualizá-los para o público?

R.: Não é um problema relacionado apenas à cobertura deste tema. O jornalismo no Brasil é uma prática sem memória. Um escândalo substitui outro, seja na política, na economia ou em um tema como exploração sexual infantil. Esses episódios acima serão lembrados quando outras autoridades se virem envolvidas em escândalos assim.

5 - Você considera que reportagens que tratam de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes despertam interesse de leitura no público? Por que?

R.: Sim. Por dois motivos: sensacionalismo e apelo humano. Os dois não se confundem. Sensacionalismo é o desejo mórbido de ver qualquer coisa degradante no jornal. De sexo com animais a sexo com crianças. Jornais como Super e Aqui

estão aí para provar que o espreme que sai sangue está, mais do que nunca, na moda. Mas há as pessoas que se interessam pelo tema porque ficam indignadas, porque querem fazer alguma coisa contra, porque acham que os governantes deveriam combater mais esse tipo de coisa. Além disso, tem o movimento social organizado, que é leitor de jornal e demanda esse tipo de cobertura. Os movimentos sociais têm influenciado muito positivamente a cobertura jornalística da imprensa que se considera séria.

6 - Você sabe se essa reportagem motivou algum tipo de reação social? De que tipo?

R.: Sim. Fazendo essa matéria, que partiu de uma pauta muito chocha, chegamos até um mapa da exploração sexual em rodovias, o que acabou sendo o diferencial da matéria. A CNT (Confederação Nacional dos Transportes) ficou sensibilizada e se juntou, acho que com a Federação dos Sindicatos dos Caminhoneiros e o Senat (Sistema S para o Transporte), para fazer uma campanha de combate à exploração sexual de crianças em rodovias. A idéia é que, já que os caminhoneiros são os principais “consumidores” desse tipo de sexo, também podem ser os principais aliados do combate, já que são eles que estão nas estradas.

7- Na sua opinião, *Infância Roubada* cumpre com alguma finalidade social no Brasil? Com qual?

R.: Sim. A de expor uma chaga que é de conhecimento de todo mundo, mas todo mundo finge que não vê.

8 - Você é de opinião que crianças e adolescentes que vendem seus corpos são sempre vítimas sociais? Por que?

R.: Sim. Nem todas as meninas que estão nessa situação o fazem porque passam fome. Muitas são de classe média baixa. Têm comida em casa, mas querem mais. Uma calça jeans, um MP3 player. Seja porque passam fome ou porque querem sonhar com o que toda adolescente sonha, o certo é que são meninas (meninos são mais raros) que necessitam de orientação, carentes de algum tipo de atenção que não tiveram. Vítimas de uma escola sem sentido, vítimas da falta de perspectiva, vítimas da falta de sonhos.

9 - Que imagem ficou prá você daquelas crianças e adolescentes que comercializam seus corpos por R\$ 1?

R.: Que já morreram. Não têm a menor noção do seu valor como ser humano.

10 - E quanto aos abusadores? Como você os classifica? Eles são algozes de fato? Ou você diria que eles também são vítimas sociais?

R.: Vítimas sociais... não sei se consigo entender essa definição. Não são vítimas como as meninas exploradas. Mas tenho dificuldades de encará-los como algozes. Muitos são pais de família honrados, que não vêem mal nenhum em transar com uma garota de 15 anos. Muitos dizem: minha mulher tinha 15 anos quando a conheci. Eu já tinha 30. São pessoas que se você pára para discutir com eles toda a implicação da prostituição infantil, aí eles se envergonham, dizem que nunca tinham pensado sobre este ponto de vista. Principalmente na questão do sexo com adolescentes, acho que a questão é muito mais cultural e de falta de educação.

Mas, sem dúvida, a certeza da impunidade e o machismo alimentam esse tipo de visão.

11 - Existe algum tipo de gratificação profissional em se produzir uma reportagem como *Infância Roubada*? Por que?

R.: Sim. Para mim, jornalismo só existe na sua condição pública.

Anexo 7

Modelo do Termo de Consentimento dos entrevistados

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (CSN 196/96)

A - Informações aos profissionais selecionados para as entrevistas da Pesquisa:

A minha pesquisa é: **“Por que as notícias sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes são como são na imprensa mineira. Uma investigação sobre seus Valores Notícia e seus Critérios de Noticiabilidade”**. Para desenvolvê-la, eu selecionei 15 notícias publicadas pelo jornal “Estado de Minas”, no ano de 2004, que abordam o assunto. Essas notícias merecerão uma análise jornalística detalhada e essa análise vai priorizar os seus valores notícia e os seus critérios de noticiabilidade.

Bem, ninguém melhor do que os próprios jornalistas, se possível alguns dos que participaram da cobertura daquelas mesmas matérias, para me falar sobre critérios de notícia e discutir o que, no seu entender, dão valor de notícia àqueles fatos. Por outro lado, para que eu possa ter parâmetros de análise sobre a realidade social, individual, psíquica, física, comportamental dessas crianças e adolescentes abusados e/ou explorados sexualmente, eu necessito de dados e informações fornecidos por profissionais reconhecidamente competentes para tanto, quais sejam: médicos pediatras, professores, psicólogos, psicanalistas, psiquiatras e, talvez, até sociólogos.

Os profissionais que se dispuserem a ser entrevistados para essa Pesquisa serão comunicados com antecedência nunca inferior a 24 horas, e poderão marcar para a entrevista, local, dia e hora que melhor lhes convier, bem como poderão explicitar livremente suas opiniões e seus pontos de vistas, utilizando-se, para tanto, do tempo que julgarem necessário, inclusive, se preferirem, dividindo a entrevista em mais de um encontro. Pois, o fundamental, é que as idéias fiquem claras e explicitadas de forma a fazerem algum sentido para o enriquecimento do conhecimento sobre o assunto.

E mais: aos entrevistados será disponibilizada a íntegra da entrevista concedida a mim, tão logo ela esteja editada e pronta para ser anexada à Pesquisa. Ou seja, uma vez aprontada a entrevista, os entrevistados serão comunicados e, se assim o desejarem, eu lhes encaminharei o material por mim organizado para aprovação e possíveis correções.

B – Declaração de termo de consentimento livre e esclarecido

Fui informado(a) de que esta pesquisa objetiva discutir os valores notícia e os critérios de noticiabilidade das notícias sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes publicadas pela imprensa mineira. Estou ciente de que a minha participação como entrevistado(a) nesse trabalho tem como finalidade subsidiar a pesquisadora de dados que possam lhe ajudar a esboçar um quadro da realidade experimentada por essas crianças e adolescentes explorados sexualmente, em nível individual e coletivo, bem como capacitá-la a compreender melhor o papel da imprensa enquanto mediadora social na abordagem dessa realidade.

Também fui informado(a) de que poderei expor livremente minhas opiniões, dispondo do tempo que julgar necessário, no local, dia e hora que melhor me convier, e de que poderei ter acesso à edição da entrevista tão logo ela seja aprontada pela pesquisadora, a fim de reformular ou aprimorar alguma fala pouco esclarecedora.

Declaro, portanto, que estou ciente dos propósitos da pesquisa e me disponho, de livre e espontânea vontade, em contribuir com a pesquisa na condição de entrevistado(a).

Belo Horizonte, _____

Entrevistado(a): _____ RG: _____

Responsável pela pesquisa: Maria Amélia Tostes Filgueiras Campos

RG: M – 2. 470.943 SSP/MG

Endereço: Rua Aimorés, 156/1402 – Bairro Funcionários

30.140-070 – Belo Horizonte/Minas Gerais

Telefone: (031) 3225-0127

Assinatura do responsável pela pesquisa: _____

Comitê de Ética da UFMG: Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II – 2º. Andar – sala 2005.

31.270-901 – Belo Horizonte/Minas Gerais

Telefone: (031) 3499-4592